AMESP
FLS.: 001
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 48/2023

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Nº 13/2023

VALOR TOTAL ORÇADO:

R$ 79.788.714,39 (SETENTA E NOVE MILHÕES SETECENTOS E OITENTA E OITO MIL SETECENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

PRESIDENCIA.

Rua Comendador José Garcia, 774 – Centro, Pouso Alegre/MG
CEP: 37.550-000 Tel. (35) 3025-5500 E-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 002
Assinatura

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,

Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Ao
Ilmo. Sr.
Wagner do Couto
Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

AMESP 003 Assinatura

ICTHUS ENGENHARIA

CÓDIGO: **AME-O/DOC/LIC/01-00**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER
TERMO DE REFERÊNCIA

DOCUMENTO TÉCNICO:	*ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADOS "LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER" É COMPOSTO POR 32 (TRINTA E DUAS) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 21 (VINTE E UMA) FOLHAS, O ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 2 (DUAS) FOLHAS, ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) FOLHAS, O ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 3 (TRÊS) FOLHAS E O ANEXO IV – COTAÇÕES DE MERCADO COM 4 (QUATRO) FOLHAS.*
CLIENTE:	*CONSÓRCIO AMESP* ***Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP*** *CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40* *Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442*

AMESP
Fls.: 004
Assinatura

TERMO DE REFERÊNCIA:
"LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER"

1. DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Licitação:	LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Cliente:	**CONSÓRCIO AMESP** **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**
CNPJ:	**20.362.307/0001-40**
Responsável Técnico:	**Carlos Henrique Amaral Rossi** Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 46.052/D / RNP: 140295523-5
ART nº:	**MG 20231918483** (REGISTRADA EM 15/03/2023)
E-mail:	eng.carlosrossi@gmail.com icthus@icthusengenharia.com
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(35) 99730.8483 / (31) 98766.8483
Data:	16 de março de 2023

2. INTRODUÇÃO

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada, utilizando-se as referências governamentais e cotação de mercado (quando não houver índice de referência), para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

3. OBJETIVO

Este Termo de Referência, parte integrante do edital de licitação, tem por objetivo estabelecer o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o conjunto de serviços, objeto da contratação, e ainda:

a) estabelecer que todos os serviços devam obedecer necessariamente às normas, especificações e procedimentos que orientem os processos de desenvolvimento, avaliação e aprovação de projetos;

b) estabelecer a metodologia de planejamento gerencial das atividades;

c) estabelecer o nível de qualidade desejada para os serviços;

d) estabelecer os critérios de medição para os serviços a serem desenvolvidos durante o cumprimento do

contrato.

Acompanham e complementam as especificações deste Termo de Referência os seguintes documentos:

a) *Planilha de Orçamento*
b) *Cronograma Físico Financeiro*
c) *Memória de cálculo do BDI*
d) *Composições de Preços Unitários*

Em caso de dúvidas decorrentes de conflitos entre as partes integrantes do edital de licitação, prevalecerá o que estiver contemplado nos seguintes elementos e nesta ordem:

a) *Este documento;*
b) *Planilha de Orçamento;*
c) *Critérios de Medição;*
d) *Cronograma Físico-Financeiro.*

3.1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, *para capturar, com precisão e eficiência, dados tridimensionais em uma ampla variedade de configurações, independentemente do tamanho e das características da superfície. Os levantamentos planialtimétricos cadastrais subsidiarão a elaboração de projetos de infraestrutura urbana para bairros, e áreas de interesse social dos municípios consorciados.*

Tendo em vista os princípios da economicidade e da eficiência, optou-se pela combinação de aquisição dos serviços em um único procedimento licitatório, evitando repetição de procedimentos e utilização de recursos humanos.

3.2. DO LOCAL.

O fornecimento do objeto ora licitado se dará dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios, compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, através da emissão da Ordem de Fornecimento.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE
CONGONHAL

Continua...

...Continuação

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

3.3. LOCALIZAÇÃO

O objeto dessa licitação contempla o levantamento planialtimétrico topográfico em áreas em cidades, bairros, vilas e áreas de interesse social dos municípios consorciados à AMESP.

4. JUSTIFICATIVA

Os investimentos em levantamento cadastral de áreas de interesse social, ampliam a oferta de escolas, centros de saúde, centros culturais, áreas de lazer, moradias e, sobretudo, de obras de infraestrutura, que levam o desenvolvimento urbano e social a todas as regiões da cidade, principalmente aos bairros periféricos, vilas e favelas, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais.

A execução dos serviços discriminados no objeto da licitação se faz necessária para dar continuidade ao processo desenvolvimento dos municípios pertencentes ao Consórcio AMESP, em atendimento às conquistas da população de bairros, vilas e Áreas de Interesse Social.

O levantamento planialtimétrico é um documento que descreve uma determinada área com exatidão e nele são anotadas as medidas planas, ângulos e diferenças de nível (inclinação). Visa obter com precisão, usando métodos e instrumentos adequados, os elementos que permitam a elaboração das plantas topográficas com um número suficiente de coordenadas de pontos da superfície do terreno. A exatidão das informações coletadas e apresentadas é fundamental para todas as áreas da construção civil, tanto na etapa de projeto quanto na execução da obra.

As representações feitas no campo permitem que seja feita a representação topográfica dos locais as quais se resultam em coordenadas planimétricas e altimétricas dos elementos cartografados. Esses dados, amplamente utilizados para o dimensionamento e obtenção de parâmetros de projetos são, portanto, docu-

mentos de projeto.

A contratação de serviços topográficos é essencial para estudar as características dos terrenos e identificar condições potencialmente favoráveis e/ou desfavoráveis para viabilizar a proposição adequada nas soluções de projeto.

Os serviços referenciados neste Termo de Referência, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentora de padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, enquadram-se no conceito de ***serviços comuns****, conforme definido no parágrafo único, dor art. 1º, da Lei Nº 10.520/2002.*

Os serviços de topografia são normatizados, apresentando procedimentos bem definidos inclusive quanto aos aspectos de qualidade e desempenho. É um tipo de serviço plenamente conhecido pelo mercado de engenharia, sendo oferecido por diversos fornecedores. A forma de execução a ser utilizada no levantamento topográfico não altera sua caracterização como serviço comum uma vez que o produto final é o mesmo, devendo atender todos os parâmetros definidos nos Procedimentos Padrões, nas normas da ABNT e neste Termo de Referência.

Entre os cuidados para um levantamento topográfico de qualidade, está a verificação prévia das diferenças de relevo, solo, cobertura vegetal e clima local. Esses são fatores que dificultam a realização do estudo e devem sempre ser considerados no seu planejamento e execução. Tais particularidades também interferem diretamente no custo do serviço.

O Levantamento Topográfico é extremamente necessário para apoiar a elaboração de projetos. Através da topografia é possível conhecer detalhadamente a área de estudo e avaliar as medidas necessárias para a interferência nos locais.

O mapeamento para o levantamento de dados espaciais tem passado por muitos avanços de métodos e ferramentas, tendo como objetivo minimizar o tempo de aquisição e o custo, além de potencializar a precisão dos resultados em comparação com os métodos convencionais. Visando alcançar um nível de maior precisão dos levantamentos topográficos e consequente mais qualidade dos projetos, deverá ser utilizada a tecnologia de levantamento topográfico por escaneamento a laser.

O levantamento topográfico por escaneamento a laser surgiu em função da necessidade do mercado de obter cada vez mais produtos confiáveis e de forma rápida. Desenvolveu-se a tecnologia "LIDAR" conhecida como Laser Scanner. O Laser Scanner permite gerar nuvens de pontos a partir de amostras da superfície geométrica, sendo uma medição 3D móvel sem contato direto com a superfície a medir. Esta técnica de medição oferece um alto potencial na obtenção de medições precisas e confiáveis, permitindo a caracterização, inventário, análise rápida e precisa da situação atual. Utilizado em áreas urbanas pode representar com alta fidelidade as características arquitetônicas assim como serviços públicos, mobiliário urbano, sinalização vertical e horizontal para uso no desenvolvimento de planos urbanos, planos especiais ou futuros projetos de obras públicas.

A utilização da tecnologia Laser Scanner permitirá a obtenção de melhores resultados em menos tempo e menor custo.

Vale ainda ressaltar que a tecnologia apresentada produz arquivos compatíveis e mais adequados aos softwares de desenvolvimento de projeto na plataforma BIM (Building Information Modeling ou Modelagem da Informação da Construção). A plataforma BIM está em estágio inicial de implantação nas Prefeituras e este

AMESP
008
Assinatura

edital, visa dar suporte nesse processo de transição de metodologia, uma vez que os dados coletados através da varredura a laser são milimetricamente precisos e passíveis de conferência.

A opção pelo escaneamento ***terrestre,*** *em detrimento do escaneamento aeroembarcado, se deu pela especificidade dos locais que serão levantados, ou seja, locais muito adensados, nos quais os telhados se juntam, em sua grande maioria, impossibilitando a visualização aérea do nível das soleiras das casas.*

O levantamento topográfico por ***escaneamento a laser****, terrestre, deverá ser complementado, sempre que necessário, por outros métodos, estação total, GPS, drone, entre outros, considerando-se as peculiaridades de cada local, a fim de garantir que todos os dados necessários ao desenvolvimento e georreferenciamento do projeto sejam contemplados no produto final desta contratação. A necessidade de complementação se dá, por exemplo, nos locais em que o georreferenciamento das informações coletadas fica comprometido ao se utilizar o GPS integrado ao aparelho de escaneamento. O adensamento das áreas, onde diversos telhados se encontram, impossibilitam o alcance do sinal dos satélites. Outro exemplo seria a leitura de cotas de fundo de Poços de Visita (PV), cuja execução pode demandar a utilização de outro método de coleta.*

Optou-se pela contratação deste objeto em detrimento a execução interna, uma vez que as empresas públicas estão organizadas administrativamente para fiscalizar e não para executar os empreendimentos. Ademais, a contratação de empresa, permite maior eficiência técnica uma vez que é possível, através dos requisitos de habilitação, contratar quadro técnico especializado, com expertises específicas ao objeto com menor custo.

A ampliação da produtividade intensifica o aproveitamento da estrutura pública municipal que se dedica à análise dos projetos elaborados pelos técnicos contratados. A economicidade desta medida administrativa visa maximizar a utilização dos recursos humanos disponíveis.

5. ORIENTAÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços a serem realizados constam na Planilha de Orçamento e das especificações constantes da documentação técnica apresentada, as quais deverão ser rigorosamente seguidas.

É de fundamental importância que a CONTRATADA tenha conhecimento do escopo e do local de cada empreendimento, para que tenha melhores condições de avaliar toda a complexidade e as exigências para os serviços.

A CONTRATADA deverá realizar os trabalhos considerando sempre a qualidade, os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público.

5.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.1. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO TOPOGRÁFICO – Tecnologia LASER SCANNER

O levantamento planialtimétrico topográfico deverá ser executado por captura de dados com a utilização da tecnologia Laser (Escaneamento a Laser), terrestre, em toda a área especificada, e conter todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para subsidiar a elaboração de projetos de infraestrutura e edificações, objeto de outra contratação.

Deverá ser complementado, pela CONTRATANTE, por outros métodos como estação total, GPS, entre outros, considerando-se as peculiaridades de cada local.

É de responsabilidade da CONTRATADA, a implantação de todos os pontos necessários à realização dos serviços, (pontos de apoio ao sobrevoo e pontos de apoio ao levantamento topográfico).

Para o desenvolvimento dos serviços, a CONTRATADA deverá considerar as condições topográficas adversas, existentes nos locais, utilizando soluções técnicas capazes de viabilizar a execução destes.

Caberá à CONTRATADA o fornecimento de mão-de-obra em geral, equipamentos e todos os recursos necessários para todos os serviços relacionados ao levantamento topográfico de todas as áreas relacionadas no item 2 deste documento, bem como para o adequado processamento da nuvem de pontos.

A CONTRATADA deverá comprovar a calibração do aparelho de escaneamento a laser apresentando à CONTRATANTE o Certificado de Calibração atualizado do aparelho com data não superior a 10 (dez) meses antes do início dos trabalhos de campo. A calibração do aparelho deverá ter sido realizada necessariamente por empresa terceira e estar de acordo com as normas técnicas.

Optou-se por não se indicar as configurações mínimas do aparelho de escaneamento a ser utilizado por se entender que estas informações não são relevantes para o tipo de serviço que está sendo contratado. Ressalta-se que o aparelho deve possuir as características necessárias para se obter um produto com as especificações e qualidade requerida para esta contratação.

Os pontos de disparo do laser (pontos de captura de cenas) deverão ser espaçados de forma a representar com fidelidade todos os elementos necessários para a correta apresentação do levantamento planialtimétrico cadastral do local da intervenção, de acordo com o Caderno de Normas e Padrões de Serviços de Topografia, anexo a este edital.

As cenas deverão ser realizadas em quantidade suficiente para atender o nível de precisão e a qualidade visual requeridas, contemplando os elementos e precisão adequada ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura e edificações.

Uma vez que os levantamentos serão feitos, em sua grande maioria, em áreas muito adensadas e de difícil acesso, a distância entre os pontos de disparo a laser será variável e deverá se adequar ao traçado das vias e obstáculos existentes garantindo sobreposição abundante para melhor identificação dos detalhes. Sempre que houver oclusão de elementos importantes ao desenvolvimento de projetos de engenharia, a distância deverá ser reduzida e ter sempre visível um Ponto de Apoio, que deverá ser ocupado com um Target artificial, com centragem, para que seja também escaneado e utilizado no processo de georreferenciamento.

A delimitação da abrangência do levantamento será definida em conjunto, CONTRATADA e CONTRATANTE,

tendo em vista o escopo de cada empreendimento e a necessidade de coleta de informações para viabilizar a elaboração de projetos complementares como esgotamento sanitário e drenagem e ainda projetos de remoções, desapropriações, tratamentos de áreas remanescentes entre outros.

O levantamento deverá contemplar, sempre que necessário, além das vias de interesse, os quintais de todas as edificações adjacentes ao local de intervenção, bem como todas as soleiras de uma mesma edificação haja visto que, em muitos casos, as edificações possuem subsolos.

5.1.2. PONTOS DE APOIO PARA O ESCANEAMENTO

Sempre que necessário, a contratada deverá implantar Pontos de Apoio (Target) devidamente monumentados com marcos topográficos de concreto, ou marcos sintéticos, ou pinos, ou chapas.

O Transporte de coordenadas deverá estar apoiado e ajustado ao SGB. As coordenadas devem estar no Sistema Geodésico de Referência deve ser o SIRGAS2000 e projeção UTM SIRGAS2000.

Ao utilizar a técnica de poligonal com Estação Total, esta deve seguir os parâmetros da NBR13133.

5.1.3. PROCESSAMENTO DOS DADOS DO ESCANEAMENTO 3D A LASER – NUVEM DE PONTOS

A nuvem de pontos deverá ser entregue após processo de limpeza de cenas (critério válido para todas as entregas), a fim de eliminar pontos desnecessários que dificultem a visualização ou que estejam simplesmente poluindo o modelo.

A nuvem de pontos deverá ser entregue em densidade que possibilite a sua correta visualização, completa e sem distorções ou emendas, de forma a possibilitar a fácil identificação dos elementos escaneados. Não deverá apresentar lacks (espaços vazios entre as captações) e deverá apresentar uma homogeneidade das sobreposições dos diferentes pontos de captação, formando-se imagens coesas e claras de todos os espaços envolvidos nesta etapa, obtendo-se sempre a melhor captação de imagens nas varreduras horizontais e verticais.

Entregas em que a nuvem de pontos for considerada pouco densa, com distorções ou emendas, incompleta, ou mesmo houver desrespeito completo aos requisitos apresentados, serão consideradas pela fiscalização como insatisfatórias.

Todo o processamento deve ser georreferenciado e ajustado aos pontos de apoio implantados. O processamento dos dados em escritório deverá comprovar as precisões obtidas no levantamento de campo.

As coordenadas devem estar no Sistema Geodésico de Referência SIRGAS 2000 e projeção UTM SIRGAS 2000.

5.1.4. ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR

As nuvens de pontos deverão ser armazenadas em servidor digital (armazenamento em NUVEM) com acesso à usuários a serem definidos pela CONTRATANTE. O servidor deverá possuir aplicativo instalado, que possibilite acesso aos dados coletados, visualização tridimensional e medição de distâncias entre pontos distintos. Os dados deverão ficar acessíveis por um período mínimo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado para mais 2 (dois) anos sem ônus para a CONTRATANTE.

5.2. PRODUTOS

5.2.1. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL

Fornecimento do levantamento planialtimétrico cadastral em meio digital (extensão ".dwg") e impresso em Formato A1, com quantas pranchas forem necessárias para o bom entendimento da condição atual da área de intervenção e utilização pela equipe a ser contratada pela CONTRATANTE para desenvolvimento dos projetos de infraestrutura e de implantação de unidades habitacionais.

Os principais elementos a serem representados nesse levantamento são:

- *Todos os equipamentos públicos presentes no local, tais como postes, dispositivos de drenagem e esgoto, assim como caixas de ligação de energia elétrica e telefonia, registros de instalações de abastecimento de água, meio fio.*
- *Os dispositivos de drenagem e esgotamento sanitário deverão apresentar as cotas de topo e fundo para subsidiar o desenvolvimento dos projetos afins na área de intervenção.*
- *Elementos naturais, tais como árvores, cursos d'água, voçorocas, ravinas, talvegues, barrancos e outros afins;*
- *Benfeitorias e elementos construtivos tais como guarda corpos, muros de divisa, muros de contenção, muretas, cercas, escadas, rampas, soleiras das edificações, galinheiros, hortas e pomares. Deverão ser levantadas as divisas entre os lotes e ou ocupações, individualizando-os, detectando em seu perímetro todas as inflexões horizontais, bem como as arestas de tamanho igual ou superior a 10 centímetros. As edificações deverão ser identificadas por sua numeração postal.*

5.2.2. NUVEM DE PONTOS

Nuvens de pontos com as cenas configuradas e referenciadas no sistema de coordenadas.

- *Formatos e organização dos Arquivos Entregáveis referentes à Nuvem de Pontos*

*Além do **FORMATO NATIVO** gerado, a nuvem de pontos, proveniente do escaneamento a laser, deverá ser entregue nos seguintes formatos **EDITÁVEIS**:*

- ✓ *Dados de varredura brutos para cada varredura individual ainda não processada (Exemplo: FLS, ZFS, etc.);*
- ✓ *.RCP – Nuvem Processada pelo Recap Autodesk;*
- ✓ *.RCS – Arquivos de Suporte Recap;*
- ✓ *.HTML True View.*

5.2.3. ORÇAMENTO

O valor global da presente licitação foi orçado a partir dos dados extraídos da Tabela de Preços de Consultoria formalizada pela SUDECAP, amplamente utilizada no município de Belo Horizonte e reconhecida nacionalmente como referência de preços para obras e serviços de engenharia.

A Tabela de Preços foi elaborada de acordo com os Procedimentos Padrão para Elaboração de Projetos de Infraestrutura e Edificações editado pela SUDECAP e o Caderno de Normas e Padrões para serviços de Topografia da Urbel – 4ª edição, documentos técnicos onde constam especificações e normas de execução de cada serviço. As composições de preços não tabeladas foram elaboradas com base nos insumos constantes da tabela de preços, mantendo-se fidelidade à metodologia da elaboração do orçamento.

A Tabela de Preços encontra-se disponível no site:

- *https://prefeitura.pbh.gov.br/Sudecap/tabela-de-precos,*

e as composições de preços unitários tabelados, no site:

- *https://prefeitura.pbh.gov.br/Sudecap/composicao-de-precos.*

*Os **quantitativos** apresentados nas planilhas de orçamento são **estimados** e se baseiam em vistorias aos locais dos empreendimentos e valores médios obtidos através de projetos de natureza semelhante. O universo de vilas, favelas e áreas de interesse social apresenta **situações inusitadas** que fogem a critérios pré-definidos e parâmetros rígidos.*

6. LEGISLAÇÕES, NORMAS E REGULAMENTOS

Todos os serviços devam obedecer necessariamente às normas, especificações e procedimentos que orientem os processos de desenvolvimento, avaliação e aprovação de projetos que se constituem em:

a) o presente documento;

b) Resolução do CONMETRO nº 12, de 12/10/1988.

A CONTRATANTE ficará autorizada a alterar, ou modificar os serviços e demais documentos recebidos em razão do Contrato, independente de autorização do Autor, situação essa em que cessará a responsabilidade técnica do Autor sobre o(s) serviço(s) e documento(s) modificado(s).

A CONTRATADA deverá fazer o registro da responsabilidade técnica da empresa referente à execução do objeto dessa contratação, junto ao órgão competente, em nome de quaisquer dos responsáveis técnicos constantes da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica. Deverá também fazer o registro da responsabilidade técnica do

profissional que efetivamente comandará a execução dos serviços. Caso o responsável técnico pela empresa seja aquele que efetivamente comandará a execução dos serviços, o segundo registro fica automaticamente suprimido.

A CONTRATADA deverá ainda observar o prazo do parágrafo 1º do art. 28 da Resolução n.º 1.025/2009 do CONFEA para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do serviço, e o prazo dos incisos I e II, do art. 2º da Resolução n.º 91/2014 do CAU/BR para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

7. ETAPAS DOS SERVIÇOS

A sequência das etapas do serviço deve ser programada cronologicamente, segundo critérios de coordenação e subordinação, de modo que a produção das informações possa ser acumulada, detalhada e articulada progressivamente, até a conclusão. Todas as informações coletadas deverão ser incorporadas às memórias dos serviços desenvolvidos.

É de responsabilidade da CONTRATADA a conferência dos desenhos feitos pelos seus desenhistas/cadistas. A entrega de desenhos com ocorrência de erros implicará em advertência, podendo, em caso de reincidência, a CONTRATADA ser considerada inadimplente.

Todos os serviços deverão ser entregues compatibilizados e conjuntamente. A falta de um ou mais documentos, serviços e/ou projetos impedirá o recebimento dos demais e a etapa correspondente será considerada não cumprida;

O desenvolvimento dos serviços se dará conforme descrito a seguir:

7.1. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES

Esta etapa se iniciará com uma reunião para definição de diretrizes, na qual deverão participar todos os profissionais que atuarão na execução dos serviços. A ausência de qualquer um dos profissionais da CONTRATADA impedirá a realização da reunião e a etapa será considerada não iniciada por inadimplência desta.

Serão apresentadas, pela CONTRATANTE, a concepção e a representação das características gerais e preliminares dos empreendimentos, do conjunto de informações técnicas provisórias e ordenação dos dados disponíveis, bem como de eventuais condicionantes, visando a definição das diretrizes iniciais que sirvam de base para os estágios subsequentes e propiciem avaliar com relativa antecedência as dificuldades que podem ser encontradas no campo.

7.2. PLANO DE TRABALHO

Antes do início das atividades em campo, a contratada deverá apresentar à fiscalização o Plano de Trabalho do escaneamento a laser a ser seguido, cronograma suficientemente detalhado, itens de controle de qualidade, datas de entregas, entre outros. Deverá ser apresentado também, o plano de posicionamento previsto para os pontos de disparo, para validação da fiscalização.

7.3. DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

Em função das especificidades dos locais, todos os serviços em campo serão previamente informados e agendados com as lideranças locais e acompanhados por profissionais da prefeitura.

7.4. EMISSÃO FINAL

Após a conclusão dos serviços e emissão dos relatórios de análise indicando que foram aceitos, será formalizada a AUTORIZAÇÃO para elaboração da "Emissão Final".

No prazo de 10 (dez) dias corridos após a autorização, a CONTRATADA deverá apresentar a Emissão Final dos projetos e planilhas, conforme especificado a seguir:

a) *Arquivos Digitais: Os arquivos digitais finais do serviço deverão ser entregues em mídia pendrive, ou qualquer outro dispositivo de armazenamento compatível com o padrão USB, que passa a ser de propriedade do contratante e que possua capacidade de armazenamento de todo o serviço, por empreendimento, em um único dispositivo. Deverá estar devidamente etiquetada e acompanhada de uma relação de todos os documentos nela inseridos e correspondentes aos volumes impressos dos serviços.*

   Deverá contemplar todos os arquivos na extensão original e demais solicitadas, incluindo nuvem de pontos, plantas, textos, planilhas, mapas e fotos, em versão atualizada, nomeados conforme os critérios e normas fixadas pela URBEL.

   Deverá conter também todas as plantas, depois de aprovadas e assinadas tanto pela CONTRATADA quanto pelo CONTRATANTE, digitalizadas ou escaneadas em imagem TIF ou PDF para arquivamento em meio digital. A mesma orientação é válida para memoriais e boletins relativos aos serviços.

b) *Lista completa com indicação do conteúdo, folha e número de todos as plantas, e número da ART/RRT referente a cada serviço, impressa e em meio digital, em modelo a ser fornecido pela Fiscalização.*

8. QUALIFICAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

A CONTRATADA deverá apresentar no envelope de habilitação todos os documentos relativos à equipe técnica mínima, instalações e aparelhagem adequadas para a elaboração simultânea de serviços, durante toda a vigência do contrato. A equipe disponibilizada deverá ter a qualificação e experiência necessária para efetivamente conduzir a execução do Objeto dessa licitação, de acordo com o cronograma físico financeiro.

O Arquiteto indicado como integrante do quadro permanente da licitante cujos atestados de capacidade técnica foram apresentados na fase de habilitação do processo licitatório ou outros profissionais que atendam às mesmas exigências técnicas de qualificação devidamente comprovadas através de atestados de capacidade técnica (ACT), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente.

Os profissionais indicados na equipe técnica mínima deverão participar efetivamente dos trabalhos e somente poderão ser substituídos, durante a execução do contrato, por outros profissionais com experiência equivalente ou superior àquela exigida neste Termo de Referência, devidamente comprovada, com prévia anuência do Fiscal do Contrato.

A Fiscalização poderá solicitar formalmente à CONTRATADA a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço desta, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de cinco (05) dias úteis, contados da solicitação formal, devendo ser entregue à CONTRATANTE toda a documentação necessária à comprovação da capacidade técnica do profissional contratado. A substituição ou acréscimo de membros à equipe, não gerará custo adicional ao contrato.

A CONTRATADA deverá manter durante o período de vigência do contrato uma equipe mínima de apoio administrativo em seu escritório, bem como manter equipe para execução dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho que atenda ao dimensionamento estabelecido pela

Norma regulamentadora NR04 da Portaria nº 3.274/1978 do extinto Ministério de Estado do Trabalho.

Todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão trabalhar uniformizados, conforme modelo fornecido pela Fiscalização na data da emissão da Ordem se Serviço.

A experiência específica dos membros da equipe técnica mínima deverá ser comprovada através de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica (ACT), acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) para cada uma das áreas de atuação indicadas.

Os Atestados de Capacidade Técnica (ACT) e as Certidões de Acervo Técnico (CAT) deverão ser apresentados conforme orientações a seguir:

a) *Só serão considerados os ACT fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;*
b) *Os atestados de serviços realizados em território nacional deverão ser registrados pelo CREA ou pelo CAU;*
c) *Os ACT só serão considerados se os serviços já tiverem sido concluídos;*
d) *Nos ACT deverão constar os dados essenciais dos serviços executados e se os objetivos de qualidade e prazos foram cumpridos;*
e) *Os ACT poderão vir acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), quando for o caso, para melhores informações sobre os serviços executados.*

8.1. EQUIPE TÉCNICA / EQUIPAMENTOS - MÍNIMO NECESSÁRIO

8.1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço.

Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados:

1. *Engenheiro Civil ou quaisquer profissionais de nível superior, legalmente habilitados com atribuição específica para o exercício da atividade, comprovada pela entidade profissional competente: execução de levantamento topográfico cadastral, em áreas urbanas, com utilização da tecnologia laser scanner; em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.*
2. *Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto: execução de com utilização da tecnologia laser scanner; em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados;*
3. *Arquiteto: execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados.*
4. *Arquiteto: Execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados.*
5. *Engenheiro Civil ou Engenheiro Agrimensor ou Arquiteto: Coordenação de projetos, em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.*

A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, ao qual se refere o item 15.2.2.1, deverá ser realizada pela apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is); ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta(m) o(s) profissional(is)

integrante(s) da sociedade; ou, ainda, através do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) pela legislação civil comum, conforme preconizam o art. 1°, da Lei Federal Nº6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal nº 12.378/2010;

As funções indicadas poderão ser realizadas por um mesmo profissional desde que tenha a formação exigida em ambos e executado, na qualidade de responsável técnico, os serviços indicados, devidamente comprovadas conforme exigências estabelecidas.

Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(as) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução direta pela LICITANTE de serviços de Levantamento Topográfico Cadastral, com a comprovação da seguinte atividade relevante: "levantamento topográfico planialtimétrico cadastral utilizando "escaneamento a laser", de, no mínimo 90.000 m2.

Os atestados deverão estar emitidos em papel timbrado dos Órgãos ou das Empresas que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ destes ou outra informação que permita a devida indicação do emitente com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou das filiais do licitante.

Não serão aceitos atestados de capacidade técnica, emitidos pelo próprio licitante.

a) **Coordenação:**

O Coordenador deverá ser Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto e comprovar experiência específica na coordenação de Serviços de Levantamentos por escaneamento à laser (laser scanning).

Será exigida a participação efetiva do Coordenador, durante todas as etapas de elaboração dos serviços, a qualquer tempo, durante o horário comercial. Este Coordenador se reportará e será orientado diretamente pelo Fiscal do Contrato.

É de inteira responsabilidade do coordenador:

- *Dar suporte à contratação de todos os profissionais integrantes da equipe técnica e subcontratados em todas as etapas de elaboração dos serviços;*
- *Promover o contato da equipe técnica e das consultorias intervenientes na concepção dos serviços;*
- *Promover a gestão administrativa entre a Coordenação técnica e as consultorias intervenientes na concepção dos serviços;*
- *Dar suporte às providencias para as entregas dos serviços em todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos;*
- *Providenciar o envio, a recepção e o controle todas as correspondências entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e vice-versa, encaminhando à equipe técnica as correspondências e documentos pertinentes;*
- *Providenciar o suporte logístico e todos os meios físicos e técnicos necessários aos profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos;*
- *Providenciar a programação e o agendamento das reuniões;*
- *Arquivar e controlar toda a documentação técnica do contrato;*
- *Atualizar semanalmente o Fluxo de Planejamento e Acompanhamento e os cronogramas físicos e financeiros dos serviços;*

- *Exercer a atividade de Controle Físico e Financeiro do contrato;*
- *Elaborar as minutas das planilhas dos serviços para fins de medição acompanhadas das respectivas memórias;*
- *Produzir justificativas para solicitação de aditivos, quando for o caso;*
- *Elaborar cronogramas físicos ou físico-financeiros, individualizados por intervenção/natureza do empreendimento, quando for solicitado;*
- *Observar todos os prazos estabelecidos nos cronogramas dos serviços;*
- *Conferir e compatibilizar os dados em cada uma das etapas, ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, objeto do contrato,*
- *Participar, bem como representar a CONTRATADA, nas reuniões de acompanhamento do contrato entre outras;*
- *Elaborar os relatórios de acompanhamento dos serviços;*
- *Elaborar justificativas técnicas, cronogramas físico-financeiros e mapas temáticos para atendimento de agente financiador (Caixa Econômica Federal) e/ou Governo Federal em processo de captação de recursos, quando for o caso e por solicitação da Fiscalização;*
- *Produzir apresentações personalizadas dos empreendimentos, com auxílio de ferramentas computacionais, quando da solicitação da Fiscalização;*

A coordenação, conferência e compatibilização, em cada uma das etapas, ao longo do desenvolvimento de todos os serviços, serão de total responsabilidade do Coordenador da CONTRATADA.

b) ***Serviços de Escaneamento a Laser – Levantamento:***

Engenheiro Civil com expertise em serviços de escaneamento a laser com geração de nuvem de pontos;

c) ***Serviços de Processamento***

Engenheiro Agrimensor ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Engenheiro Civil ou Arquiteto com expertise nos programas produzidos pelos fabricantes dos equipamentos de escaneamento a laser, através da transferência de dados para microcomputador e pós-processamento com a emissão da lista dos pontos escaneados.

As funções indicadas nos itens a), b) e c) poderão ser realizadas por um mesmo profissional desde que tenha a formação exigida em ambos e executado, na qualidade de responsável técnico, os serviços indicados, devidamente comprovadas conforme exigências estabelecidas.

8.1.2. EQUIPAMENTOS MÍNIMOS

A CONTRATADA deverá apresentar a relação dos equipamentos que serão disponibilizados para a execução dos serviços inerentes ao contrato. Essa relação deverá ser compatível com o volume de serviços previamente considerados no Cronograma Físico-financeiro e deverá prever Laser Scanner, GNSS, Drone, telefone fixo, computadores, impressoras, veículo e máquina fotográfica.

Caso o desempenho dos equipamentos não atenda adequadamente ao desenvolvimento dos serviços, deverão ser substituídos por outros sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.1.3. DOCUMENTOS EXIGÍVEIS APÓS A CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar como requisito para a emissão da ordem de serviço:

I. Organograma informando os componentes da equipe, explicando as funções e as responsabilidades, grau

de autonomia para tomada de decisões, formas de contatos com esses elementos (telefone, fax, e-mail e outros), vinculando essa equipe a estrutura hierárquica da empresa;

II. *Declaração comprovando a existência de instalações e equipamentos adequados para a execução de serviços.*

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis após a Ordem de Serviço, a relação da Equipe Técnica que efetivamente executará os serviços com a correspondente caracterização da formação intelectual, da função a que foi designado na Equipe Técnica e comprovação de experiência específica, conforme apresentado no item Equipe Técnica deste Termo de Referência.

No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após emissão da Ordem de Serviço a CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da CONTRATANTE a seguinte documentação:

a) *ART e/ou RRT da CONTRATADA, cobrindo todo escopo do contrato;*

b) *Comprovação de integração do coordenador indicado ao quadro permanente da licitante, realizada pela apresentação de cópia do Contrato de Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade; ou, ainda, através do contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no cartório competente e/ou na entidade profissional competente, nos casos em que o profissional não for o mesmo indicado na fase de habilitação;*

c) *Comprovação de integração dos demais profissionais da equipe técnica indicada ao quadro de pessoal da licitante feita através de cópias da FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO, ou CTPS, ou CONTRATO SOCIAL ou ainda através de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO regido pela legislação civil comum, devidamente registrado na entidade profissional competente, ou no cartório;*

d) *Declaração dos profissionais de que seja de seu conhecimento e aceitação todo o conteúdo do "TERMO DE REFERÊNCIA" – ANEXO I e dos demais documentos constantes no edital;*

e) *Declaração de que os profissionais concordam com a inclusão de seu nome para compor a equipe de execução dos serviços contratados, para o tempo previsto no cronograma apresentado;*

f) *Declaração de disponibilidade de tempo parcial do Coordenador indicado, com o compromisso de sua dedicação efetiva para coordenar os serviços objeto dessa licitação. Na declaração deverá constar o nome completo do profissional e o número do registro do CREA e sua assinatura;*

g) *Declaração da CONTRATADA comprovando a existência de instalações e equipamentos adequados para a execução de serviços na região metropolitana de Belo Horizonte;*

h) *Cronograma Físico Financeiro Detalhado;*

i) *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), elaborado por profissional devidamente habilitado, acompanhado dos seguintes documentos:*

- *Modelo de Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos os empregados;*
- *Registro do Técnico de Segurança, quando houver.*

j) *Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados, elaborado por profissional devidamente habilitado.*

Havendo erros, omissões ou não conformidades nesta documentação, esses serão informados à CONTRATADA para correção. Após apresentados, os documentos referentes ao PPRA e PCMSO serão devolvidos à

CONTRATADA.

9. PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. ORDEM DE SERVIÇO

Para o início da execução dos serviços será emitida Ordem de Serviço. Na data de emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATANTE promoverá uma reunião com a CONTRATADA para apresentação da Fiscalização, bem como dos objetivos e metas a serem atingidos.

Nessa ocasião a CONTRATANTE fornecerá informações detalhadas sobre o escopo dos trabalhos e esclarecimentos sobre os procedimentos e padrões a serem adotados e serão acertados os procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, além de fornecer os selos e formatos a serem utilizados nos desenhos, em formato digital.

9.2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DETALHADO

Caberá à CONTRATADA, elaborar o planejamento detalhado de cada atividade e apresentar o Cronograma Físico Financeiro Detalhado.

O planejamento e acompanhamento de cada atividade serão atualizados semanalmente de maneira a permitir um retrato fiel do andamento do projeto em cada etapa de desenvolvimento e estará sempre à disposição do FISCAL.

No Cronograma Físico Financeiro Detalhado, por serviço, deverão estar criteriosamente relacionadas todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos, inclusive as fases de VERIFICAÇÃO e APROVAÇÃO, respeitando-se os prazos internos conforme descrição e metodologias do item "Metodologia de Verificação e Aprovação".

O prazo de execução dos serviços e projetos, constante do Cronograma Físico-financeiro apresentado, é estimativo, podendo sofrer alterações quando da realização do planejamento inicial após a OS e no decorrer do contrato, desde que sem prejuízo da qualidade e respeitados os prazos de término do contrato e de verificação e aprovação dos produtos pela Fiscalização.

A CONTRATADA deverá obrigatoriamente respeitar o prazo total definido no Cronograma Físico Financeiro Detalhado e no Cronograma Físico Financeiro Global.

Qualquer alteração no Cronograma só poderá ser efetivada com autorização formal da Fiscalização, após justificativa formal apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela Fiscalização.

9.3. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO

Durante a elaboração dos serviços serão realizadas reuniões periódicas que poderão ser semanais, quinzenais ou mensais, a critério da Fiscalização, em ambiente web, através de vídeo conferência para atualização do planejamento e acompanhamento dos serviços e esclarecimento de eventuais dúvidas.

9.4. METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

O acompanhamento dos serviços se dará em todas as etapas, permitindo providenciar, em tempo hábil, reformulações pertinentes à concretização dos objetivos pré-estabelecidos em cada fase.

A verificação e aprovação pela CONTRATANTE, de todos os serviços e/ou projetos, acontecerá para cada etapa de acordo com a metodologia abaixo:

a) Apresentação pela CONTRATADA de todos os serviços e/ou plantas geradas;

b) *Análise dos serviços e/ou plantas pela Fiscalização com emissão do 1º Relatório de Análise (RA), considerando um prazo de 10 (dez) dias;*

c) *Devolução, à CONTRATADA, dos serviços e/ou plantas acompanhados do 1º Relatório de Análise (RA) com aprovação ou solicitação das alterações necessárias;*

d) *Revisão dos serviços e/ou plantas pela CONTRATADA para atendimento às solicitações do 1º RA, considerando um prazo de 10 (dez) dias;*

e) *Apresentação dos serviços e/ou plantas revisados pela CONTRATADA;*

f) *Análise dos serviços e/ou plantas pela Fiscalização com emissão do 2º Relatório de Análise (RA), considerando um prazo de 10 (dez) dias;*

g) *Devolução dos serviços e/ou plantas pela Fiscalização acompanhados do 2º Relatório de Análise (RA) com aprovação ou solicitação das alterações necessárias;*

h) *Revisão dos serviços e/ou plantas pela Fiscalização para atendimento às solicitações do 2º RA, considerando um prazo de 05 (cinco) dias;*

i) *Análise dos serviços e/ou plantas pela equipe técnica da CONTRATANTE com emissão do 3º Relatório de Análise (RA) no qual deverá ser formalizada a ACEITAÇÃO dos serviços e/ou plantas, considerando um prazo de 10 (dez) dias.*

Efetuadas as alterações e compatibilizações necessárias, a CONTRATADA, quando da entrega dos serviços e/ou plantas para a fase de aprovação, deverá apresentar toda a documentação encaminhada na avaliação anterior da Fiscalização, onde constam as suas anotações. A ausência desse material impedirá o início da avaliação e a etapa será considerada não entregue.

Todos os serviços realizados deverão ser verificados e aprovados pela Fiscalização de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro. Somente após a aprovação, a CONTRATADA poderá dar início à etapa subsequente dos trabalhos.

10. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos serviços contratados.

Todos os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados pelo agente público, aqui denominado Fiscal do Contrato, designado pelo Gestor do Contrato, que, será responsável por verificar e fazer cumprir a execução do Objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas e padrões de qualidade, desde o início dos serviços, até a sua aceitação definitiva.

O Fiscal do Contrato será funcionário designado pela CONTRATANTE. Como se trata de contrato que envolve a execução de serviços relativos a várias áreas do conhecimento, o Fiscal do Contrato será auxiliado por equipe técnica multidisciplinar, a ser indicada na reunião inicial, após a assinatura da Ordem de Serviço.

Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atividades, conforme previsão legal, acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos, determinar a correção ou substituição do objeto contratado em que se verificarem incorreções, rejeitar, no todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações contidas no contrato, exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes, emitir atestado de avaliação do serviço prestado, recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades no contrato e aprovar a medição dos serviços

efetivamente realizados.

O Fiscal deverá analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução da obra ou serviços. Realizará as medições devidas pelos serviços executados e aprovados e/ou quando julgar necessário, deverá fazer notificações e recomendar a sugerir aplicação de advertências, multas ou penalidades previstas na legislação vigente e no contrato, efetuar retenção de medições e tomar todas as providências e demais ações necessárias ao bom andamento dos serviços.

11. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS SERVIÇOS

Os serviços serão aceitos a partir de sua conformidade com as especificações constantes nos referenciais e normas previstos neste Termo de Referência.

Deverá ser feito o uso de linguagem clara e objetiva e o uso correto da língua portuguesa.

Deverá atender também aos seguintes critérios de aceitabilidade:

a) Textos e estudos:

- *consistência das informações, a ser verificada por meio de vistorias e de conferências a partir das fontes utilizadas;*
- *formatação de acordo com normas da ABNT em relação às margens, referências bibliográficas, organização do sumário, citações de autores, figuras, tabelas etc.*

b) Plantas:

- *consistência das informações, a ser verificada por meio de vistorias e de conferências a partir das fontes utilizadas;*
- *compatibilidade entre as informações;*
- *atendimento ao padrão gráfico definido pela Fiscalização, inclusive: selos, formatos, templates;*
- *observância a normas técnicas de desenho;*
- *clareza das informações mapeadas e das respectivas legendas.*

12. MEDIÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços e produtos serão entregues conforme especificação constantes nos referenciais e normas previstos nos itens 4 e 5 deste Termo de Referência, os quais serão medidos após executados, entregues e se aceitos pela Fiscalização, observadas as fases de execução previstas no Cronograma Físico Financeiro Detalhado, seguindo os critérios abaixo indicados.

12.1.1 PESSOAL

12.1.1.1 Engenheiro Coordenador

A medição relativa ao item "Engenheiro Coordenador" ocorrerá em parcelas mensais, de acordo com o cronograma físico-financeiro e após aprovação da COORDENAÇÃO.

Em caso de aditivo de prazo, a CONTRATADA não terá direito a medição relativa à coordenação, exceto quando o aditivo em questão for de total responsabilidade da CONTRATANTE.

Em caso de redução do prazo contratual, pela CONTRATANTE, não haverá medição deste item para os meses

reduzidos.

12.1.2 PROJETOS – SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

As medições dos projetos serão efetuadas em 2 (duas) etapas correspondentes a:

- ***40%** (quarenta) do valor correspondente na entrega da nuvem de pontos;*
- ***20%** (vinte) do valor correspondente na entrega da planta 2D do levantamento planialtimétrico topográfico;*
- ***40%** (quarenta) do valor correspondente após a conclusão e aceite da Fiscalização.*

***12.1.2.1** Levantamento Planialtimétrico Cadastral em Vilas e Favelas (Método Convencional)*

Os serviços topográficos serão medidos por áreas efetivamente levantadas (m2).

Caso sejam necessários serviços não previstos na planilha contratual (locação, nivelamento, seções, cadastro, entre outros), a ela serão incorporados, conforme critérios constantes no edital de licitação.

***12.1.2.2** Inspeção de dispositivos Hidrossanitários*

A execução desse serviço se refere à elucidação das dimensões, cotas e características dos dispositivos de drenagem e esgotamento sanitário existentes e de difícil acesso.

A representação dessas informações deverá constar no projeto de topografia de forma clara, com legenda e simbologia adequada.

Será medido por unidade levantada.

***12.1.2.3** Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral - Laser Scan – (Pacote de até 3.000m2 de área)*

Os serviços de levantamento e processamento com utilização da tecnologia Laser Scan serão medidos por unidade de referência da planilha.

Cada unidade, correspondente ao item, compreende a execução dos serviços de levantamento e processamento referentes à execução de três mil metros quadrados, independentemente da quantidade necessária de disparos do laser.

Deverão estar de acordo com os Planos de Trabalho previamente aprovados pela fiscalização, para cada um dos empreendimentos visando garantir que essa área seja totalmente visualizada através da nuvem de pontos.

***12.1.2.4** Armazenamento em Nuvem com Visualizador*

Será medida uma unidade por empreendimento listado no item 3, mediante comprovação, pela Fiscalização, do acesso aos dados, conforme descrito no item 5.1.3.

***12.1.2.5** Serviços de Gráfica*

a) Digitalização de Grandes Formatos

Os formatos A1 serão medidos integralmente por unidade da planilha contratual, após entrega dos respectivos arquivos. Aos demais tamanhos deverá ser aplicada a tabela de equivalência descrita no item "Observações Gerais".

Todos os demais projetos e serviços, não citados, serão medidos conforme unidade de referência da Planilha Contratual, pelo quantitativo efetivamente realizado.

12.1.3 OBSERVAÇÕES GERAIS

Os custos das horas técnicas relativas às reuniões, incluindo as necessárias e não pré-estabelecidas, deverão estar contemplados no valor global da contratação, devendo estar embutidas nos preços ofertados na licitação.

MESP 022 Assinatura

Quando o critério, para a elaboração dos projetos, corresponder ao número de formatos aprovados, a escala de apresentação e a distribuição dos desenhos deverá ser previamente acordada com a Fiscalização. Serão utilizadas quantas folhas forem necessárias para a completa apresentação do projeto, devendo ser apresentado no menor formato e na menor quantidade possível, desde que não prejudique a sua clareza.

Os formatos utilizados deverão seguir o padrão da série "A" podendo ser empregados na horizontal (paisagem) ou na vertical (retrato). Os formatos adotados e suas dimensões estão listados abaixo:

FORMATO (PRANCHA)	A0	A1	A2	A3	A4
DIMENSÃO (MM)	841 x 1189	594 X 841	420 X 894	297 X 420	210 X 297

Para as folhas em formatos maiores que A4 deverá ser adotado o processo de dobramento para facilitar o transporte e o arquivamento.

A CONTRATANTE poderá exigir desenhos ou informações complementares a serem acrescidas aos volumes e aos formatos entregues, caso haja necessidade de maior detalhamento.

Os projetos deverão ser apresentados prioritariamente em formatos A1. Nos casos em que for necessária a utilização de outros tamanhos, acordados previamente com a Fiscalização, deverá ser adotada a seguinte tabela de equivalência para medição:

FORMATO (PRANCHA)	A0	A1	A2	A3	A4
DIMENSÃO	1,6 A1	1,0 A1	0,7 A1	0,5 A1	0,3 A1

12.2. PROCESSAMENTO DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada mensalmente, conforme serviços executados, de acordo com as unidades de referência e os preços unitários da planilha contratual, o cronograma físico financeiro contratual e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

Serviços não aceitos pela equipe de Fiscalização não serão objeto de medição. Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de medição de serviços e medição de serviços sem a devida cobertura contratual. Só serão objeto de medição os serviços entregues e aceitos.

A liberação do processamento da medição inicial estará condicionada a entrega de toda a documentação listada no item 9 - "Documentos Exigíveis Após a Contratação".

A liberação do processamento da medição final ficará vinculada à:

a) Emissão final dos Volumes;

b) Devolução de toda a documentação técnica fornecida à CONTRATADA para execução dos trabalhos.

13. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

Após a formalização da conclusão dos projetos, a Fiscalização e a CONTRATADA farão análise de todos os serviços executados e em até 15 (quinze) dias será emitido o "Termo de Recebimento Provisório" (TRP).

Decorridos até 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a CONTRATADA tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados nesse período, a Fiscalização ou Comissão de Recebimento designada emitirá o "Termo de Recebimento Definitivo" (TRD).

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

ICTHUS ENGENHARIA

Após o recebimento definitivo dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá dar baixa em todas as RRT/ART relativas às atividades desenvolvidas.

Pouso Alegre/MG, 17 de março de 2023.

Consultor Técnico:

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2023.03.17 16:38:41 -03'00'

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG:46.052/D

AMESP
Fls.: 024
Assinatura

iCTHUS ENGENHARIA

CÓDIGO: **AME-O/DOC/LIC/01-00**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DOCUMENTO TÉCNICO:	*ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO "ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA" É PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA AME-O/DOC/LIC/00-00 E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.*
CLIENTE:	*CONSÓRCIO AMESP* ***Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP*** *CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40* *Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442*

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
REFERÊNCIA:	SUDECAP DEZ/22

(CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31 31/08/15) — BDI: 28,75%

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO - R$ UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS							
1.	PESSOAL						
1.1	ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS						
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	130,32	167,79	604.033,20
						TOTAL DO ITEM: R$	604.033,20
2.	PROJETOS						
2.1	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA						
2.1.1	62.05.50	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	1,91	2,46	1.131.197,50
2.1.2	62.05.52	TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	725,27	933,79	280.135,54
2.1.3	62.05.53	PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	325,18	418,67	125.600,78
2.1.4	62.05.54	AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,66	0,85	7.647,75
2.1.5	62.05.55	INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	176,25	226,92	6.807.656,25
2.1.6	62.05.56	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	13.333,06	17.166,31	68.665.259,00
2.1.7	62.05.57	ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	5.608,92	7.221,48	2.166.445,35
3.							
3.1	DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS						
3.1.1	64.18.02	FORMATO A1	UN	350	1,64	2,11	739,03
						TOTAL DO ITEM: R$	79.184.681,19
						TOTAL GERAL: R$	79.788.714,39

OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS

Pouso Alegre/MG, 17 de março de 2023.

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2023.03.17 16:39:20 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

CÓDIGO: **AME-O/DOC/LIC/01-00**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER

DEMONSTRAÇÃO DO BDI

DOCUMENTO TÉCNICO:	ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO "ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO BDI" É PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA AME-O/DOC/LIC/00-00 E É COMPOSTO POR 2 (TRÊS) FOLHAS.
CLIENTE:	CONSÓRCIO AMESP Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40 Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31 31/08/15)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Base de Preços: dezembro/2022

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,50%	CD
LUCRO	L	7,50%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,96%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	2,27%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	1,00%	CD
RISCO	R	1,27%	CD
TRIBUTOS	I	6,15%	PV
ISS	ISS	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	4,50%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left[\frac{(1+(AC+S+G+R))*(1+DF)*(1+L)}{(1-(I+CPRB))} \right] -1$$

BDI (NUMERADOR) = 116,97%

BDI (DENOMINADOR) = 90,85%

$$BDI = \left[\frac{116,97\%}{90,85\%} \right] -1 = 0,2875 = 28,75\%$$

BDI = 28,75%

AC | **Administração Central** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua

DF | **Despesas Financeiras** - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data

R | **Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos** - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.

L | **Lucro** - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

T | **Tributos** - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 17 de março de 2023.

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691 Dados: 2023.03.17 16:41:31 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

AMESP 028 Assinatura

iCTHUS ENGENHARIA

CÓDIGO: **AME-O/DOC/LIC/01-00**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER

ART – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DOCUMENTO TÉCNICO:	*ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO "ANEXO III – ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA" É PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA AME-O/DOC/LIC/00-00 E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.*
CLIENTE:	*CONSÓRCIO AMESP* ***Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP*** *CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40* *Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442*

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20231918483

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

RNP: 1402964236

Registro: MG000000480420 MG

Empresa contratada: ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Registro Nacional: 0000027939-MG

2. Dados do Contrato

Contratante: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.382.307/0001-40

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Contrato: 001/2023

Celebrado em: 14/02/2023

Valor: R$ 7.991,16

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: Orgão Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA COMENDADOR JOSÉ GARCIA

Nº: 774

Complemento:

Bairro: SAUDADE - BOM JESUS

Cidade: POUSO ALEGRE

UF: MG

CEP: 37553442

Data de início: 06/03/2023

Previsão de término: 24/03/2023

Coordenadas Geográficas: 0, 0

Finalidade: COMERCIAL

Código: Não Especificado

Proprietário: Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

CPF/CNPJ: 20.382.307/0001-40

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
38 - Especificação > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	460.000,00	m²
38 - Especificação > GEODÉSIA > LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS > DE LEVANTAMENTO GEODÉSICO > #34.2.3.1 - COM USO DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL - GPS	460.000,00	m²
38 - Especificação > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS ESPECIAIS E NIVELAMENTOS DE PRECISÃO > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.2.3.1 - DE GALERIAS E DUTOS SUBTERRÂNEOS	460.000,00	m²
38 - Especificação > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.2 - DE TRANSPORTE DE COORDENADAS	460.000,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	460.000,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > GEODÉSIA > LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS > DE LEVANTAMENTO GEODÉSICO > #34.2.3.1 - COM USO DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL - GPS	460.000,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS ESPECIAIS E NIVELAMENTOS DE PRECISÃO > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.2.3.1 - DE GALERIAS E DUTOS SUBTERRÂNEOS	460.000,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.2 - DE TRANSPORTE DE COORDENADAS	460.000,00	m²
77 - Planejamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	460.000,00	m²
77 - Planejamento > GEODÉSIA > LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS > DE LEVANTAMENTO GEODÉSICO > #34.2.3.1 - COM USO DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL - GPS	460.000,00	m²
77 - Planejamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS ESPECIAIS E NIVELAMENTOS DE PRECISÃO > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.2.3.1 - DE GALERIAS E DUTOS SUBTERRÂNEOS	460.000,00	m²
77 - Planejamento > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.2 - DE TRANSPORTE DE COORDENADAS	460.000,00	m²
23 - Consultoria > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO	460.000,00	m²
23 - Consultoria > GEODÉSIA > LEVANTAMENTOS GEODÉSICOS > DE LEVANTAMENTO GEODÉSICO > #34.2.3.1 - COM USO DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAL - GPS	460.000,00	m²

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: ow25A
Impresso em: 16/03/2023 às 09:26:35 por: , ip: 170.82.175.4

www.crea-mg.org.br
Tel: 031 2732

alendimento@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20231918483

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

23 - Consultoria > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS ESPECIAIS E NIVELAMENTOS DE PRECISÃO > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.2.3.1 - DE GALERIAS E DUTOS SUBTERRÂNEOS	460.000,00	m²
23 - Consultoria > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.2 - DE TRANSPORTE DE COORDENADAS	460.000,00	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO - LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PLANIALTIMÉTRICOS GEORREFERENCIADOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA-LASER SCANNER: TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

6. Declarações

- Declaro estar ciente de que devo cumprir as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Confea) .

- Cláusula Compromissória: Quaisquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio da Câmara de Mediação e Arbitragem - CMA vinculada ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que meus dados pessoais e eventuais documentos por mim apresentados nesta solicitação serão utilizados conforme a Política de Privacidade do CREA-MG, que encontra-se à disposição no seguinte endereço eletrônico: https://www.crea-mg.org.br/transparencia/lgpd/politica-privacidade-dados. Em caso de cadastro de ART para PESSOA FÍSICA, declaro que informei ao CONTRATANTE e ao PROPRIETÁRIO que para a emissão desta ART é necessário cadastrar nos sistemas do CREA-MG, em campos específicos, os seguintes dados pessoais: nome, CPF e endereço. Por fim, declaro que estou ciente que é proibida a inserção de qualquer dado pessoal no campo "observação" da ART, seja meu ou de terceiros.

- Declaro, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estou ciente de que não posso compartilhar a ART com terceiros sem o devido consentimento do contratante e/ou do(a) proprietário(a), exceto para cumprimento de dever legal.

7. Entidade de Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros de Pouso Alegre

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2023.03.16 09:30:48 -03'00'

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

_____, _____ de _____ de _____
Local data

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - CNPJ: 20.362.307/0001-40

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R$ 96,82 Registrada em: 16/03/2023 Valor pago: R$ 96,82 Nosso Número: 8801116811

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: mvZ5A
Impresso em: 16/03/2023 às 09:26:36 por: , ip: 170.82.175.4

www.crea-mg.org.br atendimento@crea-mg.org.br
Tel: 031 2732 Fax:

CREA-MG

CÓDIGO: **AME-O/DOC/LIC/01-00**

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS GEORREFERENCIADOS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER

COTAÇÕES DE MERCADO

DOCUMENTO TÉCNICO:	ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO "ANEXO IV – COTAÇÕES DE MERCADO" É PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA AME-O/DOC/LIC/00-00 E É COMPOSTO POR 4 (QUATRO) FOLHAS.
CLIENTE:	CONSÓRCIO AMESP Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP CPF-MF ou CNPJ: 20.362.307/0001-40 Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

AMESP 032 Assinatura

ICTHUS ENGENHARIA

CONEPP CONSULTORIA
TRANSFORMANDO CIDADES.

Belo Horizonte,17 de março de 2023

Ao
CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi

Submetemos à apreciação de V.Sa. proposta técnica-comercial para de levantamento topográfico planialtimétrico georreferenciado cadastral em tecnologia Laser Scaner

1. PLANILHA DE PREÇOS

Valor total de R$74.481.603,00 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta um mil, seiscentos e três reais)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
REFERÊNCIA:	COTAÇÕES

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO	PREÇO - R$ TOTAL
1.	PESSOAL					
1.1	ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS					
1.1.1	41.11.09	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	156,88	564.778,80
					TOTAL DO ITEM: R$	564.778,80
2.	PROJETOS					
2.1	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA					
2.1.1		LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VIAS E TRAVESSAS	M²	460.000	2,50	1.057.540,00
2.1.2		TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VIAS E TRAVESSAS	KM	300	472,57	141.783,00
2.1.3		PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	391,22	117.366,00
2.1.4		AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,80	7.182,00
2.1.5		INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	212,04	6.361.200,00
2.1.6		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LAZER SCAN) PACOTE 3.600M²	UN	4.000	16.040,60	64.162.420,00
2.1.7		ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	6.742,80	2.024.383,50
3.	SERVIÇOS DE GRÁFICA					
3.1	DIGITALIZAÇÃO EM GRANDES FORMATOS					
3.1.1		FORMATO A1	UN	350	1,99	691,80
					TOTAL DO ITEM: R$	693,80
					TOTAL GERAL: R$	74.481.603,00

OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS.

A proposta tem validade de 30 dias.

Para informações complementares coloco-me a disposição.

Fabiola Batista Pires

Fabíola Batista Pires

Conepp Consultoria Ltda.

Rua Américo Luz, 521 - 10º andar
Gutierrez - Belo Horizonte - MG
Cep: 30.441-094
Tel.: 31 2515-6797 / 99207-0305
conepp@conepp.com.br
WWW.CONEPPCONSULTORIA.COM.BR

CONSÓRCIO AMESP

Dados da proponente:
Razão Social: Potenza Soluções Prediais e Facilities LTDA | CNPJ: 35.735.815/0001-01 | Telefone: (31) 3451-7393
Endereço: R. Ministro Orozimbo Nonato, nº 102. Sala 1806-A. Bairro Vila Da Serra. Nova Lima/MG - 34006-053
Email: contato@potenzasolucoes.com | grasielle@potenza solucoes.com

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOCAL:		SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ				
REFERÊNCIA:		COTAÇÕES				
ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO	PREÇO - R$ TOTAL
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS						
1	PESSOAL					
1.1	ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	165,14	594.504,00
					TOTAL DO ITEM: R$	594.504,00
2	PROJETOS					
2.1	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA					
2.1.1		LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	2,42	1.113.200,00
2.1.2		TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	918,47	275.541,00
2.1.3		PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	411,80	123.540,00
2.1.4		AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,84	7.560,00
2.1.5		INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	223,20	6.696.000,00
2.1.6		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	16.884,90	67.539.600,00
2.1.7		ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	7.103,10	2.130.930,00
3	SERVIÇOS DE GRÁFICA					
3.1	DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS					
3.1.1		FORMATO A1	UN	350	2,08	728,00
					TOTAL DO ITEM: R$	728,00
					TOTAL GERAL: R$	78.481.603,00

OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS

Pouso Alegre/MG, 17 de março de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660685606 Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660685606

Grasielle Oliveira Espotiso
Diretora Executiva

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

CONSÓRCIO AMESP

Dados do proponente:
Razão Social: LUMENS ENGENHARIA LTDA | **CNPJ:** 64.330.814/0001-77 | **Telefone:** (31) 32886 - 0189
Endereço: Rua Senhora das Graças, nº16, Sala 106. Bairro Cruzeiro. Belo Horizonte/MG. 30.310-130

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOCAL:	**SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
REFERÊNCIA:	**COTAÇÕES**

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO	PREÇO - R$ TOTAL
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS						
1.	**PESSOAL**					
1.1	**ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	181,65	564.778,80
					TOTAL DO ITEM: R$	564.778,80
2.	**PROJETOS**					
2.1	SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA					
2.1.1		LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	2,66	1.224.520,00
2.1.2		TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	1010,32	303.095,10
2.1.3		PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	452,98	135.894,00
2.1.4		AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,92	8.316,00
2.1.5		INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	245,52	7.365.600,00
2.1.6		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	18.573,39	74.293.560,00
2.1.7		ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	7.813,41	2.344.023,00
3.	SERVIÇOS DE GRÁFICA					
3.1	**DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS**					
3.1.1		FORMATO A1	UN	350	2,29	800,80
					TOTAL DO ITEM: R$	800,80
					TOTAL GERAL: R$	86.329.763,30

OBS: ***NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS***

Belo Horizonte/MG, 17 de março de 2023.

Igor Hovadich Antunes

Igor Hovadich Antunes
Diretor Comercial

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D

AMESP
FLS.: 035
Assinatura

Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2.023

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

A Presidente do Consórcio AMESP, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 3°, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520/02;

I - Determina que os editais de licitações deverão ser assinados pela autoridade que o expedir, no caso o Pregoeiro do Consórcio AMESP;

II - Que compete ao Consórcio AMESP instituir Comissões, para fins de organização e efetivação de seus atos administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, conforme dispositivo da Lei Federal nº 10.520\2002.

Art. 2º - Fica nomeado o funcionário para exercer as atribuições de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, o **Sr. Wagner do Couto** como Pregoeiro Oficial.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor equipe de apoio e para atuar nos processos de Pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, os servidores Sr. José Vitor da Rosa Júnior, Sr. Roque José dos Santos e Sra. Gabriele Cecília Pereira.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, em 02 de Janeiro de 2023.

Rosângela Maria Dantas
Presidente
AMESP

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 036
Assinatura

Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 037
Assinatura

AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

AMESP
FLS.: 038
Assinatura

PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 03/04/2023

HORÁRIO: 09h00min

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a empresa licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA da** Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP
FLS.: 039
Assinatura

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 03/04/2023

HORÁRIO: 09h00min

A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP,** pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR,** através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2023,** usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL,** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS,** de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃO PARTICIPANTE** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA

AMESP FLS.: 040 Assinatura

CAMPESTRE
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-5500 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

II – OBJETO

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada

AMESP
FLS.: 041
Assinatura

para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. Os ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

AMESP
FLS.: 042
Assinatura

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

5.2.6. Cooperativas nos termos da Lei nº 12.690/2012 artigo 4º Inciso II e Sumula do TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2203, e o artigo 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.

VI – DO CREDENCIAMENTO

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação".

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope "Proposta Comercial".

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não

AMESP
FLS.: 043
Assinatura

esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte,** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.3. Abertura dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 02 (duas), além da empresa que ofereceu o melhor preço,** oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope "Documentação" apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "Documentação" da segunda classificada.

8.1.12. **Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.**

AMESP FLS.: 044 Assinatura

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"
A Associação dos Municipios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: .....

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
A Associação dos Municipios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: .....

AMESP
FLS.: 045
Assinatura

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.2. O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII,** em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00),** sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global,** satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária (Anexo II) ao Termo de Referência, também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

AMESP
FLS.: 046
Assinatura

9.4. **Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV,** em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à HABILITAÇÃO TÉCNICA consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA** e Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - **CAU** da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

9.4.2.2. Atestado(s) / Certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.4.2.2.1. Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados:

a. Engenheiro Civil ou quaisquer profissionais de nível superior, legalmente habilitados com atribuição específica para o exercício da atividade, comprovada pela entidade profissional competente:

AMESP FLS.: 047 Assinatura

execução de levantamento topográfico cadastral, em áreas urbanas, com utilização da tecnologia laser scanner; incluindo modelagem BIM (Building Information Modeling) em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.

b. Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto: execução de com utilização da tecnologia laser scanner; em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados;
c. Arquiteto: execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados.
d. Arquiteto: Execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados.
e. Engenheiro Civil ou Arquiteto: Coordenação e Compatibilização de Projetos, em Building Information Modeling (BIM), em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.

9.4.2.3. A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, deverá ser realizada pela apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is); ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta(m) o(s) profissional(is).

9.4.2.4. As funções indicadas poderão ser realizadas por um mesmo profissional desde que tenha a formação exigida em ambos e executado, na qualidade de responsável técnico, os serviços indicados, devidamente comprovadas conforme exigências estabelecidas.

9.4.2.5. Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(as) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução direta pela **LICITANTE** de serviços de Levantamento Topográfico Cadastral, com a comprovação da seguinte atividade relevante: "levantamento topográfico planialtimétrico cadastral incluindo modelagem através da utilização de "escaneamento a laser", de, no mínimo 90.000 m2.

9.4.2.6. Os atestados deverão estar emitidos em papel timbrado dos Órgãos ou das Empresas que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ destes ou outra informação que permita a devida indicação do emitente com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

9.4.2.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou das filiais do licitante.

AMESP
FLS.: 048
Assinatura

9.4.2.5. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica, emitidos pelo próprio licitante.

9.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA das empresas** é a seguinte:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

AMESP
FLS.: 049
Assinatura

✓ **Índice de Liquidez Geral** (ILG) expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1{,}00.$$

✓ **Índice de Liquidez Corrente** (ILC) expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1{,}00.$$

✓ **Grau de endividamento** (GE) expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1{,}00$$

9.6.1. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.7. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

9.8. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL das empresas** é a seguinte:

9.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.8.2. Prova de inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.8.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.8.6. Prova de regularidade para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.8.7. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.8.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

911. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.12. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 60 (sessenta)** dias da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de Prefeituras Consorciadas à AMESP.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a

AMESP
FLS.: 051
Assinatura

documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2023,** segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento).**

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 2 (duas), além da primeira classificada,** quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

AMESP
FLS.: 052
Assinatura

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4°, inciso XXIII, da Lei Federal n.° 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço global**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

AMESP
FLS.: 053
Assinatura

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar ás contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano.**

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou

AMESP
FLS.: 054
Assinatura

ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores

a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do

AMESP
FLS.: 055
Assinatura

protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

14.3. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

AMESP FLS.: 056 Assinatura

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que porventura venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

15.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

15.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

15.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

15.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

15.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

15.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

15.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

16.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

AMESP
FLS.: 057
Assinatura

16.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

16.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

16.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

16.8. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

16.9. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.10. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

16.11. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

16.12. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

16.13. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

16.14. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

16.15. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro

AMESP
FLS.: 058
Assinatura

de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

16.16. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

16.17. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.18. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.19. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

16.20. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

16.21. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

16.22. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

16.23. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

16.24. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

16.25. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

XVII – DOS PAGAMENTOS

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as

AMESP
FLS.: 059
Assinatura

condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em via digital, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços o nº da Ordem de Fornecimento/Serviço do serviço realizado.

17.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÒRGÃO PARTICIPANTE solicitante do serviço.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

AMESP
FLS.: 060
Assinatura

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

XIX – DAS PENALIDADES

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

AMESP
FLS.: 061
Assinatura

↓ TABELA nº 2		
ITEM	**INFRAÇÃO** **DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

19.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

AMESP
FLS.: 062
Assinatura

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

AMESP
FLS.: 063
Assinatura

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO

20.1. O ORGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;

c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;

d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;

e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

20.2. O ORGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independentemente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

AMESP FLS.: 064 Assinatura

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXII – DOS ANEXOS

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA ;

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME.

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERÊNCIA

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP
FLS.: 065
Assinatura

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

AMESP
FLS.: 066
Assinatura

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Termo de Referência anexo em PDF)

AMESP
FLS.: 067
Assinatura

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R$
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	

Validade da Proposta: 60 dias

OBSERVAÇÃO:

AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTE DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2023.

_____

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo: .....

AMESP
FLS.: 068
Assinatura

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2023.

(local e data)

.....

(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

AMESP
FLS.: 069
Assinatura

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 48/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pela Presidente, **Sra.** ..... , ..., ..., portadora da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., **AMESP,** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15,

AMESP
FLS.: 070
Assinatura

representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hélcio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUIUNA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, º 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02,

AMESP
FLS.: 071
Assinatura

representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE,** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de

AMESP
FLS.: 072
Assinatura

Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA,** e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

AMESP
FLS.: 073
Assinatura

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

4.1. DO VALOR:

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R$**..... (.....), que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela DETENTORA e critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os

AMESP
FLS.: 074
Assinatura

custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela DENTENTORA deverão consignar no campo de identificação do destinatário juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra/local onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea

econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, sendo lavrado termo aditivo.

AMESP
FLS.: 076
Assinatura

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

AMESP
FLS.: 077
Assinatura

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

7.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

7.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

7.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

7.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

8.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

AMESP
FLS.: 078
Assinatura

8.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

8.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

8.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

8.8. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

8.10. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.11. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

8.12. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

8.13. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

8.14. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

AMESP
FLS.: 079
Assinatura

8.15. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.16. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.17. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.18. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

8.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

8.22. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

8.23. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

8.24. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

AMESP
FLS.: 080
Assinatura

9.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que - porventura - venham solicitar sua adesão à mesma, sendo necessária a concordância do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1	
GRAU	**CORRESPONDÊNCIA**
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00

AMESP
FLS.: 081
Assinatura

4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2

Item	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

10.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

AMESP
FLS.: 082
Assinatura

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e

AMESP
FLS.: 083
Assinatura

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CÂMARA DE MEDICAÇÃO E ARBITRAGEM CMA/CREA-MG.

12.1 Em caso de ocorrência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente contrato, as Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para solucionar a referida controvérsia de forma amigável; não sendo possível uma solução amigável, as Partes convencionam que este será definitivamente solucionado por meio da Mediação, primeiramente, e, em caso de não lograr êxito, pela Arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ambos sob administração da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CMA\Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com os seus Regulamentos de Mediação e de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer os referidos Regulamentos e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

§1º - O procedimento de mediação, administrada pela CMA/CREA-MG, não poderá exceder 45 dias, prorrogáveis por igual período por acordo das partes, a contar da assinatura do Termo de Abertura de Mediação.

§2º - Não ocorrendo o encerramento da controvérsia, no todo ou em parte, através do procedimento de Mediação, a(s) demanda(s) remanescente(s) será(serão) submetida(s) à Arbitragem, a ser administrada pela CMA/CREA-MG, de acordo com o seu respectivo Regulamento de Arbitragem. A arbitragem terá sede na Cidade de Pouso Alegre, estará sujeita às Leis do Brasil e será conduzida no idioma Português.

(i) O número de árbitros será definido pelo valor da demanda a ser arbitrada: para valores de demanda até R$300.000,00 (trezentos mil

AMESP
FLS.: 084
Assinatura

reais) será utilizada a arbitragem expedita, com árbitro único; para valores acima de R$300.001,00 (trezentos e um mil reais) será utilizada a Arbitragem com 3 (três) árbitros, escolhidos na forma do Regulamento da CMA/Crea-MG.

Pouso Alegre/MG,..... de ..... de 2023.

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Rosângela Maria Dantas

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas

BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

AMESP
FLS.: 085
Assinatura

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

AMESP
FLS.: 086
Assinatura

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

AMESP
FLS.: 087
Assinatura

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

AMESP
FLS.: 088
Assinatura

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA

AMESP
FLS.: 089
Assinatura

ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2023

PROCESSO N.º 48/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta cidade de ....., Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE,** pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) ....., Bairro ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº ..... neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.**..... , ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR / PARTICIPANTE CONTRATANTE (contratante),** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços,** que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS**

AMESP
FLS.: 090
Assinatura

PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário do Contrato.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **O Contrato terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1° e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os Contratos decorrente de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R$ XXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra o presente Contrato.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida

AMESP
FLS.: 091
Assinatura

pela CONTRATADA e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização deste, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória, constituída de:

AMESP FLS.: 092 Assinatura

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

AMESP
FLS.: 093
Assinatura

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE no caso de redução, ainda que temporária,

AMESP FLS.: 094 Assinatura

dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

7.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

AMESP
FLS.: 095
Assinatura

7.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou

emissão de ordem de serviço.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

7.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

7.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

7.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

8.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

8.3. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

8.4. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.5. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

8.6. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

AMESP
Fls.: 096
Assinatura

8.7. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.8. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

8.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

8.11. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

8.12. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

8.13. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

8.14. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

AMESP
FLS.: 097
Assinatura

8.20. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a

Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

8.21. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

8.22. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

8.23. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL

9.1. As obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O Contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

AMESP
FLS.: 098
Assinatura

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2

Item	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		

AMESP FLS.: 099 Assinatura

6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

10.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

AMESP
Fls.: 100
Assinatura

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CÂMARA DE MEDICAÇÃO E ARBITRAGEM CMA/CREA-MG.

12. Em caso de ocorrência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente contrato, as Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para solucionar a referida controvérsia de forma amigável; não sendo possível uma solução amigável, as Partes convencionam que este será definitivamente solucionado por meio da Mediação, primeiramente, e, em caso de não lograr êxito, pela Arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ambos sob administração da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CMA\Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em

AMESP FLS.: 101 Assinatura

conformidade com os seus Regulamentos de Mediação e de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer os referidos Regulamentos e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

§1º - O procedimento de mediação, administrada pela CMA/CREA-MG, não poderá exceder 45 dias, prorrogáveis por igual período por acordo das partes, a contar da assinatura do Termo de Abertura de Mediação.

§2º - Não ocorrendo o encerramento da controvérsia, no todo ou em parte, através do procedimento de Mediação, a(s) demanda(s) remanescente(s) será(serão) submetida(s) à Arbitragem, a ser administrada pela CMA/CREA-MG, de acordo com o seu respectivo Regulamento de Arbitragem. A arbitragem terá sede na Cidade de Pouso Alegre, estará sujeita às Leis do Brasil e será conduzida no idioma Português.

(i) O número de árbitros será definido pelo valor da demanda a ser arbitrada: para valores de demanda até R$300.000,00 (trezentos mil reais) será utilizada a arbitragem expedita, com árbitro único; para valores acima de R$300.001,00 (trezentos e um mil reais) será utilizada a Arbitragem com 3 (três) árbitros, escolhidos na forma do Regulamento da CMA/Crea-MG.

Pouso Alegre/MG, aos ..... de ..... de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

AMESP
FLS.: 102
Assinatura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre (MG), ...de.....de 2023.

_____
Assinatura do representante

Nome:

RG nº:

AMESP
FLS.: 103
Assinatura

ANEXO VIII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REFERÊNCIA

(Planilha Orçamentária disponível em Excel)

CONSÓRCIO AMESP

AMESP FLS.: 104 Assinatura

PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

EMENTA: REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. OBJETO ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA – ANÁLISE DE EDITAL – REGULARIDADE DO PROCESSO – APROVAÇÃO DO EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo que visa o registro de preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

AMESP
Fls.: 105
Assinatura

O Pregoeiro da AMESP Licitação encaminhou o Edital e anexos para esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial e respectivos anexos.

Cumpre inicialmente obtemperar que, o presente parecer se restringe à análise do Edital e seus anexos sendo que, o processo licitatório deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- A solicitação do setor competente, com as devidas justificativas;
- Cópia da Portaria que designou pregoeiro e equipe de apoio para efetuar os trabalhos de Pregão Presencial no exercício de 2023;
- A Pesquisa de Preços e o preço médio apurado;
- Autorização do procedimento;
- O Edital, com a respectiva Minuta da Ata de Registro de Preços/Contrato, além do Extrato de Publicação que deverá ser publicado no Diário Eletrônico da AMM em perfeito atendimento ao artigo 4° da lei 10.520.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

> ***Art. 37. omissis;***
> ***XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas***

AMESP
FLS.: 106
Assinatura

que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Lei Maior estabelece que as contratações realizadas pela administração pública devem ser precedidas de processo de licitação, ressalvados os casos específicos, nos termos do dispositivo acima transcrito.

Todavia quando se fala em processo de licitação, imprescindível que seja seguido o procedimento estabelecido na legislação vigente, com atenção aos requisitos lá estatuídos.

O processo de licitação, desta forma, deve atender aos requisitos legais desde a sua instauração, com o início da fase interna, até a assinatura do contrato de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, onde se encerra a fase externa.

Para tanto, o Edital de licitação e seus anexos devem atender aos pressupostos da Lei 8.666/93 e, no caso em tela, considerando a modalidade adotada, os ditames da Lei nº 10.520/02.

O edital, por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série anual, indicação do nome da repartição interessada, sendo certo, ainda, constar a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação.

AMESP
FLS.: 107
Assinatura

Também, percebe-se que há o indicativo expresso da regência do certame, nos termos da legislação de regência, com o designativo do local, dia e hora para o recebimento dos envelopes documentação e proposta, bem como o horário para o início da abertura dos envelopes, entre outros requisitos, a saber:

1- A definição precisa do objeto, apresentada de forma clara, explicativa e genérica, inexistindo particularidade exagerada que possa afetar a ampliação da disputa no presente certame;

2- Local onde poderá ser obtido o edital;

3- Percebe-se que também há no edital de regência as condições para a assinatura do contrato e a retirada dos instrumentos, a execução do contrato e a forma para a efetiva execução do objeto da licitação;

4- Consta do mesmo as sanções para o caso de inadimplemento, devendo a Administração observar fielmente o que está literalmente disposto no edital, para o fim da aplicação de futuras penalidades;

5- Local onde poderá ser examinado e recebido o edital;

6- Condições de pagamento e critérios objetivos para o julgamento, bem assim os locais, horários e meios de comunicação em que serão fornecidos os elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação em tela;

7- Prazo e condições para o pagamento, sem quaisquer distinções;

AMESP
Fls.: 108
Assinatura

8- É fato, ainda, constar do referenciado edital, os critérios de aceitabilidade do preço global, com o cumprimento dos demais requisitos exigidos por lei;

9- Demais especificações e peculiaridades da licitação.

De outra maneira, percebe-se nos autos a existência, também, de todos os anexos que devem seguir, obrigatoriamente.

No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666/97:

> ***Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.***
> ***§ 1o Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)***
> ***§ 2o É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.***

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
Fls.: 109
Assinatura

Não se incluem no âmbito da análise desta Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes às especificações, planilhas de preços e quantitativos, etc., posto não deter conhecimento técnico e nem tampouco competência legal para tanto, sendo a presente manifestação de cunho exclusivamente jurídico e limitada aos aspectos formais do Edital e anexos.

Assim, verifica-se que o processo se encontra regular tendo sua fase interna legalmente concluída, com o Edital de Licitação e respectivos anexos atendendo ao disposto na legislação aplicável.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e norteado pelo ordenamento jurídico em vigência, APROVO o Edital de Pregão Presencial nº 13/2023 e respectivos anexos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, devendo ser iniciada a fase externa da licitação, tudo nos termos da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente nos termos da Lei nº 8.666/93, ressaltando que devem ser seguidos todos os procedimentos legais para tanto, devendo o Pregoeiro observar, ainda, a disponibilidade do edital aos interessados com a antecedência mínima determinada por lei, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, S.M.J.

Pouso Alegre, 17 de março de 2023.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B

AMESP
FLS.: 110
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 13/2023

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL,** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS,** cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência" e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site **amesp.mg.gov.br**

Data da Abertura dos Envelopes: Dia 03 de abril de 2023 ás 09h00min.

Pouso Alegre/MG, aos 17 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

Rua Comendador José Garcia, 774 – Centro, Pouso Alegre/MG
CEP: 37.550-000 Tel. (35) 3025-5500 E-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

AMESP
FLS.: 111
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG. CHAMADA PÚBLICA / Nº 02/2023 - Processo administrativo nº 24/2023 – "Aquisição de leite pasteurizado integral e iogurte da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural". Os interessados deverão apresentar a documentação para credenciamento no período de 23/03/2022 até às 15:00 do dia 13/04/2022,a sessão pública será às 15:00 h do dia 13/04/2023, na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, com sede na Rua Lucy Vasconcelos Teixeira nº 230 Bairro Mirante do Paraíso Pouso Alegre MG. Valor estimado : R$ 946.680,00 (novecentos e quarenta e seis mil seiscentos e oitenta reais).O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente em dias úteis e em horário comercial mediante a apresentação de PEN DRIVE, para cópia do arquivo e no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Edital de Licitação". Mais informações: (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com. Vanessa Moraes Skiella Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 043/2023 - Pregão Eletrônico 06/2023 – Torna público o processo licitatório para a Aquisição de Arado Fixo de 04 discos de 28"x6mm e Grade aradora de arraste 14 discos 14X28" espaçamento 270mm, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Sessão Pública às 9h do dia 03/04/2023. Credenciamento: até as 9h do dia 03/04/2023. Apresentação das propostas: até as 9h do dia 03/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 26/2023 - Pregão Presencial 011/2023 – Torna público o processo licitatório para a Contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de materiais esportivos, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Sessão Pública às 09h do dia 10/04/2023. Credenciamento: até as 09h de 10/04/2023. Apresentação das propostas: até as 09h de 10/04/2023, Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 048/2023 - Pregão Presencial 010/2023 – Torna público o processo licitatório para Confecção de camisetas e aventais para equipe de produção da sopa de marmelo, marmelada artesanal, equipe gastronômica do pinhão e comissão organizadora da 8ª Edição da Festa do Marmelo e 1º Festival Gastronômico do Pinhão, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer. Sessão Pública às 13h do dia 05/04/2023. Credenciamento: até as 13h do dia 05/04/2023. Apresentação das propostas: até as 13h do dia 05/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 042/2023 - Pregão Eletrônico 08/2023 – Torna público o Processo Licitatório para Contratação de empresas especializadas para futura e eventual prestação de serviços de Brigadista e Equipe de Apoio, para realização de eventos e festividades, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do município de Delfim Moreira, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Sessão Pública às 09h do dia 04/04/2023. Credenciamento: até as 09h do dia 04/04/2023. Apresentação das propostas: até as 09h do dia 04/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2023 – Objeto: "Aquisição de cascalho de barranco para manutenção e recuperação das estradas rurais do município de Pouso Alegre- MG". A sessão pública será realizada no dia 04 de abril de 2023 às 9:00 h. O Edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN_DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e ainda através do site http://www.portaldascompraspublicas.com.br/18/. Informações tel. (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com —Derek William Moreira Rosa- Pregoeiro Municipal - Pouso Alegre 20 de março de 2023.

ESSA CORRENTE PRECISA DE VOCÊ
DOE SANGUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 044/2023 - Pregão Eletrônico 07/2023 – Torna público o Processo Licitatório para Contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços para locação de Banheiros químicos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Delfim Moreira – MG, quando da realização de suas atividades, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Sessão Pública às 13h do dia 03/04/2023. Credenciamento: até as 13h do dia 03/04/2023. Apresentação das propostas: até as 13h do dia 03/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 50/2023 - Pregão Presencial 09/2023 – Torna público o Processo Licitatório para Contratação de empresa especializada para coordenação e organização dos eventos "Festa do Marmelo e 1º Festival Gastronômico do Pinhão de Delfim Moreira", "2º Festival de Inverno de Delfim Moreira" e "XXXI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA" do Município de Delfim Moreira, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte e Lazer do município de Delfim Moreira. Sessão Pública às 9h do dia 05/04/2023. Credenciamento: até as 09h do dia 05/04/2023. Apresentação das propostas: até as 09h do dia 05/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA-
Processo 036/2023 - Pregão Eletrônico 09/2023 – Torna público o Processo Licitatório para Realizar a aquisição de letreiros com o nome da cidade com o intuito de embelezar e dar maior visibilidade para a cidade, o letreiro de identificação fixa é ainda um importante investimento de valorização para o turismo do nosso município. Sessão Pública às 13h do dia 04/04/2023. Credenciamento: até as 13h do dia 04/04/2023. Apresentação das propostas: até as 13h do dia 04/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3824-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 16/2023 – Objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte em vans, micro-ônibus e ônibus .A sessão pública será realizada no dia 04 de abril de 2023 as 9:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldascompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 20 de março de 2023.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023 – Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP", conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência". A sessão pública será realizada no dia 03 de abril de 2023 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros (MG) – Aviso de Licitação – Tomada de Preços Nº 001/2023 - Processo Licitatório Nº 055/2023 - Contratação de empresa para aquisição e instalação de lixeiras, bancos em aço carbono e madeira, postes e luminárias para reforma das Avenidas do Município de Conceição dos Ouros - MG. As Propostas Serão Recebidas até as 09:30 horas do dia 11 de abril de 2023. Conceição dos Ouros (MG), 20 de março de 2023. Luiz Fernando Rosa de Castro - Prefeito Municipal.

JORNAL DIÁRIO
25.3421.1945

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2022 – Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EVENTUAL FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO E ASSEIO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP", conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência". A sessão pública será realizada no dia 31 de março de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – ERRATA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 – OBJETO: "Serviços continuados de operação, manutenção predial preventiva e corretiva dos sistemas, dos equipamentos e das instalações, que compreenderão o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços.", No item 10.5. do Edital, na tabela da Secretaria de Saúde, onde se lê "aço galvanizado", leia-se "telha em aço galvanizado". Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal. Pouso Alegre 17 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
Processo Licitatório nº 011/2023
Dispensa nº 006/2023
Contrato nº 175/2023
Partes: MUNICÍPIO DE CAREAÇU
39.598.536 MAKAULLY NICODEMUS DA SILVA
Objeto: Contratação de uma empresa para o fornecimento de ovos de Páscoa, em atendimento ao Setor de Educação deste município.
Valor: R$ 17.587,00
Data: 17/03/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – Tomada de Preços N.º 01/2023 – Objeto: "Contratação de empresa para execução de obra de terraplenagem e compactação de solo para construção da nova Unidade Básica de Saúde de Ipuiuna/MG.". A sessão pública será realizada no dia 10 de Abril de 2023 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua João Roberto da Silva, nº 40, Centro. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 16h, ou pelo site www.ipuiuna.mg.gov.br. Informações: tel. (35) 3732-2487 ou e-mail: licitaipmg@gmail. com Élida Maria Tosta Silva– Presidente da CPL.


PREFEITURA DE POUSO ALEGRE
Secretaria de Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Careaçu, através do setor de Licitações, torna público que fará realizar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, Pregão Presencial nº 005/2023, para a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para locação de arquibancada, manutenção de camarins, fornecimento de troféus, medalhas e camisetas e realização de shows nas "Festividades do 18º Agita Careaçu". O Edital completo estará disponível a partir do dia 20/03/2023, no horário de 08h00min as 17h00min, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Careaçu, situada à Av. Saturnino de Faria, 140, informações Tel: (35) 3452-1103. A abertura das propostas comerciais será no dia 31/03/2023, às 09h00min, na Prefeitura Municipal de Careaçu/MG.

Código 7ddc13f2-8f34-4fce-a534-8fd713c1fd38 - Para conferir o original acesse https://www.pmg.com.br
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

AMESP
FLS.: 112
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023** – Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP"**, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência". A sessão pública será realizada no dia **03 de abril de 2023 às 09h00min**, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site **amesp.mg.gov.br** para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:E4A64849

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 21/03/2023. Edição 3478
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 113
Assinatura

DESPACHO DE SUSPENSÃO

Ref.: Pregão Presencial RP nº 13/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Após publicação do Pregão em tela verificou-se a necessidade de readequações no edital, no que tange ao item 9.7 da qualificação econômico-financeira. Diante do exposto, e baseado no principio da auto tutela, determino a SUSPENSÃO do Pregão.

Pouso Alegre/MG, ao 24 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP
FLS.: 114
Assinatura

Prefeitura Municipal de Delfim Moreira/MG – TORNA PUBLICO os EXTRATOS DE CONTRATOS Nºs 033, 034, 035, 036 e 037/2023, Processo nº 027/2023, Inexigibilidade nº 009/2023, conforme Artigo 25, Inciso I da Lei Federal nº 8666/93, cujo objeto é Aquisição de produtos na modalidade Chamada Pública, que consiste em credenciar fornecedores individuais e grupos formais/informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE para a alimentação dos alunos das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino. Que firma a Prefeitura Municipal e os Agricultores Familiares: Sr. Eduardo Matias Alves - CPF 435.033.758-05-valor R$ 20.824,56, Sr. Carlos José de Castro - CPF 049.802.916-60-valor R$ 18.902,13, Sr. João Marcos Alves - CPF 055.020.546-24-valor R$ 19.868,51, Sr. Cicero Nogueira de Souza - CPF 054.133.656-83-valor R$ 17.567,05, Sr. Antonio Carlos Nunes - CPF 376.156.966-15-valor R$ 14.587,00. Vigência: 22/03/2023 a 31/12/2023. Prefeito Municipal Ediberto Marques da Cruz.24/032023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 26/2023 — Objeto: "Locação de máquinas (trator acoplado com roçadeira, mini carregadeira, trator giro zero e escavadeira hidráulica) para a secretaria de infraestrutura, obras e serviços públicos, incluindo o motorista, o combustível e os gastos atinentes à manutenção das máquinas. A sessão pública será realizada no dia 14 de abril de 2023 as 9:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 27 de março de 2023.

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023 – Objeto: "LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. Fica SUSPENSA a sessão pública do dia 03 de abril de 2023 às 09h00 min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. Informações: Telefone (35) 3025-5500, e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br ou pelo site amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

AVISO DE CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG torna pública a instauração do Processo nº 45/2023 – Chamada Pública nº 04/2023 – que tem por objeto a CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS DO CRAS DE IPUIUNA/MG E OFICINAS TERAPÊUTICAS OFERECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUIUNA/MG. O período para recebimento dos documentos será de 28/03/2023 a 24/04/2023. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis, ou pelo site www.ipuiuna.mg.gov.br, para cópia do arquivo. Informações: tel. (35) 3732-2487 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com Élida Maria Tosta Silva – Presidente da CPL.

AVISO DE CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG torna pública a instauração do Processo nº 46/2023 – Chamada Pública nº 05/2023 – que tem por objeto a CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA DESENVOLVIMENTO DA OFICINA DE CANTO E CORAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA DE IPUIUNA/MG. O período para recebimento dos documentos será de 28/03/2023 a 24/04/2023. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis, ou pelo site www.ipuiuna.mg.gov.br, para cópia do arquivo. Informações: tel. (35) 3732-2487 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com Élida Maria Tosta Silva – Presidente da CPL.

AVISO DE CREDENCIAMENTO – CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG torna pública a instauração do Processo nº 47/2023 – Chamada Pública nº 06/2023 – que tem por objeto a CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVADEIRA PARA OS UNIFORMES ESPORTIVOS DOS CAMPEONATOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER DE IPUIUNA/MG. O período para recebimento dos documentos será de 28/03/2023 a 24/04/2023. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis, ou pelo site www.ipuiuna.mg.gov.br, para cópia do arquivo. Informações: tel. (35) 3732-2487 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com Élida Maria Tosta Silva – Presidente da CPL.

SEJA CORRENTE PRECISA DE VOCÊ
DOE SANGUE
Assinado digitalmente (Lei nº 14.063/2020) por 1 usuário em 28/03/2023 às 08:41:43 (GMT-03:00) - Para conferir as assinaturas acesse https://valid.clicksign.com.br/verificador
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA/MG - Torna público o EXTRATO do CONTRATO Nº 038/2023, referente o PROCESSO Nº 052/2023, DISPENSA Nº 017/2023, conforme artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, objeto é: Aquisição de tubos de concreto para drenagem de água pluvial nos perímetros urbano e rural, de forma emergencial, conforme os Decretos Municipais nº 4.416 e 4.421/2023. Que firma a Prefeitura Municipal de Delfim Moreira e a Empresa José Alves de Sene CPF 81158739672 - CNPJ. 04.852.114/0001-10. Valor total: R$298.600,00 (duzentos e noventa e oito mil e seiscentos reais) - Vigência: 23 de março de 2023 a 04 de agosto de 2023. Prefeito Municipal Sr. Ediberto Marquês da Cruz.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA/MG - Torna público o EXTRATO do CONTRATO Nº 039/2023, referente o PROCESSO Nº 053/2023, DISPENSA Nº 018/2023, conforme artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, objeto é: Aquisição de Brita Marruada e Cascalho Britado, para recuperação das estradas vicinais e contenção de taludes da zona urbana e rural, de forma emergencial, conforme os Decretos Municipais nº 4.416 e 4.421/2023. Que firma a Prefeitura Municipal de Delfim Moreira e a Empresa Draga São José de Itajubá LTDA - CNPJ: 05.142.956/0001-41. Valor total: R$1.384.400,00 (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais) - Vigência: 24 de março de 2023 a 04 de agosto de 2023. Prefeito Municipal Sr. Ediberto Marquês da Cruz.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 28/2023 — Objeto: "Aquisição de suplementos e dietas especiais ". A sessão pública será realizada no dia 12 de abril de 2023 as 9:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 24 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2023 – Objeto: "Aquisição de material de consumo e permanente ". A sessão pública será realizada no dia 13 de abril de 2023 às 9:00 h. O Edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN_DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e ainda através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. Informações tel. (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com —Derek William Moreira Rosa- Pregoeiro Municipal - Pouso Alegre 24 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2023 – Objeto: "Aquisição de material de construção ". A sessão pública será realizada no dia 12 de abril de 2023 às 9:00 h. O Edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN_DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e ainda através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. Informações tel. (35) 3449-4023 ou email: editaispmpa@gmail.com —Derek William Moreira Rosa- Pregoeiro Municipal - Pouso Alegre 24 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA- Processo 056/2023 - Pregão Eletrônico 10/2023 – Torna público o Processo Licitatório para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração com a disponibilização na forma de comodato do cenário e mão de obra, visando a realização da 6ª Edição da Festa do Marmelo e 1º Festival Gastronômico do Pinhão de Delfim Moreira-MG que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de Abril de 2023, no Parque de Exposições da Prefeitura Municipal de Delfim Moreira. Sessão Pública às 09h do dia 11/04/2023. Credenciamento: até as 09h do dia 11/04/2023. Apresentação das propostas: até as 09h do dia 11/04/2023. Início dos lances: sob comando do pregoeiro após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Compras e Licitações pelo telefone (35) 3624-1213, ou no site www.delfimmoreira.mg.gov.br – Evelin Cristina Gonçalves Ribeiro – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA- PROCESSO Nº 32/2023 PREGÃO ELETRÔNICO 04/2023 torna pública extreto das ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 04/2023 referente a Contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de material médico hospitalar, para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Delfim Moreira, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Empresas: ALFALAGOS LTDA valor: R$9.576,35 - CIRURGICA UNIAO LTDA valor: R$4.437,00 - F V P COELHO valor: R$2.184,87 - GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA valor: R$12.000,00 - H. F. E. COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA valor: R$697,40 com vigência:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG) - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2023 - Processo Administrativo Nº 0110/2023 – Objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL DE A-Z CONSTANTES NA TABELA CMED -ANVISA, PARA SETORES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEMANDAS JUDICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG). As Propostas Serão Recebidas até as 09:00 horas do dia 07 de abril de 2023, o edital encontra-se disponível no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br. e maiores informações e dúvidas enviar para email: licitacaossbv@hotmail.com. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de março de 2023. Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG) - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2023 - Processo Administrativo Nº 0116/2023 – Objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG. As Propostas Serão Recebidas até as 09:00 horas do dia 10 de abril de 2023, o edital encontra-se disponível no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br. e maiores informações e dúvidas enviar para email: licitacaossbv@hotmail.com. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de março de 2023. Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE / MG. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2023.O Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Sr. AUGUSTO HART FERREIRA, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, acolhendo a decisão da Comissão Permanente de Licitações, HOMOLOGA o resultado do processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 01/2023 - Processo Administrativo Nº 012/2023, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO VERTEDOURO DO LAGO DO FÓRUM, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA". ADJUDICANDO vencedora a proposta apresentada no valor de R$ 139.557,18 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), ofertado pela empresa TORRE ALTA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Coronel Ribeiro de Abreu, nº 318, bairro Chácara Primavera I, CEP 37.552-003, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 30.982.183/0001-59, com Inscrição Estadual registrada sob nº 003236244.00-79. Pouso Alegre, 24 de março de 2023.Augusto Hart Ferreira - Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 19/2023 — Objeto: "Contratação de empresa para execução de serviços com concreto usinado fck, incluindo o fornecimento de material equipamentos e mão de obra. A sessão pública será realizada no dia 18 de abril de 2023 as 09:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Rodrigo Rodrigues Pereira– Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 24 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA- PROCESSO Nº 33/2023 PREGÃO ELETRÔNICO 04/2023 torna pública extrato das ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 05/2023 referente a Aquisição de produtos químicos para tratamento da água potável para consumo humano e para manutenção da piscina municipal do Município de Delfim Moreira, para futuro e eventual fornecimento, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Empresas: Acqua Boom Saneamento Ambiental LTDA EPP valor: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) - Bidden Comercial Ltda-Me valor R$ 9.090,00 (nove mil e noventa reais) - Caldas Química Ind. E Comercio Ltda-EPP valor R$ 17.440,00 (dezessete mil e quatrocentos e quarenta reais) - Dinalab Comercio e Serviços Ltda valor R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) - Lubrimar Comercio Pneumáticos Ltda valor R$ 74.777,50 (setenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) com vigência: 22/03/2023 a 22/03/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 27/2023 — Objeto: "Aquisição de tintas e solventes e microesferas de vidro para implantação de sinalização viária horizontal em diversas vias públicas do município de Pouso Alegre". A sessão pública será realizada no dia 20 de abril de 2023 as 09:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Rodrigo Rodrigues Pereira– Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 27 de março de 2023.

AMESP
FLS.: 115
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

SUSPENSÃO - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023 –** Objeto: **"LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Fica SUSPENSA a sessão pública do dia **03 de abril de 2023 às 09h00 min,** na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. Informações: Telefone (35) 3025-5500, e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br ou pelo site amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:73A7E31B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 27/03/2023. Edição 3482
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
fls.: 116
Assinatura

Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 27 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
FLS.: 117
Assinatura

AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 27 de março de 2023.

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

AMESP
FLS.: 118
Assinatura

PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 11/04/2023

HORÁRIO: 09h00min

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a empresa licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA d**a Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 27 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP
FLS.: 119
Assinatura

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 11/04/2023

HORÁRIO: 09h00min

A **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2023,** usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL,** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS,** de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal n.º 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃO PARTICIPANTE** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ANDRADAS
BANDEIRA DO SUL
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CAMPESTRE

AMESP
Fls.: 120
Assinatura

CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP através do telefone nº (35) 3025-5500 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

II – OBJETO

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

AMESP
Fls.: 121
Assinatura

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. Os ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

AMESP
-Fls:: 122
Assinatura

5.2.6. Cooperativas nos termos da Lei nº 12.690/2012 artigo 4º Inciso II e Sumula do TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2203, e o artigo 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.

VI – DO CREDENCIAMENTO

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentação".

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope "Proposta Comercial".

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

AMESP
FLS.: 123
Assinatura

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte,** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.3. Abertura dos envelopes "Proposta Comercial;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 02 (duas), além da empresa que ofereceu o melhor preço,** oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope "Documentação" apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "Documentação" da segunda classificada.

8.1.12. **Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.**

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

AMESP
Fls.: 124
Assinatura

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: .....

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: .....

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

AMESP
FLS.: 125
Assinatura

9.2. O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII,** em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00),** sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global,** satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária (Anexo II) ao Termo de Referência, também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. **Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consiste em:

AMESP
FLS.: 126
Assinatura

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho à menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV,** em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal n° 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à HABILITAÇÃO TÉCNICA consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA** e Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - **CAU** da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s).

9.4.2.2. Atestado(s) / Certidão(ões) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.4.2.2.1. Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados:

a. Engenheiro Civil ou quaisquer profissionais de nível superior, legalmente habilitados com atribuição específica para o exercício da atividade, comprovada pela entidade profissional competente: execução de levantamento topográfico cadastral, em áreas urbanas, com utilização da tecnologia laser scanner; incluindo modelagem BIM (Building Information Modeling) em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.
b. Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto: execução de com utilização da tecnologia

AMESP
FLS.: 127
Assinatura

laser scanner; em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados;

c. Arquiteto: execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados.
d. Arquiteto: Execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados.
e. Engenheiro Civil ou Arquiteto: Coordenação e Compatibilização de Projetos, em Building Information Modeling (BIM), em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.

9.4.2.3. A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, deverá ser realizada pela apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is); ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta(m) o(s) profissional(is).

9.4.2.4. As funções indicadas poderão ser realizadas por um mesmo profissional desde que tenha a formação exigida em ambos e executado, na qualidade de responsável técnico, os serviços indicados, devidamente comprovadas conforme exigências estabelecidas.

9.4.2.5. Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(as) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a execução direta pela **LICITANTE** de serviços de Levantamento Topográfico Cadastral, com a comprovação da seguinte atividade relevante: "levantamento topográfico planialtimétrico cadastral incluindo modelagem através da utilização de "escaneamento a laser", de, no mínimo 90.000 m2.

9.4.2.6. Os atestados deverão estar emitidos em papel timbrado dos Órgãos ou das Empresas que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ destes ou outra informação que permita a devida indicação do emitente com a devida identificação do responsável pela assinatura do atestado.

9.4.2.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da empresa, com CNPJ da matriz e/ou das filiais do licitante.

9.4.2.5. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica, emitidos pelo próprio licitante.

9.5. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA das empresas** é a seguinte:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

AMESP
Fls.: 128
Assinatura

9.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em Jornal; ou

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.6. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

✓ **Índice de Liquidez Geral** (ILG) expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1{,}00.$$

✓ **Índice de Liquidez Corrente** (ILC) expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1{,}00.$$

AMESP
FLS.: 129
Assinatura

✓ **Grau de endividamento** (GE) expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1{,}00$$

9.6.1. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.6. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC.

9.7. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a **1% (um por cento)** do valor da contratação, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

9.8. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL das empresas** é a seguinte:

9.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.8.2. Prova de inscrição no Cadastro Estadual ou Municipal de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.8.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.8.6. Prova de regularidade para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.8.7. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.8.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.8.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

AMESP FLS.: 130 Assinatura

9.10. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

911. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.12. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 60 (sessenta)** dias da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de Prefeituras Consorciadas à AMESP.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2023,** segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão

AMESP FLS.: 131 Assinatura

rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento).**

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 2 (duas), além da primeira classificada,** quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

AMESP
FLS.: 132
Assinatura

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço global**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar ás contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

AMESP
FLS.: 133
Assinatura

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES

13.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante dele vencedora.

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano.**

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação

AMESP
FLS.: 134
Assinatura

da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores

a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela empresa contratada.

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião do pregão da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

AMESP
FLS.: 135
Assinatura

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

14.3. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que porventura venham a consorciar-se a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

15.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

15.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

15.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

15.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

AMESP
FLS.: 136
Assinatura

15.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

15.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

15.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

15.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

15.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

16.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

16.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

16.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

16.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

16.8. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

16.9. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade

AMESP FLS.: 137 Assinatura

Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.10. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

16.11. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

16.12. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

16.13. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

16.14. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

16.15. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

16.16. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

16.17. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.18. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

16.19. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

16.20. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

16.21. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

16.22. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

16.23. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente

AMESP FLS.: 138 Assinatura

juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

16.24. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

16.25. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

XVII – DOS PAGAMENTOS

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à empresa pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em via digital, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços o nº da Ordem de Fornecimento/Serviço do serviço realizado.

17.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

AMESP
FLS. 139
Assinatura

17.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

18.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÒRGÃO PARTICIPANTE solicitante do serviço.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo os Órgãos Participantes do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

XIX – DAS PENALIDADES

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

AMESP
FLS.: 140
Assinatura

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01

AMESP
FLS.: 141
Assinatura

7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

19.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

AMESP
FLS.: 142
Assinatura

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO

20.1. O ORGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;

c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;

d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;

e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

AMESP
FLS.: 143
Assinatura

20.2. O ORGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independentemente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXII – DOS ANEXOS

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA ;

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO;

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME.

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERÊNCIA

Pouso Alegre/MG, aos 27 de março de 2023.

AMESP
FLS.: 144
Assinatura

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital.

AMESP
FLS.: 145
Assinatura

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

AMESP
FLS.: 146
Assinatura

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Termo de Referência anexo em PDF)

AMESP
FLS.: 147
Assinatura

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R$
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	

Validade da Proposta: 60 dias

OBSERVAÇÃO:

AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTE DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2023.

_____

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo: .....

ANEXO IV

AMESP
FLS.: 148
Assinatura

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Pouso Alegre/MG, aos .....de ..... de 2023.

(local e data)

.....

(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

AMESP
FLS.: 149
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 48/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pela Presidente, **Sra.** ..... , ..., ..., portadora da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., **AMESP,** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG,** pessoa jurídica de direito

AMESP
FLS.: 150
Assinatura

público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hélcio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luis Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUIUNA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, º 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ

AMESP FLS.: 151 Assinatura

sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE,** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal

AMESP
FLS.: 152
Assinatura

nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA,** e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo

AMESP FLS.: 153 Assinatura

decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

4.1. DO VALOR:

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R$**..... (.....), que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela DETENTORA e critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de

Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela DENTENTORA deverão consignar no campo de identificação do destinatário juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra/local onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO**

AMESP
FLS.: 155
Assinatura

PARTICIPANTE CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, sendo lavrado termo aditivo.

AMESP
FLS.: 156
Assinatura

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

AMESP
Fls.: 157
Assinatura

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

7.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

7.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

7.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

7.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

8.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

AMESP
FLS.: 158
Assinatura

8.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

8.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

8.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

8.8. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

8.10. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.11. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

8.12. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

8.13. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

8.14. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

AMESP
FLS: 159
Assinatura

8.15. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.16. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.17. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.18. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

8.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

8.22. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

8.23. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

8.24. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

AMESP
FLS.: 160
Assinatura

9.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que - porventura - venham solicitar sua adesão à mesma, sendo necessária a concordância do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00

AMESP
FLS.: 161
Assinatura

5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2		
Item	**INFRAÇÃO** **DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

10.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

AMESP
FLS.: 162
Assinatura

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

AMESP
FLS.: 163
Assinatura

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CÂMARA DE MEDICAÇÃO E ARBITRAGEM CMA/CREA-MG.

12.1 Em caso de ocorrência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente contrato, as Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para solucionar a referida controvérsia de forma amigável; não sendo possível uma solução amigável, as Partes convencionam que este será definitivamente solucionado por meio da Mediação, primeiramente, e, em caso de não lograr êxito, pela Arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ambos sob administração da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CMA\Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com os seus Regulamentos de Mediação e de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer os referidos Regulamentos e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

§1º - O procedimento de mediação, administrada pela CMA/CREA-MG, não poderá exceder 45 dias, prorrogáveis por igual período por acordo das partes, a contar da assinatura do Termo de Abertura de Mediação.

§2º - Não ocorrendo o encerramento da controvérsia, no todo ou em parte, através do procedimento de Mediação, a(s) demanda(s) remanescente(s) será(serão) submetida(s) à Arbitragem, a ser administrada pela CMA/CREA-MG, de acordo com o seu respectivo Regulamento de Arbitragem. A arbitragem terá sede na Cidade de Pouso Alegre, estará sujeita às Leis do Brasil e será conduzida no idioma Português.

(i) O número de árbitros será definido pelo valor da demanda a ser arbitrada: para valores de demanda até R$300.000,00 (trezentos mil reais) será utilizada a arbitragem expedita, com árbitro único; para valores acima de R$300.001,00 (trezentos e um mil reais) será utilizada a Arbitragem com 3 (três) árbitros, escolhidos na forma do Regulamento da CMA/Crea-MG.

AMESP
FLS.: 164
Assinatura

Pouso Alegre/MG,..... de ..... de 2023.

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Rosângela Maria Dantas

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas

BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE

AMESP
FLS.: 165
Assinatura

Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE

AMESP
FLS.: 166
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO

AMESP
FLS.: 167
Assinatura

ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE

AMESP
FLS.: 168
Assinatura

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA

ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2023

AMESP
FLS.: 169
Assinatura

PROCESSO N.º 48/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta cidade de ....., Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE,** pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) ....., Bairro ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº ..... neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.**..... , ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR / PARTICIPANTE CONTRATANTE (contratante),** e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., com Inscrição Estadual registrada sob nº ....., neste ato representado pelo **Sr.** ....., ..., ..., ..., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços,** que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

AMESP
FLS.: 170
Assinatura

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário do Contrato.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **O Contrato terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os Contratos decorrente de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R$ XXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX),** que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra o presente Contrato.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela CONTRATADA e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal

AMESP
FLS.: 171
Assinatura

emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização deste, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra onde estes foram prestados.

AMESP
FLS.: 172
Assinatura

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela CONTRATADA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

AMESP
FLS.: 173
Assinatura

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência do Contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

AMESP
FLS.: 174
Assinatura

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

7.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou

emissão de ordem de serviço.

AMESP
FLS.: 175
Assinatura

7.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

7.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

7.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

7.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

8.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

8.3. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

8.4. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.5. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

8.6. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

8.7. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

AMESP
FLS.: 176
Assinatura

8.8. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

8.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

8.11. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

8.12. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

8.13. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

8.14. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.15. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.16. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.17. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

8.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

8.20. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a

Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

8.21. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente

AMESP FLS.: 177 Assinatura

juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

8.22. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

8.23. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL

9.1. As obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O Contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

AMESP
FLS.: 178
Assinatura

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2

Item	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01

AMESP
FLS.: 179
Assinatura

9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

10.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

AMESP
FLS.: 180
Assinatura

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CÂMARA DE MEDICAÇÃO E ARBITRAGEM CMA/CREA-MG.

12. Em caso de ocorrência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente contrato, as Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para solucionar a referida controvérsia de forma amigável; não sendo possível uma solução amigável, as Partes convencionam que este será definitivamente solucionado por meio da Mediação, primeiramente, e, em caso de não lograr êxito, pela Arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ambos sob administração da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CMA\Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com os seus Regulamentos de Mediação e de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer os referidos Regulamentos e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

AMESP
FLS.: 181
Assinatura

§1° - O procedimento de mediação, administrada pela CMA/CREA-MG, não poderá exceder 45 dias, prorrogáveis por igual período por acordo das partes, a contar da assinatura do Termo de Abertura de Mediação.

§2° - Não ocorrendo o encerramento da controvérsia, no todo ou em parte, através do procedimento de Mediação, a(s) demanda(s) remanescente(s) será(serão) submetida(s) à Arbitragem, a ser administrada pela CMA/CREA-MG, de acordo com o seu respectivo Regulamento de Arbitragem. A arbitragem terá sede na Cidade de Pouso Alegre, estará sujeita às Leis do Brasil e será conduzida no idioma Português.

(i) O número de árbitros será definido pelo valor da demanda a ser arbitrada: para valores de demanda até R$300.000,00 (trezentos mil reais) será utilizada a arbitragem expedita, com árbitro único; para valores acima de R$300.001,00 (trezentos e um mil reais) será utilizada a Arbitragem com 3 (três) árbitros, escolhidos na forma do Regulamento da CMA/Crea-MG.

Pouso Alegre/MG, aos ..... de ..... de 2023.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AMESP
FLS.: 182
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre (MG), ...de.....de 2023.

_____
Assinatura do representante

Nome:

RG nº:

ANEXO VIII

AMESP
FLS.: 183
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - REFERÊNCIA

(Planilha Orçamentária disponível em Excel)

AMESP
FLS.: 184
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 13/2023

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL,** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS,** cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência" e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site **amesp.mg.gov.br**

Data da Abertura dos Envelopes: Dia 11 de abril de 2023 ás 09h00min.

Pouso Alegre/MG, aos 27 de março de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

Rua Comendador José Garcia, 774 – Centro, Pouso Alegre/MG
CEP: 37.550-000 Tel. (35) 3025-5500 E-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

AMESP FLS.: 185 Assinatura

Homem é preso suspeito de tentar estuprar a própria irmã

DA REDAÇÃO
jordiaria@gmail.com



Um homem de 18 anos foi preso suspeito de tentar estuprar a própria irmã, de 14, nesta sexta-feira (24) em Machado (MG). Segundo a Polícia Civil, os estupros e as tentativas do ato teriam começado quando a jovem ainda tinha seis anos.

Ainda conforme a polícia, nesta sexta, a vítima teria chegado na escola com um hematoma no braço e os professores acionaram o Conselho Tutelar. Ela relatou estar com hematomas, pois o irmão teria tentado manter relação sexual com ela naquele dia.

Conforme o relato da vítima à conselheira, o irmão teria aproveitado que os pais não estavam em casa para tentar cometer o crime. A conselheira tutelar e a menor estiveram na delegacia para fazer a denúncia por tentativa de estupro.

A Polícia Civil ainda informou que a menor disse que os abusos teriam começado desde que ela tinha seis anos. O último estupro, segundo a vítima, aconteceu no dia 28 de fevereiro deste ano. Nessa ocasião, o irmão teria esperado os pais sairem de casa para abusá-la enquanto ela tomava banho.

Após relato, os policiais iniciaram o rastreamento do suspeito. Durante as buscas, a conselheira tutelar informou que o autor estaria mandando mensagens para vítima, no intuito de intimidá-la, para que a irmã não falasse a verdade na delegacia.

Ele foi encontrado em casa e teve o celular apreendido. O suspeito foi preso em flagrante e encaminhado ao Presídio de Machado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO - AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 00012/2023 – CREDENCIAMENTO Nº 00009/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00126/2023 – Objeto: Credenciamento de Empresas Para Execução de Serviços de Serralheria e Solda, para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Espirito Santo do Dourado (MG). O edital na integra encontra-se disponivel no sitio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. Os Interessados Serão Credenciados a partir de 29 de março de 2023 das 09h00min às 16h00min. Espirito Santo do Dourado (MG), 27 de março de 2023. Adalto Luis Leal - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG) - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0016/2023 - Processo Administrativo Nº 0110/2023 – Objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL DE A-Z CONSTANTES NA TABELA CMED -ANVISA, PARA SETORES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEMANDAS JUDICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG). As Propostas Serão Recebidas ate as 09:00 horas do dia 10 de abril de 2023, o edital encontra-se disponivel no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br, e maiores informaçoes e duvidas enviar para email: licitacaossbv@hotmail.com. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de março de 2023. Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA (MG) - PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2023 - Processo Administrativo Nº 0116/2023 – Objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG. As Propostas Serão Recebidas ate as 09:00 horas do dia 11 de abril de 2023, o edital encontra-se disponivel no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br, e maiores informaçoes e duvidas enviar para email: licitacaossbv@hotmail.com. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de março de 2023. Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA- PROCESSO Nº 031/2023 PREGÃO PRESENCIAL 08/2023 torna publico EXTRATO DE CONTRATO 41/2023 referente Contratação de empresa para prestação de serviços de serralheria com fornecimento de material, sendo traves, cestas de basquetes e tubos para campo de grama, de areia e quadra atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Delfim Moreira. Empresa: MARIO JOSE DE QUEIROZ, valor: R$ 57.134,00. Vigência: 27/03/2023 a 27/09/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00016/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00117/2023 – Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de borracharia para atender as necessidades dos veículos que compõem a frota da prefeitura municipal de Espirito Santo do Dourado (MG). O edital na integra encontra-se disponivel no sitio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. As Propostas Serão Recebidas Ate as 09h00min do dia 11 de abril de 2023. Espirito Santo do Dourado (MG), 27 de março de 2023. Adalto Luis Leal - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00017/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00118/2023 – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcial de refeições em marmitex em atendimento às necessidades do Município de Espirito Santo do Dourado/MG. O edital na integra encontra-se disponivel no sitio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. As Propostas Serão Recebidas Ate as 13h00min do dia 11 de abril de 2023. Espirito Santo do Dourado (MG), 27 de março de 2023. Adalto Luis Leal - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00018/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00119/2023 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de alinhamento e balanceamento dos veículos que compoem a frota do Municipio de Espirito Santo do Dourado/MG. O edital na integra encontra-se disponivel no sitio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Setor de Licitações pelo Telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. As Propostas Serão Recebidas Ate as 15h00min do dia 11 de abril de 2023. Espirito Santo do Dourado (MG), 27 de março de 2023. Adalto Luis Leal - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA- PROCESSO Nº 018/2023 PREGÃO PRESENCIAL 03/2023 torna publico EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO 07/2023 referente Aquisição de combustível para atender **aos serviços da Administração Municipal de Delfim Moreira** – MG, para eventual e futuro fornecimento, com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Empresa: POSTO 11 ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVEIS LTDA, valor: R$ 1.867.550,00. Vigência: 27/03/2023 a 27/03/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 31/2023 – Objeto: "Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do departamento de alimentação escolar da secretaria municipal de educação." A sessão pública será realizada no dia 18 de abril de 2023 as 9:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 27 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 16/2023 – Objeto: "Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte em vans, micro-ônibus e ônibus. A sessão pública será realizada no dia 04 de abril de 2023 as 9:00 horas. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de pendrive, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ou ainda através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações tel. (35) 3449-4023 ou e-mail editaispmpa@gmail.com –Luiz Gustavo Libânio Borges – Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 20 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – EXTRATO DE CONTRATO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA No 06/2022 - processo administrativo nº. 258/2022 - Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de bacia de detenção hidráulica do João Paulo no bairro primavera, incluindo o fornecimento de material, equipamentos e mão de obra., o prazo de vigência do contrato será de 24(vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura. Assinado em 23/03/2023.Contratada: Black engenharia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Sergipe, nº 925, sala 1402, bairro dos Savassi, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 40.669.672/0001-09, com inscrição Estadual registrada sob nº 004128295.00-96. Valor total do contrato R$ 7.997.875,51 (sete milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Vanessa Moraes Skorka Silva –Presidente CPL

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023 – Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – **AMESP", conforme especificações e condições descritas** no Termo de Referência". A sessão pública será realizada no dia 11 de abril de 2023 as 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista (MG) **- Aviso de Retificação – Pregão Eletrônico – Sistema** de Registro de Preços Nº 0003/2023 - Processo Administrativo Nº 0111/2023 - Objeto: Aquisição de 01 (Um) Veículo OKM; Concentradores de Oxigênio; Ar-Condicionado e Andadores Conforme Proposta de Convênio nº 118.19.672000/1220-01/FNS. Em Atendimento a Secretaria de Saúde do Município de São Sebastião da Bela Vista (MG). Onde se lê: "As Propostas Serão Recebidas até as 09:00 horas do dia 05 de abril de 2023", Leia-se: "As Propostas Serão Recebidas ate as 09:00 horas do dia 12 de abril de 2023". O edital encontra-se disponivel no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br, e no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de Março de 2.023 - Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista (MG) **- Aviso de Retificação – Pregão Eletrônico – Sistema** de Registro de Preços Nº 0004/2023 - Processo Administrativo Nº 0112/2023 - Objeto: Aquisição de Veículos OKM, (Ônibus e Van Escolar), Conforme Convenio nº 1261002494/2022/SEEMG. Em Atendimento a Secretaria de Educação do Município de São Sebastião da Bela Vista (MG). Onde se lê: "As Propostas Serão Recebidas até as 14:00 horas do dia 05 de abril de 2023", leia-se: "As Propostas Serão Recebidas ate as 14:00 horas do dia 12 de abril de 2023". O edital encontra-se disponivel no site: www.saosebastiaodabelavista.mg.gov.br, e no portal www.portaldecompraspublicas.com.br. São Sebastião da Bela Vista (MG), 27 de Março de 2.023 - Ronaldo Laurindo Bueno - Prefeito Municipal.

AMESP
FLS.: 186
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023** – Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP",** conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência**".** A sessão pública será realizada no dia **11 de abril de 2023 às 09h00min,** na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site **amesp.mg.gov.br** para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br –

WAGNER DO COUTO
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:C3FA80EA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 28/03/2023. Edição 3483
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

INSTITUTO CIDADE LEGAL

AMESP FLS.: 187 Assinatura

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

O **INSTITUTO CIDADE LEGAL**, associação sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob número 28.772.475/0001-15, com sede na avenida Santa Catarina nº 246, bairro Santa Rita I, Montes Claros-MG, vem perante Vossa Senhoria por meio deste, apresentar **IMPUGNAÇÃO** em face do EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023, pelas razões indicadas a seguir.

1 – DA ILEGALIDADE PELA FALTA INCLUSÃO DE ITEM NA EXIGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS DO EDITAL

O Instituto Cidade Legal analisando o edital de convocação publicado pela AMESP observou um equívoco, que se não retificado pode trazer sérios problemas e prejuízos principalmente aos Municípios associados, requerendo a sua correção imediata e consequente alteração/adequação nos termos da Legislação vigente.

A qualificação técnica exigida pelo Edital não é suficiente para que os trabalhos técnicos sejam executados dentro das exigências legais.

A título de esclarecimento, para o desenvolvimento do projeto de regularização fundiária exigido pela Lei 13.465/17 é necessário um conjunto de medidas tais como: levantamento coordenadas geográficas, georreferenciamento, aerolevantamento e outros mais.

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP
FLS.: 188
Assinatura

Contudo, a qualificação técnica exigida pelo Edital não é suficiente para que os trabalhos sejam executados dentro das exigências legais, visto que para a realização do trabalho de regularização fundiária é necessário proceder com o aerolevantamento conforme já destacado acima. Vejamos.

O aerolevantamento para fins de Regularização fundiária deve ser realizado observando às normas vigentes, haja vista que para a execução desse aerolevantamento de forma profissional com a devida segurança que a Regularização fundiária exige é necessário inscrição da empresa no Ministério da Defesa. Caso contrário qualquer empresa que atue no setor de engenharia que tenha um Drone ou aeronave não tripulada para fins recreativos poderá participar do certame-licitação, contudo, se isso ocorrer afrontará às normas do Ministério da Defesa, ou seja, **ilegalidade**, fora dos parâmetros exigidos.

Por isso, necessário que seja exigido no edital no item da qualificação técnica, a exigência da empresa licitante ter inscrição de aerolevantamento pela categoria "A" junto ao Ministério da Defesa (MD) - ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO.

Pelo que se observa, o edital não consta tal exigência.

O aerolevantamento consiste no Serviço Aéreo Público Especializado, portanto, cabe ao Governo o controle dessa atividade, pois visa promover o desenvolvimento nacional, mediante a proteção de áreas estratégicas específicas do seu território.

Por isso, as empresas que prestam serviços de regularização fundiária além possuir inscrição de aerolevantamento pela categoria "A" junto ao Ministério da Defesa, devem também atender as seguintes normas:

> *a) Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971: Dispõe sobre Aerolevantamentos no Território Nacional;*
> *b) Decreto Nº 2.278, de 17 de julho de 1997: Regulamenta as Atividades de Aerolevantamento no Território Nacional;*
> *c) Portaria nº 3.703/GM-MD, de 06 de setembro de 2021 e seus formulários; Dispõem sobre a adoção de procedimentos para a atividade de aerolevantamento no Território Nacional;*

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP FLS.: 189 Assinatura

d) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986: Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica;

e) Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012: Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

f) Norma Complementar NC01/IN02/NSC/GSI/PR, de 27 de junho de 2013: Disciplina o credenciamento de segurança de entidades privadas para o tratamento de informações classificadas;

g) RBAC E nº 94, de 02 de maio de 2017 - Requisitos gerais para aeronaves não tripuladas de uso civil;

h) Resolução ANAC nº 419, de 02 de maio de 2017 – Aprova o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil Especial nº 94;

i) ICA 100-40, de 22 de maio de 2020 - Instrução sobre "Aeronaves Não Tripuladas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro".

j) Resolução ANAC nº 377, de 15 de março de 2016 - Regulamenta a outorga de serviços aéreos públicos para empresas brasileiras e dá outras providências;

k) ICA 63-13, de 11 de novembro de 2013 - Procedimentos dos Órgãos do SISCEAB Relacionados com AVOEM, AVANAC e AVOMD; e

l) Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 - Cria a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, e dá outras providências.

Assim, caso a empresa licitante não possua inscrição de aerolevantamento pela Categoria "A" do Ministério da Defesa (MD) não poderá executar o trabalho de regularização fundiária dentro dos parâmetros das normas exigidas pelo governo, cometendo uma ilegalidade, sujeitando a associação e os municípios associados a eventuais investigações em caso de um acidente ou algum outro percalço durante o andamento do processo de regularização.

Portanto, vem manifestar expressamente perante esta associação, quanto a IRREGULARIDADE em razão da falta de exigência no item da qualificação técnica sobre a obrigatoriedade da empresa licitante possuir inscrição aerolevantamento pela Categoria "A" do Ministério da Defesa.

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP
FLS.: 190
Assinatura

Para que não seja cometida qualquer ilegalidade recomenda-se que seja inserido no edital a seguinte exigência: "***A Empresa Licitante até a data da sessão do pregão deverá comprovar Inscrição de Aerolevantamento Categoria "A" pelo Ministério Da Defesa (MD) - Estado-Maior Conjunto Das Forças Armadas Chefia de Logística e Mobilização".***

Como um processo licitatório demanda muito tempo e trabalho para ser elaborado e desenvolvido, o mínimo que uma associação conceituada como a AMESP precisa exigir e receber é um produto final com a qualidade e segurança devida, dentro dos parâmetros legais, sob pena de cometimento de ILEGALIDADE e invalidação futura do certame e de perda de milhões pagos a uma empresa que não atende as exigências necessárias.

Vejamos agora outra norma exigida pelo artigo 29, §3º do Decreto regulamentador da Reurb nº 9.310/18: *"o erro posicional esférico do vértice definidor de limite deverá ser igual ou menor a oito centímetros de raio"*. Conclui-se que uma empresa que não possui a inscrição pela categoria A de aerolevantamento no Ministério da Defesa não seguirá todas as normas exigidas para o georreferenciamento e aerolevantamento inclusive essa indicada acima.

A inserção dessa exigência no edital visa trazer segurança aos trabalhos de aerolevantamento que serão realizados para o desenvolvimento dos projetos de regularização fundiária descrito no artigo 35 da Lei Federal 13.465/17.

As empresas que não possuem inscrição na categoria "A" de aerolevantamento pelo Ministério da Defesa podem utilizar Drones e aviões não tripulados somente para fins recreativos, diferentemente daqueles inscritos que utilizam de forma profissional, seguindo às normas atinentes, obedecendo a margem de erro que a lei permite e com as devidas autorizações de sobrevoo para fins profissionais.

Veja-se que as empresas que possuem inscrição junto ao Ministério da Defesa também devem seguir outras diversas legislações sobre o tema o que traz segurança aos trabalhos técnicos executados, vejamos algumas das normas:

Lei 7.565/86

Do Tráfego Aéreo

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP
FLS.: 191
Assinatura

Art. 14. No tráfego de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, observam-se as disposições estabelecidas nos Tratados, Convenções e Atos Internacionais de que o Brasil seja parte (artigo 1°, § 1°), neste Código (artigo 1°, § 2°) e na legislação complementar (artigo 1°, § 3°).

§ 4° A utilização do espaço aéreo brasileiro, por qualquer aeronave, fica sujeita às normas e condições estabelecidas, assim como às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota (artigo 23).

Resolução da ANAC 377

Art. 4° Para a exploração de serviço aéreo público, o interessado deve:

I – (...)

II – (...)

III – OBTER OUTORGA DE CONCESSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO, CONFORME APLICÁVEL.

Resolução da ANAC 659 (Regulamenta a exploração de serviços aéreos por empresas brasileiras e dá outras providências.)

Art. 1° Regulamentar, nos termos desta Resolução, as condições para a exploração dos serviços aéreos por pessoa jurídica brasileira.

§ 1° As condições definidas neste regulamento não afastam a necessidade de observância das demais condições estabelecidas em lei ou em outros regulamentos.

§ 2° Este regulamento também se aplica aos serviços aéreos prestados com o uso de aeronaves remotamente pilotadas [...]

(grifos nossos)

Por fim, cabe destacar que a simples autorização de sobrevoo não é suficiente para que o trabalho seja executado nos moldes exigidos pelas normas. Caso haja dúvidas dessa associação sobre o tema, basta consultar o Ministério da Defesa sobre o tema, pois as empresas que não possuem tal inscrição na categoria 'A' poderão fazer o sobrevoo somente para fins recreativos.

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP
FLS.: 192
Assinatura

2 - DO REQUERIMENTO

No desfecho, requer sejam atendidos os pontos acima fundamentados, devendo o edital sofrer as alterações devidas nos termos da legislação vigente, com consequente adiamento da sessão do pregão e nova publicação do edital com as devidas retificações, sob pena de cometido de ato ilegal.

Atenciosamente,

Montes Claros-MG, 29 de março de 2023.

RUAN VICTOR PEREIRA RODRIGUES:09045206684

Assinado de forma digital por RUAN VICTOR PEREIRA RODRIGUES:09045206684
Dados: 2023.03.29 15:51:14 -03'00'

INSTITUTO CIDADE LEGAL

Av. Santa Catarina, 246 - Santa Rita - 39400-409 - Montes Claros-MG - (38) 2211-8800 - www.institutocidadelegal.org.br

AMESP
FLS.: 193
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de levantamento planialtimétricos cadastrais, com a utilização de tecnologia "Laser Scanner" terrestre e outras para os municípios que compõe a associação dos municípios da microrregião do médio Sapucaí - AMESP

IMPUGNANTE: INSTITUTO CIDADE LEGAL, associação sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob número28.772.47510001-15, com sede na avenida Santa Catarina no 246, bairro Santa Rita I, Montes Claros-MG

EMENTA: Apreciação de impugnação ao Edital interposta pela empresa em Epígrafe, juntada ao presente processo licitatório relativo ao Pregão Presencial – nº 013/2023.

I – DO HISTÓRICO

O edital de licitação foi divulgado em 27 de março de 2023 por meio de publicação em Diário Oficial e demais meios previstos na legislação vigente, a INSTITUTO CIDADE LEGAL apresentou impugnação ao Edital, encaminhada via correio eletrônico no dia 29 de março de 2023.

II – DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Conforme disposto no item III do instrumento convocatório, na forma da legislação pertinente, assim facultou, *in verbis*:

> "*Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observando o disposto no § 2º do art 41 da Lei Federal º 8.666/93 e suas alterações*".

Logo, diante da expressa previsão legal do cabimento de Impugnação ao Edital no prazo de até dois dias úteis da data de abertura da sessão pública, INSTITUTO CIDADE LEGAL se utiliza tempestivamente de tal prerrogativa.

AMESP
FLS.: 194
Assinatura

III – DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Intenta a Impugnante averbar o instrumento impugnatório ao Edital em apreço, requerendoa revisão do Edital, conforme sugestões apontadas ao longo da impunação.

IV – DA APRECIAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

Dada a tempestividade da impugnação, analisando as razões apresentadas pela impugnante, passa ao mérito.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Pela leitura dos termos convocatórios, pode-se concluir que o Consórcio AMESP, por intermédio do Pregoeiro, buscou confeccionar um edital de maneira precisa, contemplando o interesse público, em conformidade e de conformidade com os ditames legais, buscando a proposta mais vantajosa e evitando a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservado, portanto, o referido interesse público.

Ocorre que, se por um lado, a Administração Pública, não pode restringir em demasia o objetodo contrato sob pena de frustrar a competitividade, por outro, ela não pode definir o objeto de forma excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, os critérios para julgamento das propostas falecem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Logo, a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são eminentemente discricionárias, a qual compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

Cumpre ponderar que, a impugnante se utiliza da Lei **Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017** como fundamento de sua impugnação e alega que "para o desenvolvimento do projeto de regularização fundiária exigido pela Lei 13.465117 é necessário um conjunto de medidas tais como: levantamento coordenadas geográficas, georreferenciamento, **aerolevantamento** e outros mais."

AMESP
FLS.: 195
Assinatura

Destaque aqui para o termo "aerolevantamento", uma vez que, a impugnante fundamenta seu argumento a respeito das exigências técnicas mínimas exigidas para a execução dos serviços por meio de aerolevantamento e que, portanto o edital deveria sofrer alterações.

Inicialmente vamos à análise da Lei em questão. Diferente do alegado pela impugnante, a Lei, em seu artigo 35 no traz:

> *Art 35. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:*
>
> *I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;*

Em momento algum a Lei supracitada, sequer, faz referência ao Aerolevantamento como uma exigência obrigatória, nem mesmo como requisito mínimo, para execução de levantamento planialtimétrico e georeferênciamento.

Diante disso, não faz sentido o Edital exigir uma qualificação técnica que se enquadre em uma exigência que não tem como obrigatoriedade para cumprir o objeto previsto.

Vale destacar que tal exigência aumentaria o custo da execução do serviço indo de encontro ao princípio da economicidade da Administração Público. A administrativista Maria Sylvia Z. Di Pietro, a seu turno, consagra a tese de que o controle externo da economicidade, assim como da legitimidade, envolve questão de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação da despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, uma adequada relação custo-benefício.

Analisando ao objeto proposto observa-se que ele busca atender a necessidade da administração com uma medida adequada ao custo-benefício e por isso a referência ao uso **de tecnologia "Laser Scanner" terrestre e outras**. Dessa forma, uma nova tecnologia, moderna e mais acessível quanto a exigências técnicas e de uso TERRESTRE que atenda perfeitamente a necessidade da administração neste momento.

AMESP
FLS.: 196
Assinatura

Ademais, tal exigência de qualificação técnica que não é imprescindível para execução do objeto proposto caracteriza-se restrição de competividade e, consequentemente, fraude de processo licitatório, como pode-se observar no acordão do TCU:

> *ACÓRDÃO 1567/2018- Plenário / Relator: AUGUSTO NARDES*
>
> *Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório.*

Dessa forma, a administração não alterará ou não suspenderá o edital e o certame. Assim, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração optou- se pela manutenção do certame que ocorrerá normalmente na data e horário inicialmente divulgados.

V – DA DECISÃO

Por todo exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, na condição de pregoeiro, manifesto pelo conhecimento da impugnação, tendo em vista a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento.

É como decido,

Pouso Alegre/MG, aos 04 de abril de 2023.

WAGNER DO COUTO:90079345620
Assinado de forma digital por WAGNER DO COUTO:90079345620
Data: 2023.04.04 12:24:49 -03'00'

Wagner do Couto
Pregoeiro AMESP

AMESP
FLS.: 197
Assinatura
BJTE - MG

8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ 09.491.927/0001-46

***LEONARDO LEÃO GIACOMIN**, brasileiro, casado com comunhão de bens, nascido em 11/03/1978, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade 82.536/D, expedida pelo CONFEA-CREA/MG, e CPF/MF nº. 029.083.206-30, residente e domiciliado na Rua João Ceschiatti nº105 Mangabeiras, CEP 30315-130, nesta Capital, e,*

***GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Agrimensor, portador da carteira de identidade 109.846/D, expedida pelo CONFEA-CREA/MG, e CPF/MF n. 855.160.156-34, nascido em 16/07/1973 em Contagem/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel. 111, Centro - CEP 32.041-250 - na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, resolvem de comum acordo proceder a 7ª. Alteração Contratual e o fazem, mediante as seguintes cláusulas e condições que. Mútua e reciprocamente aceitam e outorgam, a saber:*

DAS ALTERAÇÕES

I. ***Cláusula Segunda: OBJETO SOCIAL***

A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de Engenharia e Agrimensura (Geodésia e Topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de Engenharia Civil e de topografia relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico e aerolevantamento.

II. ***Cláusula Terceira: INÍCIO DAS ATIVIDADES, PRAZO E SEDE***

A sociedade iniciou suas atividades em 25/03/2008 e tem prazo de duração por tempo indeterminado, passa a ter sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Loja 01, Pavimento 2 - São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP.: 30330-050, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

***Parágrafo Primeiro** – A empresa abriu sua filial nº 1 (um) com mesma denominação e passa a ser sediada na Quadra QS-05 Rua 311, Lote 03 – sala 204, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal. CEP: 71.964-180.*

III. *Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato social, não modificadas pelo presente instrumento.*

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

Fica assim consolidado o Contrato Social da sociedade, inclusive com modificações de redação instituídas pelo novo Código Civil:

Cláusula Primeira: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade simples passa a ter como denominação social: "SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA".

AMESP
FLS.: 198

Cláusula Segunda: OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de Engenharia e Agrimensura (Geodésica e Topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de Engenharia Civil de topografia relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico e aerolevantamento.

Cláusula Terceira: INÍCIO DAS ATIVIDADES, PRAZO E SEDE

A sociedade iniciou suas atividades em 25/03/2008 e tem prazo de duração por tempo indeterminado, sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Loja 01, Pavimento 2 - São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP.: 30330-050, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Parágrafo Primeiro *– A empresa abriu sua filial nº 1 (um) com mesma denominação sediada na Quadra QS-05 Rua 311, Lote 03 – sala 204, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal. CEP: 71.964-180.*

Cláusula Quarta: CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil Reais) totalmente integralizado e dividido em 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) quotas de R$1,00(um Real) cada uma, dividido da seguinte forma:

Nome do Quotista	***Qde. De Quotas***	***R$***
LEONARDO LEÃO GIACOMIN	*544.500*	*544.500,00*
GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS	*5.500*	*5.500,00*
Totais	***550.000***	***550.000,00***

Cláusula Quinta: ADMINISTRAÇÃO E RETIRADA PRÓ-LABRORE

A sociedade será administrada de comum acordo pelo sócio ***LEONARDO LEÃO GIACOMIN****, que exercerá individualmente as funções de administrador da sociedade, e a ele caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando porem, vedado, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, tais como: fiança, aval, garantias, etc.; fica facultado aos sócios efetuar retiradas, a título de PRÓ-LABORE, para remunerar a gerencia ou optar pela retirada e ou/distribuição de lucros .*

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 39 do art. 1.072 do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002).

PARÁGRAFO SEGUNDO: fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

Cláusula Sexta: EXERCÍCIO SOCIAL E DISRIBUIÇÃO DE LUCROS

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas legalmente. O resultado apurado terá a destinação decidida pelos sócios quotistas, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei 2. 10.406/2002. A participação nos lucros não está vinculada a participação percentual societária, e sim, a produção de cada sócio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balance intermediando, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Sétima: RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data do último dia do mês anterior ao evento, verificada em balance especialmente levantado para esta finalidade. A maioria representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir por

AMESP
FLS. 199
Assinatura
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
B.H./M.G.

justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver colocando em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A exclusão de que trata esta cláusula será determinada em reunião dos sócios-quotistas convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: 0 valore da quota do sócio porventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será paga ao mesmo em dinheiro dentro de 12 (doze) meses, com base na situação patrimonial da sociedade a data da reunião, verificada em balance especialmente levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

PARÁGRAFO QUARTO: Os sócios remanescentes poderão optar pelo suprimento a quota do excluído ou pela redução do capital social, conforme a deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

Cláusula Oitava: IMPEDIMENTOS

Os quotistas declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência da lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1°, do Código Civil (Lei n° 10.406/2002).

Cláusula Nona: CASOS OMISSOS

Qualquer dúvida surgida entre os sócios, deverá ser solucionada, principalmente, por arbitramento, louvando-se as partes em perito único ou, na impossibilidade, cada uma indicando o seu e este o desempatador. A conclusão do arbitramento não poderá demorar mais de 90 (noventa) dias, a contar da indicação dos árbitros.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, no presente de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022.

SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO BELO HORIZONTE - MG

LEONARDO LEÃO GIACOMIN

SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO BELO HORIZONTE - MG

GUSTAVO LUIZ LEÃO RAMOS

Testemunhas:

Adriana da Silveira

ADRIANA DA SILVEIRA
CPF: 854.147.191-87 – CI: 3632530-SSPGO

Isabela Esteves Casaes

ISABELA ESTEVES CASAES
CPF:045.208.286-27 - CRC/MG 77.065

RCPJBH
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBADO(A) sob o nº 20, no registro 125101, no Livro A, em 13/09/2022

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6418-8) R$ 133.32 TFJ: R$ 46.66 Rec: R$ 8.00 Iss:6.67 - Total: R$ 196.04
Emol:(8101-8) R$ 56.58 TFJ: R$ 18.48 Rec: R$ 3.36 Iss:2.80 - Total: R$ 80.22

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65561
Cód. Seg.: 3223.3733.9210.5263
Quantidade de Atos Praticados: 00008

Atos(s) Praticado(s) por: Thalita Alves - Auxiliar
Emol:R$ 200.26 TFJ: R$ 66.53 Total: R$ 266.79 ISS: R$ 9.47
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

RCPJBH
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBAÇÃO nº 20, no registro 125101, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6601-9) R$ 21.97 TFJ: R$ 6.70 Rec: R$ 1.31 Iss:1.09 - Total: R$ 30.97

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65569
Cód. Seg.: 9387.2721.7649.2552
Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Camila Souza - Auxiliar
Emol:R$ 23.18 TFJ: R$ 6.70 Total: R$ 29.88 ISS: R$ 1.09
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

RCPJBH
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBADO(A) sob o nº 21, no registro 125101, no Livro A, em 13/09/2022

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6426-1) R$ 133.32 TFJ: R$ 46.66 Rec: R$ 8.00 Iss:6.67 - Total: R$ 196.04
Emol:(8101-8) R$ 0.00 TFJ: R$ 0.00 Rec: R$ 0.00 Iss:0.00 - Total: R$ 0.00

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65571
Cód. Seg.: 8928.1165.4256.5899
Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Thalita Alves - Auxiliar
Emol:R$ 141.32 TFJ: R$ 48.05 Total: R$ 189.37 ISS: R$ 6.67
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

RCPJBH
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - BH / MG - Tel.: (31) 3224-3878 | (31) 3224-3003
www.rcpjbh.com.br - sac@rcpjbh.com.br

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBAÇÃO nº 21, no registro 125101, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6601-9) R$ 21.97 TFJ: R$ 6.70 Rec: R$ 1.31 Iss:1.09 - Total: R$ 30.97

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65572
Cód. Seg.: 5209.5909.7102.0333
Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Camila Souza - Auxiliar
Emol:R$ 23.18 TFJ: R$ 6.70 Total: R$ 29.88 ISS: R$ 1.09
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 11 / 04 / 23
FUNCIONÁRIO

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
LEONARDO LEÃO GIACOMIN
GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS
em testemunho da verdade.
Belo Horizonte, 23/08/2022 11:11:17.10954
SELO DE CONSULTA: FZH75648
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5888.9890.0788.7184
Quantidade de atos praticados: 02
Ato(s) praticado(s) por
Lucas Nunes Ferreira - Escrevente Autorizado
Emol:R$14,08 TFJ:R$4,08 Total:R$18,46 ISS:R$0,66
Consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Nº DA ETIQUETA ABX169220

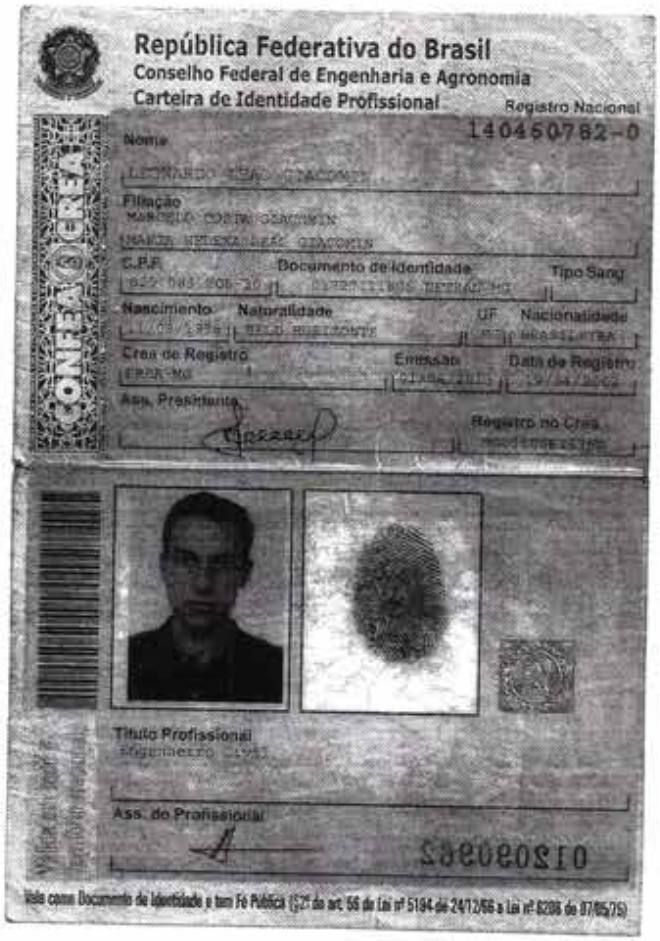
AMESP
FLS.: 201
Assinatura





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 11 / 04 / 23
FUNCIONÁRIO

AMESP
FLS.: 202
Assinatura



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 11 / 04 / 23
FUNCIONÁRIO

AMESP
FLS.: 203
Assinatura

Registro Civil das Pessoas Jurídicas B.HTE MG

ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

☐ Sociedade Simples

Ilmo. Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Os sócios, Gustavo Luiz Leão Ramos e Leonardo Leão Giacomin da sociedade **SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA**, com sede á Major Lopes, nº07, loja 07, pavimento 2, São Pedro, CEP: 30.330-050 na cidade de Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, vem, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, declarar que:

a) Adotará a denominação de **SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA - EPP**

b) O movimento da receita bruta anual da sociedade **não** excederá ao limite fixado no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, (superior a R$ 240.000,00 e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00) e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no § 4º art. 3º da mencionada lei.

Belo Horizonte, 13 de Novembro de 2014

Selo de Fiscalização ARQUIVAMENTO BLJ 98797

Selo de Fiscalização CRS 32709

Gustavo Luiz Leão Ramos
CPF: 855.160.156-34
Rua Francisco Miguel, 111 Centro, Contagem/MG

Leonardo Leão Giacomin
CPF: 029.083.206-30
Rua Paraiba, 247/202 Funcionários, Belo Horizonte/MG

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
AVERBADO(A) sob o nº 14, no registro125191, no Livro A, em 01/12/2014
Belo Horizonte, 01/12/2014
Emol:(8107-7) R$ 73.74 TFJ: R$ 26.57 Rec: R$ 4.42 - Total: R$ 104.73
(8101-8) R$ 4.40 TFJ: R$ 1.48 Rec: R$ 0.26 - Total: R$ 6.12

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 11 / 04 / 23
FUNCIONÁRIO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG
SELO ELETRÔNICO Nº ACF53136
CÓD SEG 2199.6987.8332.5296
Quantidade de Atos Praticados 00002
Emol R$ 82.82 TFJ R$ 28.03 Total R$ 110.85
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ NADI NÉRI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2° andar Centro
Telefax: 3132243878
Site: www.cartoriopessoasjuridicas.com.br
E-mail: cartrcpj@uai.com.br
CEP: 30130003 - Belo Horizonte, MG
EXPEDIENTE: de 9 às 18 horas

Civil das Pessoas Jurídicas BHTE MG

REGISTRO 125101	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA	LIVRO A
AV13	Livro Diário n°.08, datado do período de 01/01/2014 a 30/06/2014, contendo 74 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de outubro de 2.014. (a) Ana Paula Néri Silveira. Emol: R$ 27,39 TFJ: R$ 9,67 Rec: R$ 1,64 Total: R$ 38,70	
AV14	Enquadramento de Empresa de Pequeno Porte, datado de 13/11/14. Dou fé. Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2014. (a) Ana Paula Néri Silveira.Emol: R$ 73,74 TFJ: R$ 26,57 Rec: R$ 4,42 Total: R$ 104,73	

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2° Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

A presente certidão foi extraída em 01/12/2014

Belo Horizonte, 01/12/2014

Emol. (6501-1) R$ 13.04 TFJ: R$ 4.86 Rec: R$ 0.78 - Total: R$ 18.70
(6502-9) R$ 0.00 TFJ: R$ 0.00 Rec: R$ 0.00 - Total: R$ 0.00

Selo de Fiscalização
CERTIDÃO
AZK 18245

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2° Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº ACF53135
CÓD. SEG.: 8341.1010.9762.2445

Quantidade de Atos Praticados: 00001
Emol:R$ 13.82 TFJ: R$ 4.88 Total: R$ 18.70
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

surface

AMESP
Fls. 204
Assinatura

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023
ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, estabelecida à rua Major Lopes,7, sala 1, São Pedro- Belo Horizonte/MG, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.491.927/0001-46, **é empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.**

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

Atenciosamente,

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Engº Leonardo Leão Giacomin – Sócio/Diretor
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP
FLS.: 205
Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211542330	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2100134496

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

NOVA LIMA
Local

22 Fevereiro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável ☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável
Data Data

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP
Fls.: 206
Assinatura

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/243.186-2	MGP2100134496	22/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5E5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 207
Assinatura

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE N. 05 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

CNPJ – 35.735.815/0001-01 – NIRE - 31211542330

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO brasileira,empresária,solteira, residente e domiciliado a Rua Desembargador Paulo Mota, 945 apto 802 – Bairro Ouro Preto – Belo Horizonte – MG – CEP 31.310.340, portador da carteira de identidade MG – 11.578.686 – PC-MG, com CPF n. 076.606.896-06, nascida em 19/10/1985.

ISAAC BRUNO MORAIS MENDES brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliada a Rua Eduardo Leite Bacuri, 156 –Casa, Bairro Novo das Indústrias – Belo Horizonte-MG, CEP 30.610-550, com CPF 113.886.196-01, com identidade MG – 17.897.682 PC-MG. Nascido em 11/08/1993.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada "POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA ", estabelecida á Ave. Raja Gabaglia, 1093 – Sala 701 Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte – MG – CEP 30.380-403, com CNPJ n. **35.735.815/0001-01**, com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **n. 31211542330 de 09/12/2019**, e última alteração de n.8288532 em 14/01/2021. Resolvem de comum acordo alterarem seu contrato social, mediante as seguintes cláusulas :

PARÁGRAFO ÚNICO:
A sócio Isaac Bruno Morais Mendes, possuidor legítimo de 340.000(Trezentos e Quarenta Mil) cotas de R$ 1,00(um real)cada uma, cede e transferem todas elas a sócia Grasielle Oliveira Espósito, dando ao mesmo plena e rasa quitação, para que não haja nenhuma reclamação nem no presente e nem no futuro.

PRIMEIRA CLÁUSULA :
A sociedade empresária com denominação " **POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA** " altera seu endereço para , Rua Ministro Orozimbo Nonato , n. 102 sala 2307 - A Condomínio Icon – Bairro Vila da Serra – Nova Lima – MG – CEP 34.006-053 , com o nome fantasia de "**POTENZA**"

SEGUNDA CLÁUSULA :
O objeto da sociedade "ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA , ARQUITETURA, SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, E DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS. SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS , ARQUITETURA , ENGENHARIA , SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA , DESENHO TECNICOS RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA. AEROFOTOGRAMETRIA E AEROLEVANTAMENTO DE CAMPO COM GEORADAR(GPR), PARA MAPEAMENTO DE ESTRUTURAS E INTERFERENCIAS SUBTERRANEAS, GERAÇÃO DE IMAGENS DO SUBSOLO E RELATORIO COM A INDICAÇÃO DOS PERFIS DO SUBSOLO, ALEM DO ARQUIVO PLANTA (CAD) COM O CADASTRO DAS INTERFERENCIAS EM FORMATO (DWG). CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, COLETA DE ESGOTO, CONSTRUÇOES DE ESTAÇOES DE TRATAMENTO. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.

.....continua.....

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZME
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 208
Assinatura

.....continuação.....

TERCEIRA CLÁUSULA :
O capital social no valor de R$ 850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) divididos em 850.000(Oitocentos e Cinquenta Mil) cotas de R$ 1,00(hum real) totalmente integralizado neste ato , em moeda corrente nacional do país.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO.....100%.....850.000 quotas....R$ 850.000,00

QUARTA CLAUSULA:
*A administração da sociedade "**GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO**", com poderes e atribuições de assinar, cheques, repartições públicas, estaduais,federais, admitir e demitir empregados, autorizo o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.*

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA: POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO *brasileira,empresária,solteira, residente e domiciliado a Rua Desembargador Paulo Mota, 945 apto 802 – Bairro Ouro Preto – Belo Horizonte – MG – CEP 31.310.340, portador da carteira de identidade MG – 11.578.686 – PC-MG, com CPF n. 076.606.896-06, nascida em 19/10/1985.*

ISAAC BRUNO MORAIS MENDES, *brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliado Rua Eduardo Leite Bacuri, 156 –Casa, Bairro Novo das Indústrias – Belo Horizonte-MG, CEP 30.610-550, com CPF 113.886.196-01, com identidade MG – 17.897.682 PC-MG, nascido em 11/08/1993.*

*Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada "**POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA** ", estabelecida á Ave. Raja Gabaglia, 1093 sala 701 – Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte – MG – CEP 30.380-403, com CNPJ n. **35.735.815/0001-01**, com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **n. 31211542330 de 09/12/2019**, e última alteração de n.8288532 em 14/01/2021.*

PARÁGRAFO ÚNICO:
A sócio Isaac Bruno Morais Mendes, possuidor legítimo de 340.000(Trezentos e Quarenta Mil) cotas de R$ 1,00(um real)cada uma, cede e transferem todas elas a sócia Grasielle Oliveira Espósito, dando ao mesmo plena e rasa quitação para que não haja nenhuma reclamação nem no presente e nem no futuro.

.....continua.....

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZME
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 209
Assinatura

.....continuação.....

PRIMEIRA CLÁUSULA :

A sociedade empresária com denominação **" POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA "** *com endereço á , Rua Ministro Orozimbo Nonato , n. 102 sala 2307 - A - Condomínio ICON – Bairro Vila da Serra – Nova Lima – MG – CEP 34.006-053, com o nome fantasia de* **"POTENZA"**

SEGUNDA CLÁUSULA :

O objeto da sociedade: "ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA , ARQUITETURA, SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, E DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS. SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS , ARQUITETURA , ENGENHARIA , SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA , DESENHO TECNICOS RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA. AEROFOTOGRAMETRIA E AEROLEVANTAMENTO DE CAMPO COM GEORADAR(GPR), PARA MAPEAMENTO DE ESTRUTURAS E INTERFERENCIAS SUBTERRANEAS, GERAÇÃO DE IMAGENS DO SUBSOLO E RELATORIO COM A INDICAÇÃO DOS PERFIS DO SUBSOLO, ALEM DO ARQUIVO PLANTA (CAD) COM O CADASTRO DAS INTERFERENCIAS EM FORMATO (DWG). CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, COLETA DE ESGOTO, CONSTRUÇOES DE ESTAÇOES DE TRATAMENTO. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.

TERCEIRA CLÁUSULA :

O capital social : R$ 850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) divididos em 850.000(Oitocentos e Cinquenta Mil) cotas de R$ 1,00(hum real) cada uma , integralizado neste ato pela sócia, em moeda corrente nacional do país.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO.....100%.....850.000 quotas....R$ 850.000,00

QUARTA CLAUSULA:

A administração da sociedade **"GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO"**, *com poder e atribuições de assinar, cheques, repartições públicas, estaduais,federais, admitir e demitir empregados, autorizo o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.*

QUINTA CLÁUSULA;

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização social.

SEXTA CLÁUSULA:

A sociedade iniciou suas atividades em ***01 DE OUTUBRO DE 2019,*** *com prazo indeterminado, sendo o término do exercício em 31 de dezembro de cada ano,*

SETIMA CLÁUSULA:

A sociedade poderá em qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

.....continua.....

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8368945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZME
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 210
Assinatura

OITAVA CLÁUSULA:
Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal, a titulo de "pro – labore', observadas as disposições regulamentares pertinentes.

NONA CLÁUSULA:
A sociedade poderá em qualquer tempo , abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA CLÁUSULA:
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DÉCIMA PRIMEIRA CLÁUSULA:
Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamemte, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevericação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA SEGUNDA CLÁUSULA:
Fica eleito o foro de Nova Lima – MG, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultante deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento digitalmente.

Nova Lima – *MG, 22 de Fevereiro de 2021.*

Sócia *Administradora* ***: Grasielle Oliveira Esposito***

Sócio: ***Isaac Bruno Morais Mendes***

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZME
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MESP
FLS: 211
Assinatura

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/243.186-2	MGP2100134496	22/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
113.886.196-01	ISAAC BRUNO MORAIS MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 212
Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, de NIRE 3121154233-0 e protocolado sob o número 21/243.186-2 em 22/02/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8388945, em 23/02/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Cesar Mariano dos Santos.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
113.886.196-01	ISAAC BRUNO MORAIS MENDES

Belo Horizonte, terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Cesar Mariano dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 23/02/2021, às 10:43 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/243.186-2.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

PMESP
FLS: 213
Assinatura

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388048 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



AMESP
FLS.: 214
Assinatura



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 11 / 04 / 23
FUNCIONÁRIO

AMESP
FLS.: 215
Assinatura

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, CNPJ n.º 35.735.815/0001-01 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre/MG, aos 28 DE MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.03.28 17:22:18 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

RG nº - MG 11.578.686

Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

POTENZA
PAG 01
Resp.

AMESP
FLS.: 216
Assinatura

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
35.735.815/0001-01

Associação dos Municípios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 11 / 04 / 23
Horas: 08 : 59

AMESP
FLS.: 217
Assinatura

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, estabelecida na RUA MINISTRO OROZIMBO NONATO, Nº 102. BAIRRO VILA DA SERRA, NOVA LIMA/MG. CEP 34.006-053, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.735.815/0001-01, propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R$
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	**R$ 79.788.714,39**

Validade da Proposta: 60 dias

OBSERVAÇÃO:

AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTE DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Pouso Alegre/MG, aos 28 DE MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606 Dados: 2023.03.28 16:53:37 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

RG nº - MG 11.578.686

Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

POTENZA
PAG 01
Resp.

AMESP
FLS. 218
Assinatura

LOCAL: SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
REFERÊNCIA: SUDECAP DEZ/22

(CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31 31/08/15) BDI: 28,75%

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO - R$ UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS					
1.		**PESSOAL**					
1.1		**ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	130,32	167,79	604.033,20
						TOTAL DO ITEM: R$	**604.033,20**
2.		**PROJETOS**					
2.1		**SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA**					
2.1.1	62.05.50	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	1,91	2,46	1.131.197,50
2.1.2	62.05.52	TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	725,27	933,79	280.135,54
2.1.3	62.05.53	PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	325,18	418,67	125.600,78
2.1.4	62.05.54	AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,66	0,85	7.647,75
2.1.5	62.05.55	INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	176,25	226,92	6.807.656,25
2.1.6	62.05.56	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	13.333,06	17.166,31	68.665.259,00
2.1.7	62.05.57	ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	5.608,92	7.221,48	2.166.445,35
3.		**SERVIÇOS DE GRÁFICA**					
3.1		**DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS**					
3.1.1	64.18.02	FORMATO A1	UN	350	1,64	2,11	739,03
						TOTAL DO ITEM: R$	**79.184.681,19**
						TOTAL GERAL: R$	**79.788.714,39**

Pouso Alegre/MG, aos 28 DE MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.03.28 17:27:10 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
RG nº - MG 11.578.686
Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

POTENZA
PAG 02
Resp.

AMESP
FLS.: 219
Assinatura

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, **conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.**

Licitante: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Rua Major Lopes nº 07 – Sala 1 – Bairro: São Pedro – Belo Horizonte/MG
E-mail: financeiro@surfaceengenharia.com.br | Tel: (31) 3586-5728 | 99694-6675

Associação dos Municípios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 11/04/23
Horas: 09:00

surface

AMESP
FLS.: 220
Assinatura

PROPOSTAS COMERCIAL

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

surface

AMESP
FLS.: 221
Assinatura

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, com sede à Rua Major Lopes nº 07 – Sala 7 – Bairro São Pedro em Belo Horizonte/MG, CNPJ. nº 09.491.927/0001-46, propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, **conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.**	**65.733.840,38** (Sessenta e cinco milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e oito centavos).

Os preços apresentados estão inclusos todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas.

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ. nº 09.491.927/0001-46
LEONARDO LEÃO GIACOMIN – ENGENHAEIRO CIVIL
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-000
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
FLS.: 222
Assinatura

surface

LOCAL:	SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP
	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
REFERÊNCIA:	SUDECAP DEZ/22

(CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31 31/08/15) **BDI: 28,75%**

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO - R$ UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS					
1.		**PESSOAL**					
1.1		**ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	105	135,19	486.675,00
						TOTAL DO ITEM: R$	**486.675,00**
2.		**PROJETOS**					
2.1		**SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA**					
2.1.1	62.05.50	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	1,60	2,06	947.600,00
2.1.2	62.05.52	TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	650,00	836,88	251.062,50
2.1.3	62.05.53	PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	300,00	386,25	115.875,00
2.1.4	62.05.54	AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,65	0,84	7.531,88
2.1.5	62.05.55	INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	160,00	206,00	6.180.000,00
2.1.6	62.05.56	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	10.800,00	13.905,00	55.620.000,00
2.1.7	62.05.57	ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	5.500,00	7.081,25	2.124.375,00
3.		**SERVIÇOS DE GRÁFICA**					
3.1		**DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS**					
3.1.1	64.18.02	FORMATO A1	UN	350	1,6	2,06	721,00
						TOTAL DO ITEM: R$	**65.247.165,38**
						TOTAL GERAL: R$	**65.733.840,38**

OBS: NOS PREÇOS ESTÃO INCLUÍDOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E BDI, BEM COMO TODOS ENCARGOS E IMPOSTOS

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

Surface Engenharia e Topografia LTDA
CNPJ. nº 09.491.927/0001-46
Leonardo Leão Giacomin – ENGENHAEIRO CIVIL
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
O PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE – MG

AMESP
FLS.: 223
Assinatura

BDI (CONFORME ACÓRDÃO N 2622/13 E LEIN 13.161 DE 31 31/08/1

surface

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA - LASER SCANNER AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ- AMESP.

Base de Preços:dezembro/2022

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,50%	CD
LUCRO	L	7,50%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,96%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	2,27%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	1,00%	CD
RISCO	R	1,27%	CD
TRIBUTOS	I	6,15%	PV
ISS	ISS	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	4,50%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left[\frac{(1+(AC+S+G+R))*(1+DF)*(1+L)}{(1-(I+CPRB))} \right] -1$$

BDI (NUMERADOR) = *116,97%*

BDI (DENOMINADOR) = *90,85%*

$$BDI = \left[\frac{116,97\%}{90,85\%} \right] -1 = 0,2875 = 28,75\%$$

BDI =	***28,75%***

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua
DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados á perda monetária decorrente da defasagem entre a data
R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos , riscos ect.
L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.
T | Tributos - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

Surface Engenharia e Topografia LTDA
CNPJ. nº 09.491.927/0001-46
Leonardo Leão Giacomin – ENGENHAEIRO CIVIL
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE – MG

CONSÓRCIO AMESP

TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

TERMO DE LANCE- ITEM ÚNICO

Empresas Classificadas		POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA
Proposta da Empresa		R$ 79.788.714,39	R$ 65.733.840,38
Lances Efetuados (R$)	**01**	R$ 63.832.208,67	R$ 63.000.000,00
	02	sem lance	
	03		
	04		
	05		
	06		
	07		
	08		
	09		
	10		
	11		
	12		
	13		
	14		

Pouso Alegre/MG, aos 11 de abril de 2023.

Wagner do Couto
Pregoeiro

AMESP FLS.: 224 Assinatura

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP

Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, **conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.**

Licitante: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

Rua Major Lopes nº 07 – Sala 1 – Bairro: São Pedro – Belo Horizonte/MG

E-mail: financeiro@surfaceengenharia.com.br | Tel: (31) 3586-5728 | 99694-6675

Associação dos Municípios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 11/04/23
Horas: 09:00

Assinatura
Fls: 225
AMESP

surface

AMESP
FLS.: 226
Assinatura

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

surface

AMESP
FLS.: 227
Assinatura

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ 09.491.927/0001-46

AMESP FLS.: 228 Assinatura

LEONARDO LEÃO GIACOMIN, brasileiro, casado com comunhão de bens, nascido em 11/03/1978, Engenheiro Civil, portador da carteira de identidade 82.536/D, expedida pelo CONFEA-CREA/MG, e CPF/MF nº. 029.083.206-30, residente e domiciliado na Rua João Ceschiatti nº105 Mangabeiras, CEP 30315-130, nesta Capital, e,

GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS, brasileiro, solteiro, Engenheiro Agrimensor, portador da carteira de identidade 109.846/D, expedida pelo CONFEA-CREA/MG, e CPF/MF n. 855.160.156-34, nascido em 16/07/1973 em Contagem/MG, residente e domiciliado na Rua Francisco Miguel. 111, Centro - CEP 32.041-250 - na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, resolvem de comum acordo proceder a 7ª. Alteração Contratual e o fazem, mediante as seguintes cláusulas e condições que. Mútua e reciprocamente aceitam e outorgam, a saber:

DAS ALTERAÇÕES

I. **Cláusula Segunda: OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de Engenharia e Agrimensura (Geodésia e Topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de Engenharia Civil e de topografia relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico e aerolevantamento.

II. **Cláusula Terceira: INÍCIO DAS ATIVIDADES, PRAZO E SEDE**

A sociedade iniciou suas atividades em 25/03/2008 e tem prazo de duração por tempo indeterminado, passa a ter sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Loja 01, Pavimento 2 - São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP.: 30330-050, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

Parágrafo Primeiro – A empresa abriu sua filial nº 1 (um) com mesma denominação e passa a ser sediada na Quadra QS-05 Rua 311, Lote 03 – sala 204, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal. CEP: 71.964-180.

III. Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato social, não modificadas pelo presente instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS

Fica assim consolidado o Contrato Social da sociedade, inclusive com modificações de redação instituídas pelo novo Código Civil:

Cláusula Primeira: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A Sociedade simples passa a ter como denominação social: "SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA".

Scanned with CamScanner

Cláusula Segunda: OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de Engenharia e Agrimensura (Geodésia e Topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de Engenharia Civil e de topografia relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico e aerolevantamento.

Cláusula Terceira: INÍCIO DAS ATIVIDADES, PRAZO E SEDE

A sociedade iniciou suas atividades em 25/03/2008 e tem prazo de duração por tempo indeterminado, sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Loja 01, Pavimento 2 - São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP.: 30330-050, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ficando eleito o foro desta comarca para qualquer ação fundada no presente contrato.

Parágrafo Primeiro *– A empresa abriu sua filial nº 1 (um) com mesma denominação sediada na Quadra QS-05 Rua 311, Lote 03 – sala 204, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal. CEP: 71.964-180.*

Cláusula Quarta: CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil Reais) totalmente integralizado e dividido em 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) quotas de R$1,00(um Real) cada uma, dividido da seguinte forma:

Nome do Quotista	***Qde. De Quotas***	***R$***
LEONARDO LEÃO GIACOMIN	*544.500*	*544.500,00*
GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS	*5.500*	*5.500,00*
Totais	***550.000***	***550.000,00***

Cláusula Quinta: ADMINISTRAÇÃO E RETIRADA PRÓ-LABRORE

A sociedade será administrada de comum acordo pelo sócio ***LEONARDO LEÃO GIACOMIN****, que exercerá individualmente as funções de administrador da sociedade, e a ele caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando porem, vedado, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, tais como: fiança, aval, garantias, etc.; fica facultado aos sócios efetuar retiradas, a título de PRÓ-LABORE, para remunerar a gerencia ou optar pela retirada e ou/distribuição de lucros .*

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em suas deliberações, os administradores adotarão preferencialmente a forma estabelecida no § 39 do art. 1.072 do Código Civil (Lei nº. 10.406/2002).

PARÁGRAFO SEGUNDO: fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

Cláusula Sexta: EXERCÍCIO SOCIAL E DISRIBUIÇÃO DE LUCROS

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas legalmente. O resultado apurado terá a destinação decidida pelos sócios quotistas, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei 2. 10.406/2002. A participação nos lucros não está vinculada a participação percentual societária, e sim, a produção de cada sócio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balance intermediando, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Sétima: RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data do último dia do mês anterior ao evento, verificada em balance especialmente levantado para esta finalidade. A maioria representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir por

Scanned with CamScanner

AMESP
FLS: 229
Assinatura

justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver colocando em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A exclusão de que trata esta cláusula será determinada em reunião dos sócios-quotistas convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.

PARÁGRAFO TERCEIRO: 0 valore da quota do sócio porventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será paga ao mesmo em dinheiro dentro de 12 (doze) meses, com base na situação patrimonial da sociedade a data da reunião, verificada em balance especialmente levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

PARÁGRAFO QUARTO: Os sócios remanescentes poderão optar pelo suprimento a quota do excluído ou pela redução do capital social, conforme a deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

Cláusula Oitava: IMPEDIMENTOS

Os quotistas declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nem por decorrência da lei especial, nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

Cláusula Nona: CASOS OMISSOS

Qualquer dúvida surgida entre os sócios, deverá ser solucionada, principalmente, por arbitramento, louvando-se as partes em perito único ou, na impossibilidade, cada uma indicando o seu e este o desempatador. A conclusão do arbitramento não poderá demorar mais de 90 (noventa) dias, a contar da indicação dos árbitros.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, no presente de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2022.

SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO BELO HORIZONTE - MG

LEONARDO LEÃO GIACOMIN

SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO BELO HORIZONTE - MG

GUSTAVO LUIZ LEÃO RAMOS

Testemunhas:

Adriana da Silveira

ADRIANA DA SILVEIRA
CPF: 854.147.191-87 – CI: 3632530-SSPGO

Isabela Esteves Casaes

ISABELA ESTEVES CASAES
CPF:045.208.286-27 - CRC/MG 77.065

Scanned with CamScanner

RCPJBH

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBADO(A) sob o nº 20, no registro 125101, no Livro A, em 13/09/2022

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6419-8) R$ 133.32 TFJ: R$ 48.06 Rec: R$ 6.90 Iss: 6.67 - Total: R$ 196.04

Emol:(8101-8) R$ 55.50 TFJ: R$ 18.48 Rec: R$ 3.36 Iss:2.80 - Total: R$ 80.22

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituto

Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65561
Cód. Seg.: 3223.3733.9210.5263
Quantidade de Atos Praticados: 00008

Atos(s) Praticado(s) por: Thalita Alves - Auxiliar

Emol:R$ 200.26 TFJ: R$ 66.53 Total: R$ 266.79 ISS: R$ 9.47

Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

RCPJBH

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBAÇÃO nº 20, no registro 125101, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6601-9) R$ 21.87 TFJ: R$ 6.70 Rec: R$ 1.31 Iss:1.09 - Total: R$ 30.97

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituto

Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65569
Cód. Seg.: 9387.2721.7649.2552
Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Camila Souza - Auxiliar

Emol:R$ 23.18 TFJ: R$ 6.70 Total: R$ 29.88 ISS: R$ 1.09

Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

RCPJBH

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBADO(A) sob o nº
em 13/09/2022

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6426-1) R$ 133.32 TFJ: R$

Emol.(8101-8) R$ 0.00 TFJ: R$ 0.00 Rec: R$ 0.00 Iss 0.00 - Total: R$ 0.00

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituto

Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65571
Cód. Seg.: 8928.1165.4256.7[illegible]
Quantidade de Atos Pratic[illegible]

Emol:R$ 141.32 [illegible]

Consulta a validade deste Selo no site [illegible]

RCPJBH

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP

AVERBAÇÃO nº 21, no registro 125101, no Livro A, Examinada, Conferida e qualificada.

Belo Horizonte, 13/09/2022

Emol:(6601-9) R$ 21.87 TFJ: R$ 6.70 Rec: R$ 1.31 Iss:1.09 - Total: R$ 30.97

( ) José Nadi Néri - Oficial ( ) Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituto

Escreventes: ( ) Anibal Skackauskas Dias Da Silva ( ) Eden Silva Pinto De Carvalho

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletronico Nº GAU65572
Cód. Seg.: 5209.5909.7102.0333
Quantidade de Atos Praticados: 00001

Atos(s) Praticado(s) por: Camila Souza - Auxiliar

Emol:R$ 23.18 TFJ: R$ 6.70 Total: R$ 29.88 ISS: R$ 1.09

Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
LEONARDO LEÃO GIACOMIN **********
GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS **********
em testemunho da verdade.
Belo Horizonte, 23/08/2022 11:11:17 10954
SELO DE CONSULTA: FZH75648
CODIGO DE SEGURANÇA: 5888.9890.0788.7184
Quantidade de atos praticados: 02

Ato(s) praticado(s) por
Lucas Nunes Ferreira - Escrevente Autorizado
Emol:R$14,00 TFJ:R$4,58 Total:R$18,46 ISS:R$0,66
Consulte a validade deste selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Nº DA ETIQUETA ABX169220

Scanned with CamScanner

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

DR. JOSÉ NADI NERI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2º Andar
CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG
Site: www.rcpjbh.com.br
Email: sac@rcpjbh.com.br
Telefone: (31) 3224-3878

AMESP
FLS.: 230
Assinatura

CERTIDÃO

Dra. ANA PAULA NÉRI SILVEIRA, ESCREVENTE SUBSTITUTA DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE, MG, EM PLENO EXERCÍCIO DO CARGO, NA FORMA DA LEI, ETC.

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo nesta serventia o LIVRO A, encontrou o registro do contrato social, efetuado sob o numero de ordem 125101, em 25/03/2008 e respectivas averbações nele lançadas:

REGISTRO	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	LIVRO A
125101	CNPJ 09.491.927/0001-46	
	EXTRATO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE "SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.". Sede e Foro: Belo Horizonte, MG, Rua Viçosa, n 00043 - sala 505, São Pedro. Objetivo: prestação de serviços de engenharia de agrimensura: projetos, cálculos, serviçostopográficos, desenhos em geral, acompanhamentos e fiscalização da execução deobras de engenharia, consultoria e pericia.. Duração indeterminado. Capital social de: R$10000,00 divido em 10000,00 cotas de R$1,00 cada uma, totalmente integralizado, em moeda corrente, no ato da assinatura deste instrumento. SÓCIOS: JAURÉS RIEVERS DE AGUIAR, casado(a), nacionalidade brasileira,engenheiro agrimensor, residente na R João Caetano, 00100 ap 00302 bairro Nova Suissa, Belo Horizonte, MG, CPF 040.915.486-52, portador(a) da C.I. CREA MG 93.373, detentor(a) de 5000,00 cotas no valor total de R$5000,00. MARCELINO GONÇALVES DE LIMA, casado(a), nacionalidade brasileira,topógrafo, residente na R Itália, 21 ap. 00401 bairro Nova Floresta, Belo Horizonte, MG, CPF 635.704.676-00, portador(a) da C.I. M-2.388.400, detentor(a) de 5000,00 cotas no valor total de R$5000,00.. A administração e gerência da sociedade serão exercidas, isoladamente ou emconjunto, pelos sócios Jaurés Rievers de Aguiar e Marcelino Gonçalves de Lima.. Foram apresentados os documentos exigidos por lei. Dou fé. Belo Horizonte, 25 de Março de 2008 (a) José Nadi Néri	
AV. 1	<<AV.01>>Arquivado na Serventia, nesta data, requerimento datado de 19/03/08, em que a sociedade supracitada se declara enquadrada como Microempresa, de acordo com o disposto no artigo 3 da Lei Complementar N 123 de 14/12/2006. Dou fé. Belo Horizonte, 25 de março de 2008. (a) José Nadi Néri.	
AV. 2	<<AV.02>>De conformidade com 1 Alteração Contratual, datada de 19/09/2008, cujo exemplar encontra-se arquivado na Serventia, nesta data, a sociedade tem sede na rua Célia de Souza, 113, Sagrada Família, nesta capital. A administração e gerência da sociedade serão exercidas, isoladamente, pelo sócio Jaurés Rievers de Aguiar. Dou fé. Belo Horizonte, 24 de setembro de 2008. (a) José Nadi Néri. Emolumentos: R$71,07 - Taxa Fiscalização: R$22,35 - Total: R$93,42.	
AV. 3	<<AV.03>>Averbado, nesta data, Livro Diário n 01, datado de 31/10/08, contendo 29 folhas. Dou fé. Belo Horizonte, 04 de novembro de 2008. (a)José Nadi Néri. Emolumentos: R$12,11 - Taxa Fiscalização: R$3,80 - Total: R$15,91.	
AV. 4	Livro Diário nº 02, datado de 30/04/09, contendo 43 folhas. Dou fé. Belo Horizonte, 12 de junho de 2009. (a) José Nadi Néri. Emolumentos: R$13,59 - Taxa de Fiscalização: R$4,27 - Total: R$17,86.	

Nos termos da MP 2200/01 e Lei 11.997/09, o documento foi EMITIDO E ASSINADO DIGITALMENTE, recebendo o protocolo 658214. A VALIDAÇÃO pode ser conferida por esse protocolo no site https://www.rtdbrasil.org.br/CertidaoRegistro/index

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

DR. JOSÉ NADI NERI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2º Andar
CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG
Site: www.rcpjbh.com.br
Email: sac@rcpjbh.com.br
Telefone: (31) 3224-3878

CERTIDÃO

REGISTRO	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	LIVRO A
125101	CNPJ 09.491.927/0001-46	
AV. 5	2ª Alteração Contratual, datada de 13/10/2009. Os sócios Jaurés Rievers de Aguiar e Marcelino Gonçalves de Lima retiram-se da sociedade. Ficam admitidos os sócios Maria Cristina Maciel e Gustavo Luiz Leão Ramos. O capital social é elevado para R$30.000,00. Sócios atuais: Maria Cristina Maciel com 29.700 quotas e Gustavo Luiz Leão Ramos com 300 quotas. A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, engenharia de agrimensura (geodésia e topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de engenharia civil e de agrimensura relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2009. (a) José Nadi Néri.	
AV. 6	Livro Diário nº.03, datado de 02/01/2.009, contendo 45 folhas. Dou fé. Belo Horizonte, 26 de julho de 2.010. (a) José Nadi Néri.	
AV. 7	Livro Diário nº.04, datado de 20/06/2.011, contendo 52 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas em cartório, nesta data,Dou fé. Belo Horizonte, 04 de julho de 2.011.	
AV. 8	3ª Alteração Contratual, datada de 20/04/12. Retira-se da sociedade Maria Cristina Maciel, e fica admitida a sócia Laudicéia Maria de Jesus. Fica transformada a natureza jurídica da sociedade em Simples Pura, denominada ''SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA''. Capital social: R$ 30.000,00. Sócios atuais: Laudicéia Maria de Jesus e Gustavo Luiz Leão Ramos com 15.000 cotas cada um deles. A sociedade será administrada por ambos os sócios. Dou fé. Belo Horizonte, 06 de junho 2012. (a) José Nadi Néri. - (6413-9) Emol: R$86.17 TFJ: R$28.72 Rec: R$5.17 Total: R$120.06	
AV. 9	Livro Diário nº.05, datado de 02/01/2011, contendo 54 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 20 de julho de 2012. (a) José Nadi Néri. - (6419-6) - Emol: R$10.47 TFJ: R$3.49 Rec: R$0.63 Total: R$14.59	
AV. 10	4ª Alteração Contratual, datada de 10/10/2012. A sociedade altera sua Natureza jurídica para Sociedade Simples Limitada e altera sua denominação para "SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.". Retira-se da sociedade a sócia Laudicéia Maria de Jesus. É admitido na sociedade o sócio Leonardo Leão Giacomin. O Capital Social passa a ser: R$350.000,00. Sócios Atuais: Leonardo Leão Giacomin com 332.500 cotas e Gustavo Luiz Leão Ramos com 5 cotas.A sociedade será administrada por ambos os sócios. Dou fé. Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2012. (a) José Nadi Néri. - (6415-4) - Emol: R$80.71 TFJ: R$26.90 Rec: R$4.84 Total: R$112.45	
AV. 11	Livro Diário nº 06, datado de 02/01/2012, contendo 37 folhas conforme cópias do Termo de Abertura e Termo de Encerramento arquivados na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 12 de junho de 2013. (a) Ana Paula Néri Silveira. - (6419-6) - Emol: R$25.97 TFJ: R$9.17 Rec: R$1.56 Total: R$36.70	
AV. 12	Livro Diário nº.07, datado de 01/01/2013, contendo 160 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 15 de julho de 2.014. (a) Ana Paula Néri Silveira. - (6419-6) - Emol: R$27.39 TFJ: R$9.67 Rec: R$1.64 Total: R$38.70	
AV. 13	Livro Diário nº.08, datado do período de 01/01/2014 a 30/06/2014, contendo	

Nos termos da MP 2200/01 e Lei 11.997/09, o d... pr... ...mento foi EMITIDO E ASSINADO DIGITALMENTE, recebendo o protocolo ...ão protocolo no site https://www.rtdbrasil.org.br/CertidaoRegistro/index ...1214. A VALIDAÇÃO pode ser conferida

DR. JOSÉ NADI NERI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2º Andar
CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG
Site: www.rcpjbh.com.br
Email: sac@rcpjbh.com.br
Telefone: (31) 3224-3878

AMESP FLS.: 231 Assinatura

CERTIDÃO

REGISTRO	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	LIVRO A
125101	CNPJ 09.491.927/0001-46	
	74 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de outubro de 2.014. (a) Ana Paula Néri Silveira. - (6419-6) - Emol: R$27.39 TFJ: R$9.67 Rec: R$1.64 Total: R$38.70 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 2 - Emol: R$9.32 TFJ: R$2.92 Rec: R$0.52 Total: R$12.24 - Selo Consulta: ABZ13660 Cod. Segurança: 8996.8823.8990.0241	
AV. 14	Enquadramento de Empresa de Pequeno Porte, datado de 13/11/14. Dou fé. Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2014. (a) Ana Paula Néri Silveira. - (6101-0) - Emol: R$73.74 TFJ: R$26.57 Rec: R$4.42 Total: R$104.73 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 1 - Emol: R$4.66 TFJ: R$1.46 Rec: R$0.26 Total: R$6.12 - Selo Consulta: ACF53136 Cod. Segurança: 2199.6987.8332.5296	
AV. 15	Livro Diário n °.09, datado de 01/07/2014, contendo 87 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 02 de março de 2.015. (a) Ana Paula Néri Silveira. - (6419-6) - Emol: R$28.26 TFJ: R$9.98 Rec: R$1.70 Total: R$44.16 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 2 - Emol: R$9.60 TFJ: R$3.02 Rec: R$0.54 Total: R$12.62 - Selo Consulta: ACV45605 Cod. Segurança: 0979.8684.6792.8545	
AV. 16	5ª Alteração Contratual, datada de 15/09/2016. O Capital Social é elevado em R$ 200.000,00 integralizado pelo quotista Leonardo Leão Giacomin. O sócio Gustavo Luiz Leão Ramos cede e transfere 12.000 para o quotista Leonardo Leão Giacomin. Capital Social: R$ 550.000,00. Sócios Atuais: Leonardo Leão Giacomin com 544.500 quotas e Gustavo Luiz Leao Ramos com 5.500 quotas. A sociedade será administrada pelo quotista Leonardo Leão Giacomin. Dou fé. Belo Horizonte, 11 de Outubro de 2016. (a) José Nadi Neri - Prot. 509709 - (6429-5) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$104.32 TFJ: R$34.77 Rec: R$6.26 Total: R$145.36 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 5 - Emol: R$26.55 TFJ: R$8.35 Rec: R$1.50 Total: R$34.90 - Selo Consulta: AYH15027 Cod. Segurança: 4031.3289.6221.8957	
AV. 17	6ª Alteração Contratual datada de 17/11/2017. Fica alterado o objeto social para a prestação de serviços de Engenharia e Agrimensura (Geodésia e Topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de Engenharia Civil e de topografia relacionados com a execução de obras; bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias; e atividade de levantamento hidrográfico. Dou fé. Belo Horizonte, 29 de Dezembro de 2017. (a) José Nadi Neri - Prot. 540342 - (6412-1) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$90.87 TFJ: R$32.75 Rec: R$5.45 Total: R$129.07 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 4 - Emol: R$22.96 TFJ: R$7.20 Rec: R$1.28 Total: R$30.16 - Selo Consulta: BTU03730 Cod. Segurança: 1830.2256.2184.2446	
AV. 18	7ª Alteração Contratual, datada de 29/11/2021. A sociedade passa a ter sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Pavimento 2 - São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.330-050, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A prestação de serviços de engenharia e agrimensura, geodésica e topografia, inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de engenharia civil e de topografia relacionados com a execução de obras, bem como as atividades de desenhos, projetos e	

Nos termos da MP 2200/01 e Lei 11.997/09, o documento foi EMITIDO E ASSINADO DIGITALMENTE, recebendo o protocolo 658214. A VALIDAÇÃO pode ser conferida por esse protocolo no site https://www.rtdbrasil.org.br/CertidaoRegistro/index

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

DR. JOSÉ NADI NERI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2º Andar
CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG
Site: www.rcpjbh.com.br
Email: sac@rcpjbh.com.br
Telefone: (31) 3224-3878

CERTIDÃO

REGISTRO	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	LIVRO A
125101	CNPJ 09.491.927/0001-46	
	consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de Dezembro de 2021. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 634769 - (6418-8) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$110.23 TFJ: R$39.73 Rec: R$6.61 Total: R$162.08 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 8 - Emol: R$55.68 TFJ: R$17.44 Rec: R$3.12 Total: R$73.12 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$18.08 TFJ: R$5.54 Rec: R$1.09 Total: R$24.71 - Selo Consulta: FHF65717 Cod. Segurança: 2807.9693.9478.6982	
AV. 19	7ª Alteração Contratual, acima averbada, datada de 29/11/2021, a empresa abre sua filial nº 01, com a mesma denominação e estará sediada na Quadra QSE 9 LT16, Taguatinga Sul, Distrito Federal, CEP: 72.0225-990. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de Dezembro de 2021. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 634769 - (6426-1) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$110.23 TFJ: R$39.73 Rec: R$6.61 Total: R$162.08 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$18.08 TFJ: R$5.54 Rec: R$1.09 Total: R$24.71 - Selo Consulta: FHF65729 Cod. Segurança: 1897.4455.6242.2126	
AV. 20	8ª Alteração Contratual, datada de 09/08/2022. A sociedade passa a ter sua sede na Rua Major Lopes, nº 07, Loja 01, Pavimento 2, São Pedro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.330-050. A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia e agrimensura (geodésica e topografia), inclusive o acompanhamento, supervisão e fiscalização dos serviços de engenharia civil e de topografia relacionados com a execução de obras, bem como as atividades de desenhos, projetos e consultorias e a atividade de levantamento hidrográfico e aerolevantamento. Dou fé. Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 650881 - (6418-8) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$133.32 TFJ: R$48.05 Rec: R$8.00 Total: R$196.04 // (8101-8) - Quantidade de Arquivamentos: 7 - Emol: R$58.94 TFJ: R$18.48 Rec: R$3.36 Total: R$77.42 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$21.87 TFJ: R$6.70 Rec: R$1.31 Total: R$29.88 - Selo Consulta: GAU65561 Cod. Segurança: 3223.3733.9210.5263	
AV. 21	8ª Alteração Contratual, acima averbada, cria a filial nº 01, com a mesma denominação, sediada na Quadra QS-05, Rua 311, Lote 03, sala 204, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, CEP 71.964-180. Dou fé. Belo Horizonte, 13 de Setembro de 2022. (a) Ana Paula Neri Silveira - Prot. 651634 - (6426-1) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$133.32 TFJ: R$48.05 Rec: R$8.00 Total: R$196.04 // (6601-9) - (1 Ato Praticado) - Emol: R$21.87 TFJ: R$6.70 Rec: R$1.31 Total: R$29.88 - Selo Consulta: GAU65571 Cod. Segurança: 8928.1165.4256.5899	

Nos termos da MP 2200/01 e Lei 11.977/09, o documento foi EMITIDO E ASSINADO DIGITALMENTE, recebendo o protocolo ...sse protocolo no site https://www.ridbrasil.org.br/CertidaoRegistroIndex 1214. A VALIDAÇÃO pode ser conferida

RCPJBH
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

DR. JOSÉ NADI NERI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2º Andar
CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG
Site: www.rcpjbh.com.br
Email: sac@rcpjbh.com.br
Telefone: (31) 3224-3678

AMESP
FLS.: 232
Assinatura

CERTIDÃO

REGISTRO	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	LIVRO A
125101	CNPJ 09.491.927/0001-46	

CERTIFICA finalmente que não encontrou nenhum outro documento registrado, averbado e/ou arquivado até a presente data, que altere o registro e averbações acima mencionadas. O referido é verdade e dou fé. Belo Horizonte, 16 de Janeiro de 2023.

ANA PAULA NERI SILVEIRA
Escrevente Substituta do Registro Civil Das Pessoas Jurídicas

RCPJBH

A presente certidão foi extraida e assinada digitalmente em 16/01/2023. recebendo o número de protocolo 658214.

Belo Horizonte, 16/01/2023

Emol: (6501-1) R$ 24.89 TFJ: R$ 9.33 Rec: R$ 1.49 Iss:1.24 - Total: R$ 36.95
Emol:(6502-9) R$ 7.00 TFJ: R$ 1.48 Rec: R$ 0.44 Iss:0.36 - Total: R$ 9.28

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº GHO52081
Cód. Seg.: 2006.9990.7257.0022

Quantidade de Atos Praticados00005
Atos(s) Praticado(s) por**Jessica Almeida - Auxiliar**
Emol:R$ 33.82 TFJ: R$ 10.81 Total: R$ 44.63 ISS: R$ 1.60
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

Assinado de forma digital por ANA PAULA NERI SILVEIRA:81225695600

Nos termos da MP 2200/01 e Lei 11.997/09, o documento foi EMITIDO E ASSINADO DIGITALMENTE, recebendo o protocolo 658214. A VALIDAÇÃO pode ser conferida por esse protocolo no site https://www.rtdbrasil.org.br/CertidaoRegistroIndex

AMESP
FLS.: 233
surface
Assinatura

DECLARAÇÃO

A empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, estabelecida à rua Major Lopes,7, sala 1, São Pedro- Belo Horizonte/MG, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.491.927/0001-46, **por intermédio de seu representante legal, o Sr. LEONARDO LEÃO GIACOMIN**, Carteira de Identidade nº CREA/MG 82536/D, CPF Nº 029.083.206-30 , **DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

Atenciosamente,

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Engº Leonardo Leão Giacomin – Sócio/Diretor
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE - MG

surface

AMESP
FLS.: 234
Assinatura

surface

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO TÉCNICA

AMESP
FLS.: 235
Assinatura

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
140460782-0

CONFEA CREA

Nome
LEONARDO LEÃO GIACOMIN

Filiação
MARCELO COSTA GIACOMIN
MARIA HELENA LEÃO GIACOMIN

C.P.F.	Documento de Identidade	Tipo Sang.
029.085.306-30	01727111405 IMTRAN-MG	

Nascimento	Naturalidade	UF	Nacionalidade
11/03/1978	BELO HORIZONTE	MG	BRASILEIRA

Crea de Registro	Emissão	Data de Registro
CREA-MG	01/08/2013	19/04/2002

Ass. Presidente

Registro no Crea
MG0000825960

Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

012090962

Como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

10

AMESP
FLS.: 236
Assinatura





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3003655/2023
Emissão: 29/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: xZAxw

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CMESP
FLS.: 237
Assinatura

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita á(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

CNPJ: 09.491.927/0001-46

Registro: 0000023013

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 550.000,00

Data do Capital: 11/10/2016

Faixa: 4

Objetivo Social Pleno: A PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA E AGRIMENSURA(GEODESIA E TOPOGRAFIA),INCLUSIVE O ACOMPANHAMENTO, SUPERVISAO E FISCALIZACAO DOS SERVICOS DEENGENHARIA CIVIL E DE TOPOGRAFIA RELACIONADOS COM A EXECUCAO DE OBRAS;BEM COMO AS ATIVIDADES DE DESENHOS, PROJETOS E CONSULTORIAS.********

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA MAJOR LOPES, 7, SALA 7, SAO PEDRO, BELO HORIZONTE , MG, 30330050

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 03/10/2008

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 042749

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: JESSICA DANIELLE SILVA DE OLIVEIRA

Registro: 1420262955

CPF: 111.***.***-65

Data Início: 16/07/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Titulos do Profissional:

ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO-CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: JÉSSICA DANDARA CAMPOS

Registro: 1419853465

CPF: 116.***.***-69

Data Início: 16/07/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Titulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA LEI 5194 66 E ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 73 DO CONFEA, NAS SEGUINTES AREAS DE ATUACAO: EDIFICACOES, ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS, SISTEMAS DE TRANSPORTES, DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE SANEAMENTO, RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES, DRENAGEM,PONTES E GRANDES ESTRUTURAS, SENS SER AFINS E CORRELATOS.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: xZAxw
Impresso em: 29/03/2023 às 15:28:18 por: adapt, ip: 170.82.175.10

12

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3003655/2023
Emissão: 29/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: xZAxw

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ARTIGO 1º DA LEI 7410/85 E ATIVIDADES 01 A 18 DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91, DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS
Registro: 1406683540
CPF: 855.***.***-34
Data Início: 09/04/2013
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO AGRIMENSOR
Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: LEONARDO LEAO GIACOMIN
Registro: 1404607820
CPF: 029.***.***-30
Data Início: 23/12/2008
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL APLICADO

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: xZAxw
Impresso em: 29/03/2023 às 15:28:18 por: adapt, ip: 170.82.175.10

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3003635/2023
Emissão: 29/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: 23Cyd

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP FLS.: 238 Assinatura

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: LEONARDO LEAO GIACOMIN
Registro: 1404607820
CPF: 029.***.***-30
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 19/04/2002

Titulo(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA
Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA DA FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUMEC
Data de Formação: 21/12/2001

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL APLICADO
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC
Data de Formação: 07/12/2006

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Registro: 0000023013
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Data Início: 23/12/2008
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 23Cyd
Impresso em: 29/03/2023 às 15:16:45 por: adapt, ip: 170.82.175.10

13

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3003650/2023
Emissão: 29/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: ZbCZZ

AMESP
FLS.: 239
Assinatura

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS
Registro: 1406683540
CPF: 855.*** ***-34
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 22/10/2008

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO AGRIMENSOR
Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA
Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA DE MINAS GERAIS
Data de Formação: 31/08/2006

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

- Empresa: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Registro: 0000023013
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Data Início: 09/04/2013
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: ZbCZZ
Impresso em: 29/03/2023 às 15:26:05 por: adapt, ip: 170.82.175.10

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3008330/2023
Emissão: 05/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: azZ3c

AMESP
FLS.: 240
Assinatura

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: JÉSSICA DANDARA CAMPOS
Registro: 1419853465
CPF: 116.***.***-69
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 06/02/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA LEI 5194 66 E ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 73 DO CONFEA, NAS SEGUINTES AREAS DE ATUACAO: EDIFICACOES, ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS, SISTEMAS DE TRANSPORTES, DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE SANEAMENTO, RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES, DRENAGEM,PONTES E GRANDES ESTRUTURAS, SEUS SERVICOS AFINS E CORRELATOS.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA - CAMPUS BARREIRO

Data de Formação: 14/08/2017

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ARTIGO 1º DA LEI 7410/85 E ATIVIDADES 01 A 18 DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 359/91, DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO.

Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITARIO DE BELO HORIZONTE

Data de Formação: 12/03/2020

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Registro: 0000023013
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Data Início: 16/07/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: azZ3c
Impresso em: 05/04/2023 às 13:32:23 por: adapt, ip: 200.25.56.72

15

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3008282/2023
Emissão: 05/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: wx9Yx

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
FLS.: 241
Assinatura

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: JESSICA DANIELLE SILVA DE OLIVEIRA
Registro: 1420262955
CPF: 111.***.***-65
Endereço: **********
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 08/07/2021

Titulo(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO-CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FUMEC
Data de Formação: 16/02/2019

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (3/3)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Registro: 0000023013
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Data Início: 16/07/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: wx9Yx
Impresso em: 05/04/2023 às 12:38:37 por: adapt, ip: 170.82.175.13

16

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2982445/2023

Atividade concluída

AMESP FLS.: 242 Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS**
Registro: **MG0000109846D MG** RNP: **1406683540**
Título profissional: ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Número da ART: **MG20231847558** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 13/02/2023 Baixada em: 13/02/2023
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Contratante: **SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA** CPF/CNPJ: **17.167.411/0001-79**
Endereço do contratante: RUA ZODÍACO Nº: 564
Complemento: APTO 19 Bairro: SANTA LÚCIA
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30360430
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 55.500,00 Tipo de contratantee: Pessoa Juridica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RODOVIA JANUÁRIO CARNEIRO Nº: SN
Complemento: KM 14 Bairro: VILA CASTELO
Cidade: NOVA LIMA UF: MG CEP: 34004842
Data de início: 13/10/2021 Conclusão efetiva: 16/12/2021
Finalidade: CADASTRAL
Proprietário: SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA CPF/CNPJ: 17.167.411/0001-79

Atividade Técnica: **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO 49 - Execução de obra 880.00 metro; **16 - Execução** AGRIMENSURA > AEROFOTOGRAMETRIA > #36.2.2 - DE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO 49 - Execução de obra 212.1287 hectare;

Observações

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL COM MAPA DE DECLIVIDADE, IMPLANTAÇÃO DE MARCOS TOPOGRÁFICOS, DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA, COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL COM AEROTRIANGULAÇÃO, PERFILAMENTO A LASER (LIDAR) COM NUVEM DE PONTOS PARA MODELAGEM DO TERRENO.

Informações Complementares

- A ART N.º MG20210798966 CITADA NO ATESTADO EMITIDO PELA SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA DATADO DE 07/04/2022, FOI CANCELADA E SUBSTITUÍDA PELA ART N.º MG20231847558.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2982445/2023
13/02/2023, 15:51
Z4d00

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: Z4d00

SPEI - SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos que a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, situada na Rua Major Lopes, 07 sala 07 – São Pedro – Belo Horizonte / MG, CNPJ 09.491.927/0001-46, executou para a **SOLUÇÃO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**, sediada na Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG, CEP:30.360-430, – CNPJ: 17.167.411/0001-79, **serviços de levantamento planialtimétrico cadastral, mapa de declividade, implantação de marcos topográficos, descrição topográfica, cobertura aerofotogramétrica digital com aerotriangulação e perfilamento a laser (LIDAR) com nuvem de pontos possibilitando a modelagem do terreno e execução de sondagem a percussão,** localizado na Rodovia Januário Carneiro , km 14, Bairro Vila Castelo, Nova Lima - MG, CEP: 34.004-842, por meio de Contrato de Prestação de Serviços Nº 27/2021, com valor global de **R$ 55.500,00** (Cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), conforme ART nº 20210798966.

ESCOPO DOS SERVIÇOS

1) PERFILAMENTO A LASER

Os estudos topográficos foram elaborados através de perfilamento com laser scanner (LIDAR) com densidade de 3 pontos/m² e fotogrametria para a geração da base cartográfica digital a ser utilizada na elaboração de um modelo digital do terreno (MDT) para posterior geração de curvas de nível de metro em metro.

Foram previstas enumeras faixas de voo para cobrir toda a área objeto, segundo a densidade de pontos especificada, altura de voo e abertura de varredura.

Foi utilizado equipamento perfilador, montado em aeronave homologada e preparada para operação com sistemas LIDAR.

A unidade de medição inercial (IMU/GPS) registrou continuamente os ângulos de giros residuais da câmera (não absorvido pela plataforma) a uma taxa mínima de 200 Hz com precisão melhor ou igual a 0,008 graus, pós-processado em conjunto com receptor GNSS de dupla frequência L1/L2, com taxa de gravação de dados de 1 Hz.

A definição da abertura de varredura levou em conta a densidade de pontos no terreno e presença de vegetação, de forma a maximizar a penetração em regiões densas de mata. Com a necessidade de recobrimento fotográfico paralelo ao perfilamento a Laser, as fotografias aéreas foram tomadas em dia claro sem nuvens e durante a execução do recobrimento aéreo foram observados todos os critérios necessários para a sua realização.

Durante a realização do processo de aquisição das nuvens de pontos e imagens de alta resolução, foram implantados marcos de apoio e o uso de GNSS/RTK, que tiveram como objetivo:

- Associar coordenadas do sistema com um referencial conhecido, relacionar as coordenadas conhecida ao sistema arbitrário do voo e auxiliar a materialização do projeto futuro.
- Foi elaborado o Modelo Geoidal Local a partir do rastreamento de pelo menos 03 RN´s oficiais e determinação das ondulações geoidais que em conjunto com o MapGeo2015, subsidiaram um modelo local para a área.
- O referencial altimétrico do IBGE coincidiu com a superfície equipotencial que contêm o nível médio dos mares, definidos pelas observações maregráficas tomadas na Baía de Imbituba/SC e referencial planimétrico adotado para o cálculo da referida deve ser o SIRGAS2000.

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de impressão: Z4d00
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

AMESP
FLS.: 243
Assinatura

Elaboração e apresentação dos Relatórios Técnicos contendo as informações da aquisição, processamento de dados e análise estatísticas da qualidade posicional deste material cartográfico, demonstrando que o mesmo possui qualidade planialtimétrica condizente com a PECD Classe B para a escala 1:10.000.

Todos os produtos utilizados para a elaboração da base cartográfica foram encaminhados em formato SHP e DWG.

Os dados provenientes do voo Laser foram verificados preliminarmente, visando avaliar as ocorrências de: falta de recobrimento lateral, presença de nuvens, densidade de pontos. Na presença destes tipos de falhas as áreas afetadas deverão ser levantadas novamente.

Após a fase de verificação preliminar da qualidade do voo, para eventual determinação de revoos, foi realizada a inspeção cuidadosa do mesmo, dando especial atenção para os seguintes aspectos:

- Transferência dos dados medidos;
- Existência de nuvens ou sombras;
- Qualidade GPS da base;
- Qualidade GPS da aeronave;
- IMU (Inertial Measuremet Unit);
- Sobreposição lateral entre as faixas de voo;
- Densidade de pontos na superficie.

Para validação da planimetria e altimetria, foram utilizados pontos de controle conhecidos distribuídos homogeneamente na área levantada.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

Após a aprovação do plano de voo, foram desenvolvidos os serviços topográficos, geodésicos e cartográficos, que constaram de:

- Determinação das coordenadas geográficas, UTM e topográficas locais;

- Levantamento planialtimétrico, estabelecendo-se o alinhamento dos objetos cadastrados e as variações de nível da superficie;

- Cadastro dos objetos encontrados, devidamente detalhados, especialmente em relação às linhas de bordo da via, dos taludes, das bancadas, das saias de aterro, das sarjetas, das ruas e das conformações do terreno;

Os serviços topográficos foram georreferenciados, utilizando-se coordenadas geodésicas geográficas (latitude e longitude) e altitudes geométricas, obtidas com o uso de equipamentos GNSS de dupla frequência, com precisão igual ou menor do que 5 mm+1 ppm.

Após este processo de georreferenciamento, as coordenadas geográficas (latitude e longitude), foram transformadas em coordenadas planas (UTM), especificando-se o fuso, meridiano central e convergência meridiana. Foram transformadas, também, em coordenadas plano local.

Optou-se pela determinação da referência de nível do Marco Principal a partir do RN IBGE, através do método convencional de transporte de cotas com GPS.

Rastreamento dos Marcos Geodésicos (Levantamento GNSS)

Foram observadas as técnicas de posicionamento e rastreio, conforme as "Recomendações para Levantamentos Relativos. Estáticos - GPS" do IBGE, de modo a garantir a precisão de 5 mm + 1 ppm para o marco principal ou 5 a 10 mm + 1 ppm, para os marcos secundários, conforme o caso.

O georreferenciamento do marco principal foi feito através da técnica denominada Posicionamento Relativo Estático, ajustado ao Sistema Geodésico Brasileiro, partir dos vértices da Rede Fundamental definida anteriormente, conforme as "Recomendações para Levantamentos Relativos Estáticos - GPS" do IBGE.

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de Impressão: Z4d00

* O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

SPEI - SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Foi ajustado pelo Método dos Mínimos Quadrados - MMQ, com precisão de 1 sigma (1σ) e Erro Médio Quadrático (RMS) igual ou menor do que 100 mm, usando como injunções os pontos da Rede Fundamental.

Os serviços de implantação de marcos geodésicos foram descritos em Relatório Específico, contendo as seguintes informações:

- Descrição das operações de rastreamento, incluindo marca e tipo do equipamento utilizado, tempo de rastreio, bases de referências e precisões, obtidas;
- Duas (2) fotos de cada marco implantado com o respectivo aparelho instalado no mesmo; sendo uma foto em detalhe e outra foto do tipo panorâmica local;
- Croquis de localização e descrição sucinta do acesso ao local;
- Anotações de data, horário, altura da antena e condições de rastreio;
- Arquivos eletrônicos em formato RINEX;
- Memórias de cálculo, com indicação das precisões obtidas (monografia).

Foram restituídas todas as incidências de interesse da contratante, especialmente:

- Pontes e viadutos;
- Grotas, cristas e fundos de talvegues;
- Início e fim de cada aclive ou declive e quebras do terreno;
- Vias de acesso e vias laterais;
- Cercas e divisas;
- Culturas e atividades econômicas;
- Imóveis e edificações próximas à via;
- Serviços de utilidade pública (postes, torres elétricas);
- Construções e benfeitorias
- Pontos de passagem, Cortes/Aterros;
- Espécies vegetais de grande porte ou de relevância para a flora e meio ambiente;
- Demais acidentes topográficos.

Além das exigências anteriores relativas aos levantamentos dos pontos de interesse na determinação dos elementos do levantamento, foram observados os critérios de aerofotogrametria, adensamento mínimo de pontos para a modelagem do terreno para a perfeita caracterização da superfície topográfica local, e, atender aos seguintes parâmetros estabelecidos a seguir:

COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA DIGITAL

A cobertura aerofotogramétrica foi executada em conformidade com o planejamento constante no plano de voo elaborado pela SURFACE. Além deste, outros cuidados foram tomados, de forma a atender aos seguintes itens:

- A cobertura aerofotogramétrica digital foi executada de maneira a se obter imagens aéreas na resolução geométrica de 10 cm;
- A aeronave utilizada foi Asa Fixa (avião), equipada com piloto automático com teto operacional mínimo capaz de suportar o equipamento fotográfico, de forma, a não interferir na tomada das fotos e na sua qualidade técnica, além de possuir receptor GPS para orientação da tomada das faixas de voo;
- Para melhor qualidade da geometria do voo a câmera foi montada sobre uma plataforma giroestabilizada para compensação das oscilações da aeronave durante o voo, de forma que os ângulos residuais de verticalidade do eixo ótico sejam inferiores a 3°, sendo de 2° a média por faixa. Além disso, a correção do ângulo de deriva foi feita automaticamente, uma vez que a plataforma funcionou integrada ao sistema de gerenciamento de voo e o GPS/IMU.

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023.

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de impressão: Z4d00
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

AMESP
FLS.: 244
Assinatura

- A unidade de medição inercial IMU/GPS registrou continuamente os ângulos de giros residuais da câmera (não absorvidos pela plataforma) a uma taxa mínima/ 200 Hz com uma precisão melhor ou igual a 0,008°, pós-processado, por meio de um sistema triplo de giroscópios.

O sistema também dotado de receptor GNSS geodésico de dupla frequência L1/L2 adquiriu os sinais da constelação de satélites a uma taxa de 1 Hz, de tal forma que possibilitou o processamento pós voo e obtenção da posição do centro perspectiva da câmera (X, Y, Z, φ, μ, κ) no momento da tomada da foto.

A câmera aérea foi instalada na aeronave, de forma tal que, a objetiva não seja atingida por respingos de óleos ou reflexos de raios solares.

A Câmera Aerofotogramétrica utilizada foi uma câmara aérea métrica equipada com sistema ótico para fins cartográficos. Essa câmera métrica digital atendeu aos requisitos a seguir:

- O sistema de gerenciamento de voo permitiu a visualização do voo em tempo real, possibilitando a seleção das faixas e definição da melhor manobra para cada entrada e saída de faixa, bem como a qualidade e continuidade dos dados GPS/Unidade Inercial de Medição - IMU e funcionamento da plataforma.
- A gravação dos dados GPS/Unidade Inercial de Medição - IMU e demais informações sobre o voo fotogramétrico foi gravado em unidade independente de memória de tal forma que permitiu a cópia posterior para processamento.

- A Aeronave possuiu sistema de compensação de arraste FMC de forma a propiciar uma melhor qualidade das imagens.

- Sensor de arquitetura matricial ou pushbroom com quadro de exposição de largura mínima de 6.000 pixels.
- Captura simultaneamente das bandas PAN, RGB e NIR em sensores independentes;
- Resolução espectral mínima de 12 bits em cada banda espectral;

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- O tempo de exposição foi tal que o arrastamento da imagem não foi superior a 20 microns na escala das fotografias;

- Foi apresentado certificado de calibração da câmera com data de no máximo 02 (dois) anos antes da data prevista para o voo, expedido pelo fabricante do equipamento ou por órgão certificador devidamente habilitado;
- A direção aproximada do voo foi a que melhor se adapta à faixa a ser mapeada, visando-se obter o menor número possível de faixas de voo e fotografias;
- A altitude de voo deve foi tal que permita a obtenção de fotografias com GSD 10 cm, com variação máxima na altura de voo de 5% em relação ao plano médio do terreno;
- A superposição lateral média entre as faixas contíguas foi de 30% (trinta por cento), admitindo-se uma tolerância de ± 10% (dez por cento) desse valor, salvo casos específicos;
- A superposição longitudinal entre fotografias sucessivas de uma faixa foi de pelo menos 60% (sessenta por cento), admitindo-se uma tolerância de± 10% (dez por cento) sobre a porcentagem adotada;
- - A inclinação entre o eixo ótico da câmera aérea e a vertical do lugar não ultrapassou 3 graus em cada exposição, desde que a inclinação média em toda a área não seja superior a 2 graus;
- A deriva máxima para fotos de uma faixa foi de 5 graus, devendo a média da faixa não ser superior a 2 graus;
- De forma a minimizar o efeito das sombras, o voo foi realizado em horário local que atenda a exigência de altura solar mínima de 45 graus, a partir do horizonte;
- O voo foi realizado em condições atmosféricas favoráveis, sem a incidência de nuvens nas imagens;
- Em cada série de três fotografias, a superposição comum não foi reduzida a menos de 90% das dimensões laterais de cada foto, pelo efeito de deslocamento devido à deriva;
- Na direção das faixas de voo, as fotografias extremas formaram, no mínimo, um modelo estereoscópico fora do limite da faixa de mapeamento;

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de Impressão: Z4d00
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

SPEI - SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

AEROTRIANGULAÇÃO

Para a aerotriangulação foram empregadas estações digitais garantindo a obtenção dos padrões de precisão e exatidão exigidos para cartas Classe A na escala da restituição 1:1.000, desde que respeitados os limites de tolerância definidos.

O ajustamento da aerotriangulação foi realizado em programa computacional de eficiência comprovada.

As cotas ortométricas dos pontos de apoio suplementar foram obtidas a partir do transporte de cotas, que teve início e fim em referências de nível da rede de 1ª ordem do IBGE.

Todos os pontos que apresentarem erros 02 (duas) vezes superiores aos indicados acima foram desconsiderados e acrescidos novos pontos, de forma que a geometria não fique prejudicada.

RESTITUIÇÃO PLANIMÉTRICA

A restituição foi executada de forma digital, a partir da cobertura aerofotogramétrica com GSD de 10 cm, com detalhamento compatível com a elaboração posterior de planta na escala 1:1.000, devendo conter todos os detalhes que possam ser visados, identificáveis e passíveis de interpretação a partir da fotografia aérea, a saber.

PERFILAMENTO À LASER

Os serviços de perfilamento a laser compreenderam a varredura do corredor de 200 m de faixa, com o sensor a laser aerotransportado para, posterior, elaboração de Modelo Digital de Terreno (MDT) e obtenção de curvas de nível a cada 1,0 m, representadas em níveis em separado.

O perfilamento a laser foi realizado conforme especificações a seguir:

- Foi utilizada aeronave, devidamente adaptada e homologada para operar com sensor a laser aerotransportado, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do voo a realizar;
- O sensor laser foi de multipulso e passou por processo de calibração, previamente à execução da cobertura aérea;
- A execução da operação de varredura não foi efetuada em condições de chuva neblina ou com ocorrência de nuvens em altura inferior à prevista de voo;
- Durante a aquisição do conjunto de pontos foram registrados, por meio de um sistema de referência inercial (IMU - Inertial Measurement Unit) e sistema de posicionamento global (GPS), os ângulos de inclinação e a posição da aeronave, de modo que seja possível a determinação precisa da posição dos pontos tridimensionais;
- Previamente à execução da cobertura aérea, foi executado o alinhamento entre o equipamento inercial e o GPS;
- Durante a operação de voo, não houve mudanças bruscas no rumo da aeronave ou na inclinação, superior a 18° em relação ao plano horizontal;
- A SURFACE associou as coordenadas dos dados adquiridos ao SGB - Sistema Geodésico Brasileiro, para tanto, foram realizados os apoios básicos em campo necessários para atingir a precisão e acurácia solicitada;

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de Impressão: Z4400
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

AMESP
FLS.: 245
Assinatura

SPEI - SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

- A altura de voo foi definida em função da densidade de pontos requerida da abertura de varredura e da precisão desejada, permitindo a obtenção de no mínimo 4 (quatro) pontos por metro quadrado.
- Foi considerada uma sobreposição de pelo menos 30% entre faixas de voo, de modo a garantir a inexistência de vazios de levantamento;
- O plano de voo foi apresentado, previamente à execução da cobertura aérea, pela SURFACE à CONTRATANTE, sendo observada a altitude máxima de 1.000m (mil metros) para a realização do levantamento e ângulo de varredura de 45° (quarenta e cinco graus);
- A precisão planialtimétrica das coordenadas dos pontos obtidos no perfilamento foi de 0,10 m, ou melhor, considerando pontos ao nível do solo isentos de vegetação e elementos não pertencentes ao solo (veículos, placas, postes, etc.), para um intervalo de confiança de 2σ (intervalo de confiança de 95%);

PÓS-PROCESSAMENTO

Correção com utilização dos dados registrados durante a aquisição (IMU e GPS) das coordenadas tridimensionais dos pontos LASER, a fim de se obter a máxima precisão;

FILTRAGEM

A realização da filtragem da nuvem de pontos LASER foi executado com o objetivo de separá-los em pontos que tocaram a superfície, terrestre (MDT) e que tocaram outros alvos terrestres (copa de arvores).

2) SONDAGEM A PERCURSÃO (SPT)

- Sondagem e Ensaios de caracterização de solo tipo **Standart Penetration Test** (SPT).

QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

SCANEAMENTO LASER (Lidar) – 212,1287 ha ou **2.212.128,7 m²**

SONDAGEM A PERCURSÃO - Execução de 55 Furos de Sondagem com 880 metros de perfuração

A) PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Inicio: 13/10/2021
Termino: 16/12/2021

B) MÃO DE OBRA (EQUIPE)

- 01 (um) Eng.º Coordenador
- 01 piloto de VANT/DRONE cadastrado na ANAC
- 01 (um) Topógrafo
- 02 (dois) Auxiliares de topografia
- 01 (um) Técnico de Edificações
- 01 (um) desenhista Cadista

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023, 09:42
Chave de impressão: 24d00
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

SPEI - SOLUCAO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

- 01 (um) Auxiliar Técnico

C) EQUIPAMENTOS

- 01 par de GPS Geodésico, com receptor GNSS habilitado para rastrear e gravar os sinais dos sistemas GPS (L1/L2/L2C/L5) e GLONASS (L1/L2); sistema RTK com precisão pós processado: Horizontal 3 mm + 0,5ppm e Vertical 5 mm + 0,5ppm
- 01 "Estação Total" com leitura direta, precisão angular de 03"
- Demais materiais necessários ao desempenho das atividades de campo

D) SOFTWARES

- Software de processamento de dados GPS (Leica Geo Office 8.0) e de Estação Total (Posição/Topograph), além de software de desenho com base CAD

E) LOGISTICA

- 01(um) Camionete Diesel 4x4 Cabine Dupla

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engenheiro Agrimensor Gustavo Luiz Leão Ramos – CREA 109.846/D

Os serviços acima descritos foram aceitos e aprovados pela **SOLUÇÃO PARRICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**

Belo Horizonte, 07 de abril de 2022.

LUCCA BARTOLOMEO ABREU SILVA

SÓCIO ADMINISTRADOR

CI:

CPF:

Rua Zodíaco nº 564/19 – Santa Lucia, Belo Horizonte - MG
CEP:30.360-430 – Tel: 31 2533-7777

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2982445/2023, emitida em 13/02/2023

Certidão nº 2982445/2023
14/02/2023 09:42
Chave de Impressão: Z4d00
O documento neste ato registrado foi emitido em 02/02/2023 e contém 7 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-RN

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1324327/2018

Atividade concluída

AMESP
FLS.: 246
Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte - Crea-RN, o Acervo Técnico do profissional **LEONARDO LEAO GIACOMIN** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **LEONARDO LEAO GIACOMIN**
Registro: **362** RNP: **1404607820**
Título profissional: C ESP EM MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL APLICADO, Engenheiro Civil

Número da ART: **RN20170121231** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 24/04/2017 Baixada em: 09/01/2018
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Contratante: **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS** CPF/CNPJ: **00.043.711/0009-09**
Endereço do contratante: ESPLANADA SILVA JARDIM Nº: 171
Complemento: EDIFICIO "ARROJADO LISBOA" Bairro: RIBEIRA
Cidade: NATAL UF: RN CEP: 59012090
Contrato: 04/2017 Celebrado em: 20/01/2017
Valor do contrato: R$ 355.897,18 Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO
Ação institucional: NÃO SE APLICA
Endereço da obra/serviço: POVOADO Gargalheiras Nº: S/N
Complemento: Bairro: GARGALHEIRAS
Cidade: Acari UF: RN CEP: 59370000
Coordenadas Geográficas: 06°25'31.78, 36°36'07.80
Data de início: 08/02/2017 Conclusão efetiva: 08/06/2017
Finalidade: Cadastral
Proprietário: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS CPF/CNPJ: 00.043.711/0009-09

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> MEDIÇÃO DE TERRA -> LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO -> #0623 - PLANIALTIMÉTRICO 15 - EXECUÇÃO 1600.00 hectare; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> MEDIÇÃO DE TERRA -> #0629 - AEROFOTOGRAMETRIA 15 - EXECUÇÃO 1600.00 hectare; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> MEDIÇÃO DE TERRA -> #0633 - GEORREFERENCIAMENTO 15 - EXECUÇÃO 1600.00 hectare; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> MEDIÇÃO DE TERRA -> IMPLANTAÇÃO -> #0654 - SISTEMAS DE REFERÊNCIA GEODÉSICAS 15 - EXECUÇÃO 20.00 unidade; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> CARTOGRAFIA -> LEVANTAMENTO -> #0755 - CARTOGRÁFICO 15 - EXECUÇÃO 1600.00 hectare; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - AGRIMENSURA -> CARTOGRAFIA -> DESENHO DE PLANTA -> #0758 - DE LOCALIZAÇÃO 15 - EXECUÇÃO 1600.00 hectare; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ARQUITETURA -> ARQUITETURA DE INTERIORES -> ARRANJO FÍSICO (LAY-OUT) -> #0869 - EDIFICAÇÃO 15 - EXECUÇÃO 200.00 unidade; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> LOCAÇÃO -> #1451 - DEMARCAÇÃO 15 - EXECUÇÃO 90.00 quilômetro;

Observações

SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE BASE PLANIALTIMÉTRICA DA BACIA HIDRÁULICA DO AÇUDE DE GARGALHEIRAS, LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO FUNDIÁRIO DAS ÁREAS/PROPRIEDADES NO ENTORNO DO AÇUDE, IDENTIFICAÇÃO DA LINHA INDICATIVA DO NÍVEL MÁXIMO E COTA MÁXIMA "MAXIMORUM" DA BACIA HIDRÁULICA, LEVANTAMENTO CADASTRAL, IDENTIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E CONSTRUÇÕES IRREGULARES E ELABORAÇÃO DE PLANILHA E TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEMOLIÇÃO DE IMÓVEIS NA ÁREA APP E RETIRADA DOS ENTULHOS.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1324327/2018
16/01/2018, 09:03
5CAd2

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

O(s) Atestado(s), Declaração(ões) e/ou Certidão(ões), averbada(s) a esta CAT, é(são) parte integrante(s) da mesma, somente o(s) serviço(s) a que se refere(m) as atribuições do profissional acima citado.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-RN

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1324327/2018

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://crea-rn.sitac.com.br/publico/, com a chave: 5CAd2

AMESP
FLS:: 247
Assinatura

DNOCS

DNOCS - Departamento Nacional de
Obras Contra a Seca

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos que a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, situada na Rua Major Lopes, 07 sala 07 – São Pedro – Belo Horizonte / MG, CNPJ 09.491.927/0001-46, executou para o **DNOCS – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA**, sediada NA Av. Duque de Caxias nº 1700 – "Ed Arrojado Lisboa", Fortaleza - CE, CEP: 60035-110 – CNPJ 00.043.711/0009-09, os serviços de **ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE BASE PLANIALTIMÉTRICA DA BACIA HIDRÁULICA DO AÇUDE DE GARGALHEIRAS PARA GERAÇAO DO GRAFICO AREA x COTA x VOLUME, LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO FUNDIÁRIO DAS ÁREAS/PROPRIEDADES NO ENTORNO DO AÇUDE, IDENTIFICAÇÃO DA LINHA INDICATIVA DO NÍVEL MÁXIMO E COTA MÁXIMA "MAXIMORUM" DA BACIA HIDRÁULICA, LEVANTAMENTO CADASTRAL, IDENTIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E CONSTRUÇÕES IRREGULARES E ELABORAÇÃO DE PLANILHA E TERMO DE REFERÊNCIA PARA DEMOLIÇÃO DE IMÓVEIS NA ÁREA APP E RETIRADA DOS ENTULHOS**, localizados na Área Rural do Município de Acari/RN, por meio de Contrato de Prestação de Serviços Nº 04/2017 – DNOCS/CEST-RN com valor global de **R$ 355.897,18** (Trezentos e cinqüenta e cinco mil, oitocentos e noventa e sete reais e dezoito centavos), conforme ART nº RN 20170121231.

A) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. Fornecimento e implantação de marco geodésico – SAT, formato tronco de pirâmide com chapa metálica, altura=60 cm, base maior=25 cm e base menor =12 cm, georreferenciado, na área em estudo, os marcos foram rastreados com GPS de dupla freqüência e processado com pelo menos duas estações RBMC ou PPP, disponibilizado pelo IBGE, e apresentadas suas respectivas monografias.
   Quantitativo: **09 unds**

2. Locação da poligonal de contorno e implantação marcos de concreto georreferenciados para definição do perímetro da bacia hidráulica na cota do nível máximo operacional normal e na cota máxima maximorum, com distancia máxima entre marcos de 50 (cinquenta) metros, devidamente identificados com numeração seqüencial, a partir do eixo barrado com planilhas com dados das coordenadas e cotas dos marcos instalados em monografias, e dimensões e modelos dos marcos obedecendo ao utilizado pelo INCRA, com chapa metalica, para georeferenciamento de propriedades rurais.
   Quantitativo: ***Máx maximorum –*** *Poligonal Contorno* = **53,79 km**
   Marcos Implantados = **1065 unds**
   Nível máximo operacional normal – *Poligonal Contorno* = **35,85 km**
   Marcos Implantados = **727 unds**

3. Levantamento planialtimétrico cadastral da bacia hidráulica da Barragem de Gargalheiras, com no mínimo 25 (vinte e cinco) pontos por hectare, inclusive áreas remanescentes, com curvas de nível com equidistância de 1,00(hum) metro, para fins de regularização fundiária e calculo de volumes.

   ✓ Levantamento planialtimétrico Aerofotogramétrico realizado a partir de voos com o DRONE (sistema de mapeamento aéreo não tripulado) utilizando o método de aerofotogrametria para obter o mapeamento com a ortorretificação e mosaico, utilizando o software de processamento de imagens e aerofotogrametria, as cenas obtidas pelo levantamento do Drone foram mosaicadas e ortorretificadas, utilizando as informações dos GCPs, levantados em campo com apoio do GPS RTK.
   1)Obtenção do Modelo Digital do Terreno: O levantamento pelo Drone resultou também numa nuvem de pontos tridimensional, que foi utilizada para criar um Modelo Digital de Terreno e consequentemente extrair as curvas de nível.
   2)Vetorização: O resultado do passo"1" foi uma ortoimagem com 5 cm GSD e precisão posicional de 10 cm, equivalente ao PEC A, que foipossível vetorizar os demais elementos, como vegetação, edificações, sistema viário, etc.
   Quantitativo: **1019,50 há (Aerofoto Ortorretificada)**
   Quantitativo: **519,00 ha (Planialtimétrico com GPS RTK)**

4. Levantamentos Batimétricos na área molhadas do Reservatório;
   ✓ A execução dessa atividade foi efetuada por meio de Ecobatímetro múltiplos feixes (multi beam) e mono feixe (Single Bean), com correção de posicionamento (DGPS) a partir das Bases (Marcos) implantadas.
   ✓ As curvas de nível foram apresentadas com intervalo de 1,0 em 1,0 metro.
   Quantitativo: **240.000 m³ ou 24 ha**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1324327/2018, emitida em 16/01/2018

Certidão nº 1324327/2018
16/01/2018, 11:25
Chave de Impressão: 5CAd2
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/01/2018 e contém 6 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte
Av Senador Salgado Filho, nº 1840
Tel: + 55 (84) 4006-7200 Fax: + 55 (84) 4006-7201 E-mail: cream@crea-rn.org.br

CREA-RN
Impresso em: 16/01/2018, às 11:25.

DNOCS

DNOCS - Departamento Nacional de
Obras Contra a Seca

5. Geração de grafico de cubação do Volume da bacia hidráulica do reservatório da Barragem de Garçaiheiras contendo quadro COTA x ÁREA x VOLUME a cada 1,00 (hum) centimetro.
   Quantitativo: **89.712.484,75 m³**

6. Levantamento topográfico planimétrico georeferenciado de todas as propriedades e áreas inseridas no perímetro contido pela poligonal na cota máxima maximorum, para fins de regularização fundiária, além de áreas ocupadas pelo Acampamento/Setor Administrativo, Prainha e Vila de Bulhões, com apresentação de planta individual, memorial descritivo de cada lote levantado, com identificação do proprietário, ocupante ou arrendatário, destacando as áreas que estejam inseridas em Área de Preservação Permanente, além do calculo das áreas, planilhas e confecção de plantas impressas e em meio digital em Cad.
   Quantitativos: Acampamento e Setor Administrativo - **142 unds**
   Prainha - **14 unds**
   Vila de Bulhões – **85 unds**
   Área Bacia Hidráulica – **142 unds**

7. Levantamento cadastral para fins de Regularização Fundiária, apresentado em forma de planilha (excel), em meio digital e impressa de todas as edificações existentes em toda a área levantada até a cota máxima maximorum, além da área compreendida pelo Acampamento/Setor Administrativo, Prainha e Vila de Bulhões contendo:

   - ✓ *Identificação do proprietário, arrendatário ou ocupante.*
   - ✓ *Planta baixa da edificação (Cad)*
   - ✓ *Calculo da área identificando possíveis ocupações em área de APP*
   - ✓ *Caracterização da edificação*
   - ✓ *Registro fotográfico individualizado*
   - ✓ *Planilha de custos e um Termo de Referência para demolição e retiradas de entulhos de possíveis edificações que estejam em área de Preservação Permanente*

   Quantitativos:
   Acampamento e Setor Administrativo – *Área* = **1162,8 m²**; *Volume* = **407,29 m³**; *Nº Edificações* = **05 unds**
   Prainha – *Área* = **1950,92 m²**; *Volume* = **669,30 m³**; *Nº Edificações* = **12 unds**
   Vila de Bulhões – *Área* = **10365,69 m²**; *Volume* = **22324,61 m³**; *Nº Edificações* = **85 unds**
   Área Bacia Hidráulica – *Área* = **8315,23 m²**; *Volume* = **3271,76 m³**; *Nº Edificações* = **21 unds**

OBS:

- Para Elaboração dos custos de demolição a planilha foi elaborada com base nos preços unitários do SINAPI/RN /MAIO/2017 com desoneração e, BDI de 23%, conforme acórdão 2622/2013 do TCU

Nas planilhas apresentadas Foram quantificados o seguintes itens abaixo:

- DEMOLICAO DE ALVENARIA DE ELEMENTOS CERAMICOS VAZADOS / PISO
- CARGA E DESCARGA MECANIZADAS DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3
- TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 EM RODOVIA COM LEITO NATURAL
- LIMPEZA FINAL DA OBRA

8. Transporte de RN (Duplo Nivelamento Geometrico) para determinação da cota do Sangradouro, da cota do nível máximo operacional normal e da cota máxima maximorum , o serviço teve como referência altimétrica o marco RN-431U, localizado no lado direito da entrada do Grupo Escolar Tomaz de Araújo, na Rua São Sebastião nº210, Município de Acari/RN.
   Quantitativos: **5,28 km**

B) PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Av. Duque de Caxias nº 1700 – "Ed Arrojado Lisboa", Fortaleza - CE, CEP: 60035-110

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1324327/2018, emitida em 16/01/2018

Certidão nº 1324327/2018
16/01/2018, 11:25
Chave de Impressão: 5CAd2
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/01/2018 e contém 6 folhas

DNOCS

DNOCS - Departamento Nacional de
Obras Contra a Seca

AMESP
FLS.: 248
Assinatura

Início: 08/02/17
Termino: 08/08/17

C) MÃO DE OBRA

- 01 (um) Eng.º Coordenador
- 02(dois) Topógrafos
- 04(quatro) Auxiliares de topografia
- 01(um) Auxiliar de serviços gerais
- 02 (dois) desenhistas Cadista
- 01(um) Auxiliar Técnico
- 01(um) Técnico de Edificações
- 01(um) Auxiliar Técnico
- 01(um) Chefe de Escritório
- 01(um) Auxiliar de Escritório
- 01(um) Motorista

D) EQUIPAMENTOS

- 02 pares de GPS Geodésico, com receptor GNSS habilitado para rastrear e gravar os sinais dos sistemas GPS (L1/L2/L2C/L5) e GLONASS (L1/L2); sistema RTK com precisão pós processado: Horizontal 3 mm + 0,5ppm eVertical 5 mm + 0,5ppm
- 02 "Estações totais com leitura direta, alcance com 01 prisma de 1.000 m e precisão angular de 03"
- 01 Nível Digital Leica Sprinter 150M
- Demais materiais necessários ao desempenho das atividades de campo

E) SOFTWARES

- Software de processamento de dados GPS (Leica Geo Office 8.0) e de Estação Total (Posição e Topograph), além de software de desenho com base CAD

F) LOGISTICA

- 03(três) caminhonetes tipo Saveiro, Strada Cabine Dupla.
- 01(uma) caminhonete cabine dupla, Tubo diesel 4x4
- 01(um) Veiculo Sedan 1.6 04 portas

G) OBS:

- A SURFACE Engenharia E Topografia Ltda obedeceu criteriosamente e fielmente o constante na NBR 13.133 e Normas Técnicas para Georreferenciamento de imóveis rurais vigentes, além das especificações do DNOCS.
- Todos os serviços foram Georreferenciados ao Datum Sirgas 2000
- Forma apresentadas as peças técnicas de acordo com a metodologia dos serviços executados:
  - ✓ Planilhas de Cálculo das poligonais de apoio imediato;
  - ✓ Plantas individuais dos lotes medidos em escala compatível com o padrão ABNT, em 03 (três) vias, todas devidamente assinadas pelo seu responsável técnico,
  - ✓ Plantas baixa individuais das edificações existentes dentro da poligonal da cota máxima maximorum, contento a identificação do proprietário, arrendatário ou ocupante, com caracterização da edificação, identificando a parcela dentro da Área de Proteção;

Av. Duque de Caxias nº 1700 – "Ed Arrojado Lisboa", Fortaleza - CE, CEP: 60035-110

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1324327/2018, em 16/01/2018 emitida em

Certidão nº 1324327/2018
16/01/2018, 11:25
Chave de impressão: 5CAd2
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/01/2018 e contém 6 folhas

DNOCS

DNOCS - Departamento Nacional de
Obras Contra a Seca

- ✓ Planta geral contendo as poligonais na escala de 1:20.000 e noutra adequada ao formato A/1 ABNT, em 03 (três) vias, todas devidamente assinadas pelo seu responsável técnico, objetivando o conhecimento da distribuição espacial dos lotes rurais com apresentação em tabela ao lado a área de cada lote, contendo as principais informações do lote, além da locação de estradas vicinais;
- ✓ Memorial Descritivo em 03 (três) vias para cada lote individual, destacando a possível ocupação em Área de Preservação Permanente;
- ✓ Arquivo digital dos memoriais descritivos assinados digitalmente, em formato DOC de cada parcela individual, área comunitária, reserva legal e área geral do Projeto de Assentamento;
- ✓ Planta da bacia hidráulica da Barragem, inclusive áreas do acampamento e setor administrativo com curvas de nível com equidistância de 1,00(hum) metro e no mínimo 25(vinte e cinco) pontos cotados por hectare, em meio impresso (3 vias) e em meio digital em Autocad na extensão DWG
- ✓ Quadro de cubação contendo quadro COTAxÁREAxVOLUME a cada 1,00 (um) centímetro da bacia hidráulica;
- ✓ Relatório contendo resumo de todas as peças técnicas entregues de cada medição geral, da medição final, inclusive:
- ✓ Numero de lotes e edificações levantados;
- ✓ Número de marcos implantados;números de pilares implantados (SAT's);
- ✓ Área e perímetros demarcados;
- ✓ Área e perímetro obtidos nas poligonais;
- ✓ Lista de coordenadas de marcos e pontos digitalizados;
- ✓ Todas as peças técnicas referentes a esse Atestado foram entregues em pasta modelo padrão de acordo com a cartografia do DNOCS/RN
- ✓ Cada conjunto entregue foi formado por planta individual em 03 (três) vias, memorial descritivo em 03 (três) vias, todas organizadas em pastas.
- ✓ Arquivo digital contendo dados brutos (sem correção diferencial) das observações do GPS, nos formatos nativos do equipamento e Rinex;
- ✓ Arquivo digital contendo dados corrigidos das observações da Estação Total;
- ✓ Relatório resultante do processo de correção diferencial das observações de GPS;
- ✓ Relatório do cálculo de ajustamento da poligonal de demarcação do imóvel;
- ✓ Caderneta de campo de todos os levantamentos realizados;

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engenheiro Civil Leonardo Leão Giacomin – CREA 82536/D

Leonardo Leão Giacomin
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MG 82.536/D

Os serviços acima descritos foram aceitos e aprovados pelo **DNOCS – DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA, CEST - RN**

Natal, 16 de outubro de 2017.

Engº Civil João Guilherme de Souza Neto
Chefe do Serviço Técnico da CEST RN
CREA/RN – 210806764-7 – SIAPE 734879

Av. Duque de Caxias nº 1700 – "Ed Arrojado Lisboa", Fortaleza - CE, CEP: 60035-110

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1324327/2018, emitida em 16/01/2018

Certidão nº 1324327/2018
16/01/2018, 11:25
Chave de impressão: 5CAd2
O documento neste ato registrado foi emitido em 16/01/2018 e contém 6 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2991538/2023

Atividade concluída

AMESP
FLS.: 249
Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **GUSTAVO LUIZ LEAO RAMOS**
Registro: **MG0000109846D MG** RNP: **1406683540**
Título profissional: ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Número da ART: **MG20231870161** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 24/02/2023 Baixada em: 10/04/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Contratante: **GEOCONSULT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA** CPF/CNPJ: **03.633.901/0001-09**
Endereço do contratante: AVENIDA GETÚLIO VARGAS Nº: 1300
Complemento: SALA 1405 Bairro: SAVASSI
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30112021
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 196.230,00 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: OUTROS DIVERSOS LOGRADOUROS Nº: SN
Complemento: Bairro: COMPLEXO INDUSTRIAL
Cidade: NOVA LIMA UF: MG CEP: 34000000
Data de início: 13/10/2022 Conclusão efetiva: 27/02/2023
Finalidade: CADASTRAL
Proprietário: GEOCONSULT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA CPF/CNPJ: 03.633.901/0001-09

Atividade Técnica: **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO 49 - Execução de obra 153100.00 metro quadrado;

Observações

Serviços de imageamento Aéreo através da tecnologia de Drone/VANT, levantamento planialtimétrico cadastral, escaneamento a laser com produção de nuvem de pontos com modelagem 3D, vetorização de plantas e GPR (Ground Penetration Radar) localizado em diversos logradouros e complexo Industrial no Município de Nova Lima MG

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:37
857a8

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 857a8

GEOConsult

AMESP
FLS.: 250
Assinatura

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2991538/2023, emitida em 10/04/2023

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos que a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**, situada na Rua Major Lopes, 07 - Sala 01 – São Pedro – Belo Horizonte / MG, CNPJ 09.491.927/0001-46, executou para a **GEOCONSULT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.633.901/0001-09, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas nº 1300 – Sala 1405 – Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, **serviços de imageamento Aéreo através da tecnologia de Drone/VANT, levantamento planialtimétrico cadastral, escaneamento a laser com produção de nuvem de pontos com modelagem 3D, vetorização de plantas e GPR (Ground Penetration Radar)** localizado em diversos logradouros e complexo Industrial no Município de Nova Lima MG, com valor global de **R$ 196.230,00** (Cento e noventa e seis mil, duzentos e trinta reais), conforme **ART nº MGMG20231870161.**

ESCOPO DOS SERVIÇOS

LEVANTAMENTO A LASER SCANNER

Execução de serviços de levantamentos planialtimétricos cadastrais e escaneamento a laser com produção de nuvem de pontos a partir de uma malha de pontos vetoriais para subsidiar o desenvolvimento posterior de modelos BIM parametrizados para projetos; com nível de desenvolvimento de **As Built**.

O levantamento planialtimétrico topográfico foi executado por captura de dados com a utilização da tecnologia Laser (Escaneamento a Laser), terrestre em toda a área especificada e contave todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para subsidiar a elaboração de projetos complementares futuros.

Foi complementado, pelos métodos de Estação Total e GPS, considerando-se a peculiaridades do local.

A fim de se garantir uma perfeita integração entre as informações, o georreferenciamento das imagens 3D foi feito através dos mesmos pontos de apoio.

A implantação de todos os pontos necessários à realização dos serviços, (pontos de apoio ao levantamento topográfico).

Adequação do processamento da nuvem de pontos.

Os pontos de disparo do laser (pontos de captura de cenas) foram espaçados de forma a representar com fidelidade todos os elementos necessários para a correta apresentação do levantamento planialtimétrico cadastral do local.

A nuvem de pontos geral foi formada pelo registro de diferentes cenas (posicionamentos do equipamento) em toda a extensão e nas diversas elevações da área. A fim de contemplar todos os elementos previstos com a qualidade requerida.

Avenida Getúlio Vargas nº 1300 – Sala 1405 – Savassi – BH/MG

Certidão nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:53
Chave de Impressão: 857a8
O documento nesta ato registrado foi emitido em 10/04/2023 e contém 5 folhas

GEOConsult

As cenas foram realizadas em quantidade suficiente para atender o nível de precisão e a digitalização dos arruamentos com a qualidade visual requerida, contemplando os elementos e precisão adequada ao desenvolvimento de projetos futuros.

Sempre que houve oclusão de elementos importantes ao desenvolvimento aos projetos de engenharia, a distância dos disparos do Laser foi reduzida e teve sempre visível um Ponto de Apoio, que foi ocupado com um ***Target*** artificial com centragem, que foi escaneado e utilizado no processo de georreferenciamento.

Os níveis dos disparos de laser foram escolhidos de forma a representar da melhor forma as áreas relacionadas, atentando-se às soleiras e projeções de todos os pavimentos das edificações.

A delimitação da abrangência do levantamento foi definida pelos limites das ediculas/cômodos de cada localidade e a necessidade de coleta de informações para viabilização a elaboração de projetos de arquitetura e complementares como hidrossanitário, instalações elétricas e estrutura, dentre outros.

PROCESSAMENTO DOS DADOS DO ESCANEAMENTO 3D A LASER – NUVEM DE PONTOS

Após o escaneamento in loco a nuvem de pontos sofreu um processo de limpeza de cenas, a fim de eliminar pontos desnecessários que dificultem a visualização ou que estejam simplesmente poluindo o modelo.

A nuvem de pontos foi entregue em densidade que possibilite a sua correta visualização, completa e sem distorções ou emendas, de forma a possibilitar a fácil identificação dos elementos escaneados.

Não houve apresentação de *lacks* (espaços vazios entre as captações) e apresentou uma homogeneidade das sobreposições dos diferentes pontos de captação, formando-se imagens coesas e claras de todos os espaços envolvidos, obtendo-se sempre a melhor captação de imagens nas varreduras horizontais e verticais.

FOTOS 360° (BUBBLE VIEWS)

Em conjunto com o levantamento a laser, forma coletadas imagens de alta definição e resolução, com sistema de câmera interna ao Laser a fim de obter Fotos 360° (Bubble Views) georreferenciadas, realizadas simultaneamente com a varredura a laser na cena.

Após a finalização do processamento, foi executada a publicação das Fotos 360° (Bubble Views), contemplando a apresentação da área total em que a varredura a laser foi executada com os respectivos pontos das tomadas das cenas.

CARACTERIZAÇÃO E VETORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS CADASTRADOS E MODELAGEM 3D

Após o escaneamento foram elaboradas plantas técnicas do arruamento existentes.

O Modelo Geométrico 3D de nuvens de pontos constituiu a base para a vetorização das plantas e modelagem 3D, sendo que a técnica de escaneamento digital cobre somente as partes visíveis do arruamento; para efeito de vetorização/modelagem 3D, foram necessários o auxílio na mensuração através de trenas a laser/estação total, considerados os detalhes do sistema de drenagem e esgotamento sanitário.

O arquivo de nuvem de pontos registrado e consolidado em formato ***RCP*** (ReCap Pro) foi importado para o arquivo de projeto, servindo de base métrica para o desenvolvimento dos elementos construtivos, assim como para as definições de níveis e eixos. Para definições de materiais, acabamentos e detalhes construtivos, recorreu-se aos dados do projeto original (as-designed).

AMESP
FLS.: 251
Assinatura

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2991538/2023, emitida em 10/04/2023

Certidão nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:53
Chave de Impressão: 857a8
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/04/2023 e contém 5 folhas

AMESP
FLS.: 252
Assinatura

GEOConsult

O modelo geométrico 3D (Modelagem BIM) foi executado a partir da nuvem de pontos, e a modelagem executada através do software Revit.

Durante a modelagem 3D foram constatadas algumas lacunas de informação que os levantamentos fotográficos e o Laser Scanner não cobriram (parte do subsolo do arruamento). Por tratar-se de redes subterrâneas e drenagem e esgotamento sanitário, foi possível a identificação e cadastro das profundidades, material, diâmetro, em outros elementos através, do levantamento com o emprego da Estação Total.

Nas estruturas mais complexas e com elementos diferenciados, foi necessário um a levantamento de campo mais detalhados de áreas específicas para a execução precisa da modelagem/vetorização a partir da nuvem de pontos.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

PONTOS DE APOIO PARA O ESCANEAMENTO (TARGET)

Foram implantados Pontos de Apoio (Target) devidamente Monumenta dos com alvos.

O Transporte de coordenadas foi referenciado e apoiado/ajustado ao SGB.

As coordenadas estão referenciadas no Sistema Geodésico de Referência SIRGAS2000 e projeção UTM SIRGAS2000.

Para a utilização da técnica de poligonal com Estação Total, esta seguiu os parâmetros da NBR13133.

CADASTRO DAS REDES SUBTERRANEAS DE DRENAGEM E ESGOTO

Foi executado o cadastro dos Pvs/Caixas de drenagem e esgotamento sanitário através, do levantamento com o emprego da Estação Total, podendo assim identificar as profundidades, material, diâmetro, e outros elementos para subsídio do Asbuilt em 3D geométrico (BIM).

MAPEAMENTO POR GEORADAR – GPR

O levantamento do Georadar/GPR (Ground Penetrating Radar) foi executado para subsidiar o desenho e projetos em 3D (BIM).

O resultado dos radargramas fornecidos pelo GPR ilustraram visivelmente as descontinuidades presentes no subsolo, permitindo assim georreferenciar a presença de materiais metálicos, fundações de concreto, tubulações, cabos enterrados, cavidades e anomalias de várias naturezas; subsidiando assim o Asbuilt em 3D geométrico (BIM).

IMAGEAMENTO AÉREO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE DRONE/VANT:

Através do Drone foram executadas inúmeras tomadas de voos necessárias para que a área em questão fosse completamente cobertas com o levantamento aéreo.

Para ortorretificação das imagens forma instalados Pontos de Controle (PC) ao longo de toda a área mapeada.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2991538/2023, emitida em 10/04/2023

Certidão nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:53
Chave de Impressão: 857a8
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/04/2023 e contém 5 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG
Impresso em: 10/04/2023 às 14:53.

AMESP
FLS.: 253
Assinatura

GEOConsult

Estes alvos foram georreferenciados com a tecnologia de GPS e forma usados como referência para o posicionamento das tomadas de vôos com o Drone/VANT.

QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral de **153100 m²** distribuídos em diversos logradouros e complexo Industrial.

Escaneamento 3D (nuvem de pontos) de **153100** m² distribuídos em diversos logradouros e complexo Industrial

Vetorização e elaboração de modelamento 3D geométrico (BIM) de **153100 m²** distribuídos em diversos logradouros e complexo Industrial.

Imageamento Aéreo (VANT) de **153100 m²** distribuídos em diversos logradouros e complexo Industrial.

Mapeamento p196or Georadar (GPR) de **153100 m²** distribuídos em diversos logradouros e complexo Industrial.

PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: 13/10/2022
Término: 27/02/2023

MÃO DE OBRA (EQUIPE)

- 01 (um) Eng.º Coordenador
- 01 (um) Técnico Operador de LASER SCANNER
- 01 (um) Técnico Operador de VANT
- 01 (um) Topógrafo
- 02 (um) Auxiliar de topografia
- 02 (um) Arquiteto
- 03 (um) Projetista Cadista

EQUIPAMENTOS

- 01 par de GPS Geodésico, com receptor GNSS e sistema RTK.
- 01 "Estação Total" com leitura direta, precisão angular de 03"
- 01 Laser Scanner Marca Faro Foccus 3D S70 com câmera integrada
- 01 Drone Matrice 300
- Demais materiais necessários ao desempenho das atividades de campo

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2991538/2023, emitida em 10/04/2023

Certidão nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:53
Chave de Impressão: 857a8
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/04/2023 e contém 5 folhas

GEOConsult

AMESP
FLS.: 254
Assinatura

SOFTWARES

- Leica Geo Office
- Topograph
- Riscan PRO
- ReCap Pro
- Autocad
- Revit
- Civil 3D
- Infraworks
- NavisWorks

LOGISTICA

- 01(um) Camionete Diesel 4x4 Cabine Dupla
- 01(um) Camionete Strada Cabine Dupla

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engenheiro: Gustavo Luiz Leão Ramos – CREA 109.846/D

Os serviços acima descritos foram aceitos e aprovados por **GEOCONSULT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA**

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

GEOCONSULT CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
ANTONIO AUGUSTO ALKMIM FILHO – DIRETOR/SÓCIO
ENGENHEIRO CIVIL - CREA MG 20.833/D

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2991538/2023, emitida em 10/04/2023

Certidão nº 2991538/2023
10/04/2023, 14:53
Chave de Impressão: 857a8
O documento neste ato registrado foi emitido em 10/04/2023 e contém 5 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG
Impresso em: 10/04/2023 às 14:53

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais
Selo de Confiança
090769

VALE VERDE
ALAMBIQUE E PARQUE ECOLÓGICO

EQUATORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
Uma empresa do Grupo Vale verde

AMESP
FLS.: 255
Assinatura

Atestamos que a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA,** situada na Rua Major Lopes, 07 sala 07 – São Pedro – Belo Horizonte / MG, CNPJ 09.491.927/0001-46, executou para a **EQUATORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,** sediada a Rua Padre Odorico nº 162 Sala E, São Pedro – Belo Horizonte/MG, CNPJ 09.567.622/0001-70, os serviços de Levantamentos Planilatimétricos Cadastrais para a implantação do ***Condominio Ecovillas Vale Verde*** em Vianópolis, Betim/Juatuba MG, pelo valor global de R$ 8000,00 (Oito mil reais).
Local da Obra: Rodovia MG-050 Vianópolis Betim-Juatuba

As principais atividades desenvolvidas pela **SURFACE** foram:

- Implantação de Marcos Georreferenciados
  - ✓ Implantação de **60 un** de Marcos Georeferenciado (Padrão DER)
  - ✓ O Georreferenciamento dos marcos foi executado pelo método estático e GPS Dupla Frequência L1/L2

- Levantamento Planilatimetrico Cadastral de uma área de **200 há (2.000.000 m²)**
  - ✓ Levantamento executado com tecnologia LASER SCANNER (um sensor remoto, que permite descrever a superfície medida através de milhares de pontos coletados por segundo)
  - ✓ Após a coleta em campo foi usado software especifico para geração do MDE (Modelo Digital de Elevação) e posteriormente o MDT (Modelo digital do Terreno)
  - ✓ As curvas de nível foram apresentadas com intervalo de 1 em 1 metro
  - ✓ Marca Leica Modelo Scan Station C10

- Execução de Mapa de Declividade da área de **200 há**

- Locação de Lotes – **368 un**
  - ✓ Demarcação dos lotes do condomínio de acordo com o projeto urbanístico
  - ✓ Os lotes foram demarcados com estacas de concreto de forma triangular com altura de 100 cm e afloradas 50 cm para fora do terreno
  - ✓ Estas estacas foram pintadas com a respectiva numeração do lote correspondente

Periodo de Execução:

Inicio: 01/12/2012
Termino: 15/04/2014

Responsável Técnico:

Engenheiro Civil Leonardo Leão Giacomin – CREA 82536/D

Destacamos que os trabalhos apresentaram elevado nível técnico, atendendo os padrões de qualidade, tendo correspondido com presteza nossas necessidades, atingindo nossas expectativas com relação aos resultados oferecidos.

Belo Horizonte 10 de abril de 2014.

Thiago Eduardo de Sousa
CPF: 012.018.866-00
Diretor Comercial

30

Certidão de Acervo Técnico - CAT **CREA-MG**
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420140001907
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional LEONARDO LEAO GIACOMIN..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **LEONARDO LEAO GIACOMIN**
Registro: 04.0.0000082536 RNP: 1404607820
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

Número ART: 14201400000001725202 Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**
Registrada em: 2/4/2014 Baixada em: 10/4/2014
Forma de Registro: **Inicial** Participação Técnica: **Individual**
Empresa Contratada: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Contratante: **EQUATORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** CPF/CNPJ: 09567622000170
Logradouro: **RUA PADRE ODORICO** Nº: 162
Complemento: **SALA E** Bairro: **SÃO PEDRO**
Cidade: **BELO HORIZONTE** UF: **MG** CEP: 30330-040
Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R$ 8000.00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **RODOVIA MG-050 BETIM-JUATUBA** Nº
Complemento: Bairro: **VIANÓPOLIS**
Cidade: **BETIM** UF: **MG** CEP: 32628-002
Data Início: 1/12/2012 Conclusão efetiva: 10/4/2014 Coord. Geográficas:
Finalidade: **CADASTRAL** Código:
Proprietário: **EQUATORIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** CPF/CNPJ: 09567622000170
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO MENSURAÇÃO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) PARA FINS CADASTRAIS , Quantidade 1.00 , Unidade un**

Observações
LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO CADASTRAL ÁREA 200 HA E LOCAÇÃO DE 368 LOTES

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 090769 a 090769, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1420140001907/2014
22/04/2014 , 14:02:51
1420140001907

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.
A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2969484/2022

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP FLS.: 256 Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA** referente á(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA**
Registro: **MG0000046047D MG** RNP: **1409115224**
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL, ENGENHEIRA CIVIL, MESTRA EM ENGENHARIA AGRÍCOLA

Número da ART: **MG20221663061** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 05/12/2022 Baixada em: 07/12/2022
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SARSAN ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA - ME**

Contratante: **Centro de Instrução Almirante Alexandrino** CPF/CNPJ: **00.394.502/0191-63**
Endereço do contratante: AVENIDA BRASIL Nº: 10946
Complemento: Bairro: PENHA
Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 21012350
Contrato: 62600/2020-16/00 Celebrado em: 27/11/2020
Valor do contrato: R$ 398.959,75 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA BRASIL Nº: 10946
Complemento: Bairro: PENHA
Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RJ CEP: 21012350
Coordenadas Geográficas: -22.826382, -43.275684
Data de início: 30/11/2020 Conclusão efetiva: 03/03/2022
Finalidade: SANEAMENTO BÁSICO
Proprietário: Centro de Instrução Almirante Alexandrino CPF/CNPJ: 00.394.502/0191-63

Atividade Técnica: **16 - Execução** GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.2 - A PERCUSSÃO 55 - Execução de serviço técnico 760.20 metro; **16 - Execução** GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.6 - ELÉTRICA 40 - Estudo 15564.00 metro; **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.3 - DE TRANSPORTE DE COTAS ALTIMÉTRICAS 67 - Levantamento 18338.00 metro; **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > #33.1.5 - DE CURVAS DE NÍVEL TOPOGRÁFICAS 67 - Levantamento 18338.00 metro; **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS ESPECIAIS E NIVELAMENTOS DE PRECISÃO > DE NIVELAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.2.4.1 - DE PRECISÃO 67 - Levantamento 18338.00 metro; **16 - Execução** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 11 - Coleta de dados 1260979.50 metro quadrado; **16 - Execução** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 31 - Dimensionamento 16080.00 metro; **16 - Execução** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 35 - Elaboração de orçamento 2.00 unidade; **16 - Execução** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 38 - Especificação 2.00 unidade; **16 - Execução** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 80 - Projeto 16080.00 metro; **17 - Execução em BIM** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 80 - Projeto 16080.00 metro; **4 - Concepção** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS LÍQUIDOS > #6.2.1.8 - REDE COLETORA DE ESGOTO OU ÁGUAS RESIDUÁRIAS 40 - Estudo 2.00 unidade;

Observações

Projeto SES das Sete Organizações Militares da Marinha do Brasil para atender as bacias de contribuição de esgoto Alfa e Bravo correspondente a vazão de projeto 39,03 L/s e população atendida de 16.024 habitantes, conforme atestado. Inclui ligações prediais, RCE, elevatórias, caixas de gordura, óleos e graxas.

Informações Complementares

- CERTIFICAMOS MAIS, QUE DA PRESENTE CERTIDÃO COSTA A SEGUINTE RESSALVA: A ART MG 20210803678 CITADA NO ATESTADO EMITIDO PELA MARINHA DO BRASIL DATADO DE 07/12/2022, FOI CANCELADA E SUBSTITUÍDA PELA ART MG2022163061.

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2969484/2022

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2969484/2022
07/12/2022, 16:04
W9Y08

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: W9Y08

AMESP
FLS.: 257
Assinatura

MARINHA DO BRASIL

CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE ALEXANDRINO

ATESTADO

A União, por intermédio do **CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE ALEXANDRINO**, da MARINHA DO BRASIL, do MINISTÉRIO DA DEFESA, inscrito no CNPJ sob n°. 00.394.502/0191-63, estabelecida na cidade de Rio de Janeiro, RJ, Avenida do Brasil, n° 10.946, bairro Penha, CEP 21.012-350, neste ato, representante do contrato o Capitão de Corveta (IM) Maico Antônio Neves, CPF n° 000.034.971-27, **ATESTA** que a empresa **SARSAN – ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 08.432.065/0001-18 e CREA n° 49.311, estabelecida na cidade de Belo Horizonte MG, à Rua Cristiano Moreira Sales, n° 150, sala n° 1102, bairro Estoril, CEP, 30.494-360, neste ato, representado pelo Sr. Igor Parreiras Fonseca, CPF no 099.467.886-08, elaborou o projeto de engenharia e arquitetura para as obras da rede coletora de esgotos das Organizações Militares pertencentes ao complexo Naval da Avenida Brasil (CNAB) em atendimento Termo de Contrato de Serviço de Engenharia no 62600/2020-16/00 referente ao Processo Licitatório no 63191.001391/2020-51 e Concorrência no 33/2020/2017 - (Processo Administrativo n° 63191.001391/2020-51) PROJETOS PE.62600.063.PPP.001.20 (GRUPO 1 – BACIA A) e PE.71100.028.PPP.001.20 (GRUPO 2 – BACIA B), nos termos da Lei 8.666/93, com início em 30 de novembro de 2020 e término em 03 de março de 2022.

1. RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROJETO:

- Engenheira Civil Sandra Parreiras Pereira Fonseca – CREA MG 46.047/D – ART MG 20210803678, datado de 17/12/2021; e
- Engenheiro Civil Igor Parreiras Fonseca – CREA MG 189.283/D – ART MG 20210803759, datada de 17/12/2021.

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROJETO:

Na elaboração do projeto do sistema de esgotamento sanitário as sete organizações Militares foram divididas em Grupos 1 e 2 assim descritos:

Grupo 1: corresponde a Bacia Alfa que contempla as Organizações Militares (OM), o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), a Liga de Esportes do Arsenal de Marinha (LESPAM),

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão n° 2969484/2022, emitida em 07/12/2022

Certidão nº 2969484/2022
07/12/2022, 16:46
Chave de Impressão: W9Y08
O documento neste ato registrado foi emitido em 07/12/2022 e contém 4 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2733 - E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG
Impresso em: 07/12/2022 às 16:46

32

Continuação do Atestado deste Centro de Instrução

pertencente ao Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), o Grupamento dos Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro (GptFNRJ) e a Casa do Marinheiro (CMN).

Grupo 2: corresponde a Bacia Bravo que contempla as Organizações Militares (OM), o Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), a Base de Abastecimento da Marinha (BAM) e o Centro de Instruções Almirante Graça Aranha (CIAGA).

– Localização do empreendimento:

Grupo 1/Bacia Alfa – localizado nas coordenadas Longitude Oeste 43°15'57.12 e Latitude Sul 22°49'45.83"S, fuso horário UTC-3; e

Grupo 2/Bacia Bravo – localizado nas coordenadas Longitude Oeste 43°15'57.12 e Latitude Sul 22°49'45.83"S, fuso horário UTC-3.

– Coleta de dados do sistema de esgotamento sanitário e interferências com os sistemas de abastecimento de água e de drenagem pluvial e com a rede de distribuição elétrica e instalações elétricas de duas estações elevatórias de esgotos existentes, correspondente a área de estudo de 1.260.979,50 m², sendo para **Grupo 1/Bacia Alfa:** 701.980,18 m²; e para o **Grupo 2/Bacia Bravo:** 558.999,32 m².

– Cadastro e levantamento topográfico: nivelamento de 18.338 m, referentes ao caminhamento de rede de esgotos existentes.

Grupo 1/Bacia Alfa: 11.223 m de rede existente, composto de 5.508 m Redes de Esgotos Prediais em tubulações de manilha de concreto e PVC com diâmetro variando de 50 a 150 mm e 5.714 m de Redes Coletoras de Esgotos – RCE em tubulação de PVC e PEAD com diâmetros variando de 150 e 200 mm.

Grupo 2/Bacia Bravo: 7.115 m de rede existente, composto de 5.605 m Redes de Esgotos Prediais em tubulações de manilha de concreto e PVC com diâmetro variando de 50 a 150 mm e 1.510 m redes coletoras de esgotos – RCE em tubulação de PEAD DN 150 mm.

– Vazão máxima de projeto de 39,03 L/s, sendo para o **Grupo 1/Bacia Alfa** – $Q_{máx}$ = 18,66 L/s e para **Grupo 2/Bacia Bravo** – $Q_{máx}$ = 20,37 L/s.

– População total atendida: 16.024 habitantes; sendo para o **Grupo 1/Bacia Alfa** – 9.750 habitantes e para o **Grupo 2/Bacia Bravo** – 6.274 habitantes.

– Elaboração de Memorial Descritivo, Memorias de Dimensionamento e Orçamento composto de: planilha orçamentária, composição de custo, memória de cálculos, cotações de preços e Especificação Particular do projeto básico, e estimativas do projeto executivo (elétrico e do estrutural) das elevatórias e caixas de medidores.

– Diagnóstico do sistema de esgotamento existente e elaboração de Estudo Preliminar aferido no anteprojeto.

Avenida do Brasil, nº 10.946, bairro Penha, CEP 21.012-350, Rio de Janeiro, RJ.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2969484/2022, emitida em 07/12/20[illegible]

Certidão nº 2969484/2022
07/12/2022, 16:46
Chave de Impressão: W8Y08
O documento neste ato registrado foi emitido em 07/12/2022 e contém 4 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30 170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG
Impresso em: 07/12/2022 às 16:46

AMESP
FLS.: 258
Assinatura

Continuação do Atestado deste Centro de Instrução

– Descrição das unidades do projeto básico e executivo – dimensionamento e desenhos técnicos (planta, perfis, lista de matérias e detalhes):

– Estudo de geotécnica no caminhamento das redes coletoras de esgotos. Sondagem a percussão com diâmetro até 3", com ensaio de penetração (SPT) a cada metro, incluindo relatório contendo classificação tátil visual das amostras, perfis individuais dos furos, planta de localização e respectivas cotas das sondagens. **Grupo 1/Bacia Alfa:** 405,20 m (78 pontos de sondagens) **e Grupo 2/Bacia Bravo:** 355,0 m (73 pontos de sondagens).

– Estudo geofísico por meio de *Ground Penetration Radar* (GPR) ou Georadar. Método geofísico, não invasivo, que consiste na emissão e propagação de ondas eletromagnéticas continuas introduzidas na superfície, gerando assim, perfis de alta resolução até 3,0 m no subsolo.

Grupo 1/Bacia Alfa (CIAA/GPTFNRJ/LESPAM): foram investigados as redes existentes e interferências em uma área de 5.681 m².

Grupo 2/Bacia Bravo (BAM/CEFAN): foram investigados as redes existentes e interferências em uma área de 9.883 m².

– Rede Coletora: Dimensionamento e Desenhos técnicos (planta e perfis) - Plano de Escoamento, Planta Construtiva e Perfil.

Grupo 1/Bacia Alfa – Projeto de Implantação de 8.374,22 m de rede coletora de esgotos, sendo 8.249,10 m em PVC JE DN 150 e 125,12 m em PVC JE DN 200.

Grupo 2/Bacia Bravo – Projeto de Implantação de 7.705,70 m de rede coletora de esgotos em PVC JE DN 150.

– O Projeto da Rede Coletora de Esgotos (Dimensionamento e desenhos técnicos – plantas, perfis e detalhes) foram desenvolvidos com o uso de softwares em BIM (*Building Information Modeling*) utilizando o MDT (Modelo digital do terreno) com base nas informações do levantamento topográfico. Para modelagem das redes coletoras existentes e projetadas, foi utilizado o software Autodesk Civil 3D e para o cadastro das Elevatórias de Esgotos o software Revit.

– Detalhe de Poços de visita: desenhos técnicos (Planta e Perfil), sendo para o **Grupo 1/Bacia Alfa** – Projeto de Implantação de 149 unidades; e para o **Grupo 2/Bacia Bravo** – Projeto de Implantação de 209 unidades.

– Detalhe de caixas para medição de vazão com Calha Parshall e medidor ultrassônico: **Grupo 1/ Bacia Alfa** – Projeto de implantação de 02 caixas de medição de vazão; e **Grupo 2/Bacia Bravo** – Projeto de implantação

– **04 Estações Elevatória Esgoto – EEE**: Cadastro e redimensionamento e desenhos técnicos (Planta, Cortes, lista de materiais e detalhes).

Grupo 1/Bacia Alfa – Projeto de implantação das EEEs para dois conjuntos moto-bomba (CMB), potências de 10 cv (Q=18,66 L/s EEE ALFA CIAA - volume de 90 m³); e elevatória compacta equipada com dois CMB de 0,75 cv, cada (Q=4,07 L/s EEE CMN) com 326 m de linha de recalque em PVC JE DN 100.

Avenida do Brasil, nº 10.946, bairro Penha, CEP 21.012-350, Rio de Janeiro, RJ.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2969484/2022, emitida em 07/12/2022

Certidão nº 2969484/2022
07/12/2022, 16:46
Chave de Impressão: W9Y08
O documento neste ato registrado foi emitido em 07/12/2022 e contém 4 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel. 0800 581 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG
Impresso em: 07/12/2022, às 16:46

Continuação do Atestado deste Centro de Instrução

Grupo 2/Bacia Bravo – Projeto de implantação das EEE para dois conjuntos moto-bomba (CMB), potências de 5,0 cv (Q=20,37 L/s EEE BRAVO BAM - volume de 90 m³); 0,5 cv (Q=4,01 L/s EEE CIAGA) com 118,50 m de linha de recalque em PVC JE DN 100.

– Ligações Prediais: Detalhamento e locação

Grupo 1/Bacia Alfa – Projeto de Implantação de 217 ligações prediais, correspondente a 1.196,80 m de coletor predial em PVC JE DN 100; e

Grupo 2/Bacia Bravo – Projeto de Implantação de 164 ligações prediais, correspondente a 1.196,80 m de coletor predial em PVC JE DN 100.

– Caixas de gordura – CG: Grupo 1/Bacia Alfa – implantação de 16 caixas de gorduras; e Grupo 2/Bacia Bravo – Projeto de Implantação de 18 caixas de gorduras.

– Caixas de óleos e graxas – CSAO: Grupo 1/Bacia Alfa – Projeto de implantação de 03 unidades de CSAO; e Grupo 2/Bacia Bravo – Projeto de Implantação de 01 unidade de CSAO

– Valor estimado da obra orçada em: R$ 14.299.412,72, sendo para o **Grupo 1/Bacia Alfa** – R$7.7005.185,29 e para o **Grupo 2/Bacia Bravo** – R$7.294.227,43.

Rio de Janeiro, 7 dezembro de 2022.

MAICO ANTÔNIO NEVES
Capitão de Corveta (IM)
Chefe do Departamento de Obtenção

Avenida do Brasil, nº 10.946, bairro Penha, CEP 21.012-350, Rio de Janeiro, RJ.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2969484/2022, emitida em 07/12/2022

Certidão nº 2969484/2022
07/12/2022 16:46
Chave de impressão: W6Y08
O documento neste ato registrado foi emitido em 07/12/2022 e contém 4 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Alvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br

CREA-MG

Impresso em: 07/12/2022 às 16:46

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2977913/2023

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CMESP FLS.: 259 Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **LEONARDO LEAO GIACOMIN** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **LEONARDO LEAO GIACOMIN**
Registro: **0400000082536MG** RNP: **1404607820**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL APLICADO, ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL APLICADO

Número da ART: **MG20221709720** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO Registrada em: 16/12/2022 Baixada em: 13/01/2023
Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**

Contratante: **POP SHOPPING XAVANTE LTDA** CPF/CNPJ: **06.323.464/0001-15**
Endereço do contratante: AVENIDA OIAPOQUE Nº: 221
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30111070
Contrato: Celebrado em:
Valor do contrato: R$ 16.230,00 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA OIAPOQUE Nº: 221
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30111070
Data de início: 01/06/2022 Conclusão efetiva: 19/12/2022
Finalidade: CADASTRAL
Proprietário: POP SHOPPING XAVANTE LTDA CPF/CNPJ: 06.323.464/0001-15

Atividade Técnica: **16 - Execução** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO 49 - Execução de obra 6480,00 metro quadrado;

Observações

Levantamento planialtimétrico cadastral e escaneamento a laser com produção de nuvem de pontos com vetorização de plantas arquitetônicas (plantas baixas, cortes e detalhes)

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2977913/2023
23/01/2023, 11:18
zw6Y0

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: zw6Y0

POP SHOPPING XAVANTE LTDA

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos que a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA,** situada na Rua Major Lopes, 07 sala 07 – São Pedro – Belo Horizonte / MG, CNPJ 09.491.927/0001-46, executou para a **POP SHOPPING XAVANTE LTDA,** sediada na Avenida Oiapoque, 221, Centro , Belo Horizonte - MG, CEP: 30111-070, – CNPJ: 06.323.464/0001-15, **serviços de levantamento planialtimétrico cadastral e escaneamento a laser com produção de nuvem de pontos e com vetorização de plantas arquitetônicas (plantas baixas, cortes e detalhes)** localizado na Avenida Oiapoque, 221 Bairro Centro, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.111-070, com valor global de **R$ 16.230,00** (Dezesseis mil, duzentos e trinta reais), conforme **ART nº MG20221709720.**

ESCOPO DOS SERVIÇOS

LEVANTAMENTO A LASER SCANNER

Execução de serviços de levantamentos planialtimétricos cadastrais e escaneamento predial a laser internamente e externamente com produção de nuvem de pontos a partir de uma malha de pontos vetoriais para subsidiar o desenvolvimento posterior de modelos BIM parametrizados para projetos de arquitetura, estruturais e layout; com nível de desenvolvimento de **As Built** adequado que possibilite manutenções corretivas, preventivas ou reformas nas edificações

O levantamento planialtimétrico topográfico foi executado por captura de dados com a utilização da tecnologia Laser (Escaneamento a Laser), terrestre em toda a área especificada e conteve todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada, para subsidiar a elaboração de projetos de arquitetura e complementares das edificações.

Foi complementado, pelos métodos de Estação Total e GPS, considerando-se a peculiaridades do local.

A fim de se garantir uma perfeita integração entre as informações, o georreferenciamento das imagens 3D foi feito através dos mesmos pontos de apoio.

A implantação de todos os pontos necessários à realização dos serviços, (pontos de apoio ao levantamento topográfico).

Adequação do processamento da nuvem de pontos.

Os pontos de disparo do laser (pontos de captura de cenas) foram espaçados de forma a representar com fidelidade todos os elementos necessários para a correta apresentação do levantamento planialtimétrico cadastral do local.

A nuvem de pontos geral foi formada pelo registro de diferentes cenas (posicionamentos do equipamento) em toda a extensão e nas diversas elevações da unidade. A fim de contemplar todos os elementos previstos com a qualidade requerida.

As cenas foram realizadas em quantidade suficiente para atender o nível de precisão e a digitalização das edificações com a qualidade visual requerida, contemplando os elementos e precisão adequada ao desenvolvimento de projetos de arquitetura e complementares das edificações.

Avenida Oiapoque, 221, Centro - Belo Horizonte - MG, CEP: 30.111-070 - (31) 3212-5546

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2977913/2023, emitida em 23/01/20

Certidão nº 2977913/2023
23/01/2023, 11:22
Chave de impressão: zw6Y0
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2023 e contém 4 folhas

AMESP
FLS.: 260
Assinatura

Uma vez que os levantamentos foram feitos em áreas muito adensadas e de difícil acesso, a distância entre os pontos de disparo a laser foram variáveis e foram adequados às peculiaridades de cada edícula/cômodo e aos obstáculos existentes garantindo sobreposição abundante para melhor identificação dos detalhes.

Sempre que houve oclusão de elementos importantes ao desenvolvimento aos projetos de engenharia, a distância dos disparos do Laser foi reduzida e teve sempre visível um Ponto de Apoio, que foi ocupado com um ***Target*** artificial com centragem, que foi escaneado e utilizado no processo de georreferenciamento.

Os níveis dos disparos de laser foram escolhidos de forma a representar da melhor forma as áreas relacionadas, atentando-se às soleiras e projeções de todos os pavimentos das edificações.

A delimitação da abrangência do levantamento foi definida pelos limites das edículas/cômodos de cada localidade e a necessidade de coleta de informações para viabilização a elaboração de projetos de arquitetura e complementares como hidrossanitário, instalações elétricas e estrutura, dentre outros.

PROCESSAMENTO DOS DADOS DO ESCANEAMENTO 3D A LASER – NUVEM DE PONTOS

Após o escaneamento in loco a nuvem de pontos sofreu um processo de limpeza de cenas, a fim de eliminar pontos desnecessários que dificultem a visualização ou que estejam simplesmente poluindo o modelo.

A nuvem de pontos foi entregue em densidade que possibilite a sua correta visualização, completa e sem distorções ou emendas, de forma a possibilitar a fácil identificação dos elementos escaneados.

Não houve apresentação de *lacks* (espaços vazios entre as captações) e apresentou uma homogeneidade das sobreposições dos diferentes pontos de captação, formando-se imagens coesas e claras de todos os espaços envolvidos, obtendo-se sempre a melhor captação de imagens nas varreduras horizontais e verticais.

CARACTERIZAÇÃO E VETORIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Após o escaneamento foram elaboradas plantas técnicas dos pavimentos existentes.

O Modelo Geométrico 3D de nuvens de pontos constituiu a base para a vetorização das plantas arquitetônicas, sendo que a técnica de escaneamento digital cobre somente as partes visíveis da edificação; para efeito de vetorização/modelagem, foram necessários o auxílio na mensuração através de trenas a laser/estação total, considerados os detalhes do sistema construtivo.

O arquivo de nuvem de pontos registrado e consolidado em formato ***RCP*** (ReCap Pro) foi importado para o arquivo de projeto, servindo de base métrica para o desenvolvimento dos elementos construtivos, assim como para as definições de níveis e eixos. Para definições de materiais, acabamentos e detalhes construtivos, recorreu-se aos dados do projeto original (as-designed).

Durante a modelagem 3D foram constatadas algumas lacunas de informação geométrica que os levantamentos fotográficos e o Laser Scanner não cobriram. Por tratar-se de um edifício que emprega elementos padronizados, foi possível a identificação, em outros elementos de geometria idêntica, das informações geométricas e de dimensionamento faltantes.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2977913/2023, emitida em 23/01/2023

Certidão nº 2977913/2023
23/01/2023, 11:22
Chave de impressão: zw6Y0
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2023 e contém 4 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 E-mail: atendimento@crea-mg.org.br
CREA-MG
Impresso em: 23/01/2023 às 11:22

POP SHOPPING XAVANTE LTDA

Nas estruturas mais complexas e com elementos diferenciados, foi necessário um a levantamento de campo mais detalhados de áreas específicas para a execução precisa da modelagem/vetorização a partir da nuvem de pontos.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

PONTOS DE APOIO PARA O ESCANEAMENTO (TARGET)

Foram Implantados Pontos de Apoio (Target) devidamente Monumenta dos com alvos.

O Transporte de coordenadas foi referenciado e apoiado/ajustado ao SGB.

As coordenadas estão referenciadas no Sistema Geodésico de Referência SIRGAS2000 e projeção UTM SIRGAS2000.

Para a utilização da técnica de poligonal com Estação Total, esta seguiu os parâmetros da NBR13133,

QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:

Cadastro de **6.480m²** distribuídos em dois pavimentos e dois mezaninos.

Vetorização de **6.480m²** distribuídos em dois pavimentos e dois mezaninos.

Plantas Arquitetônicas (Planta Baixa) de **6.480m²** distribuídos em dois pavimentos e dois mezaninos.

Cadastro e Detalhamento das Fachadas Frontais da **Av. Oiapoque 900 m² e Rua Curitiba 315 m²**

Cortes e Detalhamentos específicos da Rampa de acesso da Rua Curitiba

A área é composta por estacionamentos, lojas, sanitários, salas administrativas, elevadores/ rampas/ escadas de acesso e edículas.

A) PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: 01/06/2022
Término: 20/12/2022

B) MÃO DE OBRA (EQUIPE)

- 01 (um) Eng.º Coordenador
- 01 (um) Técnico Operador de LASER SCANNER
- 01 (um) Topógrafo
- 01 (um) Auxiliar de topografia
- 01 (um) Arquiteto
- 01 (um) Projetista Cadista

Avenida Oiapoque, 221, Centro - Belo Horizonte - MG, CEP: 30.111-070 - (31) 3212-5546

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2977913/2023, emitida em 23/01/20

Certidão nº 2977913/2023
23/01/2023, 11:22
Chave de Impressão: zw6Y0
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2023 e contém 4 folhas

AMESP
FLS.: 261
Assinatura

POP SHOPPING XAVANTE LTDA

C) EQUIPAMENTOS

- 01 par de GPS Geodésico, com receptor GNSS
- Sistema RTK com precisão pós processado
- 01 "Estação Total" com leitura direta, precisão angular de 03"
- 01 Laser Scanner Marca Faro Foccus 3D com câmera integrada
- Demais materiais necessários ao desempenho das atividades de campo

D) SOFTWARES

- Leica Geo Office
- Topograph
- Riscan PRO
- ReCap Pro

E) LOGISTICA

- 01(um) Camionete Diesel 4x4 Cabine Dupla

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Engenheiro Civil Leonardo Leão Giacomin – CREA 82.536/D

Os serviços acima descritos foram aceitos e aprovados pela **POP SHOPPING XAVANTE LTDA**

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2022.

Ana Luiza Lenine – Arquiteta

CI: MG-15.181.570 - CPF: 103.540.596-29

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2977913/2023, emitida em 23/01/2023

Certidão nº 2977913/2023
23/01/2023, 11:22
Chave de Impressão: zw6Y0
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2023 e contém 4 folhas

AMESP
FLS.: 262
Assinatura

surface

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem a **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA** situado à Rua Major Lopes nº7 sala 7 – Bairro São Pedro – Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ/CEI sob o nº 09.491.927/0001-46 doravante denominado CONTRATANTE, e **ENGª CIVIL *DS* SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA** – CREA MG 46.047/D, doravante denominado CONTRATADO:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços temporário pelo **CONTRATADO** de consultoria de acordo com as normas técnicas vigentes de engenharia civil e saneamento; elaboração e/ou análises de projetos civis e de saneamento básico; elaboração de orçamento; acompanhamento, fiscalização e supervisão de serviços e representação da empresa como Responsável Técnico em projetos, obras, operação de sistemas e licitações em todo o território brasileiro, quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

1.1.1 A prestação dos serviços temporários não se configura vínculo empregatício entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, inclusive quando estiver representando ou executando a prestação serviços a terceiros em nome da **CONTRATANTE.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1. A **CONTRATANTE** convocará o **CONTRATADO,** por qualquer meio de comunicação eficaz, para prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, dois dias corridos de antecedência. Sendo que o **CONTRATADO** terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa. A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

2.2. A **CONTRATANTE** deverá fornecer ao **CONTRATADO** todas as informações necessárias à realização dos serviços de engenharia, quando solicitado, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue.

2.3. Compete ao **CONTRATANTE** a administração e execução dos serviços, para que sejam executados de acordo com as Normas vigentes e com as especificações dos projetos e obras.

2.4. Caso houver má administração e/ou má execução dos serviços que não forem de responsabilidade técnica do **CONTRATADO**, a **CONTRATANTE** arcará com todas as despesas do prejuízo.

2.5. Caso houver prejuízos e/ou danos a terceiros comprovado por perícias técnicas dos serviços de engenharia executados sobre a responsabilidade técnica da representação legal da **CONTRATANTE**, a **CONTRATANTE** arcará com todas as despesas dos prejuízos e/ou danos aos terceiros.

2.6. Caso houver processos judiciais por falta de pagamentos a terceiros, por prejuízos e/ou danos a terceiros, por serviços não executados conforme a lei, a **CONTRATANTE** arcará com todas as despesas judiciais.

SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691
Assinado de forma digital por SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691
Dados: 2023.04.10 16:29:06 -03'00'

2.7. Caso houver acidentes com ou sem vítimas, havendo ou não mortes, comprovadamente por perícia técnica que houve negligência do **CONTRATADO** a **CONTRATANTE** não arcará com às custas processuais judiciais.

2.8. Emitir Atestado de aprovação dos serviços prestados pelo **CONTRATADO**, após entrega oficial dos serviços de engenharia prestados a **CONTRATANTE**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1. O **CONTRATADO** trabalhará para a CONTRATANTE na função de ATENDENTE e mais as funções que vierem a ser objeto de ordens verbais, cartas ou avisos, segundo as necessidades da **CONTRATANTE** desde que compatíveis com suas atividades.

3.2. O **CONTRATADO** fará visitas caso necessário aos locais, durante a execução dos serviços, em datas solicitadas pela **CONTRATANTE** com todas as despesas efetuadas pela **CONTRATANTE**, e se colocará à disposição para dirimir quaisquer dúvidas em relação aos projetos e/ou execução dos serviços determinados pela **CONTRATANTE**.

3.3. O **CONTRATADO** deverá recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, após a ordem de serviço pela **CONTRATANTE**.

3.4. Sem prejuízo das demais responsabilidades da **CONTRATADA** previstas neste contrato, o **CONTRATADO** é responsável por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros na execução dos serviços de engenharia que fora contratado com ART especifico para determinado serviço pelo **CONTRATADO**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

3.5. O **CONTRATADO** é vedado prestar qualquer informação a terceiros, não envolvidos com os serviços, sobre a natureza ou o andamento dos mesmos, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos ao projeto, salvo com expressa autorização escrita do **CONTRATANTE**.

3.6. O **CONTRATADO** se compromete a atender as necessidades em tempo hábil desde que não interfere e/ou prejudique outros trabalhos ora já iniciados.

3.7. O **CONTRATADO** se compromete a liberar todo o seu acervo técnico a **CONTRATANTE**, para uso em licitações em todo o território brasileiro.

3.8. Compromete-se em autorizar a citação de sua identidade no site da **CONTRATANTE.**

3.9. O **CONTRATADO** fica ciente do Regulamento da Empresa e das Normas de Segurança que regulam suas atividades e se compromete a usar os equipamentos de segurança fornecidos, sob a pena de ser punido por falta grave, nos termos da Legislação vigente e demais disposições inerentes a segurança e medicina do trabalho.

SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691

Assinado de forma digital por SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691 Dados: 2023.04.20 16:29:22 -03'00'

AMESP
FLS.: 263
Assinatura

4. CLÁUSULA QUARTA: PRAZOS

4.1. O presente Contrato vigorará durante o período de **30 (trinta) meses**. Podendo ser ou não prorrogado. Após o termino deste vencimento, fica as partes livres sem ônus para quaisquer das partes envolvidas neste contrato.

4.2. O período de inatividade não será considerado tempo à disposição da **CONTRATANTE**, podendo o **CONTRATADO** prestar serviços a outros **CONTRATANTES.**

5. CLÁUSULA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

5.1. Pela fiel e integral execução dos SERVIÇOS e cumprimento de todas as obrigações contratuais ora contraídas, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor a ser combinado com o mesmo sob demanda de prestação de serviços.

5.2. Será de responsabilidade do **CONTRATANTE** o pagamento dos encargos decorrentes da legislação trabalhista e social, cabíveis a este contrato intermitente, como autônomo liberal, além dos valores de seguros e garantias exigidos por lei e todos os tributos incidentes sobre os SERVIÇOS, faturamento e pagamento da remuneração respectiva e bonificação do **CONTRATADO,** no caso ISS.

5.3. Pela fiel e integral execução dos serviços e cumprimento de todas as obrigações contratuais ora contraídas, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o valor de **3% (três por cento)** do valor líquido dos serviços captados pelo **CONTRATADO** a serem desenvolvidos pelo **CONTRATANTE.**

5.3.1. O pagamento dos serviços captados será pago ao **CONTRATADO** em parcelas proporcionais ao recebimento monetário do contrato com **TERCEIROS** pelo **CONTRATADO**, devidamente combinado entre as partes.

6. CLÁUSULA SEXTA: FATURAMENTO E PAGAMENTO.

6.1. Os valores acordados deverão ser pagos pela **CONTRATANTE** em Conta Bancaria estipulado pelo **CONTRATADO**, até o 5º dia útil após o cumprimento da prestação dos serviços, ou a combinar.

6.2. Será emitido recibo de pagamento pelo **CONTRATADO** e emissão com a apresentação do recolhimento do INSS ou autorização para o recolhimento do INSS pelo **CONTRATANTE.**

6.3. Além dos descontos previstos em Lei, reserva-se a **CONTRATANTE** o direito de descontar do **CONTRATADO** as importâncias correspondentes aos danos causados por ele, com fundamento no parágrafo 1º. Do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: CONSIDERAÇÕES

7.1. Caso da consultoria resulte invenção, descobertas, aperfeiçoamentos ou inovações, os direitos de propriedade pertencerão à **CONTRATANTE** e aos autores do trabalho que gerou desenvolvimento tecnológico. A equipe envolvida nesta se compromete a manter sigilo sobre os dados e informações decorrentes da consecução do presente.

SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691 Assinado de forma digital por SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691 Dados: 2023.04.10 16:29:39 -03'00'

surface

8. CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer das partes, amigavelmente, mediante simples comunicação por escrito com antecedência mínima de 07 (SETE) dias; caso as partes descumpram qualquer cláusula deste contrato; e requeira ou tenha homologada sua falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da **CONTRATANTE**. Em todas as situações sem que o mero exercício de tal faculdade implique em quaisquer ônus.

8.2. Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do presente Contrato, ou em exercer uma prerrogativa dele decorrente, não constituirá renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-la a qualquer tempo. Aplicam-se ao presente Contrato as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, naquilo em que lhe forem compatíveis.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Contrato Intermitente, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 2 (duas) testemunhas, ficando eleito o Foro da Comarca da Cidade de Belo Horizonte com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas decorrentes deste contrato e de sua execução.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2023.

SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691

Assinado de forma digital por SANDRA PARREIRAS PEREIRA FONSECA:43255884691
Dados: 2023.04.10 16:29:58 -03'00'

CONTRATADO: Engª Civil *Ds* Sandra Parreiras Pereira Fonseca – CREA MG 46.047/D

LEONARDO LEAO GIACOMIN:02908320630

CONTRATANTE: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - CNPJ: 09.491.927/0001-46
Engº Leonardo Leão Giacomin – Sócio/Diretor
CREA/MG 82.536/D - CPF: 029.083.206-30

Testemunhas:
1) Nome: Adriana Salazar
RG: 3632530 CPF: 854.147.191-87

2) Nome:
RG: CPF:

AMESP
FLS.: 264
surface
Assinatura

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

AMESP
FLS.: 265
Assinatura

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 05 de Abril de 2023 às 13:00

BELO HORIZONTE, 05 de Abril de 2023 às 13:00

Código de Autenticação: 2304-0513-0039-0516-3151

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

39

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 9.0.1

AMESP FLS.: 266 Assinatura

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	09.491.927/0001-46	
NOME EMPRESARIAL SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 16
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contador	05530431615	JORGE RAIMUNDO ESTEVES CASAES:05530431615	377348109901430978 9	21/11/2019 a 20/11/2022	Não
Administrador	02908320630	LEONARDO LEAO GIACOMIN:02908320630	377348983492734470 3	16/03/2021 a 16/03/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.
15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 13/05/2022 às 13:27:37

A3.DD.92.BF.05.C9.8B.48
6E.F3.C1.ED.38.AF.9C.83

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

40

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional		R$ 3.131.285,85	R$ 5.548.544,53
RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 3.131.285,85	R$ 5.548.544,53
(-) Deduções		R$ (436.087,59)	R$ (787.777,37)
(-) (-) ISS		R$ (4.780,16)	R$ (4.981,10)
(-) (-) COFINS		R$ (93.937,97)	R$ (166.456,53)
(-) (-) PIS		R$ (20.353,35)	R$ (36.065,57)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO		R$ (90.181,03)	R$ (159.954,86)
(-) IMPOSTO DE RENDA S/LUCRO		R$ (226.835,08)	R$ (420.319,31)
receita Liquyida		R$ 2.695.198,26	R$ 4.760.767,16
(-) Despesas Administrativas		R$ (992.512,39)	R$ (1.871.262,43)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R$ (486.377,66)	R$ (881.292,17)
(-) PRÓ-LABORE		R$ (12.533,95)	R$ (13.200,00)
(-) 13º SALÁRIO		R$ (43.476,78)	R$ (78.921,16)
(-) FÉRIAS		R$ (68.782,75)	R$ (63.998,99)
(-) INSS		R$ (130.333,34)	R$ (172.991,67)
(-) FGTS		R$ (57.593,87)	R$ (91.495,64)
(-) ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL		R$ (839,80)	R$ (10.225,78)
VALE TRANSPORTE		R$ (4.255,28)	R$ 6.041,28
(-) DESPESAS C/ALIMENTAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (54.985,46)
(-) ALUGUÉIS DE IMÓVEIS		R$ (11.464,89)	R$ (20.182,89)
(-) LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		R$ (51.073,64)	R$ (154.595,53)
(-) CONDOMÍNIOS DE SALAS		R$ (2.112,00)	R$ (0,00)
(-) TAXAS DE CONDOMÍNIO		R$ (0,00)	R$ (4.366,22)
(-) DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA		R$ (6.680,22)	R$ (8.589,95)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS		R$ (0,00)	R$ (3.610,00)
(-) SEGUROS		R$ (21.474,12)	R$ (27.327,59)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R$ (0,00)	R$ (284,94)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R$ (13.580,00)	R$ (19.250,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS-PJ		R$ (21.147,37)	R$ (163.294,80)
(-) ENTIDADES DE CLASSE		R$ (2.186,36)	R$ (7.197,78)
(-) MATERIAL DE CONSUMO		R$ (0,00)	R$ (1.958,16)
(-) MANUTENÇAO E CONSERVAÇÃO DE VEICULOS		R$ (5.295,50)	R$ (11.227,33)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

AMESP
FLS.: 267
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) LANCHES E REFEIÇOES		R$ (1.815,00)	R$ (3.398,00)
(-) VIAGENS E HOSPEDAGEM		R$ (24.042,00)	R$ (27.001,80)
(-) COMPUTADORES E PERIFÉRICOS		R$ (0,00)	R$ (4.612,31)
(-) SOFTWAR		R$ (898,00)	R$ (991,48)
(-) BENS DE PEQUENO VALOR		R$ (0,00)	R$ (287,48)
(-) EQUIPAMENTO DE SEGURANCA		R$ (223,40)	R$ (1.464,30)
(-) COMBUSTIVEIS		R$ (12.768,91)	R$ (35.342,41)
(-) DESPESAS COM ÁGUA E ESGOTO		R$ (2.977,02)	R$ (2.292,47)
(-) DESPESAS COM TELEFONES E INTERNET		R$ (10.580,53)	R$ (12.917,40)
(-) Despesas Tributárias		R$ (25.092,32)	R$ (70.607,58)
(-) OUTROS IMPOSTOS E TAXAS		R$ (7.323,53)	R$ (0,00)
(-) TAXAS DIVERSAS		R$ (17.111,63)	R$ (50.028,71)
(-) I.P.T.U.		R$ (0,00)	R$ (1.324,35)
(-) MULTAS E JUROS		R$ (657,16)	R$ (19.254,52)
(-) Despesas Financeiras		R$ (6.293,13)	R$ (47.642,87)
(-) JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS		R$ (1.984,50)	R$ (46.179,15)
(-) TARIFAS BANCÁRIAS		R$ (1.325,51)	R$ (1.464,50)
DESCONTO CONCEDIDOS		R$ 0,00	R$ 0,78
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ (2.983,12)	R$ (0,00)
Receitas Financeiras		R$ (0,00)	R$ 1.741,68
RENDIMENTOS DE APLICS. FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ 1.741,68
Resultado Operacional Liquido		R$ 1.671.300,42	R$ 2.772.995,96
Resultado Antes do IR		R$ 1.671.300,42	R$ 2.772.995,96
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R$ 1.671.300,42	R$ 2.772.995,96

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP
NIRE	
CNPJ	09.491.927/0001-46
Número de Ordem	16
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	BELO HORIZONTE
Data do arquivamento dos atos constitutivos	25/03/2008
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16552

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	16
Quantidade total de linhas do arquivo digital	16552
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

AMESP
FLS.: 268
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.793.297,87	R$ 2.006.990,97
ATIVO CIRCULANTE		R$ 804.700,47	R$ 720.935,42
DISPONÍVEL		R$ 754.534,18	R$ 686.242,50
CAIXA		R$ 742.672,60	R$ 568.987,51
CAIXA GERAL		R$ 742.672,60	R$ 568.987,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 1.507,56	R$ 3.981,13
BANCO DO BRASIL S.A.		R$ 300,00	R$ 0,00
BANCO BRADESCO - AG.1246 - C/C. 27.550-6		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO INTER AGENCIA 001-9 C/C 4853602-4		R$ 1.206,56	R$ 3.980,13
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 10.354,02	R$ 113.273,86
BRADESCO INVESTIMENTOS		R$ 9.858,91	R$ 112.778,75
BANCO DO BRASIL S/A - APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R$ 495,11	R$ 495,11
CLIENTES		R$ 26.398,51	R$ 27.010,76
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 26.398,51	R$ 27.010,76
EQUATORIAL EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA		R$ 26.398,51	R$ 26.398,51
ARAPIRACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		R$ 0,00	R$ 612,25
OUTROS CRÉDITOS		R$ 23.767,78	R$ 7.682,16
OUTROS CREDITOS		R$ 0,00	R$ 14,08
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO		R$ 0,00	R$ 14,08
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R$ 23.767,78	R$ 7.668,08
IRRF A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
CSLL A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 0,00
PIS A RECUPERAR		R$ 0,01	R$ 0,00
(-) COFINS A RECUPERAR		R$ (0,01)	R$ 0,00
INSS A RECUPERAR		R$ 23.767,78	R$ 7.668,08
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R$ 988.597,40	R$ 1.286.055,55
ATIVO PERMANENTE		R$ 988.597,40	R$ 1.286.055,55
VEÍCULOS E TRATORES		R$ 957.140,16	R$ 1.188.300,31
VEÍCULOS		R$ 391.353,44	R$ 391.353,44
CAMIONETA L200 TRITON 3.2. - MITSUBISHI-CH.93XLNKB8TGCF14453		R$ 102.679,56	R$ 102.679,56

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

42

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CAMIONETA L200-TRITON-MITSUBISHI-CH.93XLNKB8TGCF14571		R$ 121.127,56	R$ 121.127,56
AUTOMÓVEL HILUX SR AUTOMÁTICA DIESEL COR PRATA		R$ 170.989,80	R$ 170.989,80
AUTOMÓVEL HILUX SR AUTOMÁTICA ANO 2020 COR PRATA		R$ 170.989,80	R$ 170.989,80
AUTOMÓVEL FIAT STRADA ENDURANCE		R$ 0,00	R$ 71.587,74
AUTOMÓVEL JEEP RENEGADE FLEX STD		R$ 0,00	R$ 81.048,52
AUTOMÓVEL FIAT TOURO ENDURANCE		R$ 0,00	R$ 78.523,89
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R$ 66.125,00	R$ 132.125,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 66.125,00	R$ 132.125,00
BENS INTANGÍVEIS		R$ 142,00	R$ 440,00
MARCAS E PATENTES		R$ 142,00	R$ 440,00
SOFTWARE		R$ 24.914,00	R$ 24.914,00
(-) (-) AMORTIZAÇAO SOFTWARE		R$ (24.914,00)	R$ (24.914,00)
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (34.809,76)	R$ (34.809,76)
(-) DEPRECIAÇÕES DE VEÍCULOS		R$ (34.809,76)	R$ (34.809,76)
PASSIVO		R$ 1.793.297,87	R$ 2.006.990,97
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 548.104,82	R$ 619.724,28
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 250.581,15	R$ 399.811,10
EMPRÉSTIMOS		R$ 250.581,15	R$ 399.811,10
(-) FINANCIAMENTO BRADESCO - CONTRATO Nº 004.413.604 - HONDA		R$ (8.976,24)	R$ (19.385,04)
FINANCIAMENTO BRADESCO - CONTRATO Nº 004.943.388 - TOYOTA ÉTIOS		R$ 10.214,72	R$ 0,00
FINANCIAMENTO BRADESCO - 2 HYLUX		R$ 249.342,67	R$ 140.375,35
FINANCIAMENTO BRADESCO - CONTRATO Nº 5.607.106 - FIAT STRADA		R$ 0,00	R$ 56.526,51
FINANCIAMENTO JEEP BANK - CONTRATO Nº 3612433730		R$ 0,00	R$ 17.922,89
FINANCIAMENTO FIAT TOURO		R$ 0,00	R$ (32.221,10)
FINANCIAMENTO BRADESCO CONTRATO Nº 5.647.448 - FIAT TOURO		R$ 0,00	R$ 63.775,80
FINANCIAMENTO PRONAMPE - Nº 122.913.210		R$ 0,00	R$ 172.816,69
FORNECEDORES		R$ 1.568,00	R$ 2.475,00
FORNECEDORES		R$ 1.568,00	R$ 2.475,00

AMESP
FLS.: 269
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Periodo da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Periodo Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
GROW CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA		R$ 1.568,00	R$ 2.475,00
GEOMAT SOCIEDADE E COMÉRCIO LTDA		R$ 0,00	R$ 0,00
LINHARES ENGENHARIA E PATENTES SC		R$ 0,00	R$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 212.486,20	R$ 110.671,94
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 212.486,20	R$ 110.671,94
RETENÇÃO DE 4,65% S/SERVIÇOS DE TERCEIROS		R$ 20,93	R$ 0,00
ISS A RECOLHER		R$ 11,25	R$ 11,25
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		R$ 53.740,28	R$ 81.791,34
PROVISÃO P/ CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO		R$ 20.625,81	R$ 27.454,05
IRRF A RECOLHER		R$ 480,21	R$ 1.370,31
(-) PIS A RECOLHER		R$ (0,09)	R$ (0,03)
(-) COFINS A RECOLHER		R$ (0,38)	R$ 0,02
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R$ 204,67	R$ 0,00
PARCELAMENTO ISSQN		R$ 137.403,52	R$ 0,00
ISS RETIDO A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 45,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 83.469,47	R$ 106.766,24
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 53.479,60	R$ 82.844,06
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R$ 51.624,84	R$ 82.844,06
PRÓ-LABORE A PAGAR		R$ 1.854,76	R$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 29.989,87	R$ 23.922,18
INSS A RECOLHER		R$ 25.690,48	R$ 18.135,74
FGTS A RECOLHER		R$ 4.299,39	R$ 5.786,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 1.245.193,05	R$ 1.387.266,69
CAPITAL SOCIAL		R$ 550.000,00	R$ 550.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 550.000,00	R$ 550.000,00
GUSTAVO LUIZ LEÃO RAMOS C/CAPITAL		R$ 17.500,00	R$ 17.500,00
LEONARDO LEÃO GIACOMIN C/CAPITAL		R$ 532.500,00	R$ 532.500,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 695.193,05	R$ 837.266,69
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R$ 695.193,05	R$ 837.266,69
LUCROS ACUMULADOS		R$ 338.459,25	R$ 686.272,75

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA-EPP

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 09.491.927/0001-46

Número de Ordem do Livro: 16

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO		R$ 1.678.225,07	R$ 2.767.769,07
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS P/LEONARDO LEÃO GIACOMIN		R$ (1.119.749,53)	R$ (2.252.466,73)
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS P/GUSTAVO LUIZ LEÃO RAMOS		R$ (201.741,74)	R$ (364.308,40)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 90.D4.5A.A8.A3.30.F7.AA.5E.C4.15.07.2A.DA.C0.AC.5A.06.51.17-3, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

AMESP
FLS.: 270
Assinatura

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	JORGE RAIMUNDO ESTEVES CASAES
REGISTRO..... :	MG-014075/O-4
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	***.304.316-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 24/03/2023 as 14:42:22.
Válido até: 22/06/2023.
Código de Controle: 940207.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

44

AMESP
FLS.: 271
Assinatura

surface

CALCULO SITUAÇÃO FINANCEIRA			
BALANÇO - PERÍODO 01/01/2021 A 31/12/2021			
AC Ativo Circulante			R$ 720.935,42
ARLP Realizavel a longo prazo			R$ -
PC Passivo Circulante			R$ 619.724,28
PNC passivo não circulante			R$ -
AT Ativo Total			R$ 2.006.990,97
ARLP Ativo Realizado a Longo Prazo			R$ -
CAPITAL SOCIAL			
LG	AC + ARLP / PC + PELP	720.935,42 / 619.724,28	1,1633
LC	AC / PC	720.935,42 / 619.724,28	1,1633
SG	2.006.990,97 / 619.724,28 +	0,00	3,2385

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

JORGE RAIMUNDO ESTEVES CASAES
CONTADOR - MG-014075/O-4

GROW CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA
Rua Alvarenga Peixoto, 615 Conj 201 207
Bairro Lourdes - CEP 30180 120
Belo Horizonte MG
CNPJ: 19.715.556/0001 92
CRC/MG Nº 01 MG 4 883

Surface Engenharia e Topografia LTDA
CNPJ. nº 09.491.927/0001-46
Leonardo Leão Giacomin – ENGENHAEIRO CIVIL
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE - MG

AMESP
FLS.: 272
Assinatura

surface

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

AMESP
FLS.: 273
Assinatura

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
09.491.927/0001-46 MATRIZ		25/03/2008

NOME EMPRESARIAL
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SURFACE	EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
224-0 - Sociedade Simples Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MAJOR LOPES	7	LOJA 1 PAVMTO2

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.330-050	SAO PEDRO	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LEONARDO@SURFACEENGENHARIA.COM.BR	(31) 3586-5728

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	25/03/2008

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/04/2023** às **13:23:45** (data e hora de Brasília).

AMESP
FLS.: 274
Assinatura

DECLARACAO DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

A **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA,** CNPJ: 09.491.927/0001-46, com sede na Rua Major Lopes, nº 7 Sala 1 – 2º andar – Bairro São Pedro – Belo Horizonte/MG que a empresa está isento de inscrição estadual.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2023.

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Engº Leonardo Leão Giacomin – Sócio/Diretor
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE – MG

48

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

FICHA INSCRIÇÃO CADASTRAL
ESTABELECIMENTO

FIC -FLS.: 275

AMESP

Assinatura

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CNPJ / CPF	DATA DE INÍCIO	DATA EMISSÃO
0.223.750/001-5	09.491.927/0001-46	25/03/2008	16/02/2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)
SURFACE

NATUREZA JURÍDICA
SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA

ÁREA ÚTILIZADA	REGIONAL	PORTE DA EMPRESA
70	CENTRO-SUL	EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
RUA MAJOR LOPES	7	LOJA 1 PAVMTO2

BAIRRO / DISTRITO	CEP	MUNICÍPIO	UF
SAO PEDRO	30330-050	BELO HORIZONTE	MG

CPF DO RESPONSAVEL	NOME DO RESPONSAVEL
029.083.206-30	LEONARDO LEAO GIACOMIN

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAL
711200000 SERVICOS DE ENGENHARIA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA CNAE - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
7119-7/99-00 ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7119-7/01-00 SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA

Este documento não implica no reconhecimento da regularidade do contribuinte, com relação à concessão ou não do Alvará de Localização e Funcionamento.

Não faz prova de regularidade fiscal, que por sua vez deve ser feita mediante exibição da Certidão Negativa de Débitos - CND.

Este documento somente fará prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte de Tributos Mobiliários-CMC, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou de Alteração registrado no órgão competente no caso de Pessoa Jurídica e, no caso de Pessoa Física com apresentação de identifidade, CPF ou Carteira de Órgão de Classe.

- Ocorrendo encerramento de atividade, mudança de endereço ou qualquer outra alteração de dados constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, deverá o contribuinte promover a competente baixa ou atualização no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ocorrido o fato, conforme Decreto Municipal 17.175/2019, sob pena de ser autuado, conforme prevê a letra B do inciso I, art. 7º da Lei 7.378/97;

- Os procedimentos para efetuar a baixa ou atualização dos dados cadastrais, será através da Redesim, e as Informações estão disponíveis através do site www.redesim.gov.br .

- As informações sobre serviços, procedimentos, emissão da FIC - Ficha de Inscrição Cadastral e emissão de formulários do Cadastro Mobiliário de Contribuintes, estão disponíveis através do site https://prefeitura.pbh.gov.br/servicos.

49

AMESP
FLS.: 276
Assinatura

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABIMMKKQRN**
Documento/Certidão nº **22.854.655** Exercício: **2023**
Emissão em: **20/03/2023** Requerimento em: **08:29:31** Validade: **19/04/2023**

Nome: **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA**
CNPJ: **09.491.927.0001.46**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

50

AMESP
FLS.: 277
Assinatura

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 10/03/2023 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 08/06/2023

NOME: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA		
CNPJ/CPF: 09.491.927/0001-46		
LOGRADOURO: RUA MAJOR LOPES		NÚMERO: 7
COMPLEMENTO:	BAIRRO: SAO PEDRO	CEP: 30330050
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000626180248

51

AMESP
FLS.: 278
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:04:37 do dia 20/10/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/04/2023.
Código de controle da certidão: **07DC.1F8F.6340.C2D9**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

52

AMESP
FLS.: 279
Assinatura

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.491.927/0001-46
Razão Social: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
Endereço: R MAJOR LOPES 07 LOJA 07 PVMTO 02 / SAO PEDRO / BELO HORIZONTE / MG / 30330-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/03/2023 a 14/04/2023

Certificação Número: 2023031601190997773783

Informação obtida em 20/03/2023 08:28:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

AMESP
FLS.: 280
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Certidão nº: 11670537/2023
Expedição: 20/03/2023, às 09:21:23
Validade: 16/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.491.927/0001-46, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
JOSÉ NADI NÉRI - OFICIAL
Av. Afonso Pena, 732, 2° andar Centro
Telefax: 3132243878
Site: www.cartoriopessoasjuridicas.com.br
E-mail: cartrcpj@uai.com.br
CEP: 30130003 - Belo Horizonte, MG
EXPEDIENTE: de 9 às 18 horas

AMESP
FLS.: 281
Assinatura
Civil das Pessoas Jurídicas
BHTE MG

REGISTRO 125101	SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA	LIVRO A
AV13	Livro Diário nº.08, datado do período de 01/01/2014 a 30/06/2014, contendo 74 folhas, conforme cópias do Termo de Abertura e Encerramento, arquivadas na Serventia, nesta data. Dou fé. Belo Horizonte, 30 de outubro de 2.014. (a) Ana Paula Néri Silveira. Emol: R$ 27,39 TFJ: R$ 9,67 Rec: R$ 1,64 Total: R$ 38,70	
AV14	Enquadramento de Empresa de Pequeno Porte, datado de 13/11/14. Dou fé. Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2014. (a) Ana Paula Néri Silveira.Emol: R$ 73,74 TFJ: R$ 26,57 Rec: R$ 4,42 Total: R$ 104,73	

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

A presente certidão foi extraída em 01/12/2014

Belo Horizonte, 01/12/2014

Emol: (6501-1) R$ 13.04 TFJ: R$ 4.88 Rec: R$ 0.78 - Total: R$ 18.70
(6502-9) R$ 0.00 TFJ: R$ 0.00 Rec: R$ 0.00 - Total: R$ 0.00

Selo de Fiscalização
CERTIDÃO
AZK 18245

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº **ACF53135**
CÓD. SEG. **8341.1010.9762.2445**

Quantidade de Atos Praticados: **00001**
Emol:R$ 13.82 TFJ: R$ 4.88 Total: R$ 18.70
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

55

ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Registro Civil das Pessoas Jurídicas BHTE MG

☐ Sociedade Simples

Ilmo. Sr. Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Os sócios, Gustavo Luiz Leão Ramos e Leonardo Leão Giacomin da sociedade **SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA**, com sede à Major Lopes, nº07, loja 07, pavimento 2, São Pedro, CEP: 30.330-050 na cidade de Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, vem, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, declarar que:

a) Adotará a denominação de **SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA - EPP**

b) O movimento da receita bruta anual da sociedade **não** excederá ao limite fixado no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, (superior a R$ 240.000,00 e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00) e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no § 4º art. 3º da mencionada lei.

Belo Horizonte, 13 de Novembro de 2014

Selo de Fiscalização ARQUIVAMENTO BLJ 98797

Selo de Fiscalização CRS 32709

Registro Civil das Pessoas Jurídicas BHTE MG

Gustavo Luiz Leão Ramos
CPF: 855.160.156-34
Rua Francisco Miguel, 111 Centro. Contagem/MG

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
AVERBADO(A) sob o nº 14, no registro 125101, no Livro A, em 01/12/2014
Belo Horizonte, 01/12/2014
Emol:(8107-7) R$ 73.74 TFJ: R$ 26.57 Rec: R$ 4.42 - Total: R$ 104.73
(8101-8) R$ 4.40 TFJ: R$ 1.46 Rec: R$ 0.26 - Total: R$ 6.12

Registro Civil das Pessoas Jurídicas BHTE MG

Leonardo Leão Giacomin
CPF: 029.083.206-30
Rua Paraíba, 247/202 Funcionários. Belo Horizonte/MG

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG
SELO ELETRÔNICO Nº ACF53136
CÓD. SEG.: 2199.6987.8332.5296
Quantidade de Atos Praticados: 00002
Emol R$ 82.82 TFJ: R$ 28.03 Total: R$ 110.85
Consulta a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.jus.br

surface
Engenharia e Topografia

AMESP
FLS.: 282
Assinatura

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023
ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

A empresa SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, com sede à Rua Major Lopes nº 07 – Sala 1 – Bairro São Pedro em Belo Horizonte/MG, CNPJ. nº 09.491.927/0001-46, declara, sob as penas da lei, que opta pela não realização de visita técnica, considerando a descrição do serviço contida no Termo de Referência, Anexo do Edital.

Declara e assume inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, se compromete a não alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificafiva para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito

Belo Horizonte, 11 de Abril de 2023.

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46
Engº Leonardo Leão Giacomin – Sócio/Diretor
CREA/MG 82536/D - CPF: 029.083.206-30

09.491.927/0001-46
SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RUA MAJOR LOPES, 7 - SALA
SÃO PEDRO - CEP 30330-050
BELO HORIZONTE – MG

AMESP Fls.: 283 Assinatura

Envelope nº. 02 "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"
A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP
Pregão n.º 13/2023

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

Licitante: POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
35.735.815/0001-01

Associaçao dos Municipios da Micro Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 11/04/23
Horas: 08:59

PREGÃO Nº13/2023
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

AMESP
FLS.: 284
Assinatura

OBJETO: Registro de preços- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTLIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo De Referência e demais disposições do Edital.

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
35.735.815/0001-01

POTENZA
PAG 1
Resp.

AMESP
FLS.: 285
Assinatura

HABILITAÇÃO JURÍDICA

POTENZA
PAG 2
Resp.

55+ (31) 3654-4199
contato@potenzasolucoes.com
BRASIL
R. Min. Orozimbo Nonato, 102, Sala 2307, Torre A, Nova Lima - MG, 34006-053
PORTUGAL
Rua de Campolide 372D - Lisboa - NIPC: 1070-04 +351 967 234 3827

POTENZA

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP FLS.: 286 Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211542330	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2100134496

Requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
	002			ALTERACAO
		2209	1	ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

NOVA LIMA
Local

22 Fevereiro 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável
Data

☐ SIM _____ ☐ NÃO ___/___/____ _____ Responsável
Data

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal
Data

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

POTENZA PAG 3 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP FLS.: 287 Assinatura

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/243.186-2	MGP2100134496	22/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

POTENZA PAG 4 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 288
Assinatura

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE N. 05 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA

CNPJ – 35.735.815/0001-01 – NIRE - 31211542330

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO brasileira,empresária,solteira, residente e domiciliado a Rua Desembargador Paulo Mota, 945 apto 802 – Bairro Ouro Preto – Belo Horizonte – MG – CEP 31.310.340, portador da carteira de identidade MG – 11.578.686 – PC-MG, com CPF n. 076.606.896-06, nascida em 19/10/1985.

ISAAC BRUNO MORAIS MENDES brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliada a Rua Eduardo Leite Bacuri, 156 –Casa, Bairro Novo das Indústrias – Belo Horizonte-MG, CEP 30.610-550, com CPF 113.886.196-01, com identidade MG – 17.897.682 PC-MG. Nascido em 11/08/1993.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada "POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA ", estabelecida á Ave. Raja Gabaglia, 1093 – Sala 701 Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte – MG – CEP 30.380-403, com CNPJ n. **35.735.815/0001-01**, com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **n. 31211542330 de 09/12/2019**, e última alteração de n.8288532 em 14/01/2021. Resolvem de comum acordo alterarem seu contrato social, mediante as seguintes cláusulas :

PARÁGRAFO ÚNICO:
A sócio Isaac Bruno Morais Mendes, possuidor legítimo de 340.000(Trezentos e Quarenta Mil) cotas de R$ 1,00(um real)cada uma, cede e transferem todas elas a sócia Grasielle Oliveira Espósito, dando ao mesmo plena e rasa quitação, para que não haja nenhuma reclamação nem no presente e nem no futuro.

PRIMEIRA CLÁUSULA :
A sociedade empresária com denominação " **POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA** " altera seu endereço para , Rua Ministro Orozimbo Nonato , n. 102 sala 2307 - A Condomínio Icon – Bairro Vila da Serra – Nova Lima – MG – CEP 34.006-053 , com o nome fantasia de "**POTENZA**"

SEGUNDA CLÁUSULA :
O objeto da sociedade "ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA , ARQUITETURA. SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, E DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS. SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS , ARQUITETURA , ENGENHARIA , SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA , DESENHO TECNICOS RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA. AEROFOTOGRAMETRIA E AEROLEVANTAMENTO DE CAMPO COM GEORADAR(GPR), PARA MAPEAMENTO DE ESTRUTURAS E INTERFERENCIAS SUBTERRANEAS, GERAÇÃO DE IMAGENS DO SUBSOLO E RELATORIO COM A INDICAÇÃO DOS PERFIS DO SUBSOLO, ALEM DO ARQUIVO PLANTA (CAD) COM O CADASTRO DAS INTERFERENCIAS EM FORMATO (DWG). CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, COLETA DE ESGOTO, CONSTRUÇOES DE ESTAÇOES DE TRATAMENTO. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.

.....continua.....

POTENZA
PAG 5
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 289
Assinatura

.....continuação.....

TERCEIRA CLÁUSULA :
O capital social no valor de R$ 850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) divididos em 850.000(Oitocentos e Cinquenta Mil) cotas de R$ 1,00(hum real) totalmente integralizado neste ato , em moeda corrente nacional do país.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO.....100%.....850.000 quotas....R$ 850.000,00

QUARTA CLAUSULA:
*A administração da sociedade "**GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO**", com poderes e atribuições de assinar, cheques, repartições públicas, estaduais,federais, admitir e demitir empregados, autorizo o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.*

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA: POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO *brasileira,empresária,solteira, residente e domiciliado a Rua Desembargador Paulo Mota, 945 apto 802 – Bairro Ouro Preto – Belo Horizonte – MG – CEP 31.310.340, portador da carteira de identidade MG – 11.578.686 – PC-MG, com CPF n. 076.606.896-06, nascida em 19/10/1985.*

ISAAC BRUNO MORAIS MENDES, *brasileiro, empresário, solteiro, residente e domiciliado Rua Eduardo Leite Bacuri, 156 –Casa, Bairro Novo das Indústrias – Belo Horizonte-MG, CEP 30.610-550, com CPF 113.886.196-01, com identidade MG – 17.897.682 PC-MG, nascido em 11/08/1993.*

*Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada "POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA ", estabelecida á Ave. Raja Gabaglia, 1093 sala 701 – Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte – MG – CEP 30.380-403, com CNPJ n. **35.735.815/0001-01**, com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o **n. 31211542330 de 09/12/2019**, e última alteração de n.8288532 em 14/01/2021.*

PARÁGRAFO ÚNICO:
A sócio Isaac Bruno Morais Mendes, possuidor legitimo de 340.000(Trezentos e Quarenta Mil) cotas de R$ 1,00(um real)cada uma, cede e transferem todas elas a sócia Grasielle Oliveira Espósito, dando ao mesmo plena e rasa quitação para que não haja nenhuma reclamação nem no presente e nem no futuro.

.....continua.....

POTENZA
PAG 6
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 290
Assinatura

.....continuação.....

PRIMEIRA CLÁUSULA :

A sociedade empresária com denominação " **POTENZA SOLUÇOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA** *" com endereço á , Rua Ministro Orozimbo Nonato , n. 102 sala 2307 - A - Condomínio ICON – Bairro Vila da Serra – Nova Lima – MG – CEP 34.006-053, com o nome fantasia de "***POTENZA***"*

SEGUNDA CLÁUSULA :

O objeto da sociedade: "ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA , ARQUITETURA, SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, E DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS. SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS , ARQUITETURA , ENGENHARIA , SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA , DESENHO TECNICOS RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA. AEROFOTOGRAMETRIA E AEROLEVANTAMENTO DE CAMPO COM GEORADAR(GPR), PARA MAPEAMENTO DE ESTRUTURAS E INTERFERENCIAS SUBTERRANEAS, GERAÇÃO DE IMAGENS DO SUBSOLO E RELATORIO COM A INDICAÇÃO DOS PERFIS DO SUBSOLO, ALEM DO ARQUIVO PLANTA (CAD) COM O CADASTRO DAS INTERFERENCIAS EM FORMATO (DWG). CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, COLETA DE ESGOTO, CONSTRUÇOES DE ESTAÇOES DE TRATAMENTO. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.

TERCEIRA CLÁUSULA :

O capital social : R$ 850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) divididos em 850.000(Oitocentos e Cinquenta Mil) cotas de R$ 1,00(hum real) cada uma , integralizado neste ato pela sócia, em moeda corrente nacional do país.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO.....100%.....850.000 quotas....R$ 850.000,00

QUARTA CLAUSULA:

*A administração da sociedade "**GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO**", com poder e atribuições de assinar, cheques, repartições públicas, estaduais,federais, admitir e demitir empregados, autorizo o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.*

QUINTA CLÁUSULA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização social.

SEXTA CLÁUSULA:

*A sociedade iniciou suas atividades em **01 DE OUTUBRO DE 2019,** com prazo indeterminado, sendo o término do exercício em 31 de dezembro de cada ano,*

SETIMA CLÁUSULA:

A sociedade poderá em qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

.....continua.....

POTENZA
PAG 7
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 291
Assinatura

.....continuação.....

OITAVA CLÁUSULA:
Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal, a titulo de "pro – labore', observadas as disposições regulamentares pertinentes.

NONA CLÁUSULA:
A sociedade poderá em qualquer tempo , abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA CLÁUSULA:
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DÉCIMA PRIMEIRA CLÁUSULA:
Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamemte, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevericação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA SEGUNDA CLÁUSULA:
Fica eleito o foro de Nova Lima – MG, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultante deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento digitalmente.

Nova Lima – *MG, 22 de Fevereiro de 2021.*

Sócia *Administradora* : ***Grasielle Oliveira Esposito***

Sócio: ***Isaac Bruno Morais Mendes***

POTENZA
PAG 8
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 6368945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP FLS.: 292 Assinatura

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/243.186-2	MGP2100134496	22/02/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
113.886.196-01	ISAAC BRUNO MORAIS MENDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

POTENZA PAG 9 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 293
Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, de NIRE 3121154233-0 e protocolado sob o número 21/243.186-2 em 22/02/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8388945, em 23/02/2021. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Cesar Mariano dos Santos.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
113.886.196-01	ISAAC BRUNO MORAIS MENDES

Belo Horizonte, terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Cesar Mariano dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 23/02/2021, às 10:43 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/243.186-2.

POTENZA
PAG 10
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF69A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP
FLS.: 294
Assinatura

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, terça-feira, 23 de fevereiro de 2021

POTENZA
PAG 11
Rosa

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8388945 em 23/02/2021 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 212431862 - 22/02/2021. Autenticação: 5F5F5930E4F93FDF38BF89A34D134633F5962AEC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 21/243.186-2 e o código de segurança ZMEt
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/02/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.



AMESP
FLS.: 295
Assinatura

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-11.578.686 26/04/2018

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

GIOVANNI CESAR ESPOSITO
MARIA APARECIDA DE O. ESPOSITO

MURIAE-MG 19/10/1985

NASC. LV-102 FL-113

MURIAE-MG

076606896-06

PIC-3005 JACQUELINE DE OLIVEIRA FERRAZ
ASSISTENTE DO DIRETOR 2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

POTENZA
PAG 12
Resp.

AMESP
FLS.: 296
Assinatura

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA inscrita no CNPJ/MF o nº 35.735.815/0001/01 por intermédio de seu representante legal, o(a) Sra GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO portador(a) da Carteira de Identidade RG nº mg 11.578.686 e inscrito no CPF/MF sob o nº 076.606.896-06 DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Pouso Alegre/MG, aos 24 de MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.03.24 14:22:53 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
076.606.896-06

POTENZA
PAG 13

AMESP
FLS.: 297
Assinatura

HABILITAÇÃO TÉCNICA

POTENZA
PAG 14

55+ (31) 3654-4199
contato@potenzasolucoes.com
BRASIL
R. Min. Orozimbo Nonato, 102, Sala 2307, Torre A, Nova Lima - MG, 34006-053
PORTUGAL
Rua de Campolide 372D - Lisboa - NIPC: 1070-04 +351 967 234 3827
POTENZA

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Nº 0000000810910

2023000810910

AMESP FLS.: 298 Assinatura

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 15/03/2023 - 11/09/2023

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razão Social: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA - ME
Data do Ato Constitutivo:
Data da Última Atualização do Ato Constitutivo: 14/12/2019
Data de Registro: 06/05/2020
Registro CAU : PJ46034-1
CNPJ: 35.735.815/0001-01
Objeto Social: ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA, SERVICO DE ARQUITETURA, E DE APOIO A EDIFICIOS , ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA.

Atividades econômicas:

- ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
- ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E ARQUITETURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS
- SERVIÇOS DE ARQUITETURA

Capital social: R$ 10.000,00
Última atualização do capital: 14/12/2019

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: ANNA CAROLINA SALA UTRERA
Título:
Arquiteto(a) e Urbanista
Inicio do Contrato: 07/04/2020
Número do RRT: 9459649
Tipo de Vinculo:
Designação:

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

POTENZA PAG 15 Rubr.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 9D85D6
Impresso em: 15/03/2023 às 09:43:53 por: POTENZA, ip: 172.69.3.227

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Nº 0000000810910

20230000810910

AMESP
FLS.: 299
Assinatura

Expedida em 15/03/2023, NOVA LIMA/MG, CAU/MG

Chave de Impressão: 9D85D6

POTENZA
PAG 16
Resp.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 9D85D6
Impresso em: 15/03/2023 às 09:43:53 por: POTENZA, ip: 172.69.3.227

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3001461/2023
Emissão: 24/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: zW393

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
FLS.: 300
Assinatura

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ: 35.735.815/0001-01

Registro: 0000066419

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 850.000,00

Data do Capital: 23/02/2021

Faixa: 4

Objetivo Social Pleno: ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, SISTEMA DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA ELETRÔNICO, E DE
PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS. SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS , ARQUITETURA , ENGENHARIA , SERVIÇO DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA , DESENHO TECNICOS RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA. AEROFOTOGRAMETRIA E AEROLEVANTAMENTO DE CAMPO COM GEORADAR(GPR), PARA MAPEAMENTO DE ESTRUTURAS E INTERFERENCIAS
SUBTERRANEAS, GERAÇÃO DE IMAGENS DO SUBSOLO E RELATORIO COM A INDICAÇÃO DOS PERFIS DO SUBSOLO, ALEM DO ARQUIVO PLANTA (CAD) COM O CADASTRO DAS INTERFERENCIAS EM FORMATO (DWG). CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, COLETA DE ESGOTO, CONSTRUÇOES DE ESTAÇOES DE TRATAMENTO. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA MINISTRO OROZIMBO NONATO, 102, SALA 1806- A, VILA DA SERRA, NOVA LIMA, MG, 34006053

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 10/08/2020

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 088370

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (4/4)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: ANTONIO DE MELO PRADO

Registro: 1401385621

CPF: 265.***.***-72

Data Início: 08/10/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Titulos do Profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Atribuição: RESOLUCAO 218 ARTIGO 008 RESOLUCAO 218 ARTIGO 009 RESOLUCAO 359 ARTIGO 004

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

ENGENHEIRO INDUSTRIAL - MECÂNICA

Atribuição: ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7º DA LEI 5.194/66 COM RESTRIÇÃO DAS ATIVIDADES A, B, C, D, E, F, H REFERENTE A AEROP
BARRAGENS E PORTOS.

POTENZA
PAG 17
Resp.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: zW393
Impresso em: 24/03/2023 às 14:30:05 por: adapt, ip: 170.82.175.9

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3001461/2023
Emissão: 24/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: zW393

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
FLS.: 301
Assinatura

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: JESSICA NAZARETH DOS SANTOS
Registro: 1418020737
CPF: 110.***.***-94
Data Início: 09/05/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO

POTENZA
PAG 18
Resp.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave zW393
Impresso em: 24/03/2023 às 14:30:06 por: adapt, ip: 170.82.175.9

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3001464/2023
Emissão: 24/03/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: 22D6b

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

AMESP
FLS.: 302
Assinatura

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: JESSICA NAZARETH DOS SANTOS
Registro: 1418020737
CPF: 110.***.***-94
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 17/10/2018

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Instituição de Ensino: FACULDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - UNIPAC UBA
Data de Formação: 20/01/2017

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (3/3)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Registro: 0000066419
CNPJ: 35.735.815/0001-01
Data Início: 09/05/2022
Data Fim: Indefinido
Data Fim do Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO

POTENZA
PAG 19
Resp.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 22D6b
Impresso em: 24/03/2023 às 14:31:31 por: adapt, ip: 170.82.175.9

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
Nº 0000000775958

20220000775958

AMESP
FLS.: 303
Assinatura

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Validade: 19/10/2022 - 17/04/2023

CERTIFICAMOS que o Profissional ANNA CAROLINA SALA UTRERA encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Nome: ANNA CAROLINA SALA UTRERA **CPF:** 448.868.468-82
Título do Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista
Registro CAU : A170772-8
Data de obtenção de Títulos: 01/02/2018
Data de Registro nacional profissional: 05/06/2018
Tipo de registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Situação de registro: ATIVO
Título(s):

- Arquiteto(a) e Urbanista

País de Diplomação: Brasil

Cursos anotados no SICCAU:

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2o da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 775958/2022
Expedida em 19/10/2022, SÃO PAULO/SP, CAU/SP
Chave de Impressão: 39Z9Y7

POTENZA
PAG 20
Resp.

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2849831/2021

Atividade concluída

AMESP 304 Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **JESSICA NAZARETH DOS SANTOS** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **JESSICA NAZARETH DOS SANTOS**
Registro: **MG0000235544D MG** RNP: **1418020737**
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL

Número da ART: **MG20210584332** Tipo de ART: OBRA / SERVIÇO - RES. 1.050 - FORA DE ÉPOCA Registrada em: 16/09/2021 Baixada em: 22/09/2021

Forma de registro: INICIAL Participação técnica: INDIVIDUAL

Empresa contratada: **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA**

Contratante: **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER / USIDAÚDE - CAC BH** CPF/CNPJ: **19.878.404/0009-68**
Endereço do contratante: RUA DOS OTONI Nº: 881
Complemento: conjunto 301 Bairro: SANTA EFIGÊNIA
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 30150270
Contrato: 16244 Celebrado em: 09/02/2021
Valor do contrato: R$ 131.825,23 Tipo de contratantee: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: RUA PROFESSOR JOSÉ VIEIRA DE MENDONÇA Nº: 3011
Complemento: Bairro: ENGENHO NOGUEIRA
Cidade: BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 31310260
Coordenadas Geográficas: -19.877395, -43.978536
Data de início: 01/03/2021 Conclusão efetiva: 21/06/2021
Finalidade: CADASTRAL
Proprietário: FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER / USIDAÚDE - CAC BH CPF/CNPJ: 19.878.404/0009-68

Atividade Técnica: **2015 - Elaboração em BIM** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.2 - PARA FINS COMERCIAIS 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ÁGUA 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.5 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ESGOTO 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.3 - PLANIALTIMÉTRICO 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.7 - MEIO-FIO 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.4.9 - SISTEMAS DE DRENAGEM 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado; **2015 - Elaboração em BIM** SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.4.9 - SISTEMAS DE DRENAGEM 12 - Como construído - 'As built' (Projeto) 93629.56 metro quadrado;

Observações

Levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral (como está/como encontrado - as is/as found) e atualização de edificações com uso de Escaneamento tridimensional a laser através de "nuvem de pontos". Desenvolvimento de projetos, concepção arquitetônica do básico até o executivo em detalhamento, bem como todos os projetos complementares, em Building Information Modeling (BIM) - REVIT para reforma, recuperação e modernização da edificação existente. ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS: 1. MODELAGEM EM BIM 1.1 Fundação e estrutura de concreto 1.2 Instalações elétricas 1.3 Instalações Hidrossanitários 1.4 Drenagens para Edificações 1.5 Circulação vertical (elevadores, rampas, escadas e outros) 1.6 Acessibilidade EXECUÇÃO COMPLEMENTAR: 2. Levantamento Topográfico Planialtimetrico e Cadastral de Edificações

Informações Complementares

POTENZA PAG 21 Resp.

Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2849831/2021

Atividade concluída

AMESP
FLS.: 305
Assinatura

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2849831/2021
28/09/2021, 15:58
xZ0c4

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: xZ0c4

POTENZA
PAG 27
Resp.

AMESP
FLS.: 306
Assinatura

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	FSFX Fundação São Francisco Xavier
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	

Atestamos para fins de comprovação de serviço técnico, que a profissional Jéssica Nazareth dos Santos, Engenheira Civil, inscrita no CREA sob o número 141802073-7, responsável técnica pela Empresa Potenza Soluções Prediais e Facilities Ltda., inscrita no CREA sob o registro 66419-MG e CNPJ: 35.735.815/0001-01, prestou à Fundação São Francisco Xavier, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

GRUPO DE ATIVIDADE: PROJETO		
CONTRATO	16244	
CELEBRADO EM	09/02/2021	
PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO	Data de Início: 01/03/2021	Previsão de término: 21/06/2021
OBJETO DO CONTRATO	"Prestação de serviços especializados de levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral (como está/como encontrado - as is/as found) e atualização de edificações com uso de Escaneamento tridimensional a laser através de "nuvem de pontos". Desenvolvimento de projetos, concepção arquitetônica do básico até o executivo em detalhamento, bem como todos os projetos complementares, em *Building Information Modeling* (BIM) - REVIT para reforma, recuperação e modernização da edificação existente.	
ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO	Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 3011, Engenho Nogueira, Belo Horizonte – MG CEP 31310-260	
EMPRESA CONTRATADA	POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	CNPJ: 35.735.815/0001-01
EMPRESA CONTRATANTE	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	CNPJ: 19.878.404/0009-68
ENDEREÇO CONTRATANTE	Rua dos Otoni, nº 881, andar 3 e 11, Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG, CEP 30150-274	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JÉSSICA NAZARETH DOS SANTOS	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS:	QUANTIDADE (m²)
1. MODELAGEM EM BIM	**93.629.56 m²** (noventa e três mil, seiscentos e vinte e nove metros quadrados e cinquenta e seis centésimos de metro quadrado)
1.1 Fundação e estrutura de concreto	
1.2 Instalações elétricas	
1.3 Instalações Hidrossanitários	
1.4 Drenagens para Edificações	
1.5 Circulação vertical (elevadores, rampas, escadas e outros)	
1.6 Acessibilidade	
EXECUÇÃO COMPLEMENTAR:	
2. Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral de Edificações	

Atestamos também que os serviços foram desenvolvidos dentro das condições técnicas e prazos estabelecidos, satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa contratada e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2021.

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER
Responsável: REGINALDO ANDRADE
Cargo: GERENTE DE PROJETO
CPF: 876.767.296-53
CREA - 76722/D

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2021.09.16 14:42:16 -03'00'

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Responsável: Grasielle Oliveira Esposito
Cargo: Diretora
CPF:

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2849831/2021, emitida em 28/09/2021

Certidão nº 2849831/2021
28/09/2021, 15:58
Chave de Impressão: xZ3o4
Este documento neste ato registrado foi emitido em 27/09/2021 e contém 1 folhas

POTENZA
PAG 23

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000691631

2021000691631

AMESP FLS.: 307 Assinatura

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: ANNA CAROLINA SALA UTRERA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 01/02/2018

Registro Nacional: 00A1707728

Data de Registro: 05/06/2018

Validade: Indefinida

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 10346347 Tipo do RRT: RRT SIMPLES Registrado em: 24/09/2021

Forma de registro: INICIAL Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

O serviço foi prestado em regime de subcontratação para a Prefeitura de Santa Luzia, CNPJ: 18.715.409/0001-50 através da empresa TERA LTDA, CNPJ: 05.062.405/0001-78

Serviço de mapeamento urbano, através de coordenação técnica utilizando equipamentos laser scanner, estação total, GNSS RTK, Drone. Para três áreas:

CASA BRANCA

CHÁCARAS

AVENIDA BRASÍLIA

Cuja as áreas somadas totalizam: 930.239,84m². Pertencentes ao Município de Santa Luzia - MG

Empresa contratada: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA - ME
CNPJ: 35.735.815/0001-01

POTENZA PAG 24 Resp.

DADOS DO CONTRATO

Contratante: TERA LTDA
CPF/CNPJ: 05062405000178

AVENIDA Oito (Cj Carreira Comprida) Nº 50

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 0Z1C6BAZ032WB572AZ13
Impresso em: 07/10/2021 às 13:16:20 por: ANNA CAROLINA SALA UTRERA, ip: 172.70.149.136

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000691631

2021000691631

AMBSP FLS.: 308 Assinatura

Complemento: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Cidade: Santa Luzia | Bairro: Frimisa | UF: MG | CEP: 33045090

Contrato: 2420 | Celebrado em 01/02/2021

Valor do contrato: R$ 123.826,47 | Tipo do Contratante:

Data de Início: 01/02/2021 | Data de Fim: 2021-03-10

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

4.1.3 - Georreferenciamento , 930239.84 m²; 4.1.4 - Levantamento topográfico planialtimétrico , 930239.84 m²; 4.4.1 - Levantamento ou inventário urbano , 930239.84 m²;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

AVENIDA Oito (Cj Carreira Comprida) | Nº 50

Complemento: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Cidade: Santa Luzia | Bairro: Frimisa | UF: MG | CEP: 33045090

Coordenadas Geográficas:

DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 691631/2021

Expedida em 06/10/2021 12:10:00, SÃO PAULO/SP, CAU/SP

Chave de Impressão: 0Z1C6BAZ032WB572AZ13

POTENZA PAG 25 Resp.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
TERA LTDA EPP	

AMESP
FLS.: 309
Assinatura

Atestamos para fins de comprovação de serviço técnico, que a profissional Anna Carolina Sala Utrera, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU sob o número A170772-8, responsável técnica pela Empresa Potenza Soluções Prediais e Facilities Ltda., inscrita no CAU sob o número PJ46034-1 e CNPJ: 35.735.815/0001-01, prestou à TERA LTDA, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

GRUPO DE ATIVIDADE: PROJETO		
CONTRATO	2420/2019	
CELEBRADO EM	01/02/2021	
PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO	Data de Inicio: 01/02/2021	Previsão de término: 10/03/2021
OBJETO DO CONTRATO	Execução de Serviços de Mapeamento urbano, através de coordenação técnica utilizando equipamentos laser scanner, estação total, GNSS RTK, Drone. Para três áreas: Casa Branca, Cháracas e Avenida Brasília, localizadas em Santa Luzia – MG em atendimento à Prefeitura de Santa Luzia – MG.	
ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO	Rua Oito (CJ Carreira Comprida), nº 50, Frimisa, Santa Luzia – MG, CEP 33045-090	
EMPRESA CONTRATADA	POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	CNPJ: 35.735.815/0001-01
EMPRESA CONTRATANTE	TERA LTDA	CNPJ: 05.062.405/0001-78
ENDEREÇO DA CONTRATANTE	Avenida Ananias Requião, s/n, Centro, Saubara – BA, CEP 44220-000	
NÚMERO DO RRT	RRT SIMPLES Nº **10346347**	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANNA CAROLINA SALA UTRERA	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS:	QUANTIDADE (m²)
1. Georreferenciamento	**930.239,84m²** (novecentos e trinta mil duzentos e trinta e nove e oitenta e quatro décimos de metro quadrado)
2. Levantamento ou inventário urbano	
4. Levantamento topográfico planialtimétrico	

Atestamos também que os serviços foram desenvolvidos dentro das condições técnicas e prazos estabelecidos, satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa contratada e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Salvador – BA, 6 de julho de 2021.

TERA LTDA. – EPP
Antônio de Melo Prado
Administrador
CPF

Antonio de Melo Prado
Engº Eletricista / Mecânico
Civil / Seg. do Trabalho

TERA LTDA. – EPP
Roberto Beraldo Borde
Administrador
CPF:

Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Responsável:
Cargo:
CPF:

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Grasielle Oliveira Esposito
Diretora
CPF: 076.606.896-06

POTENZA
PAG 26
Rasp.

Certidão nº 691631/2021 - 07/10/2021, 13:16 - Chave de impressão: 021C68A2032VB572
O atestado neste ato registrado foi emitido em 07/10/2021, e contém 3 folhas
Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 691631, emitida em 07/10/2021

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000690253

2021000690253

AMESP FLS.: 310 Assinatura

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: ANNA CAROLINA SALA UTRERA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 01/02/2018

Registro Nacional: 00A1707728

Data de Registro: 05/06/2018

Validade: Indefinida

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 10546609 Tipo do RRT: RRT SIMPLES Registrado em: 21/09/2021

Forma de registro: INICIAL Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

O processo de aerotriangulação foi executado através do método de triangulação por blocos de feixes (Bundle Block Adjustment), fazendo o uso dos dados coletados pelo sistema GNSS/INS e dos pontos de apoio de campo fotogramétrico, disponibilizados pela contratante. Todo o processo foi executado em estações digitais estereofotogramétricas, por meio do uso do software MetaShape, da Agisoft. Após a finalização da etapa de aerotriangulação, foram realizados os testes estatísticos de tendência (teste t student) e exatidão (teste Qui-quadrado) (PEC - Padrão de Exatidão Cartográfica)

A partir das imagens obtidas pelo serviço de aerofotogrametria, fora gerada a base Cartográfica utilizando o sistema de coordenadas "SIRGAS 2000 / UTM zone 23S" que é composta por:

1. Nuvem de Pontos: Milhares de pontos com coordenadas planimétricas e altimétricas georreferenciadas pelo sistema de coordenadas SIRGAS 2000 / UTM zone 23S que possibilite realizar medições, comparações, gerações de modelos 3D etc. Para a Nuvem de pontos foi gerado um arquivo tipo "LAS".

2. MDS (Modelo Digital de Superfície): Detalha todos os objetos acima do nível do solo, levando em consideração além do terreno, a vegetação, edificações, estruturas etc. Sendo mais utilizado para Planejamento Urbano, cálculo de volume de pilhas e objetos.

POTENZA PAG 27 Resp.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000690253

20210000690253

AMESP FLS.: 311 Assinatura

dentre outras finalidades. Para o MDS foi gerado um arquivo tipo "LAS".

3. MDT (Modelo Digital do Terreno): Diferentemente do MDS, considera-se apenas a altimetria dos pontos do terreno, sendo possível assim, a geração das curvas de nível e o mapa de escoamento superficial. Para o MDT foi gerado um arquivo tipo "LAS".

4. Curvas de Nível: São representações do relevo produzidas através de linhas altimétricas e servem para representar graficamente as irregularidades ou o relevo do terreno. Para as Curvas de Nível foi gerado os arquivos tipo "DWG" e "GDB".

5. Fluxo Hídrico: Também chamado por mapa de escoamento superficial, o qual representa graficamente o deslocamento das águas sobre a superfície do terreno. Para o Fluxo Hídrico foi gerado os arquivos tipo "DWG" e "GDB".

6. Ortofoto Digital: A Ortofoto é o produto que obtemos ao corrigirmos uma foto original transformando-a em uma foto onde os deslocamentos devido ao relevo e a inclinação da fotografia são eliminados. O Ortomosaico é a junção das ortofotos, possibilitando assim a medição de áreas e ângulos, obtenção de coordenadas e vetorização de feições da imagem com precisão. O processo de obtenção das ortofotos de forma digital, na escala 1:1.000, foi feito de acordo com as seguintes especificações:6 ? A partir do voo com GSD de 12 cm foram elaboradas as ortofotos enquadradas no Sistema Cartográfico; Com o intuito de realizar o controle de qualidade das ortofotos, verificaram-se todos os HV's (pontos fotogramétricos) e PC's (pontos de controle). Porém, alguns destes pontos não foram medidos por estarem fora do limite da área para geração das ortofotos.

Com estes pontos, os testes estatísticos de tendência (teste t student) e exatidão (teste Qui-quadrado) (PEC - Padrão de Exatidão Cartográfica) foram realizados. A partir dos testes t-student e qui-quadrado realizados tanto na etapa de aerotriangulação como na geração de ortofotos podemos concluir que os produtos entregues são acurados para a escala 1:1.000, com Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC) Classe A, de acordo com o Decreto-Lei nº 89.817 de 20/06/1984, ou seja, é preciso e não apresenta tendências.

O serviço foi prestado em regime de subcontratação para a Prefeitura Municipal de Santa Luzia, CNPJ: 18.715.409/0001-50.

Empresa contratada: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA - ME
CNPJ: 35.735.815/0001-01

DADOS DO CONTRATO

Contratante: TERA LTDA
CPF/CNPJ: 05062405000178

AVENIDA Oito (Cj Carreira Comprida) Nº 50

POTENZA PAG 28 Resp.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000690253

2021000690253

AMESP FLS.: 312 Assinatura

Complemento: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Cidade: Santa Luzia | Bairro: Frimisa | UF: MG | CEP: 33045090

Contrato: 0076/2019 | Celebrado em 01/02/2021

Valor do contrato: R$ 551.187,67 | Tipo do Contratante:

Data de Início: 01/02/2021 | Data de Fim: 2010-03-21

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

4.1.1 - Levantamento topográfico por imagem , 233.75 km²; 4.1.2 - Fotointerpretação , 233.75 km²; 4.1.5 - Análise de dados georreferenciados e topográficos , 233.75 km²; 4.1.6 - Cadastro técnico multifinalitário , 233.75 km²;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

AVENIDA OITO (CJ CARREIRA COMPRIDA) | Nº 50

Complemento:

Cidade: SANTA LUZIA | Bairro: FRIMISA | UF: MG | CEP: 33045090

Coordenadas Geográficas:

DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 690253/2021

Expedida em 30/09/2021 12:09:00, SÃO PAULO/SP, CAU/SP

Chave de Impressão: D4A405CZ6D87A3A30A00

POTENZA PAG 29 Rubr.

AMESP
FLS.: 313
Assinatura

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
TERA LTDA EPP	

Atestamos para fins de comprovação de serviço técnico, que a profissional Anna Carolina Sala Utrera, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU sob o número A170772-8, responsável técnica pela Empresa Potenza Soluções Prediais e Facilities Ltda., inscrita no CAU sob o número PJ46034-1 e CNPJ: 35.735.815/0001-01, prestou à TERA LTDA, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

GRUPO DE ATIVIDADE: PROJETO		
CONTRATO	076/2019	
CELEBRADO EM	01/02/2021	
PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO	Data de Início: 01/02/2021	Previsão de término: 10/03/2021
OBJETO DO CONTRATO	Execução de Serviços para Coleta de Dados através de Aerolevantamento, Processamento de Nuvem de Pontos e Elaboração de Projetos Executivos em atendimento à Prefeitura de Santa Luzia – MG	
ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO	Rua Oito (CJ Carreira Comprida), nº 50, Frimisa, Santa Luzia – MG, CEP 33045-090	
EMPRESA CONTRATADA	POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	CNPJ: 35.735.815/0001-01
EMPRESA CONTRATANTE	TERA LTDA	CNPJ: 05.062.405/0001-78
ENDEREÇO DA CONTRATANTE	Avenida Ananias Requião, s/n, Centro, Saubara – BA, CEP 44220-000	
NÚMERO DO RRT	RRT SIMPLES Nº **10546609**	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANNA CAROLINA SALA UTRERA	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS:	QUANTIDADE (m²)
1. Levantamento Topográfico por imagem	**233,759 KM²** (duzentos e trinta e três mil e setecentos e cinquenta e nove quilômetros quadrados)
2. Análise de dados georreferenciados e topográficos	
3. Cadastro técnico multifinalitário	
4. Fotointerpretação	
EXECUÇÃO COMPLEMENTAR:	
O processo de aerotriangulação foi executado através do método de triangulação por blocos de feixes (Bundle Block Adjustment), fazendo o uso dos dados coletados pelo sistema GNSS/INS e dos pontos de apoio de campo fotogramétrico, disponibilizados pela contratante. Todo o processo foi executado em estações digitais estereofotogramétricas, por meio do uso do software MetaShape, da Agisoft. Após a finalização da etapa de aerotriangulação, foram realizados os testes estatísticos de tendência (teste t student) e exatidão (teste Qui-quadrado) (PEC – Padrão de Exatidão Cartográfica). A partir das imagens obtidas pelo serviço de aerofotogrametria, fora gerada a base Cartográfica utilizando o sistema de coordenadas "SIRGAS 2000 / UTM zone 23S" que é composta por: • 1. Nuvem de Pontos: Milhares de pontos com coordenadas planimétricas e altimétricas georreferenciadas pelo sistema de coordenadas SIRGAS 2000 / UTM zone 23S que possibilite realizar medições, comparações, gerações de modelos 3D etc. Para a Nuvem de pontos foi gerado um arquivo tipo "LAS". • 2. MDS (Modelo Digital de Superfície): Detalha todos os objetos acima do nível do solo, levando em consideração além do terreno, a vegetação, edificações, estruturas etc. Sendo mais utilizado para Planejamento Urbano, cálculo de volume de pilhas e objetos, dentre outras finalidades. Para o MDS foi gerado um arquivo tipo "LAS. • 3. MDT (Modelo Digital do Terreno): Diferentemente do MDS, considera-se apenas a altimetria dos pontos do terreno, sendo possível assim, a geração das curvas de nível e o mapa de escoamento superficial. Para o MDT foi gerado um arquivo tipo "LAS". • 4. Curvas de Nível: São representações do relevo produzidas através de linhas altimétricas e servem para representar graficamente as irregularidades ou o relevo do terreno. Para as Curvas de Nível foi gerado os arquivos tipo "DWG" e "GDB". • 5. Fluxo Hídrico: Também chamado por mapa de escoamento superficial, o qual representa graficamente o deslocamento das águas sobre a superfície do terreno. Para o Fluxo Hídrico foi gerado os arquivos tipo "DWG" e "GDB". • 6. Ortofoto Digital: A Ortofoto é o produto que obtemos ao corrigirmos uma foto original transformando-a em uma foto onde os deslocamentos devido ao relevo e a inclinação da fotografia são eliminados. O Ortomosaico é a junção das ortofotos, possibilitando assim a medição de áreas e ângulos, obtenção de coordenadas e vetorização de feições da imagem com precisão. O processo de obtenção das ortofotos de forma digital, na escala 1:1.000, foi feito de acordo com as seguintes especificações:6 • A partir do voo com GSD de 12 cm foram elaboradas	

Certidão nº 690253/2021 - 01/10/2021, 15:55 - Chave de Impressão: D4A405C26D87A3A3
O atestado neste ato registrado foi emitido em 01/10/2021, e contém 5 folhas
Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 690253, emitida em 01/10/2021

POTENZA
PAG 30
Resp.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
TERA LTDA EPP	

as ortofotos enquadradas no Sistema Cartográfico; Com o intuito de realizar o controle de qualidade das ortofotos, verificaram-se todos os HV's (pontos fotogramétricos) e PC's (pontos de controle). Porém, alguns destes pontos não foram medidos por estarem fora do limite da área para geração das ortofotos. • Com estes pontos, os testes estatísticos de tendência (teste t student) e exatidão (teste Qui-quadrado) (PEC – Padrão de Exatidão Cartográfica) foram realizados. A partir dos testes t-student e qui-quadrado realizados tanto na etapa de aerotriangulação como na geração de ortofotos podemos concluir que os produtos entregues são acurados para a escala 1:1.000, com Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC) Classe A, de acordo com o Decreto-Lei nº 89.817 de 20/06/1984, ou seja, é preciso e não apresenta tendências.	

Atestamos também que os serviços foram desenvolvidos dentro das condições técnicas e prazos estabelecidos, satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa contratada e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Salvador – BA, 6 de julho de 2021.

ANTONIO DE MELO PRADO
CPF 263.773.646-72
CREA: 23 141 D MG

Antonio de Melo Prado
Engº Eletricista / Mecânico
Civil / Seg. do Trabalho
CREA 23.141/D

Roberto Beraldo Borde
Engenheiro Mecânico
CREA 15340-D/BA

TERA LTDA. – EPP
Roberto Beraldo Borde
Administrador
CPF:

Prefeitura Municipal de Santa Luzia
Responsável:
Cargo:
CPF:

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Grasielle Oliveira Esposito
Diretora
CPF: 076.606.896-06

AMESP
FLS.: 314
Assinatura

Certidão nº 690253/2021 - 01/10/2021, 15:55 - Chave de Impressão: D4A405C26D87A3A3
O atestado neste ato registrado foi emitido em 01/10/2021, e contém 5 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 690253, emitida em 01/10/2021

POTENZA
PAG 31
Resp.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000691287

2021000691287

AMESP FLS.: 315 Assinatura

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: ANNA CAROLINA SALA UTRERA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 01/02/2018

Registro Nacional: 00A1707728

Data de Registro: 05/06/2018

Validade: Indefinida

ANOTAÇÃO DE CURSO

- Nenhum curso anotado.

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 10855910 Tipo do RRT: RRT SIMPLES Registrado em: 29/09/2021

Forma de registro: RETIFICADOR à 10855910 Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição:

Desenvolvimento de projetos, concepção arquitetônica do básico até o executivo em detalhamento, bem como todos os projetos complementares, em Building Information Modeling (BIM) - REVIT para reforma, recuperação e modernização da edificação existente, conforme termos e condições estabelecidas nas especificações técnicas e carta convite da Contratante.

ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS:

Coordenação e Compatibilização de Projetos

1. MODELAGEM EM BIM - Levantamento Arquitetônico

1.1 Projeto de estrutura metálica

1.2 Projeto de estrutura de concreto

1.3 Projeto de luminotecnia

1.4 Projeto de sonorização

1.5 Projeto de ventilação, exaustão e climatização

POTENZA PAG 32 Resp.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000691287

20210000691287

AMESP FLS.: 316 Assinatura

1.6 Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios

1.7 Projeto de instalações hidrossanitárias prediais

1.8 Projeto de instalações prediais de águas pluviais

1.9 Projeto de instalações prediais de gás canalizado

1.10 Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio

1.11 Projeto de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes

1.12 Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão

1.13 Projeto de instalações telefônicas prediais

1.14 Projeto de instalações prediais de TV

1.15 Projeto de comunicação visual para edificações

1.16 Levantamento paisagístico

Empresa contratada: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA - ME
CNPJ: 35.735.815/0001-01

DADOS DO CONTRATO

Contratante: Fundação Franciso Xavier
CPF/CNPJ: 19878404001182

RUA dos Otoni - de 561/562 ao fim — Nº 881

Complemento: ANDAR 3 E 11

Cidade: Belo Horizonte — Bairro: Santa Efigênia — UF: MG — CEP: 30150274

Contrato: 16244 — Celebrado em 09/02/2021

Valor do contrato: R$ 131.825,23 — Tipo do Contratante:

Data de Início: 01/03/2021 — Data de Fim: 2021-06-18

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

1.1.1 - Levantamento arquitetônico , 93629.56 m²; 1.2.2 - Projeto de estrutura de concreto , 93629.56 m²; 1.2.4 - Projeto de estrutura metálica , 93629.56 m²; 1.3.2 - Projeto de luminotecnia , 93629.56 m²; 1.3.4 - Projeto de sonorização , 93629.56 m²; 1.3.5 - Projeto de ventilação, exaustão e climatização , 93629.56 m²; 1.5.1 - Projeto de instalações hidrossanitárias prediais , 93629.56 m²; 1.5.10 - Projeto de comunicação visual para edificações , 93629.56 m²; 1.5.11 - Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios , 93629.56 m²; 1.5.2 - Projeto de instalações prediais de águas pluviais , 93629.56 m²; 1.5.3 - Projeto de instalações prediais de gás canalizado , 93629.56 m²; 1.5.5 - Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio , 93629.56 m²; 1.5.6 - Projeto de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes , 93629.56 m²; 1.5.7 - Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão , 93629.56 m²; 1.5.8 - Projeto de instalações telefônicas prediais , 93629.56 m²; 1.5.9 - Projeto de instalações prediais de TV , 93629.56 m²; 1.6.1 - Levantamento paisagístico , 93629.56 m²; 3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 93629.56 m²;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

RUA PROFESSOR JOSÉ VIEIRA DE MENDONÇA — Nº 3011

POTENZA PAG 33 Rubrica

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos, com a chave: 9YCDB8A5DZ57721B29D3
Impresso em: 30/09/2021 às 08:59:05 por: ANNA CAROLINA SALA UTRERA, ip: 172.68.26.136

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Nº 0000000691287

20210000691287

AMESP
FLS.: 317
Assinatura

Complemento:

Cidade: BELO HORIZONTE Bairro: ENGENHO NOGUEIRA UF: MG CEP: 31310260

Coordenadas Geográficas:

DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 691287/2021

Expedida em 29/09/2021 12:09:00, SÃO PAULO/SP, CAU/SP

Chave de Impressão: 9YCDB8A5DZ57721B20D3

POTENZA
PAG 34

AMESP
FLS.: 318
Assinatura

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	FSFX FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	

Atestamos para fins de comprovação de serviço técnico, que a profissional Anna Carolina Sala Utrera, Arquiteta e Urbanista, inscrita no CAU sob o número A170772-8, responsável técnica pela Empresa Potenza Soluções Prediais e Facilities Ltda., inscrita no CAU sob o número PJ46034-1 e CNPJ: 35.735.815/0001-01, prestou à Fundação São Francisco Xavier, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

GRUPO DE ATIVIDADE: PROJETO		
CONTRATO	16244	
CELEBRADO EM	09/02/2021	
PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO	Data de Início: 01/03/2021	Previsão de término: 18/06/2021
OBJETO DO CONTRATO	Execução dos Serviços contratados junto a Fundação São Francisco Xavier, cujo objeto "Prestação de serviços especializados de levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral (como está/como encontrado - as is/as found) e atualização de edificações com uso de Escaneamento tridimensional a laser através de "nuvem de pontos". Desenvolvimento de projetos, concepção arquitetônica do básico até o executivo em detalhamento, bem como todos os projetos complementares, em *Building Information Modeling* (BIM) - REVIT para reforma, recuperação e modernização da edificação existente.	
ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO	Rua Professor José Vieira de Mendonça, nº 3011, Engenho Nogueira, Belo Horizonte – MG CEP 31310-260	
EMPRESA CONTRATADA	POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	CNPJ: 35.735.815/0001-01
EMPRESA CONTRATANTE	FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER	CNPJ: 19.878.404/0011-82
ENDEREÇO DA CONTRATANTE	Rua dos Otoni, nº 881, andar 3 e 11, Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG, CEP 30150-274	
NÚMERO DO RRT	RRT SIMPLES Nº **SI10855910I00CT001** - Retificador **SI10855910R02**	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANNA CAROLINA SALA UTRERA	

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
ESCOPO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS:	QUANTIDADE (m²)
Coordenação e Compatibilização de Projetos	
1. MODELAGEM EM BIM – Levantamento Arquitetônico	**93.629.56 m²** (noventa e três mil, seiscentos e vinte e nove metros quadrados e cinquenta e seis centésimos de metro quadrado)
1.1 Projeto de estrutura metálica	
1.2 Projeto de estrutura de concreto	
1.3 Projeto de luminotecnia	
1.4 Projeto de sonorização	
1.5 Projeto de ventilação, exaustão e climatização	
1.6 Projeto de cabeamento estruturado, automação e lógica em edifícios	
1.7 Projeto de instalações hidrossanitárias prediais	
1.8 Projeto de instalações prediais de águas pluviais	
1.9 Projeto de instalações prediais de gás canalizado	
1.10 Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio	
1.11 Projeto de sistemas prediais de proteção contra incêndios e catástrofes	
1.12 Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão	
1.13 Projeto de instalações telefônicas prediais	
1.14 Projeto de instalações prediais de TV	
1.15 Projeto de comunicação visual para edificações	
1.16 Levantamento paisagístico	
EXECUÇÃO COMPLEMENTAR:	
2. Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral de Edificações	

Atestamos também que os serviços foram desenvolvidos dentro das condições técnicas e prazos estabelecidos, satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem a conduta da empresa contratada e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2021.

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO XAVIER
Responsável:
Cargo:
CPF: 876.767.296-53

Reginaldo César de Andrade
Gerente de Projetos
CREA 76722/D

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606 Dados: 2021.09.22 12:26:19 -03'00'

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Grasielle Oliveira Esposito
Diretora
CPF:

POTENZA
PAG 35
Resp.

Certidão nº 691287/2021 - 30/09/2021, 08:59 - Chave da Impressão: 9YCD88A502577218
O atestado neste ato registrado foi emitido em 30/09/2021, e contém 4 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 691287 emitida em 30/09/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº51

AMESP FLS.: 319 Assinatura

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que entre si fazem, de um lado, **ANNA CAROLINA SALA UTRERA,** inscrito no CNPJ sob o número **31.386.572/0001-84**, com endereço à Rua Jõao Lanhoso, n°30 – Cidade Vargas – São Paulo - SP, denominada **CONTRATADA**, de outro lado, **POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **35.735.815/0001-01**, localizada na. . Min. Orozimbo Nonato, nº 102, Sala 2307, Torre A, Vila da Sera, Nova Lima – MG, CEP 34006-053, e-mail grasielle@potenzasolucoes.com, doravante denominada **CONTRATANTE**, convencionam e contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Arquitetura pela **CONTRATADA**, com dedicação e eficiência profissional, valendo-se de todos os meios legais para a promoção dos interesses da **CONTRATANTE**, sempre acompnhados dos materiaise acessórios à execução dos serviços.

1.2. Os serviços abarcados no presente estão listados no aditivo que a este se acopla, ficando expressamente proibida a prestação de serviços que não estejam previstos no presente contrato. O descumprimento desta cláusula implicará o não recebimento, por parte da **CONTRATANTE**, de eventuais serviços prestados que não houverem sido expressamente ajustados neste contrato ou em termo aditivo, não sendo permitido à **CONTRATADA** pleitear o pagamento de acrescimo de preço ou indenização em relação a estes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência para conclusão do serviço contratado é de 24 meses, podendo ser renovado através de aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS HONORÁRIOS

1.1. Pelos serviços previstos no presente contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, os honorários mutuamente acordados no valor de R$ 264.000,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil Reais) que serão divididos em vinte e quatro parcelas de R$ 11.000,00 (onze mill reais), sendo o pagamento inaugural na data de **07/11/2022 (quinto dia util)** e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes sempre mediante a apresentação de Nota Fiscal.

1.2. A importância mencionada em 3.2. acima, constitui toda a remuneração a que

POTENZA PAG 36 Resp.

a **CONTRATADA** faz jus, compreendendo, sem se limitar a eles, todas as taxas, tributos federais, estaduais e municipais, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato, mesmo que não estejam explicitamente mencionados nos documentos contratuais, encargos sociais, previdenciários e securitários, nada mais se valendo devido pela **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA**, aqualquer título.

AMESP FLS.: 320 Assinatura

1.3. A **CONTRATADA** reconhece que, face à política de pagamento da **CONTRATANTE**, apresentará toda documentação necessária para sua homologação e cadastramento de sistema daquela e observará os prazos de fechamento mensal de pagamento.

1.4. Para a emissão das notas fiscais referentes os serviços, objeto do presente, a **CONTRATADA** deverá encaminhá-la para o e-mail: contato@potenzasolucoes.com.

1.5. Fica ainda ajustado que os pagamentos estão vinculados ao recebimento pela **CONTRATANTE** dos respectivos documentos fiscais com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do seu vencimento.

1.6. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta de titularidade da **CONTRATADA** indicado no ato de cadastramento, responsabilizando-se esta, integralmente, pela correção dos dados bancários fornecidos à **CONTRATANTE** para esta finalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. são obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste contrato:

a) prestar informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados;

b) fornecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, os documentos e orientações e qualquer esclarecimento, técnico e administrativo, que se fizerem necessários ao bom andamento dos serviços contratados;

c) honar os termos deste contrato e realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, conforme condições aqui estipuladas, desde que o serviço tenha sido regularmente prestado.

2.2. São obrigaçõe da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste instrumento:

a) prestar os serviços contratados com zelo, empenho, dedicação e

POTENZA PAG 37 Resp.

AMESP
FLS.: 321
Assinatura

pontualidade, honrando integralmente os termos deste contrato;

b) cumprir rigorosamente o estipulado no contrato, no que se refere à prazo, especificação, qualidade de serviços, bem como demais procedimentos e recomendações nele referenciados;

c) providenciar a substituição dos serviços fornecidos/prestados em desconformidade com o contrato e com as determinações de normas técnicas e legais pertinentes, quando aplicável, sem qualquer custo adicional pela **CONTRATANTE**;

d) fornecer as informações necessárias para o seu cadastramento perante a **CONTRATANTE**, bem como manter seus dados permanentemente atualizados;

2.3. Os documentos que forem formalizados entre as partes deverão ser assinados pelos representantes legais da **CONTRATADA**, uma vez que a constatação, a qualquer tempo de divergência quanto à sua representação, poderá ensejar a resolução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

3.1. Os mesmos estão dispostos no termo aditivo que se vincula imntegralmente a este Termo:

3.2. Fica resguardado à **CONTRATANTE** o direito de recusa ao serviço, situação em que poderá suspender o pagamento dos documentos fiscais, sem que haja qualquer incidência de qualquer ônus, juros, multa ou encargo, caso verificada, a ocorrencia isolada ou cumulativa, de quaisquer fatos abaixo:

a) Serviço em desacordo com o pactuado entre as partes;

b) Serviço em desacordo com as normas técnicas ou com as informações/especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**;

c) Demais irregularidades, que por lei, justifiquem a recusa do serviço.

3.3. A **CONTRATADA** garante a qualidade, o funcionamento e adequação do serviço aos fins que se destinam, pelo prazo estabelecido, nas normas tecnicas aplicaveis ou ajustado no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA MÃO DE OBRA

4.1. A presente relação obrigacional estabelecida por este contrato não gera qualquer vínculo associativo, hierárquico, de subordinação ou empregatício entre as partes, cada qual mantendo integral independencia e autonomia.

4.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, no todo ou em parte, sem autorização prévia e

POTENZA
PAG 38
Resp.

expressa da CONTRATANTE. Eventual subcontratação não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades assumidas em virtude do presente instrumento.

AMESP FLS.: 322 Assinatura

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

5.1. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato sem qualquer ônus e a qualquer tempo mediante aviso prévio à CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias.

5.2. Caso a rescisão ocorra por parte da **CONTRATADA,** fica a mesma obrigada a realizar notificação prévia de 30 dias, além do pagamento de multa correspondente a 30% do valor global do presente contrato.

5.3. Também será rescindido de pleno direito, sem que assista a nenhuma parte o direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja, no caso de requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ter contra si pedido de falência ou descumprir obrigação legal e contratual vinculada decorrente do presente instrumento.

5.4. A **CONTRATANTE** poderá suspender, total ou parcialmente, a execuçao dos serviços, avisando à **CONTRATADA**, com antecedência de 10 (dez) dias, sem que isso constitua descumprimento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. O produto material ou imaterial ou quaisquer de suas partes integrantes resultante da prestação de serviços realizada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** será de exclusiva propriedade do Cliente final, não podendo ser utilizado pela **CONTRATADA** em qualquer serviço/atividade estranha a este contrato, e em hipótese alguma veiculada, divulgada ou repassada à terceiros.

6.2. A **CONTRATADA** se obriga, durante a vigência do contrato e pelo prazo de até 05 (cinco) anos após o término dele, a manter em sigilo, não utilizar as informações e dados obtidos para o seu próprio benefício ou de terceiros, direta ou indiretamente, e a não disponibilizar para qualquer terceiro todos e quaisquer termos, existência e condições do contrato, bem como qualquer informação ou documento a que vierem a ter acesso em virtude do contrato, especialmente fórmulas e informações de ordem financeira e contábil.

6.3. A **CONTRATADA** declara para todos os fins que eventuais desenvolvimentos intelectuais agregados à prestação de Serviços passam a ser de propriedade da **CONTRATANTE**, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicar a propriedade intelectual sobre nada do que for desenvolvido no âmbito deste contrato, seja em relação à criação integral, adequação ou compatibilização, cabendo à **CONTRATANTE**, a partir da assinatura deste contrato e de forma definitiva, todos os direitos autorais e de propriedade sobre os referidos

POTENZA PAG 34 Resp.

desenvolvimentos intelectuais.

AMESP
FLS.: 323
Assinatura

BRASIL
Av. Raja Gabaglia, nº 1093, Sala 201, Cidade Jardim - Belo Horizonte - MG. 30380-403
PORTUGAL
Rua do Outeiro, nº 31 - Boleiros, Fátima - Distrito Santarém Ourém. NIPC 515277118
www.potenzasolucoes.com
contato@potenzasolucoes.com
+55 (31) 3515-3048 / 4141-4199
(32) 99934-2826

POTENZA
PAG 40
Resp.

AMESP FLS.: 324 Assinatura

6.4. A **CONTRATADA** autoriza expressamente a sua inclusão no corpo técnico da **CONTRATANTE** junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), em processos licitatórios e contratos a serem firmados, e se compromete a não questionar judicialmente ou extrajudicialmente a **CONTRATANTE** por tal inclusão.

6.5. Aplica-se ao presente Contrato o instituto da novação.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

7.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Belo Horizonte para o fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato.

7.2. E para firmeza e como prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 19 de Setembro de 2022.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2022.09.23 08:36:58 -03'00'

CONTRATANTE
POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

CPF nº 076.606.896-06 | RG MG - nº 11. 578. 686

ANNA CAROLINA SALA UTRERA:44886846882
Assinado de forma digital por ANNA CAROLINA SALA UTRERA:44886846882
Dados: 2023.03.15 12:08:54 -03'00'

CONTRATADA

ANNA CAROLINA SALA UTRERA

CNPJ 31.386.572/0001-84

Testemunha

Testemunha

POTENZA PAG 41

AMESP
FLS.: 325
Assinatura

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que entre si fazem, de um lado, **JESSICA NAZARETH DOS SANTOS**, brasileira, solteira, Engenheira Civil, com registro no CREA/MG sob o número **1418020737**, com endereço à Rua Ernesto Lippe, n° 30, São Jorge, Astolfo Dutra – MG, CEP 36780-000, denominada **CONTRATADA**, de outro lado, **POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número **35.735.815/0001-01**, localizada na R. Min. Orozimbo Nonato, n° 102, Sala 2307, Torre A, Vila da Serra, Nova Lima – MG, CEP 34006-053, e-mail contato@potenzasolucoes.com, doravante denominada **CONTRATANTE**, convencionam e contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços técnicos de Engenharia pela **CONTRATADA**, na qualidade de Responsável Técnica, com dedicação e eficiência profissional, valendo-se de todos os meios legais para a promoção dos interesses da **CONTRATANTE**, sempre acompanhados dos materiais e acessórios à execução dos serviços.

1.2. É expressamente proibida a prestação de serviços que não estejam previstos no presente contrato ou acordada previamente entre as Partes. O descumprimento desta cláusula implicará o não recebimento, por parte da **CONTRATANTE**, de eventuais serviços prestados que não houverem sido expressamente ajustados neste contrato ou em termo aditivo, não sendo permitido à **CONTRATADA** pleitear o pagamento de acréscimo de preço ou indenização em relação a estes serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1. O prazo de vigência do presente contrato, inicia-se em 1° de março de 2022, encerrando-se em 1° de março de 2024.

1.2. Eventual prorrogação do prazo da vigência contratual apenas será considerada válida quando formalizada mediante termo aditivo assinado pelas Partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS HONORÁRIOS

3.1. Pelos serviços previstos no presente contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, os honorários mutuamente acordados de acordo com a complexidade do escopo, com o valor fixo de **R$3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)**, pagos no dia 5 do mês subsequente ao mês de referência do serviço prestado.

3.2. A importância mencionada em 3.1. acima, constitui toda a remuneração a que a **CONTRATADA** faz jus, compreendendo, sem se limitar a eles, todas as taxas, tributos federais, estaduais e municipais, incidentes sobre os serviços objeto deste contrato, mesmo que não estejam explicitamente mencionados nos documentos contratuais, encargos sociais, previdenciários e securitários, nada mais se valendo devido pela **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA**, a qualquer título.

3.3. Durante o período de vigência do contrato, a **CONTRATANTE** se compromete a pagar a taxa de anuidade do CREA/MG da **CONTRATADA**.

3.4. A **CONTRATADA** reconhece que, face à política de pagamento da **CONTRATANTE**, apresentará toda documentação necessária para sua homologação e cadastramento de sistema daquela e observará os prazos de fechamento mensal de pagamento.

POTENZA
PAG 42
Resp.

AMESP
FLS.: 326
Assinatura

3.5. Para a emissão das notas fiscais referentes os serviços, objeto do presente, a **CONTRATADA** deverá encaminhá-la para o e-mail: contato@potenzasolucoes.com.

3.6. Fica ainda ajustado que os pagamentos estão vinculados ao recebimento pela **CONTRATANTE** dos respectivos documentos fiscais com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do seu vencimento.

3.7. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta de titularidade da **CONTRATADA** indicado no ato de cadastramento, responsabilizando-se esta, integralmente, pela correção dos dados bancários fornecidos à **CONTRATANTE** para esta finalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. são obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste contrato:

a) prestar informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados;

b) fornecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, os documentos e orientações e qualquer esclarecimento, técnico e administrativo, que se fizerem necessários ao bom andamento dos serviços contratados;

c) honrar os termos deste contrato e realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, conforme condições aqui estipuladas, desde que o serviço tenha sido regularmente prestado.

4.2. São obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste instrumento:

a) prestar os serviços contratados com zelo, empenho, dedicação e pontualidade, honrando integralmente os termos deste contrato;

b) cumprir rigorosamente o estipulado no contrato, no que se refere à prazo, especificação, qualidade de serviços, bem como demais procedimentos e recomendações nele referenciados;

c) providenciar a substituição dos serviços fornecidos/prestados em desconformidade com o contrato e com as determinações de normas técnicas e legais pertinentes, quando aplicável, sem qualquer custo adicional pela **CONTRATANTE**;

d) fornecer as informações necessárias para o seu cadastramento perante a **CONTRATANTE**, bem como manter seus dados permanentemente atualizados;

e) aplicar seus conhecimentos técnico-científicos com completa autonomia, atendendo e/ou recomendando as normas e a legislação em vigor, própria da atividade da **CONTRATANTE**;

Parágrafo Primeiro: As não conformidades e respectivas recomendações de regularização emanadas pela **CONTRATADA** serão registradas em livro próprio denominado LIVRO DE REGISTRO E ANOTAÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, cabendo à **CONTRATANTE** tomar ciência e executar as medidas recomendadas

4.3. Os documentos que forem formalizados entre as partes deverão ser assinados pelos representantes legais da **CONTRATADA**, uma vez que a constatação, a qualquer tempo de divergência quanto à sua representação, poderá ensejar a resolução do contrato.

POTENZA
PAG 43
Resp.

AMESP
FLS.: 327
Assinatura

CLÁUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

5.1. O presente contrato consiste na prestação de serviços especializados pela **CONTRATADA** em projetos e participará no quadro de equipe da **CONTRATANTE**.

5.2. Fica resguardado à **CONTRATANTE** o direito de recusa ao serviço, situação em que poderá suspender o pagamento dos documentos fiscais, sem que haja qualquer incidência de qualquer ônus, juros, multa ou encargo, caso verificada, a ocorrência isolada ou cumulativa, de quaisquer fatos abaixo:

a) Serviço em desacordo com o pactuado entre as partes;

b) Serviço em desacordo com as normas técnicas ou com as informações/especificações fornecidas pela **CONTRATANTE**;

c) Demais irregularidades, que por lei, justifiquem a recusa do serviço.

5.3. A **CONTRATADA** garante a qualidade, o funcionamento e adequação do serviço aos fins que se destinam, pelo prazo estabelecido, nas normas técnicas aplicáveis ou ajustado no presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA MÃO DE OBRA

6.1. A presente relação obrigacional estabelecida por este contrato não gera qualquer vínculo associativo, hierárquico, de subordinação ou empregatício entre as partes, cada qual mantendo integral independência e autonomia.

6.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar suas obrigações ou ceder a terceiros o presente contrato, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa da **CONTRATANTE**. Eventual subcontratação não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades assumidas em virtude do presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato sem qualquer ônus e a qualquer tempo mediante aviso prévio à **CONTRATADA** com antecedência de 10 (dez) dias.

7.2. Também será rescindido de pleno direito, sem que assista a nenhuma parte o direito a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou multa, por mais especial que seja, no caso de requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ter contra si pedido de falência ou descumprir obrigação legal e contratual vinculada decorrente do presente instrumento.

7.3. A **CONTRATANTE** poderá suspender, total ou parcialmente, a execução dos serviços, avisando à **CONTRATADA**, com antecedência de 7 (sete) dias, sem que isso constitua descumprimento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. O produto material ou imaterial ou quaisquer de suas partes integrantes resultante da prestação de serviços realizada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** será de exclusiva propriedade do Cliente final, não podendo ser utilizado pela **CONTRATADA** em qualquer serviço/atividade estranha a este contrato, e em hipótese alguma veiculada, divulgada ou repassada à terceiros.

8.2. A **CONTRATADA** se obriga, durante a vigência do contrato e pelo prazo de até 05 (cinco) anos após o término dele, a manter em sigilo, não utilizar as informações e dados obtidos para o seu próprio benefício ou de terceiros, direta ou indiretamente, e a não disponibilizar para qualquer terceiro todos e quaisquer termos, existência e condições do contrato, bem como qualquer

POTENZA
PAG 44
Resp.

AMESP
FLS.: 328
Assinatura

informação ou documento a que vierem a ter acesso em virtude do contrato, especialmente fórmulas e informações de ordem financeira e contábil.

8.3. A **CONTRATADA** declara para todos os fins que eventuais desenvolvimentos intelectuais agregados à prestação de Serviços passam a ser de propriedade da **CONTRATANTE**, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicar a propriedade intelectual sobre nada do que for desenvolvido no âmbito deste contrato, seja em relação à criação integral, adequação ou compatibilização, cabendo à **CONTRATANTE**, a partir da assinatura deste contrato e de forma definitiva, todos os direitos autorais e de propriedade sobre os referidos desenvolvimentos intelectuais.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. As partes contratantes elegem o foro da cidade de Belo Horizonte para o fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato.

9.2. E para firmeza e como prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 01º de março de 2022.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606 Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Contratante

JESSICA NAZARETH DOS SANTOS:11051944694 Assinado de forma digital por JESSICA NAZARETH DOS SANTOS:11051944694

Contratada

Leonardo GT Vilas Boas

Testemunha

CPF:

Testemunha

CPF:

POTENZA
PAG 45
Resp.

AMESP
FLS.: 329
Assinatura

FARO TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.
Rua San José Nº 360 – Parque Industrial San Jose
Cotia – SP CEP 06715-862
Fone:11-3500-4600 Fax:11-3500-4601
CNPJ:12.513.912/0001-46 I.E.: 278.083.280.110

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

FARO TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 12.513.912/0001-46, com sede à Rua San José, n° 360, Parque Industrial San José, Cotia, São Paulo – SP, CEP 06715-861, neste ato representada por seu Gerente de Contas Sênior, Adriano Scheuer, declara que **POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 35.735.815/0001-01, através de seus profissionais capitados, são seus parceiros comerciais e operacionais de longa data e possuem há mais de cinco anos expertise para operar a tecnologia de Laser Scanner 3D (nuvem de pontos), detendo de total capacidade técnica e operacional.

Cotia, 21 de janeiro de 2021.

Adriano Scheuer
Gerente de Contas Sênior
FARO Technologies do Brasil Ltda
CPF: 047.513.199-14

POTENZA
PAG 46
Rubr.

AMESP
FLS.: 330
Assinatura

QUALIFICAÇÃO ECNONÔMICA-FINANCEIRA

POTENZA
PAG 47
Resp.

55+ (31) 3541-7393
contato@potenzasolucoes.com
BRASIL
R. Min. Orozimbo Nonato, 102, Sala 1806, Torre A, Nova Lima - MG, 34006-053
PORTUGAL
Rua de Campolide 372D - Lisboa - NIPC: 1070-04 +351 967 234 3827
POTENZA

AMESP
FLS.: 331
Assinatura

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

NOVA LIMA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
CNPJ: 35.735.815/0001-01

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 13 de Março de 2023 às 14:39

NOVA LIMA, 13 de Março de 2023 às 14:39

POTENZA
PAG 48
Resp.

Código de Autenticação: 2303-1314-3938-0282-2021

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

AMESP FLS.: 332 Assinatura

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211542330	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGE2200464105

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

NOVA LIMA
Local

31 MAIO 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____
☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____
☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão
___/___/____
Data
_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

POTENZA PAG 49 Rubr.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C5895108B72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP FLS.: 333 Assinatura

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/307.624-4	MGE2200464105	20/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
010.322.596-04	EDISON FARIA
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

POTENZA PAG 50

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ/MF:35.735.815/0001-01

INDICES DE LIQUIDEZ

AMESP FLS.: 334 Assinatura

LIQUIDEZ CORRENTE	
ATIVO CIRCULANTE	*337.811,59*
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
	7,273

LIQUIDEZ SECA	
ATIVO CIRCULANTE	*337.811,59*
ESTOQUE	-
SOMA	*337.811,59*
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
	7,273

LIQUIDEZ IMEDIATA	
ATIVOS DISPONIVEIS	*35.160,11*
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
	0,757

LIQUIDEZ GERAL	
ATIVO CIRCULANTE	*337.811,59*
REALIZAVEL LONGO PRAZO	*349.957,99*
SOMA	687.769,58
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
	46.444,27
	687.769,58
	46.444,27
	14,808

SOLVENCIA GERAL	
ATIVO TOTAL	*943.479,57*
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
	46.444,27
	20,314

GRAU DE INDIVIDAMENTO	
PASSIVO CIRCULANTE	*46.444,27*
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-
	46.444,27
ATIVO TOTAL	*943.479,57*
	0,049

EDISON FARIA
CRC/MG -18699
CPF/MF 010.322.596-04

Grasielle Oliveira Esposito
Diretora Executiva - CEO
POTENZA SOLUÇÕES

POTENZA PAG 51

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 335 Assinatura

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ 35.735.815/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021

ATIVO

CIRCULANTE	337.811,59
DISPONIBILIDADES	**35.160,11**
TESOURARIA	7.433,98
CAIXA MATRIZ	
Caixa Movimento Financeiro	7.433,98
INSTITUICOES BANCARIAS	27.726,13
BANCOS CTAS OPERACIONAIS	
Banco Sicoob	27.715,53
Banco Santander SA Ag.	10,60
CREDITOS	**302.651,48**
CREDITOS CORRENTES	182.050,87
CLIENTES	
Inova Brasil Consultoria em Projetos Ltda	18.460,00
Lumens Engenharia	158.090,87
Serviço Social da Industria	5.500,00
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	86.347,96
ANTECIPAÇÕES A OUTRAS SOCIEDADES	
Sociedade Cta Participaçao	83.447,96
Sociedade Investimento Agro Negocio	2.900,00
ANTECIPAÇOES S/SERVIÇOS CONTRATUAIS	30.833,81
ANTECIPAÇÕES SERVIÇOS TERCEIROS PF	
Antecipaçoes Contratuais ACSL	19.000,00
Antecipaçoes Contratuais PCG	5.104,81
Antecupações Contratuais MLM	4.229,00
Antecipações Contratuais FLA	1.000,00
Antecipaçoes Contratuais LLG	1.500,00
CREDITOS TRIBUTARIOS	3.418,84
TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	
IRRF Imposto Retido de Fonte	3.418,84
ATIVO NAO CIRCULANTE	599.467,98
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	**349.957,99**
DIREITOS ADMINISTRATIVOS	349.957,99
ANTECIPAÇOES OPERACIONAIS	
Antecipaçoes Acervo Técnico ALV	75.008,79
Antecipaçoes Acervo Tecnico GOE	247.955,69
CARTAO CREDITO CORPORATIVO	
Antecipaçoes Cartao Credito Corporativo	26.993,51
PERMANENTE	**249.509,99**
IMOBILIZACOES FINANCEIRAS	280,00
PARTICIPACOES E DIREITOS SOCIETARIOS	

POTENZA PAG 52 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 336
Assinatura

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ 35.735.815/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021

Participaçao Cooperativa Bancaria Sicoob	280,00
IMOBILIZADO OPERACIONAL	249.229,99
PROGRAMAS SOFT ELETRONICOS	
Equipamento Laser Scaner S-150/ S-350	214.134,43
INSTALACOES E UTENSILIOS	
Moveis e Uensilios	2.300,00
Note Book	6.079,90
HD Externo	1.831,69
Computadores, Periféricos e Outros	21.094,19
Sistema de Rede Interna de Internete	3.149,78
Monitores	320,00
VEICULOS	
Automoveis	320,00
INTANGIVEL	**6.200,00**
MARCA EMPRESARIAL SOFTWARE	**6.200,00**
DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL ELETRONICO	6.200,00
DESENVOLVIMENTO DE SITE MARKETNG	
Video Marketing Publicitário	6.200,00
TOTAL DO ATIVO	**943.479,57**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12 2021 estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 943.479,57 (Novecentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).
Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Edison Faria
RG: mg 1518901 - SSP - CPF: 010.322.596-04
CONTADOR - CRC: 18699 / MG

Grasielle Oliveira Esposito
Diretora Executiva - CEO
POTENZA SOLUÇÕES

POTENZA
PAG 53
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 337
Assinatura

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ 35.735.815/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021

PASSIVO

CIRCULANTE	**46.444,27**
EXIGIBILIDADES	**46.444,27**
EXIGIBILIDADES FINANCEIRAS	5.968,39
CARTAO DE CREDITO EMPRESARIAL	
Cartao Credito Bco Santander	5.968,39
EXIGIBILIDADES ADMINISTRATIVAS	7.266,73
FORNECEDORES	
Solutions Notebooks Ltda	770,00
PROVISÕES E DIREITOS TRABALHISTAS	
Salarios e Outros Proventos AB/2021	5.273,82
SALARIOS E OUTROS PROVENTOS	
Décimo Terc.Salario AB/2021	564,82
CREDORES P/SERVIÇOS PUBLICOS E PRIVADOS	
Cemig Centrais Eletricas de Minas Gerais	658,09
EXIGIBILIDADES TRIBUTARIAS	33.209,15
TRIBUTOS FEDERAIS	
Imposto Simples Nacional AB 2020	358,30
Imposto Simples Nacional AB 2021	29.602,95
IMPOSTOS FEDERAIS RETIDOS	
Imp. Retido Fonte Terc.PF/AB 2020	228,95
Imp. Retido Fonte Terc.PF/AB 2021	220,64
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	
INSS Contrib.Previdenciarias AB/2020	786,95
INSS Contrib.Previdenciarias AB/2021	1.637,55
FGTS Fundo Garantia Tempo Serviço AB/2021	373,81
PATRIMONIO LIQUIDO	**897.035,30**
CAPITAL SOCIAL E RESERVAS	**897.035,30**
CAPITAL	520.000,00
CAPITAL SOCIAL	
Grasielle Oliveira Esposito	850.000,00
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	
Grasielle Oliveira Espósito	(330.000,00)
RESERVAS	377.035,30
RESERVAS DE LUCROS	
Reserva Futuro Aumento Capital	377.035,30
TOTAL DO PASSIVO	**943.479,57**

EDISON FARIA / Mastermaq Softwares.

POTENZA
PAG 54
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 338 Assinatura

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

CNPJ 35.735.815/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2021

Reconhecemos a exátidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12 2021 estando de acordo com a documentação enviada à Contabil-dade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de R$ 943.479,57 (Novecentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).
Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Edison Faria

RG. mg 1518301 - SSP - CPF. 010.322.596-04

CONTADOR - CRC: 18699 / MG

Grasielle Oliveira Esposito
Diretora Executiva - CEO
POTENZA SOLUÇÕES

EDISON FARIA / Mastermaq Softwares.

POTENZA PAG 55 Rosa

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 339 Assinatura

RECEITAS C/PROJETOS CADASTRAIS	
Projetos Cadastrais Bim/Cone	19.160,00
Projetos Cadastrais Bim/Inova	103.275,00
Projetos Cadastrais Bim/Senac	38.870,00
Projetos Cadastrais Bim/Fund.Xav	166.825,23
Projetos Cadastrais Bim/Lumem	688.041,67
Projetos Cadastrais Bim/Munic.Div.	152.503,20
Projetos Cadastrais Bim/Alve &	53.542,00
Projetos Cadastrais Bim/Inst.IGH	131.153,49
Projetos Cadastrais Bim/SPE	30.000,00
Projetos Cadastrais Bim/Serta	32.000,00
Projetos Cadastrais Bim/SESI	5.500,00
IMPOSTOS FEDERAIS	
Simples Nacional	(150.325,73)
IMPOSTOS MUNICIPAIS	
ISSQN Imposto s/Serviços Qualquer Natureza	(1.606,26)
CUSTOS PESSOAL EXECUÇÃO PROJETOS	
Serviços Processamento Projetos Externos	(381.079,09)
Alimentação, Lanches e Refeições	(5.971,91)
Hospedagem	(5.013,13)
Serviços Processamentos Desenhos Técnicos	(27.323,12)
Vale Transportes	(1.680,00)
Acordos Indenizaçõe Judiciais	(4.500,00)
CUSTEIO UTILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS	
Locação de Equipamentos Cientificos	(112.393,50)
Locação de Veiculos	(18.730,83)
Manutenção e Reformas de Equiparmentos	(4.938,00)
Equipamentos de Proteção Individual EPI	(134,00)
Seguro Scaner e Laser	(9.896,45)
Serviços de Terraplanagem e Outros	(2.520,00)
Ajuda de Custo	(363,00)
CUSTEIO DE LOCOMOÇAO E TRANSPORTES	
Combustiveis e Lubrificantes	(3.261,36)
Manutençao de Veiculos	(3.875,00)
Estacionamento de Veiculos	(33,75)
CUSTEIO DE RESPONSABIIDADE TÉCNCAS	
Taxas Registros Responsabilidade CAU Arquitetura	(97,95)
Taxas Registros Responsabilidade ART Engenharia	(743,68)
RECEITAS FINANCEIRAS	
Bonus de Taxas Bancarias	339,17
GANHOS PATRIMONAIS	
Ressarcimentos de Despesas n/Operacionais	854,49
DESPESAS DE GESTÃO DE PESSOAL	
Decimo Terceiro Salario	(1.129,63)
FGTS Fundo de Garantia Tempo de Servico	(1.134,05)
Previdencia Social INSS	(1.806,59)
Salarios e Outros Proventos	(13.804,97)

POTENZA FLS. 56

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211642830 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 340 Assinatura

Uniformes	(975,00)
Exames Medicos Admissionais	(210,00)
Serviços Ponto Eletronico	(355,93)
DESPESAS DE OCUPAÇAO E SERVIÇOS	
Alimentos e Suprimentos da Cantina	(314,10)
Alugueis	(34.500,00)
Condominios	(7.581,96)
Copias, Reproducoes e Encadernacoes	(6.818,63)
Manutencao Instalacoes Administrativas	(1.434,70)
Manutencao de Moveis e Utensilios	(1.907,00)
Manutencao de Equiptos de Telefonia	(988,72)
Manutencao de Equiptos de Informatica	(19.198,67)
Materiais de Escritorio	(389,50)
Servicos de Telefonia Fixa e Movel	(825,80)
Servicos Graficos	(808,85)
Servicos de Manutencao Eletrica Hidraul.	(3.600,00)
Serviços Manutençao Equip.de Informatica	(4.883,67)
Sistemas Provedores de Internet	(140,97)
Luz e Energia Eletrica	(7.386,02)
Serviços de Faxina Escritorio PF	(1.702,00)
DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO SOCIETARIA	
Honorarios Contábeis PF	(6.200,00)
Honorarios Contabeis PJ	(850,00)
Retiradas Administrativas Socios	(39.600,00)
Honorarios Advocaticios PF	(360,00)
Marketing e Publicidade Digital	(2.150,00)
Anuidades Registros Profissionais	(3.522,59)
Seguros s/Contratos de Serviços	(770,93)
IMOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	
Multas s/Impostos, Taxas e Contribuicoes	(5.353,53)
Juros s/Impostos, Taxas e Contribuicoes	(613,03)
Taxas c/Registros Publicos	(2.643,07)
Taxas de Expedientes Municipais	(132,94)
Multas de Transito	(1.032,12)
DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros de Mora	(55,00)
Taxas de Serviços Bancarios	(816,80)
Multas Contratuais	(600,00)
RESULTADO DO EXERCICIO	510.980,72

Reconhecemos a exatidão do presente Demonstrativo, realizado em 31 de dezembro de 2021.

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

POTENZA PAG 57 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim. Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 341 Assinatura

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas, refletem a documentação que me foi entregue, são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas.

Nova Lima, 20 de junho de 2022

Edilson Faria
RG. mg 1516901 - SSP - CPF. 010.322.506-04
CONTADOR - CRC: 18639 / MG

Grasielle Oliveira Esposito
Diretora Executiva - CEO
POTENZA SOLUÇÕES

POTENZA PAG 58

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP FLS.: 342 Assinatura

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/307.624-4	MGE2200464105	20/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
010.322.596-04	EDISON FARIA
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

POTENZA PAG 59

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 343
Assinatura

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO DIGITAL

Eu, EDISON FARIA, com inscrição ativa no(a) CRC/(MG) sob o nº 18699, expedida em 10/11/1971, inscrito no CPF nº 010.322.596-04, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. CRC MG - 8 página(s)

Belo Horizonte/MG , 27 de junho de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: EDISON FARIA

POTENZA
PAG 60
Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC98A4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP FLS.: 344 Assinatura

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, de NIRE 3121154233-0 e protocolado sob o número 22/307.624-4 em 21/06/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9440304, em 30/06/2022. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Rosangela de Lourdes Ferreira Azevedo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
010.322.596-04	EDISON FARIA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.606.896-06	GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
010.322.596-04	EDISON FARIA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
010.322.596-04	EDISON FARIA

Belo Horizonte. quinta-feira, 30 de junho de 2022

SRM

Documento assinado eletrônicamente por Rosangela de Lourdes Ferreira Azevedo, Servidor(a) Público(a), em 30/06/2022, às 14:08 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 22/307.624-4.

POTENZA PAG 61

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

AMESP FLS.: 345 Assinatura

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 30 de junho de 2022

POTENZA PAG 67 Resp.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 9440304 em 30/06/2022 da Empresa POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, Nire 31211542330 e protocolo 223076244 - 21/06/2022. Autenticação: 2ABC9BA4332C2C589510BB72651F3B6C698DDC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 22/307.624-4 e o código de segurança QnWa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMESP
FLS.: 346
Assinatura

REGULARIDADE FISCAL

POTENZA
PAG 63
Resp.

55+ (31) 3541-7393
contato@potenzasolucoes.com
BRASIL
R. Min. Orozimbo Nonato, 102, Sala 1.806, Torre A, Nova Lima - MG, 34006-053
PORTUGAL
Rua de Campolide 372D - Lisboa - NIPC: 1070-04 +351 967 234 3827

AMESP FLS.: 347 Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
35.735.815/0001-01 **MATRIZ**		**09/12/2019**

NOME EMPRESARIAL
POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
POTENZA	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
74.20-0-02 - Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas
80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R MINISTRO OROZIMBO NONATO	**102**	**SALA 2307-A CONDOMINIO ICON**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
34.006-053	**VILA DA SERRA**	**NOVA LIMA**	**MG**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@POTENZASOLUCOES.COM	**(31) 4141-4199**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**09/12/2019**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/03/2023** às **15:56:07** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

POTENZA PAG 64 Rees.

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

AMESP FLS.: 348 Assinatura

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003819677.00-30 **CPF/CNPJ:** 35.735.815/0001-01

NOME/NOME EMPRESARIAL: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA

NOME FANTASIA: POTENZA

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 7119-7/99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / DESMEMBRAMENTO: 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

NATUREZA JURIDICA : SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO : SIMPLES NACIONAL **CATEGORIA:** Único

DATA INSCRIÇÃO: 25/08/2020 **MEI:** não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo **DATA DA SITUAÇÃO DA** 25/08/2020

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 34006053 **UF:** MINAS GERAIS

MUNICIPIO: NOVA LIMA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: VILA DA SERRA

LOGRADOURO: R MINISTRO OROZIMBO NONATO

NUMERO: 102

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: SALA 2307-A CONDOMINIO ICON

EMITIDO EM

10/04/2023 09:54:39

POTENZA PAG 65 Resp.

AMESP
Fls.: 349
Assinatura

Prefeitura Municipal de Nova Lima - MG

CNPJ: 22.934.889/0001-17
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Departamento de Rendas

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - Plena de Débitos Municipais *12238 / 2023*

Tipo do Contribuinte
Contribuinte Geral - Pessoa Juridica

Inscrição: 17294

Contribuinte	C.N.P.J./C.P.F.
POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	35735815000101

Logradouro / Número / Complemento / CEP / Edifício / Loteamento
RUA - MIN.OROZIMBO NONATO, Nº: 102, , CEP: 34006053

Bairro: VILA DA SERRA **Cidade:** NOVA LIMA/MG

Data Expedição	Validade	Nº Protocolo	Data Protocolo
07/03/2023	05/06/2023	3825	07/03/2023

N.º De Autenticidade: 57E.3D3.F35.3D5

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A D. ATIVA DO MUNICÍPIO

Certificamos para os devidos fins, atendendo ao requerimento solicitado através do processo administativo acima, que revendo os arquivos, fichas e bancos de dados da: **Divisão de Rendas Imobiliárias**; **Divisão de Rendas Mobiliárias** e **Divisão de Taxas e Divida** do **Departamento de Rendas** da **Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFA**; que até a presente data, em nome do **Requerente** não constam pendências em seu nome relativas aos tributos:

1. **IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano e **TSU** - Taxas de Serviços Urbanos, neste Município de Nova Lima;
2. **Taxas de Serviços Diversos** e **Multas Infracionais**;
3. **ISSQN** - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza / **TFF** - Taxa de Fiscalização e Funcionamento;
4. **ITBI** - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
5. **Divida Ativa**.

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal, cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFA

Obs.: PARA FINS DE LICITAÇÃO.

Certidão emitida as 15:36:40 do dia 07/03/2023 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA - MG.**
A autenticidade desta certidão pode ser confirmada na pagina da Secretaria de fazenda, no endereço: **www.novalima.mg.gov.br,** apontando a câmera do celular para o QR CODE ou na própria Secretaria de Fazenda, Departamento de Rendas.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão

Adão Jorge Azevedo
Matrícula 04437
Diretor de Departamento de Rendas

PREFEITURA DE NOVA LIMA
Série AB 012.214

Sede - Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro - Nova Lima / MG, 34.000-279 // Telefones: 31 - 3541.4340, 3541.4346.
Regional Noroeste - Rua Kenon, 119, Jardim Canadá, Nova Lima / MG - 34.007.780 // Tel: 31 - 3581.1982, 3581.8523.
Regional Nordeste - Avn Natalicio de Jesus Carsalade, 358, Honório Bicalho, Nova Lima / MG - 34012.646 // Tel. 31 - 3547.5040
Unidade Vila da Serra - Alm Oscar Niemeyer, 1465, Vila da Serra, Nova Lima / MG - 34006-065 // Tel 31 - 3262.1714

POTENZA
PAG 66
Resp.

AMESP
FLS.: 350
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
CNPJ: 35.735.815/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:52:18 do dia 14/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/05/2023.
Código de controle da certidão: **B55C.E116.09B6.1825**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

POTENZA
PAG 67
Resp.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

AMESP FLS.: 351 Assinatura

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa	CERTIDÃO EMITIDA EM: 15/03/2023 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 13/06/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003819677.00-30	CNPJ/CPF: 35.735.815/0001-01	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: R MINISTRO OROZIMBO NONATO		NÚMERO: 102
COMPLEMENTO: SALA 2307-A CONDOMINIO ICON,	BAIRRO: VILA DA SERRA	CEP: 34006053
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: NOVA LIMA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000628828041

POTENZA PAG 68 Rosa.

AMESP
FLS.: 352
Assinatura

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 35.735.815/0001-01
Razão Social: POTENZA CONSULTORIA SERV SOLU INT ENGE ARQ SEG PSI LTDA
Endereço: AV AFONSO PENA 4000 / CRUZEIRO / BELO HORIZONTE / MG / 30130-009

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:25/03/2023 a 23/04/2023

Certificação Número: 2023032502184444592203

Informação obtida em 10/04/2023 08:57:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

POTENZA
PAG 69
Resp.

AMESP
FLS.: 353
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 35.735.815/0001-01
Certidão nº: 10810564/2023
Expedição: 15/03/2023, às 10:46:49
Validade: 11/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.735.815/0001-01, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

POTENZA
PAG 70
Resp.

AMESP
FLS.: 354
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS.

Ata nº 15/2023

Data: 11 de abril de 2023. Horário: 09h00mins.
Licitação: **Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 13/2023.**
Critério de julgamento: Menor Preço Global.
Local da Abertura: Sala de Licitações da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.
Prazo de execução: 12 meses.
Órgão solicitante: AMESP.
Validade da proposta: 60 dias
Pregoeiro e Equipe de Apoio: Wagner do Couto – Pregoeiro.
José Vitor Rosa – Equipe de Apoio.
Roque José dos Santos – Equipe de Apoio.
Gabriele Cecilia Pereira – Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	CNPJ Nº
POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	35.735.815/0001-01
SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA	09.491.927/0001-46

ASSESSOR JURÍDICO
José Otávio Ferreira Amaral – OAB 74.071B

DIRETOR EXECUTIVO DA AMESP
Moacir Franco

O pregão **nº 13/2023** foi publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 21/03/2023, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG, na data de 21/03/2023, no site amesp@mg.gov.br bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. No dia e hora supramencionados, realizou-se a sessão pública para o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas comerciais das empresas, na presença do pregoeiro e de sua equipe de apoio. Foi aberta a sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes da empresa acima elencadas. O pregoeiro e sua equipe de apoio

AMESP FLS.: 355 Assinatura

efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes. As empresas licitantes foram consideradas aptas a prosseguirem no certame nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas comerciais. O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório. Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances. Levando em consideração o critério de julgamento à empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, CNPJ Nº 09.491.927/0001-46, classificada em primeiro lugar com o menor preço global de R$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de reais). Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, onde se contatou que a mesma não cumpriu com o item 9.4.2.2.1. alínea "e" do caderno convocatório, sendo, portanto, declarada INABILITADA. Na oportunidade a representante da empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, apresenta os seguintes questionamentos: Que, a empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, apresentou os atestados de capacidade técnica de forma insatisfatória, ou seja, não apresentou os atestados de qualificação técnica dos profissionais requisitados no edital conforme item 9.4.2.2.1. alíneas "c", "d" e "e"; Que, o atestado de capacidade técnica da empresa GEOCONSULT, está com informações que não especificam a natureza das obras e dos locais, o que torna as informações genéricas não deixa claro a atuação da empresa no seguimento; Que, existem amparo legal para o desenvolvimento das atividades que constam nos atestados conforme Lei nº 12378/2010 e Resolução 21 do CAU BR, *assim se expressa.* Diante do exposto procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, CNPJ Nº 35.735.815/0001-01, classificada em segundo lugar com o menor preço global de R$ 63.832.208,67 (sessenta e três milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos), onde se contatou que a mesma cumpriu com todos os documentos solicitados no caderno convocatório, sendo, portanto, declarada provisoriamente HABILITADA.O representante da empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, solicita abertura de prazo recursal, e na oportunidade esclarece que, junto com os atestados constam uma ART onde cita coordenação e responsabilidade técnica, e que as CAT´S fornecidas pela empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, pelo Conselho Regional de Arquitetura – CAU, não caracteriza atribuições do arquiteto, *assim de expressa.* Fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando a empresa licitante concorrente desde logo intimada para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, José Vitor da Rosa Júnior, membro da equipe de apoio, lavro a presente ata conforme termos e elementos a mim apresentados no ato desta reunião, que, tendo sido lida e achada de conforme, segue assinada pelos presentes.

CONSÓRCIO AMESP

AMESP FLS.: 356 Assinatura

Pouso Alegre/MG, aos 11 de abril de 2023.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

Gabriele Cecília Pereira – Membro da Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	ASSINATURA DOS REPRESENTANTES
POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA	
SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA	

surface

AMESP
FLS.: 357
Assinatura

Belo Horizonte-Pouso Alegre/MG, 13 de abril de 2.023.

Ao Exmo. Sr. Wagner do Couto,

Eminente Pregoeiro do Pregão (RP) nº 13/2023 - AMESP

Assunto: **Recurso Administrativo**

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.491.927/0001-46, com sede à Rua Major Lopes, nº 07, loja 01, Bairro São Pedro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.330-050, vem apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, inconformada com o entendimento de Vossa Excelência de que "*a mesma não cumpriu com o item 9.4.2.2.1. alínea 'e' do caderno convocatório, sendo, portanto, declarada INABILITADA*", mesmo havendo nos autos do Procedimento Administrativo Certidão de Acervo Técnico (CAT) em sentido contrário, e impugnar o arrazoado da concorrente provisoriamente habilitada (POTENZA) de que "*a empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, apresentou os atestados de capacidade técnica de forma insatisfatória, ou seja, não apresentou os atestados de qualificação técnica dos profissionais requisitados no edital conforme item 9.4.2.2.1. alíneas 'c', 'd' e 'e'; que, o atestado de capacidade técnica da empresa GEOCONSULT, está com informações que não especificam a natureza das obras e locais, o que torna as informações genéricas não deixa claro a atuação da empresa no seguimento; que, existem amparo legal para o desenvolvimento das atividades que constam nos atestados conforme Lei nº 12.378/2010 e Resolução 21 do CAU BR*", cf. Ata do Pregão Presencial, de 11 de Abril de 2.023, pelas razões que passa a aduzir:

I – Com a devida vênia, **carece de motivação o entendimento decisório** de que a recorrente, em tese, "*não cumpriu com o item 9.4.2.2.1. alínea 'e' do caderno convocatório, sendo, portanto, declarada INABILITADA*". Notadamente porque as Certidões de Acervo Técnico (CAT's) apresentadas no certame, em especial o Atestado Técnico de nº 2991538/2023 (*da empresa GEOCONSULT*), por sua própria natureza jurídica (art. 49 da Resolução 1.025/09 do CONFEA), é o instrumento que certifica a Anotação de Responsabilidade Técnica que consta dos assentamentos do CREA/MG e, segundo item 9.4.2.2.1 (*caput*) do Edital, de que o

AMESP
FLS.: 358
Assinatura

surface

profissional citado na alínea "*e*", *in casu* Engenheiro Agrimensor, integrante do quadro permanente da empresa (sócio), executou, na qualidade de responsável técnico, serviços de coordenação e compatibilização de Projetos, em *Building Information Modeling* (BIM), de vias pública em uma área superior a 90.000m² (noventa mil metros quadrados).

Eis a transcrição do mencionado item 9.4.2.2.1 (*caput* e alínea "*e*") do Edital:

> "***9.4.2.2.1.*** *Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados: ...* ***e.*** *Engenheiro Civil ou Arquiteto: Coordenação e Compatibilização de Projetos, em* Building Information Modeling *(BIM), em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados*"

Com efeito, a teor da CAT com Registro de Atestado nº 2991538/2023, tem-se o engenheiro agrimensor Dr. Gustavo Luiz Leão Ramos, inscrito sob o nº MG-109.846-D, sócio da ora recorrente e, portanto, integrante de seu quadro permanente, como responsável técnico dos serviços e, como proprietário da empresa, exerceu a coordenação e compatibilização de Projetos, com o levantamento planialtimétrico cadastral e escaneamento a laser, com produção de nuvem de pontos a partir de uma malha de pontos vetoriais, para subsidiar o desenvolvimento posterior de modelos *Building Information Modeling* (BIM) parametrizados para projetos, com nível de desenvolvimento de *As Built*, de arruamento de complexo Industrial de Nova Lima/MG.

II – Pois bem, além de o Atestado Técnico nº 2991538/2023 (*da empresa GEOCONSULT*) provar a aptidão técnica da ora recorrente para o objeto do pregão que se classificou como a primeira (melhor preço), não há dúvida alguma quanto "*a natureza das obras e locais*" da referida CAT, de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, com escaneamento 3D (nuvem de pontos) e elaboração de modelagem 3D geométrico (o BIM), com imageamento aéreo (VANT) e mapeamento por Georadar (GPR), de vias públicas (ruas/logradouros) de complexo Industrial de Nova Lima/MG, **em área de 153.100m²** (conto e cinquenta e três mil

AMESP
FLS.: 359
Assinatura

e cem metros quadrados); cujo competente registro comprova ainda sua conformidade com a Lei Federal nº 12.378/2010 e Resoluções (inclusive a 21) do CAU/BR.

Bem se vê que falacioso o arrazoado de que "*o atestado de capacidade técnica da empresa GEOCONSULT, está com informações que não especificam a natureza das obras e locais, o que torna as informações genéricas não deixa claro a atuação da empresa no seguimento; que, existem amparo legal para o desenvolvimento das atividades que constam nos atestados conforme Lei nº 12.378/2010 e Resolução 21 do CAU BR*", visto que simples visão *primu ictu occuli* do aludido documento revela os serviços de arruamento realizados no Industrial de Nova Lima/MG; com toda a equipe técnica descrita naquele Atestado (de nº 2991538/2023, *da empresa GEOCONSULT*), com operadores de laser e VANT, topógrafo e auxiliares de topografia, arquitetos e projetistas cadistas, sob coordenação e compatibilização de Projetos pelo engenheiro agrimensor Dr. Gustavo Luiz Leão Ramos.

Quanto a argumentação de que "*a empresa SURFACE ENGENHARIA TOPOGRAFIA LTDA, apresentou os atestados de capacidade técnica de forma insatisfatória, ou seja, não apresentou os atestados de qualificação técnica dos profissionais requisitados no edital conforme item 9.4.2.2.1. alíneas 'c', 'd' e 'e'*", com o equivocado acolhimento da última alínea, não há como prosperar, sob pena de flagrante restrição a livre concorrência, como questionamento formalizado por e-mail enviado na data de 04 de abril de 2.023.

Cediço que as execuções de "*execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados*" e "*execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados*" não podem ser restritas apenas aos profissionais de arquitetura, uma vez que também constituem atribuição do Engenheiro Civil e Agrimensor o desempenho de tais atividades.

Tem-se que acertado, portanto, o entendimento de não acolhimento do pedido de inabilitação por não cumprimento "*dos profissionais requisitados no edital conforme item 9.4.2.2.1. alíneas 'c', 'd'*", em decorrência da comprovação, pelas Certidões de Acervo Técnico (CAT's) apresentadas no certame, da existência de profissional Engenheiro Civil e Agrimensor integrante do quadro permanente da empresa, com capacidade de "*execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento*

AMESP
FLS.: 360
Assinatura

surface

planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados" e "*execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados*". Sob pena de nulidade por cerceamento da concorrência e direcionamento do certame – é inexorável!

III - O **Devido Processo** (que abrange procedimentos administrativos) é **preceito expresso** da *LEX MAGNA* e corolário do Estado Democrático de Direito, sendo **legítimo e essencial elemento da Justiça**! No **art. 93, X, da CR/88**, depreende-se que:

> *Art. 93 ... X - **as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).*

Nesse sentido, cumpre esclarecer que o ***devido processo legal*** *(due process of law)*, como ensina NELSON NERY JÚNIOR:

> *Trata-se do postulado fundamental do direito constitucional (gênero), do qual derivam todos os outros princípios (espécies). Genericamente, a cláusula* due process *se manifesta pela proteção à vida – liberdade – propriedade em sentido amplo. O texto foi inspirado nas emendas 5.ª e 14.ª da CF americana, e **não indica apenas tutela processual**, mas sim geral, bipartindo-se o princípio em devido processo legal substancial e processual*[1].

Assim sendo, o **Devido Processo** exige que tanto o processo judicial como o **procedimento administrativo** tramite **em estrita observância da Lei**, não podendo, portanto, possuir vícios de nulidade.

Segundo CARLOS MAXIMILIANO, "***a técnica da interpretação muda, desde que se passa das disposições ordinárias para as constitucionais, de alcance mais amplo, por sua própria natureza e em virtude do objetivo colimado redigidas de modo sintético, em termos gerais. Deve o estatuto supremo condensar princípios e normas asseguradoras do progresso, da liberdade e da ordem***"[2]. Não há negar!

Em suma, a inabilitação da ora recorrente está arrimado em suposto não cumprimento do "*item 9.4.2.2.1. alínea 'e' do caderno convocatório*", enquanto ato administrativo, mostram-

---

[1] NERY JÚNIOR, Nelson; *et. al.* Constituição Federal Comentada, SP: RT, 2ª ed., 2009; p. 182.
[2] MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito, RJ: Livr. Freitas Bastos S/A, 4ª ed., 1951; 367.

AMESP
FLS.: 361
Assinatura

se insubsistentes, pois, a decisão questionada está divorciada da prova produzida, ao negar o que peremptoriamente afirma o Atestado Técnico nº 2991538/2023, e assim, está a decisão destituídas de motivação, essa considerada a enunciação, descrição, exposição, explicitação e ou indicação por escrito dos fatos e fundamentos legais do próprio ato.

É do princípio da **motivação**, *in verbis*:

> *O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.* ***Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias.*** *A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos*[3].

IV – Pelo exposto, em genuflexão ao preceito da motivação do ato administrativo, bem como da vinculação do edital do certame em tela, ressalvado os vícios de nulidade que restringem a concorrência e o exercício da profissão, tudo recomenda e, desde já, requer a recorrente que seja reconhecida a **NULIDADE** da decisão questionada. Mormente porque, como aqui restou exaustivamente demonstrado, o ato decisório nega o que peremptoriamente afirma o Atestado Técnico nº 2991538/2023, documento público que, com a inteligência do art. 406 do Código de Processo Civil brasiliano, é **prova cabal e inexorável** do cumprimento do *"item 9.4.2.2.1. alínea 'e' do caderno convocatório"*.

Termos que, com o efeito suspensivo compreendido no item 12.26 do edital, **pede e espera o acolhimento deste recurso administrativo para a justa declaração de habilitação da ora recorrente**, eis que apresentou a melhor proposta e cumpre todos os requisitos do edital.

LEONARDO LEAO GIACOMIN:02908320630

SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 09.491.927/0001-46

[3] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 77.

AMESP
FLS.: 362
Assinatura

A Ilustríssima Pregoeiro, Sr Wagner do Couto e todos os demais membros da Equipe de Apoio, assim como a Equipe Técnica e Jurídica do Consórcio AMESP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2023

POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 35.735.815/0001-01, localizada à Rua Ministro Orozimbo Nonato, nº 102, Sala 2307-A, bairro Vila da Serra, Nova Lima/MG, por meio do seu representante legal, na condição de licitante e legítima interessada no processo de aquisição realizado por este douto órgão da Administração Pública, vem, com fulcro na Lei nº 10.420/02, nos dispositivos legais pertinentes da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela licitante SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, conforme abaixo exposto.

01 - DOS FATOS

Foi publicado por este douto órgão da Administração Pública, edital de Pregão Presencial com Registro de Preços cujo objeto é o de a "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP***".

Ato contínuo, após realizada a fase de Habilitação e da Proposta Comercial, foi declarada vencedora a empresa **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA**, ora Recorrida.

Não satisfeita com tal situação, à empresa Recorrente, apresentou manifestação Recursal e razões Recursais alegando que a decisão desta douta administração encontra-se equivocada.

AMESP
FLS.: 363
Assinatura

Alega que a justificativa para a INABILITAÇÃO da Recorrente não encontra amparo pelos motivos abaixo expostas, em sucinta explanação:

a) Que o CAT com n.º 2991538/2023 comprova o exercício do serviço de coordenação e compatibilização de projetos;
b) Que o mesmo atestado não deixa dúvidas sobre as informações dos serviços executados, em especial a localidade destes;
c) Que os profissionais apresentados (Engenheiro Civil e Agrimensor) atendem à todas às disposições do edital;
d) Que não houve justificativa apresentada na decisão de INABILITAÇÃO da Recorrente, em suposta afronta ao princípio da motivação e outros dispositivos legais.

Assim pleiteia pela NULIDADE da decisão de INABILITAÇÃO da Recorrente e, consequentemente, a declaração da HABILITAÇÃO da mesma e a declaração da Recorrente como vencedora do certame.

Este é um breve relato dos fatos.

Diante disto, será demonstrada que as alegações recursais são sem respaldo legal e sequer razoáveis, com o único intuito de atrasar a contratação pela Administração Pública.

02 - DO MÉRITO

a) DA AUSÊNCIA DE SERVIÇO DE COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS NOS ATESTADOS APRESENTADOS.

Inicialmente cumpre ressaltar que a simples alegação da Recorrente de que no atestado elencado encontra-se presente os serviços de coordenação e compatibilização de projetos previstos no item 9.4.2.2.1 do Edital não são justificativas razoáveis para o provimento do recurso.

Importante frisar que a CAT anexa aos autos não traz comprovadamente que houve o exercício das atividades exigidas no edital.

AMESP
FLS.: 364
Assinatura

Conforme decidido pelo ilustre Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, o Atestado traz informações confusas que não corroboram o atendimento às exigências editalícias e dos seus anexos, em especial o Termo de Referência do Edital.

E um dos princípios basilares que rege as contratações públicas é o do julgamento objetivo.

O princípio do julgamento objetivo assegura a todos os participantes da licitação, que o julgamento de suas propostas será realizado dentro dos parâmetros previstos no Edital, o que trará a segurança necessária para que se tenha uma isonomia entre eles.

Sobre o princípio do julgamento objetivo, oportuno observarmos o que preleciona o notável catedrático das licitações Jessé Torres Pereira Junior, na sua obra basilar "Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública" (6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003):

> *"o (princípio) **do julgamento objetivo atrela a Administração, na apreciação das propostas, aos critérios de aferição previamente definidos no edital** ou carta-convite, com o fim de evitar que o julgamento se faça segundo critérios desconhecidos pelos licitantes, ao alvedrio da subjetividade pessoal do julgador; o art. 45 ilustra o propósito do princípio ao estatuir que "O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle." (p. 55 - nossos parênteses).*

A decisão é clara ao determinar que não foram apresentados os requisitos previstos no edital, *in verbis:*

> *"9.4.2.2.1. Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente*

AMESP
FLS.: 365
Assinatura

da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados:

a. Engenheiro Civil ou quaisquer profissionais de nível superior, legalmente habilitados com atribuição específica para o exercício da atividade, comprovada pela entidade profissional competente: execução de levantamento topográfico cadastral, em áreas urbanas, com utilização da tecnologia laser scanner; incluindo modelagem BIM (Building Information Modeling) em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.

b. Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto: execução de com utilização da tecnologia laser scanner, em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados;

c. Arquiteto: execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados.

d. Arquiteto: Execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados.

e. ***Engenheiro Civil ou Arquiteto: Coordenação e Compatibilização de Projetos****, em Building Information Modeling (BIM), em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados."* ***(grifos nossos)***

Nota-se que a exigência é objetiva no edital, sendo expressa a necessidade de apresentação de documento de capacidade técnica informando a condição de Coordenação e Compatibilização de Projetos, que não ocorreu em nenhum dos Documentos juntados (anexos na presente contrarrazões)

Assim sendo, a falta de objetividade no presente certame, advém do recurso apresentado, visto que a única alegação é de que o sócio da empresa atende ao critério por ter apresentado um Atestado que não comprova os requisitos.

AMESP
FLS.: 366
Assinatura

Logo, não merece prosperar o pedido de que o Atestado apresentado preenche os requisitos do edital, restando, portanto, mantida a decisão que INABILITOU o recorrente.

b) DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE NATUREZA DIFUSA EMITIDO PELA EMPRESA GEOCONSULTING EM FAVOR DA RECORRENTE

A Recorrente alega que o Atestado Técnico emitido pela empresa GEOCONSULT e apresentado pela Recorrente no presente certame, comprova o atendimento ao requisito disposto no edital, além de não existir neste, nenhuma subjetividade nas informações.

Ora doutos julgadores, tal afirmação não possui menor justificativa jurídica e técnica.

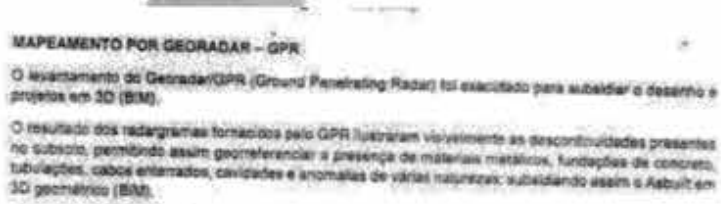
Alegar que o referido serviço fora realizado no **COMPLEXO INDUSTRIAL DE NOVA LIMA,** cuja área do município é superior a 428 km² é completamente subjetivo.

Não pode a Administração Pública aceitar qualquer atestado, apresentado sem a menor garantia de eficiência, qualidade e execução real dos serviços, simplesmente porque existem indícios de que este pode vir a ter sido realizado.

Ademais, estranhamente, o Recorrente recebeu o único atestado que supostamente lhe conferia capacidade técnica para o certame, pouco menos de 01 (um) mês antes da data de abertura das propostas.

Insta aclarar, que o referido Edital havia sido publicado e fora suspenso, o que remete ao fato de que na data anteriormente prevista, a licitante sequer possuía condições para participar do certame.

O atestado apresentado, além de não trazer consigo informações precisas para se verificar a sua capacidade técnica nos gera a necessidade de alertar que no corpo do atestado afirma-se que fora executado serviço de mapeamento através de Georadar GPR.



MAPEAMENTO POR GEORADAR – GPR

O levantamento do Georadar/GPR (Ground Penetrating Radar) foi executado para subsidiar o desenho e projetos em 3D (BIM).

O resultado dos radargramas formados pelo GPR ilustraram visivelmente as descontinuidades presentes no subsolo, permitindo assim georreferenciar a presença de materiais metálicos, fundações de concreto, tubulações, cabos enterrados, cavidades e anomalias de várias naturezas; subsidiando assim o Asbuilt em 3D geométrico (BIM).

AMESP
FLS.: 367
Assinatura

Ocorre que no referido atestado, demonstra a incapacidade técnica do emissor ou de seu executor, não foram inclusos os equipamentos que foram utilizados e que são indispensáveis para a execução do objeto. Outro ponto de atenção é que não consta no atestado apresentado o de acordo da Prefeitura Municipal de Nova Lima, uma vez que a execução do serviço de GPR requer interdição de vias públicas, interdição esta que só ocorre através e autorização prévia dos órgãos competentes. O que corrobora o julgamento do Ilustre Pregoeiro e sua Equipe.

Importante frisar, que mesmo durante a fase recursal, o Recorrente não apresenta nenhum fator novo, nenhuma diligência que comprove sua capacidade técnica.

Ele apenas traz à discussão que supostamente os documentos que foram apresentados estão corretos.

Ele não apresenta nenhum meio probatório para que o Pregoeiro e sua Equipe alterassem a decisão recorrida.

A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

Nota-se, portanto, que os atestados apresentados devem ser claros e não deixar nenhuma dúvida sobre as atividades exercidas, para evitar ocorrer o risco da inabilitação.

Não pode a Administração Pública realizar a contratação de empresa licitante com dúvidas a respeito de sua capacidade técnica para a execução do objeto do contrato, pois estaria indo em sentido contrário ao princípio da eficiência.

Destarte que o menor preço por si só não corresponde necessariamente a maior vantagem ao interesse público, tendo em vista ser necessária não apenas uma análise imediata, mas sim de forma a visualizar os resultados da contratação a longo prazo.

AMESP
FLS.: 368
Assinatura

A maior vantagem se apresenta quando a Administração Pública assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular a realizar a melhor e mais completa prestação.

Logo, considerando que o atestado não traz à luz de maneira clara o cumprimento das exigências editalícias, correta foi a decisão do Pregoeiro e sua equipe de apoio pela INABILITAÇÃO da Recorrente, decisão este que deverá ser mantida.

c) DA AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS COMPETENTES PARA ATENDER ÀS DISPOSIÇÕES NO EDITAL

Alega a Recorrente que os profissionais apresentados atendem ao disposto no edital.

Completamente equivocada a alegação.

Inicialmente insta aclarar o que dispõe o Edital nas suas exigências de Habilitação, senão vejamos:

> *"9.4.2.2.1. Certidão de Registro ou comprovante de inscrição da empresa na entidade profissional competente, quando a entidade disponibilizar o serviço. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente, de que os profissionais relacionados abaixo, comprovadamente integrantes do quadro permanente da LICITANTE, e devidamente registrados na entidade profissional competente, executaram, na qualidade de responsáveis técnicos, os serviços indicados:*
>
> *a. Engenheiro Civil ou quaisquer profissionais de nível superior, legalmente habilitados com atribuição específica para o exercício da atividade, comprovada pela entidade profissional competente: execução de levantamento topográfico cadastral, em áreas urbanas, com utilização da tecnologia laser scanner; incluindo modelagem BIM (Building Information Modeling) em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados.*

AMESP
FLS.: 369
Assinatura

b. Engenheiro Civil ou Engenheiro Cartógrafo ou Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo ou Arquiteto: execução de com utilização da tecnologia A Recorrente alega que o Atestado Técnico emitido pela empresa GEOCONSULT e apresentado pela Recorrente no presente certame, comprova o atendimento ao requisito disposto laser scanner; em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados;

c. ***Arquiteto:*** *execução de serviço de georreferenciamento, levantamento cadastral, inventário urbano, levantamento planialtimétrico em área mínima de 900.000 (novecentos mil) metros quadrados.*

d. ***Arquiteto:*** *Execução de serviço de cadastro técnico multifinalitário em área mínima de 200.000 (duzentos mil) metros quadrados.*

*e. Engenheiro Civil ou Arquiteto: Coordenação e Compatibilização de Projetos, em Building Information Modeling (BIM), em área mínima de 90.000 (noventa mil) metros quadrados."****(grifos nossos)***

Em todos os documentos apresentados pela Recorrente, não existe em nenhum deles um profissional com graduação em Arquitetura.

A alegação de que profissionais com outras graduações possuem a mesma competência não merecem prosperar, visto que a exigência é clara quanto a apresentação de documento que comprove profissional com graduação em **ARQUITETURA.**

A aceitação de qualquer outro profissional fere, não apenas a vinculação ao edital, como a isonomia entre os participantes.

Ademais, apresentar em fase recursal o questionamento sobre aceitação ou não de outro profissional que supostamente possui competência similar é questionar o edital e não a decisão tomada pelo ilustre Pregoeiro e sua Equipe.

E a fase de questionamentos ao edital precluiu, pois se trata da Impugnação.

AMESP
FLS.: 370
Assinatura

Ademais, o Código de Processo Civil, em seu art. 507, trata exatamente do alegado, que é a impossibilidade de questionar assuntos que já foram decididos ou ocorreram a preclusão:

> *Art. 507. É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.*

Logo, considerando que o Edital é lei entre as partes e considerando que o prazo pra se questionar as exigências editalícias já fora ultrapassado, sob pena de um prolongamento contínuo interminável processual, requer seja mantida a INABILITAÇÃO da Recorrente.

d) DA SUPOSTA AFRONTA AO PRINCIPIO DA MOTIVAÇÃO

A Recorrente descreve uma suposta afronta aos princípios da motivação sob a alegação de que os doutos julgadores não justificaram a INABIITAÇÃO da Recorrente.

Não merece prosperar tais alegações conforme iremos demonstrar.

A decisão de inabilitação do Pregoeiro e sua equipe, fora sim justificada ao afirmar que a Recorrente não cumprira critérios técnicos definidos no instrumento convocatório e que foram corroborados pelas alegações da presente contrarrazão recursal.

Diante disto, cabia ao Recorrente, apresentar, de maneira fundamentada e com diversos meios de comprovação, de que a decisão estava equivocada.

A fundamentação de uma inabilitação encontra respaldo legal em uma decisão de apenas uma alinha, assim como em um parecer de dezenas de páginas.

A decisão fora sim motivada e informada ao seu representante o que ocorrera.

Não houve nenhuma afronta ao princípio da motivação.

Pelo contrário, se houve afronta a algum princípio processual, ocorrera por parte da Recorrente quando interpôs peça recursal sem nenhuma fundamentação ou alegação do que pleiteava, em clara afronta ao princípio da dialeticidade recursal.

O princípio da dialeticidade exige que as razões recursais estejam associadas à decisão recorrida e ataquem, motivadamente, seus fundamentos, o que não acontece

AMESP
FLS.: 371
Assinatura

no caso. O recorrente apenas traz alegações de que seus atestados atendem às exigências.

Portanto, diante de não restar demonstrada nenhuma afronta ao princípio da motivação, não faz jus à Recorrente ao provimento de seu recurso.

e) DA NECESSIDADE FLAGRANTE DE DILIGÊNCIAS

Está comprovado, em face do exposto e por tudo o mais que se acrescenta, a seguir, que o atestado apresentado pelo Recorrente é difuso, não contempla locais e sequer quantidades determinados, oferece, inclusive, indícios de ser um documento gracioso, fornecido mediante conveniência de momento, mas sem o comprometimento objetivo com período de execução de serviços, natureza precisa dos mesmos e indicação dos respectivos locais de sua realização e dos equipamentos empregados pela empresa. Em face disto, a Recorrida entende, s.m.j, ser imperativa a realização de diligências previstas em Lei, no sentido de não deixar dúvidas acerca de questão rigorosamente relevante.

O Recorrente apresenta atestado emitido a poucos dias da abertura do certame, após publicada uma primeira versão do Edital, sem especificações no atestado que comprovem de maneira clara e objetiva os serviços prestados

A Administração Pública deve se precaver de aventureiros e empresas incapazes de executar o objeto que está sendo contratado e a lei prevê tais situações.

A apresentação de atestado tão simplório para uma oportunidade de valor tão vultuoso exige no mínimo maior diligência por parte da organizadora.

O objetivo da apresentação do atestado de capacidade técnica é justamente comprovar a satisfatória execução de objeto similar ao da licitação.

Os atestados apresentados devem se revestir de alguns requisitos de confiabilidade, exprimindo com veracidade informações relevantes que possam subsidiar a administração a tomar uma decisão segura quando do julgamento da habilitação dos licitantes.

Existindo incertezas em relação ao conteúdo dos atestados, em especial sobre a veracidade dos fatos ali declarados e sua compatibilidade com os requisitos do edital, deve a administração agir com cautela, promovendo as diligências necessárias (com escopo no art. 43, § 3º, da Lei 8.666) a fim de dirimir as dúvidas existentes.

AMESP
FLS.: 372
Assinatura

Ressaltamos que, não obstante a flexibilização do critério de julgamento da qualificação técnica, esta competente Comissão deverá, acima de tudo, atender a estrita defesa da legalidade, impessoalidade, moralidade, prezando pela probidade administrativa dos atos previstos no EDITAL, evitando a judicialização do feito pela via do Mandado de Segurança.

> *"Art. 31 LEI 13.303/2016.*
>
> *As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre o preço ou superfaturamento,* ***devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo." (grifos nossos)***

Uma vez detectado a desconformidade com o EDITAL e a da Lei das empresas públicas, obriga esta Comissão atender ao princípio da legalidade, impessoalidade e vinculação ao edital, em reaver o ato equivocado da habilitação da Concorrente Recorrida.

Nestes termos, demonstramos jurisprudência do TRF 4ª Região:

> *"LICITAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.* ***Não é possível à administração utilizar-se do princípio da razoabilidade, desprezando o princípio da vinculação ao edital****, deixando de exigir alguns documentos estipulados no edital como obrigatórios para fins de habilitação. " (TRF4 - AP. EM MS nO. 8872/SC 2007.72.00.008872-0 - Relator Edgar Antônio Lippmann Junior - Órgão Julgador: Quarta Turma - Publicação D.E 30/06/2008).*

Diante disto, resta claro que a Recorrente não atendeu as exigências do instrumento convocatório.

AMESP
FLS.: 373
Assinatura

Importante frisar, que sendo realizada a diligência e não restando comprovada a totalidade das atividades elencadas no atestado, deve a Administração Pública proceder com as sanções previstas em lei para com a licitante, ora Recorrente.

A legislação que trata sobre as compras públicas dispõe sobre diversas sanções que devem ser aplicadas aos licitantes que praticam irregularidades durante o certame.

Nas hipóteses que o licitante tenta fraudar o certame com documento que não consta com informações verídicas, as sanções aplicáveis vão desde multa até a declaração de inidoneidade.

Importante frisar que o TCU, em ocasiões semelhantes, onde existe a possibilidade de atestado inverídico, o órgão deve sancionar tanto o emissor quanto o receptor. Senão vejamos:

> *DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO AO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO. PROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE DA EMPRESA. A apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso caracteriza fraude à licitação, cuja sanção há de ser aplicada à pessoa jurídica infratora, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/1992(TCU 01976320115, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 26/09/2012)*

Assim sendo, caso, em decisão controversa, a Administração entenda por fazer nova análise dos documentos apresentados pela Recorrente, requer sejam realizadas diligências no sentindo de solicitar cópia dos documentos oriundos do serviço prestado, assim como cópia das Notas Fiscais emitidas. Tal documentação é de fundamentação importância para verificar o cumprimento das exigências editalícias.

AMESP
FLS.: 374
Assinatura

03 - DOS PEDIDOS

Considerando tudo apresentado, considerando os princípios basilares que regem a Administração Pública e o processo licitatório, requer seja julgado **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela licitante SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA, dando prosseguimento ao certame com a Adjudicação e Homologação do objeto em favor da Recorrida, licitante **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA.**

Por amor ao debate, caso o pregoeiro entenda a necessidade de uma nova analise nos documentos da recorrente, que sejam realizadas as seguintes diligências:

1. **QUE A RECORRENTE APRESENTE OS DOCUMENTOS QUE COMPROVAM A EXECUÇÃO DO TRABALHO, COMO OS PROJETOS, FILMAGENS E OUTROS ARQUIVOS;**
2. **QUE A RECORRENTE APRESENTA AS NOTAS FISCAIS EMITIDAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.**

Restando comprovada a incapacidade técnica e a tentativa da empresa Recorrente em causar prejuízo ao certame, **requer que seja a mesma, punida** com os rigores do ordenamento jurídico, em especial a **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2023.

POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA:35735815000101
Assinado de forma digital por POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA:35735815000101 Dados: 2023.04.18 16:25:18 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606 Dados: 2023.04.18 16:25:23 -03'00'

POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA.
CNPJ:35.735.815/0001-01
Grasielle Oliveira Esposito
Diretora Executiva

AMESP
FLS.: 375
Assinatura

ENGENHARIA CONSULTIVA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023

ICTHUS ENGENHARIA

CLIENTE:

AMESP

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

A/C Sr. Wagner Couto - Pregoeiro

ASSUNTO:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

REFERENTE:

ANÁLISE TÉCNICA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E CONTRARRAZÕES

Pouso Alegre (MG), 28 de abril de 2023.

Prezados Senhores:

Após analisar e estudar cuidadosamente o recurso administrativo interposto pela empresa "Surface Engenharia e Topografia Ltda." – CNPJ: 09.941.972/0001-46 e as contrarrazões apresentadas pela empresa "Potenza Soluções Prediais e Facilitties Ltda" – CNPJ: 35.735.815/0001-01, vimos – por meio deste – expressar nossa análise técnica sobre o apresentado:

Relativo ao não cumprimento do item nº 9.4.2.2.1. do edital – pela empresa Surface Engenharia e Topografia Ltda – objeto da impugnação – temos a relatar o seguinte:

- Alíneas "c" e "d": onde está escrito Arquiteto, entendemos ter havido um erro de digitação, não identificado anteriormente pelas partes, considere-se acrescentar Engenheiros Civis, Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos e Cartógrafos por se tratar de atribuições/atividades inerentes a estas profissões desde sempre – em nosso entendimento, estes itens não desclassificam ou inabilitam a empresa Surface Engenharia.
- Alínea "e": Relativo a CAT nº 2982445/2023 emitida em ???, relativa a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº MG20231847558 registrada em 12/fevereiro/2023 de um serviço iniciado em 13/outubro/2021 com término em 16/dezembro/2021, ou seja, quase 2 (dois) anos após a execução destes – implicando em um registro de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica fora do prazo de

Icthus Engenharia e Construções Ltda
Carlos Henrique Amaral Rossi
Eng. Civil e Seg. Trabalho

execução dos serviços. Apesar da CAT – Certidão de Acervo Técnico ter sido emitida pelo CREA-MG, entendemos que para dirimir quaisquer dúvidas e caminharmos na total transparência dos fatos solicitamos que sejam apresentados:

a) *Contrato de prestação dos serviços registrados na ART – com vistas a esclarecer o objeto contratado;*

b) *Notas Fiscais emitidas relativas ao referido contrato – com vistas a confirmar sua realização;*

c) *Outros documentos (Ordens de Serviço, termo de entrega parcial/total, aceites provisórios e definitivo etc.) que venham a auxiliar esclarecer quaisquer dúvidas levantadas nas contrarrazões apresentadas pela empresa Potenza Soluções Prediais e Facilitties Ltda .*

entre as empresas "Surface Engenharia e Topografia Ltda." – CNPJ: 09.941.972/0001-46, prestadora dos serviços e a empresa "Solução Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda." – CNPJ: 17.167.411/0001-79, contratante dos serviços e emitente do Atestado de Capacidade Técnica.

Apesar das considerações acima, não foi localizada nas documentações apresentadas – pela Surface Engenharia e Topografia Ltda – componentes do envelope "Habilitação" o registro das atividades de Coordenação e Compatibilização de projetos em Building Information Modeling (BIM) em nenhuma das ART/CAT e nem nos Atestados, confirmando o descumprimento do estabelecido na alínea "e" do item 9.4.2.2.1 do Edital que, em nosso entendimento, justifica a referida inabilitação.

Este profissional coloca-se à disposição, para os esclarecimentos que eventualmente se façam necessários.

Sem mais para o momento, Atenciosamente,

Icthus Engenharia e Construções Ltda - ME
CNPJ: 11.753.418/0001-96 CREA-MG PJ 51.236
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG:46.052/D

Icthus Engenharia e Construções Ltda
Carlos Henrique Amaral Rossi
Eng. Civil e Seg. Trabalho

AMESP
FLS.: 377
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

DECISÃO EM RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
RECORRENTE: SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
RECORRIDA: PREGOEIRO DA AMESP.

EMENTA DA DECISÃO:

O Pregoeiro da AMESP diante das razões expostas, opina:

Conhecer do recurso interposto pela empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.** posto que tempestivo, para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, de forma que seja mantida a decisão e dado seguimento ao certame, encaminhando assim, o processo para autoridade competente para decisão.

1 - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que as demais licitantes foram cientificadas da existência e trâmite do respectivo Recurso administrativo interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação.

AMESP FLS.: 378 Assinatura

No exercício de seu direito, e empresa **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA.** apresentou tempestivamente suas contrarrazões ao recurso.

2 – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.

Alega a Recorrente em síntese:

a) Que carece de motivação o entendimento decisório de que a recorrente, em tese, "não cumpriu com o item 9.4.2.2.1. alínea 'e' do caderno convocatório, sendo, portanto, declarada INABILITADA". Notadamente porque as Certidões de Acervo Técnico (CAT's) apresentadas no certame, em especial o Atestado Técnico de nº 2991538/2023 (da empresa GEOCONSULT), por sua própria natureza jurídica (art. 49 da Resolução 1.025/09 do CONFEA), é o instrumento que certifica a Anotação de Responsabilidade Técnica que consta dos assentamentos do CREA/MG e, segundo item 9.4.2.2.1 (caput) do Edital, de que profissional citado na alínea "e", in casu Engenheiro Agrimensor, integrante do quadro permanente da empresa (sócio), executou, na qualidade de responsável técnico, serviços de coordenação e compatibilização de Projetos, em Building Information Modeling (BIM), de vias pública em uma área superior a 90.000m2 (noventa mil metros

AMESP FLS.: 379 Assinatura

quadrados).

b) Com efeito, a teor da CAT com Registro de Atestado nº 2991538/2023, tem-se o engenheiro agrimensor Dr. Gustavo Luiz Leão Ramos, inscrito sob o nº MG-109.846-D, sócio da ora recorrente e, portanto, integrante de seu quadro permanente, como responsável técnico dos serviços e, como proprietário da empresa, exerceu a coordenação e compatibilização de Projetos, com o levantamento planialtimétrico cadastral e escaneamento a laser, com produção de nuvem de pontos a partir de uma malha de pontos vetoriais, para subsidiar o desenvolvimento posterior de modelos Building Information Modeling (BIM) parametrizados para projetos, com nível de desenvolvimento de As Built, de arruamento de complexo Industrial de Nova Lima/MG.

c) Pois bem, além de o Atestado Técnico nº 2991538/2023 (da empresa GEOCONSULT) provar a aptidão técnica da ora recorrente para o objeto do pregão que se classificou como a primeira (melhor preço), não há dúvida alguma quanto "a natureza das obras e locais" da referida CAT, de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, com escaneamento 3D (nuvem de pontos) e elaboração de modelagem 3D geométrico (o BIM), com imageamento aéreo (VANT) e mapeamento por Georadar (GPR), de vias públicas

AMESP FLS.: 380 Assinatura

(ruas/logradouros) de complexo Industrial de Nova Lima/MG, em área de 153.100m2 (cento e cinquenta e três mil e cem metros quadrados); cujo competente registro comprova ainda sua conformidade com a Lei Federal nº 12.378/2010 e Resoluções (inclusive a 21) do CAU/BR.

Segue a recorrente discorrendo acerca dos princípios que regem o processo administrativo para ao final requerer a reforma da decisão que a declarou inabilitada.

3 –DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA.

Em sede de contrarrazões a empresa **POTENZA SOLUCOES PREDIAIS E FACILITIES LTDA.** aduz em síntese:

a) Que a simples alegação da Recorrente de que no atestado elencado encontra-se presente os serviços de coordenação e compatibilização de projetos previstos no item 9.4.2.2.1 do Edital não são justificativas razoáveis para o provimento do recurso. Importante frisar que a CAT anexa aos autos não traz comprovadamente que houve o exercício das atividades exigidas no edital.

b) Que a exigência é objetiva no edital, sendo expressa a necessidade de apresentação de

AMESP FLS.: 381 Assinatura

documento de capacidade técnica informando a condição de Coordenação e Compatibilização de Projetos, que não ocorreu em nenhum dos Documentos juntados (anexos na presente contrarrazões.

c) Que a Recorrente alega que o Atestado Técnico emitido pela empresa GEOCONSULT e apresentado no certame, comprova o atendimento ao requisito disposto no edital, além de não existir neste, nenhuma subjetividade nas informações. Ora doutos julgadores, tal afirmação não possui menor justificativa jurídica e técnica. Alegar que o referido serviço fora realizado no COMPLEXO INDUSTRIAL DE NOVA LIMA, cuja área do município é superior a 428 km² é completamente subjetivo. Não pode a Administração Pública aceitar qualquer atestado, apresentado sem a menor garantia de eficiência, qualidade e execução real dos serviços, simplesmente porque existem indícios de que este pode vir a ter sido realizado.

d) no referido atestado, demonstra a incapacidade técnica do emissor ou de seu executor, não foram inclusos os equipamentos que foram utilizados e que são indispensáveis para a execução do objeto. Outro ponto de atenção é que não consta no atestado apresentado o de acordo da Prefeitura Municipal de Nova Lima, uma vez que a execução do serviço de GPR requer interdição de vias públicas, interdição esta que só ocorre através e autorização prévia dos órgãos

AMESP Fls.: 382 Assinatura

competentes. O que corrobora o julgamento do Ilustre Pregoeiro e sua Equipe.

e) Importante frisar, que mesmo durante a fase recursal, o Recorrente não apresenta nenhum fator novo, nenhuma diligência que comprove sua capacidade técnica. Ele apenas traz à discussão que supostamente os documentos que foram apresentados estão corretos. Ele não apresenta nenhum meio probatório para que o Pregoeiro e sua Equipe alterassem a decisão recorrida.

f) A decisão de inabilitação do Pregoeiro e sua equipe, fora sim justificada ao afirmar que a Recorrente não cumprira critérios técnicos definidos no instrumento convocatório e que foram corroborados pelas alegações da presente contrarrazão recursal. Diante disto, cabia ao Recorrente, apresentar, de maneira fundamentada e com diversos meios de comprovação, de que a decisão estava equivocada. A fundamentação de uma inabilitação encontra respaldo legal em uma decisão de apenas uma alinha, assim como em um parecer de dezenas de páginas. A decisão fora sim motivada e informada ao seu representante o que ocorrera. Não houve nenhuma afronta ao princípio da motivação.

g) Pelo contrário, se houve afronta a algum princípio processual, ocorrera por parte da Recorrente quando interpôs peça recursal sem nenhuma fundamentação ou alegação do que pleiteava, em clara afronta ao

AMESP
Fls.: 383
Assinatura

princípio da dialeticidade recursal. O princípio da dialeticidade exige que as razões recursais estejam associadas à decisão recorrida e ataquem, motivadamente, seus fundamentos, o que não acontece no caso. O recorrente apenas traz alegações de que seus atestados atendem às exigências. Portanto, diante de não restar demonstrada nenhuma afronta ao princípio da motivação, não faz jus à Recorrente ao provimento de seu recurso.

Segue a contrarrazoante discorrendo sobre a necessidade de realização de diligências na hipótese de não serem acatadas as contrarrazões, requerendo ao final a improcedência do Recurso.

4 - DO MÉRITO

Inicialmente, vale esclarecer que a licitação é um procedimento administrativo destinado à seleção da melhor proposta dentre as apresentadas por aqueles que desejam contratar com a Administração Pública, para atender aos interesses públicos.

Destina-se o procedimento licitatório a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da

AMESP
Fls.: 384
Assinatura

probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme determina o art. 3º da Lei de Licitações:

> ***"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifo nosso)***

Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 8ª Edição, páginas 57, ao comentar o artigo 3º, da Lei de Licitações e especialmente abordar a questão dos princípios que devem reger as licitações públicas, com atenção primordial ao da LEGALIDADE, tece as seguintes considerações:

> ***"O conceito de princípio foi exaustivamente examinado por Celso Antônio Bandeira de Mello, quando afirmou que é a disposição expressa ou implícita, de natureza categorial em um sistema, pelo que conforma o sentido das normas implantadas em uma dada ordenação jurídico-positiva. Deve lembrar-se que a relevância do princípio não reside na sua***

AMESP
Fls.: 385
Assinatura

natureza estrutural, mas nas suas aptidões funcionais. Vale dizer, o princípio é relevante porque impregna todo o sistema, impondo ao conjunto de normas certas diretrizes axiológicas. O princípio é importante não exatamente por ser a origem das demais normas, mas porque todas elas serão interpretadas e aplicadas à luz dele.

Lembre-se, ademais, que os princípios da ação agrupam as ações, colocando – as ao interno de certas rubricas gerais, com a consequência de que, a partir daquele momento, as ações pertencentes à mesma categoria devem ser consideradas ou tratadas do mesmo modo. Portanto, o princípio permite solucionar conflitos não previstos explicitamente no corpo legislativo. Incidirá o postulado de que situações ou controvérsias similares deverão ser resolvidas segundo a linha fornecida pelo princípio aplicável.

O art. 3º sintetiza o conteúdo da Lei, no âmbito da Licitação. Os dispositivos restantes, acerca de licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei de Licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o art. 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentro diversas soluções

AMESP
Fls.: 386
Assinatura

possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º. Se existir mais de uma solução compatível com ditos princípios, deverá prevalecer aquele que esteja mais de acordo com eles ou que os concretize de modo mais intenso e amplo. Essa diretriz deve nortear a atividade tanto do administrador quanto do próprio Poder Judiciário. O administrador, no curso das licitações, tem de submeter-se a eles. O julgador, ao apreciar os conflitos derivados de licitações, encontrará a solução através desses princípios."

Fica evidente que os Princípios que regem a licitação devem ser observados e seguidos de forma inafastável, e dentre eles se apresenta a LEGALIDADE, que no caso em questão, de extrema observância.

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE impõe à Administração Pública sempre e, em todos os seus atos, atuar somente nos ditames da lei. Ou seja, o administrador somente pode realizar o que a lei expressamente lhe determine.

Ora, o Constituinte brasileiro, de forma expressa, no artigo 37 da CF/88, submeteu a Administração Pública aos princípios da LEGALIDADE, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

Segundo o primeiro desses princípios – o da LEGALIDADE – os administradores devem seguir estritamente a lei e só estão autorizados a agir quando assim autorizados.

AMESP
Fls.: 387
Assinatura

Sobre o tema, ensina CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

> ***"É o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma a consagração da ideia de que a administração pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei." (in "Curso de Direito Administrativo", 7ª ed., São Paulo: Ed. Malheiros, 1.995, p. 57).***

Lado outro temos como princípio da licitação a VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO nada mais é do que a observância restrita do que está estatuído no edital. Cabe a Comissão Permanente julgar atos de habilitação de acordo com o que está outorgado no instrumento convocatório.

Maria Sylvia Zanella di Pietro tece a seguinte consideração sobre o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

> ***"Trata-se de princípio essencial cuja observância enseja nulidade do procedimento. Além de***

AMESP
Fls.: 388
Assinatura

mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como os licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I)." (In "Direito Administrativo", 19ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2006, p. 357).

A não observância do princípio da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO se infringe uma série de princípios, **dentre eles o da legalidade.**

Feitas essas breves digressões, passamos a decidir.

Inicialmente temos que, a AMESP solicitou à empresa Icthus Engenharia e Construções Ltda - ME. a emissão de parecer técnico acerca das razões e contrarrazões de recurso, tendo me vista que a

AMESP
Fls.: 389
Assinatura

referida empresa auxiliou na elaboração do edital no tocante ao Termo de Referência e exigências de qualificação técnica, o qual adotamos como fundamento para decidir.

Aduz o engenheiro Carlos Henrique Amaral Rossi - Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho - CREA-MG:46.052/D:

> *"Após analisar e estudar cuidadosamente o recurso administrativo interposto pela empresa "Surface Engenharia e Topografia Ltda." – CNPJ: 09.941.972/0001-46 e as contrarrazões apresentadas pela empresa "Potenza Soluções Prediais e Facilitties Ltda" – CNPJ: 35.735.815/0001-01, vimos – por meio deste – expressar nossa análise técnica sobre o apresentado:*
>
> *Relativo ao não cumprimento do item nº 9.4.2.2.1. do edital – pela empresa Surface Engenharia e Topografia Ltda – objeto da impugnação – temos a relatar o seguinte:*

- *Alíneas "c" e "d": onde está escrito Arquiteto, entendemos ter havido um erro de digitação, não identificado anteriormente pelas partes, considere-se acrescentar Engenheiros Civis, Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos e Cartógrafos por se tratar de atribuições/atividades inerentes a estas profissões desde sempre – em nosso entendimento, estes itens não desclassificam ou inabilitam a empresa Surface Engenharia.*

- *Alínea "e": Relativo a CAT nº 2982445/2023 apresentado, relativa a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº MG20231847558 registrada em 12/fevereiro/2023 de um serviço iniciado em*

AMESP
Fls.: 390
Assinatura

13/outubro/2021 com término em 16/dezembro/2021, ou seja, quase 2 (dois) anos após a execução destes – implicando em um registro de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica fora do prazo de execução dos serviços. Apesar da CAT – Certidão de Acervo Técnico ter sido emitida pelo CREA-MG, entendemos que para dirimir quaisquer dúvidas seria necessária a realização de diligências com a apresentação dos seguintes documentos:

a) *Contrato de prestação dos serviços registrados na ART – com vistas a esclarecer o objeto contratado;*

b) *Notas Fiscais emitidas relativas ao referido contrato – com vistas a confirmar sua realização;*

c) *Outros documentos (Ordens de Serviço, termo de entrega parcial/total, aceites provisórios e definitivo etc.) que venham a auxiliar esclarecer quaisquer dúvidas levantadas nas contrarrazões apresentadas pela empresa Potenza Soluções Prediais e Facilitties Ltda .*

entre as empresas "Surface Engenharia e Topografia Ltda." – CNPJ: 09.941.972/0001-46, prestadora dos serviços e a empresa "Solução Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda." – CNPJ: 17.167.411/0001-79, contratante dos serviços e emitente do Atestado de Capacidade Técnica.

Contudo, considerando que, não foi localizada nas documentações apresentadas – pela Surface Engenharia e Topografia Ltda – componentes do envelope "Habilitação" o registro das atividades de Coordenação e Compatibilização de projetos em Building Information Modeling (BIM) em nenhuma das ART/CAT e nem nos Atestados, confirmando o descumprimento do estabelecido na alínea "e" do

AMESP
FLS.: 391
Assinatura

item 9.4.2.2.1 do Edital que, em nosso entendimento, deve ser mantida a decisão de inabilitação da empresa "Surface Engenharia e Topografia Ltda.", sendo desnecessários maiores aprofundamentos sobre o tema."

Dito isso, é inequívoco o desatendimento das exigências contidas no Edital por parte da Recorrente, de forma que em obediência ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório o recurso não deve prosperar.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, **OPINA** o Pregoeiro da AMESP pelo conhecimento do Recurso interposto pela empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.**, posto que tempestivo, para no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão que a declarou inabilitada.

Em face das razões acima e do posicionamento exarado, remetemos **a autoridade superior, para exame das razões da Pregoeiro para decisão.**

Pouso Alegre, 05 de maio de 2023.

WAGNER DO COUTO:90079345620

Assinado de forma digital por WAGNER DO COUTO:90079345620
Dados: 2023.05.05 14:38:54 -03'00'

Wagner do Couto

Pregoeiro da AMESP.

De acordo:

José Otávio Ferreira Amaral

Advogado – OAB nº 74.071-B

CONSÓRCIO AMESP

AMESP
Fls.: 392
Assinatura

DESPACHO:

Diante de todo o exposto pelo Pregoeiro da AMESP, e, em observância aos Princípios Basilares da Licitação, e à legislação de regência, **DECIDO** pela **IMPROCEDÊNCIA** do Recurso interposto no Pregão Presencial nº 013/2023, pela empresa **SURFACE ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA.** RATIFICANDO a decisão que a declarou inabilitada.

Publique-se e, após, dê-se seguimento ao certame.

Pouso Alegre, 05 de maio de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
ROSANGELA MARIA DANTAS
SERPRO

Rosângela Maria Dantas
Presidente da AMESP

AMESP
FLS.: 393
Assinatura

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, estabelecida na RUA MINISTRO OROZIMBO NONATO, Nº 102. BAIRRO VILA DA SERRA, NOVA LIMA/MG. CEP 34.006-053, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.735.815/0001-01, propõe fornecer ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R$
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.	**R$ 63.832.208,67**

Validade da Proposta: 60 dias

OBSERVAÇÃO:

AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTE DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Pouso Alegre/MG, aos 28 DE MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.03.28 16:50:16 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO

RG nº - MG 11.578.686

Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

AMESP
FLS.: 394
Assinatura

LOCAL:	**SEDE E DISTRITOS DAS CIDADES PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO AMESP ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**
REFERÊNCIA:	**SUDECAP DEZ/22**

(CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31 31/08/15) — **BDI: 28,75%**

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO - R$ UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO - R$ UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS							
1.		**PESSOAL**					
1.1		**ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	104,26	134,23	483.245,10
						TOTAL DO ITEM: R$	**483.245,10**
2.		**PROJETOS**					
2.1		**SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA**					
2.1.1	62.05.50	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	1,53	1,97	906.142,50
2.1.2	62.05.52	TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	580,22	747,03	224.109,98
2.1.3	62.05.53	PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	260,14	334,93	100.479,08
2.1.4	62.05.54	AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,53	0,68	6.141,38
2.1.5	62.05.55	INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITÁRIOS	UN	30.000	141,00	181,54	5.446.125,00
2.1.6	62.05.56	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	10.666,45	13.733,05	54.932.217,50
2.1.7	62.05.57	ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	4.487,14	5.777,19	1.733.157,83
3.		**SERVIÇOS DE GRÁFICA**					
3.1		**DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS**					
3.1.1	64.18.02	FORMATO A1	UN	350	1,31	1,69	590,32
						TOTAL DO ITEM: R$	**63.348.963,57**
						TOTAL GERAL: R$	**63.832.208,67**

Pouso Alegre/MG, aos 28 DE MARÇO de 2023.

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.03.28 17:28:13 -03'00'

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO
RG nº - MG 11.578.686
Cargo: DIRETORA EXECUTIVA

AMESP
FLS.: 395
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

ATA Nº 15/2023

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL da licitação modalidade **PREGÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a seguinte empresa:

EMPRESA
POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, CNPJ Nº 35.735.815/0001-01, vencedora do único item com menor preço global de R$ 63.832.208,67 (sessenta e três milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos).

O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 10 de maio de 2023.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

Gabriele Cecília Pereira – Membro da Equipe de Apoio.

AMESP
FLS.: 396
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

ATA Nº 15/2023

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

A Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sra. Rosângela Maria Dantas,** no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA
POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA, CNPJ Nº 35.735.815/0001-01, vencedora do único item com menor preço global de R$ 63.832.208,67 (sessenta e três milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos).

a qual foi a vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.

Rosângela Maria Dantas
Presidente da AMESP

Homologado em 10/05/2023.

AMESP
FLS.: 0397
Assinatura

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2023

PROCESSO Nº 48/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

Aos 10 (dez) dias do mês de maio do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pela Presidente, **Sra. Rosângela Maria Dantas,** brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-3.752.568 SSP/MG, devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 533.618.226-53, **AMESP,** e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de ANDRADAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Vinte e Dois de Fevereiro s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.884.412/0001-34, representado pela Prefeita Municipal, Margot Navarro Graziani Pioli, brasileira, casada, psicóloga, portadora do CPF nº 271.764.526-87; **Município de BANDEIRA DO SUL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Dias Araújo nº 305, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.175.794/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Edervan Leandro de Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 972.797.576-34; **Município de BORDA DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAMPESTRE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Coronel José Custódio, nº 84, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.631.604/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, Marco Antônio Messias Franco, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 623.401.666-91; **Município de CAREAÇU – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61,

AMESP FLS.: 0398 Assinatura

representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hélcio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, n° 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUIUNA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, º 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor

AMESP FLS.: 0399 Assinatura

público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG,** pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE,** e, de outro lado, a empresa **POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Ministro Orozimbo Nonato, nº 102, Sala 2307 – A, Condomínio Icon - Bairro Vila da Serra, CEP: 34.006.053, no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 35.735.815/0001-01, neste ato representado pela **Sra. Grasielle Oliveira Esposito,** brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-11.578.686 PCMG, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 076.606.896-06, doravante denominada **DETENTORA,** firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA,** e as cláusulas seguintes:

AMESP
FLS.: 0400
Assinatura

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. **A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS:

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos

AMESP
FLS.: 0401
Assinatura

participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

4.1. DO VALOR:

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência é de **R$ 63.832.208,67 (sessenta e três milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos),** que representa o total dos serviços de locação constantes dos itens descritos que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço recebida pela DETENTORA e critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

4.2.2. Caberá, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** solicitante do serviço.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

AMESP
FLS.: 0402
Assinatura

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

a) Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.7. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela DENTENTORA deverão consignar no campo de identificação do destinatário juntamente com a descrição dos serviços e o endereço da obra/local onde estes foram prestados.

4.3.8. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.9. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. **Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.**

5.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** para a justa remuneração dos serviços poderá ser

AMESP
FLS.: 0403
Assinatura

revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

AMESP
FLS.: 0404
Assinatura

5.7.2. O **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. As obrigações decorrentes da aquisição dos objetos constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.

6.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura

AMESP
FLS.: 0405
Assinatura

consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE

7.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa proponente vencedora.

7.2. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

7.4. Zelar pela boa qualidade da execução dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

7.5. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços do Município e encaminhar à empresa proponente vencedora através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

7.6. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

7.7. Verificar se os serviços prestados pela empresa proponente vencedora estão em conformidade com as especificações técnicas e funcionalidades constantes deste termo podendo sustar, recusar, qualquer serviço que esteja em desacordo com as especificações técnicas descritas neste termo.

7.8. Receber os serviços contratados e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo-á no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo e o referente Atestado de Capacidade Técnica.

7.9. Indicar o gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento do contrato, bem como pela execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Para fins do estabelecimento das obrigações básicas da empresa proponente vencedora, esta deverá se comprometer a:

8.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e executar o objeto deste contrato, em total conformidade com as descrições técnicas do Edital e seus anexos.

8.4. Arcar com todas as despesas necessárias à consecução do objeto contratado – com exceção de taxas de aprovação de projetos e licenciamentos de qualquer natureza, sejam diretas ou indiretas, notadamente, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-

AMESP
FLS.: 0406
Assinatura

de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra resultante deste contrato, bem como os riscos atinentes à atividade.

8.5. Indenizar terceiros e a Administração por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.6. Fornecer toda a mão-de-obra, especificações técnicas, ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços de que trata o presente contrato.

8.7. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.

8.8. Indicar por escrito, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE, profissional tecnicamente habilitado, responsável direto pela execução do(s) serviço(s), com a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), juntamente com os dados de identificação de seu preposto, nos termos do artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.9. A empresa proponente vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo mediante prévia concordância do ÓRGÃO PARTICIPANTE, apresentando para tal fim, o acervo do novo técnico a ser incluído na equipe, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

8.10. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.11. Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e medicina do trabalho e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas correlatas.

8.12. Assumir perante o ÓRGÃO PARTICIPANTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

8.13. Substituir qualquer material e/ou serviço, quando em desacordo com as respectivas especificações.

8.14. Efetuar o registro dos serviços nos devidos conselhos profissionais - CREA e/ou CAU, em observância ao disposto nas Leis Federais nº 6.496, de 2 de setembro de 1979 e nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, bem como dos demais dispositivos normativos.

8.15. Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.

8.16. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

8.17. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE.

AMESP
FLS.: 0407
Assinatura

8.18. Resguardar o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

8.19. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

8.20. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos Profissionais que respondem pelo Setor de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que devidamente justificadas.

8.21. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

8.22. Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente juntamente a apresentação da fatura, perante o Município contratante, sob pena de retardar o processo de pagamento;

8.23. Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc, produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom) que forem alterados com aprovação do órgão competente municipal;

8.24. A CONTRATADA se obriga a colocar no local, as placas alusivas a execução dos serviços, em nome da PREFEITURA do Município Contratante e em seu próprio nome.

CLÁUSULA NONA – DO TERMO CONTRATUAL

9.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

9.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

9.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser alterada para inclusão de Municípios que - porventura - venham solicitar sua adesão à mesma, sendo necessária a concordância do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

AMESP
FLS.: 0408
Assinatura

10.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

10.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

10.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

10.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento - O.S. / O.F.

10.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

↓ TABELA nº 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R$ 150,00
2	R$ 250,00
3	R$ 350,00
4	R$ 500,00
5	R$ 2.500,00

↓ TABELA nº 2

Item	INFRAÇÃO	GRAU

AMESP
FLS.: 0409
Assinatura

	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

10.7. Quando a DENTENTORA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 3.

10.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA à multa, conforme Tabela nº 3 a seguir:

↓ TABELA nº 3		
GRAU	**MULTA**	**TIPO DE ATRASO**

AMESP
FLS.: 0410
Assinatura

1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30°(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

10.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**;

d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** após o recebimento da Nota de Empenho;

e) apresentação, ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

10.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE** e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

AMESP
FLS.: 0411
Assinatura

10.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do **ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CÂMARA DE MEDICAÇÃO E ARBITRAGEM CMA/CREA-MG.

12.1 Em caso de ocorrência de qualquer controvérsia decorrente da interpretação ou execução do presente contrato, as Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para solucionar a referida controvérsia de forma amigável; não sendo possível uma solução amigável, as Partes convencionam que este será definitivamente solucionado por meio da Mediação, primeiramente, e, em caso de não lograr êxito, pela Arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, ambos sob administração da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CMA\Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com os seus Regulamentos de Mediação e de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer os referidos Regulamentos e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

§1º - O procedimento de mediação, administrada pela CMA/CREA-MG, não poderá exceder 45 dias, prorrogáveis por igual período por acordo das partes, a contar da assinatura do Termo de Abertura de Mediação.

§2º - Não ocorrendo o encerramento da controvérsia, no todo ou em parte, através do procedimento de Mediação, a(s) demanda(s) remanescente(s) será(serão) submetida(s) à Arbitragem, a ser administrada pela CMA/CREA-MG, de acordo com o seu respectivo Regulamento de Arbitragem. A arbitragem terá sede na Cidade de Pouso Alegre, estará sujeita às Leis do Brasil e será conduzida no idioma Português.

(i) O número de árbitros será definido pelo valor da demanda a ser arbitrada: para valores de demanda até R$300.000,00 (trezentos mil reais) será utilizada a arbitragem expedita, com árbitro único; para valores acima de R$300.001,00 (trezentos e um mil reais) será utilizada a Arbitragem com 3 (três) árbitros, escolhidos na forma do Regulamento da CMA/Crea-MG.

Pouso Alegre/MG, aos 10 de maio de 2023.

AMESP
FLS.: 0412
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

ROSANGELA MARIA DANTAS
SERPRO

AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Rosângela Maria Dantas

ANDRADAS
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Margot Navarro Graziani Pioli

BANDEIRA DO SUL
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Edervan Leandro de Freitas

BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza

BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

AMESP
FLS. 0413
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

CAMANDUCAIA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CAMPESTRE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Marco Antônio Messias Franco

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal

ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

AMESP
FLS.: 0414
Assinatura

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

AMESP
FLS.: 0415
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

AMESP
FLS.: 0416
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606

Assinado de forma digital por GRASIELLE OLIVEIRA ESPOSITO:07660689606
Dados: 2023.05.10 15:45:58 -03'00'

POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA
Grasielle Oliveira Esposito
Representante Legal
EMPRESA DETENTORA

AMESP
FLS.: 0417
Assinatura

CONSÓRCIO AMESP

ANEXO I
PLANILHA DE VALORES

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL
		LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO CADASTRAL DOS EMPREENDIMENTOS					
1.		**PESSOAL**					
1.1		**ENGENHEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS**					
1.1.1	61.11.03	ENGENHEIRO COORDENADOR	H	3.600	104,26	134,23	483.245,10
						TOTAL DO ITEM: R$	483.245,10
2.		**PROJETOS**					
2.1		SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA					
2.1.1	62.05.50	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM VILAS E FAVELAS	M²	460.000	1,53	1,97	906.142,50
2.1.2	62.05.52	TRANSPORTE DE COORDENADAS EM VILAS E FAVELAS	KM	300	580,22	747,03	224.109,98
2.1.3	62.05.53	PONTO GPS GEODÉSICO	P/P	300	260,14	334,93	100.479,08
2.1.4	62.05.54	AMARRAÇÃO DE CP	M	9.000	0,53	0,68	6.141,38
2.1.5	62.05.55	INSPEÇÃO DE DISPOSITIVOS HIDROSSANITARIOS	UN	30.000	141,00	181,54	5.446.125,00
2.1.6	62.05.56	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL (LASER SCAN) PACOTE 3.000M²	UN	4.000	10.666,45	13.733,05	54.932.217,50
2.1.7	62.05.57	ARMAZENAMENTO EM NUVEM COM VISUALIZADOR	UN	300	4.487,14	5.777,19	1.733.157,83
3.		SERVIÇOS DE GRÁFICA					
3.1		**DIGITALIZAÇÃO DE GRANDES FORMATOS**					
3.1.1	64.18.02	FORMATO A1	UN	350	1,31	1,69	590,32
						TOTAL DO ITEM: R$	63.348.963,57
						TOTAL GERAL: R$	**63.832.208,67**

Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – Pouso Alegre / Minas Gerais
Fone: (35) 3025-5500 – e-mail: licitacao@consorcio.amesp.com.br

AMESP
FLS.: 0418
Assinatura

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 14/2023, com a empresa **POTENZA SOLUÇÕES PREDIAIS E FACILITIES LTDA - CNPJ nº 35.735.815/0001-01 - Processo Licitatório nº 48/2023 – Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 13/2023** na forma de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTOS PLANIALTIMÉTRICOS CADASTRAIS, COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA "LASER SCANNER" TERRESTRE E OUTRAS PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.** Valor Total da Ata de Registro de Preços **R$ 63.832.208,67 (sessenta e três milhões oitocentos e trinta e dois mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos).** Vigência: **O prazo de vigência, objeto da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.** De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 10/05/2023. Dotações orçamentárias: **As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.**

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:9284A542

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 05/06/2023. Edição 3529
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/